

Atlas Nacional de Comércio e Serviços

1ª Edição



Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC

Esplanada dos Ministérios, Bloco J, 70053-900, Brasília - DF.

ISBN 978-85-60206-04-9 (impresso)

ISBN 978-85-60206-05-6 (versão eletrônica)

Capa e Diagramação Sebrae

Atlas nacional de comércio e serviços [material cartográfico]

- Escalas diferem. – Brasília, DF: MDIC, 2013.

1 atlas (140p.) : color. ; 35 cm.

ISBN 978-85-60206-04-9 (impresso)

ISBN 978-85-60206-05-6 (versão eletrônica)

Parceria entre Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE.

1. Comércio e Serviços – Atlas. 2. Setor Terciário – Brasil

CDU: 339.3(81)

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Impressão ABDI



Brasília 2013

Presidenta da República

Dilma Rousseff

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR – MDIC

Ministro

Fernando Damata Pimentel

Secretaria Executiva

Ricardo Schaefer

Secretaria de Comércio e Serviços

Humberto Luiz Ribeiro

Departamento de Políticas para Comércio e Serviços

Maurício Lucena do Val

Coordenação-Geral de Mercado Doméstico

Douglas Finardi Ferreira

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE

Presidenta

Wasmália Bivar

Diretoria de Pesquisas

Marcia Maria Melo Quintslr

Coordenação das Estatísticas Econômicas e Classificações

Priscila Koeller

Coordenação de Serviços e Comércio

Vânia Maria Carelli Prata

Diretoria de Geociências

Wadih João Scandar Neto

Coordenação de Geografia

Claudio Stenner

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA

Presidente

Marcelo Néri

Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Coordenadoria de Estudos em Tecnologia da Informação e Comunicação

João Maria de Oliveira

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE

Presidente do Conselho Deliberativo Nacional

Roberto Simões

Presidência do SEBRAE Nacional

Luiz Eduardo Pereira Barretto Filho

Diretoria Técnica

Carlos Alberto dos Santos

Diretoria de Administração e Finanças

José Claudio dos Santos

Gerência da Unidade de Atendimento Coletivo – Serviços

Juarez de Paula

Coordenação Sebrae

Luiz Hissashi da Rocha

AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL – ABDI

Presidente

Mauro Borges Lemos

Diretora

Maria Luisa Campos Machado Leal

Diretor

Otávio Silva Camargo

Sumário

Expediente	5	Pequenos Negócios de Comércio.....	45	Capítulo 3	83
Apresentação	9	Pequenos Negócios de Comércio de Autopeças.....	46	Serviços.....	83
Introdução	13	Pequenos Negócios de Comércio de Suprimentos de Informática e Papeleria.....	47	Os serviços na Economia Brasileira.....	84
Importância dos Setores de Comércio e Serviços na Economia Brasileira.....	15	Pequenos Negócios de Comércio de Supermercados e Minimercados.....	48	Distribuição dos Serviços no Território Nacional.....	84
Pequenos Negócios e o Simples Nacional.....	16	Pequenos Negócios de Varejo de Moda.....	49	Pequenos Negócios de Serviços.....	85
Organização do Atlas Nacional de Comércio e Serviços.....	17	Pequenos Negócios de Comércio de Material de Construção.....	50	Pesquisa Anual de Serviços.....	86
Capítulo 1	19	Comércio e Rendimento Médio Domiciliar nos Estados Brasileiros.....	51	Serviços da Construção Civil.....	89
Contexto Econômico e Social.....	19	Região Norte.....	52	Empresas de Serviços no Território Nacional.....	90
Características da População e Mudanças Recentes.....	20	Acre.....	52	Serviços de Informação e Comunicação.....	90
Relações de Consumo.....	21	Amapá.....	53	Serviços de Alimentação.....	91
População, Emprego, Renda e Educação.....	22	Amazonas.....	54	Serviços de Alimentação por Faixas de Pessoas Ocupadas.....	92
Distribuição Espacial da População.....	22	Pará.....	55	Serviços de Alojamento.....	93
Crescimento Populacional 2000-2010.....	23	Rondônia.....	56	Serviços de Alojamento por Faixas de Pessoas Ocupadas.....	94
Taxa de Atividade e Nível de Ocupação.....	24	Roraima.....	57	Serviços Culturais.....	95
População Economicamente Ativa.....	25	Tocantins.....	58	Serviços Culturais por Faixas de Pessoas Ocupadas.....	96
Rendimento Médio Domiciliar 2010.....	26	Região Nordeste.....	59	Serviços Pessoais.....	97
Rendimento Mediano Mensal Urbano e Rural.....	27	Alagoas.....	59	Serviços Pessoais por Faixas de Pessoas Ocupadas.....	98
PIB Municipal 2010.....	28	Bahia.....	60	Serviços de Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas e Atividades Administrativas e Complementares.....	99
PIB Per Capita.....	29	Ceará.....	61	Serviços de Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas e Atividades Administrativas e Complementares por Faixas de Pessoas Ocupadas.....	100
População Adulta com Curso Regular Mais Elevado Concluído.....	30	Maranhão.....	62	Construção Civil.....	101
Relações de Consumo.....	31	Paraíba.....	63	Construção Civil por Faixas de Pessoas Ocupadas.....	102
Acesso a Bens.....	31	Pernambuco.....	64	Pequenos Negócios.....	103
Distribuição da Rede Bancária.....	34	Piauí.....	65	Pequenos Negócios de Serviços.....	103
Deslocamento Para Compras.....	35	Rio Grande do Norte.....	66	Pequenos Negócios de Serviços de Reparação de Automóveis.....	104
Capítulo 2	37	Sergipe.....	67	Pequenos Negócios de Meios de Hospedagem.....	105
Comércio.....	37	Região Sudeste.....	68	Pequenos Negócios de Serviços de Beleza e Estética.....	106
Comércio na Economia Brasileira.....	38	Espírito Santo.....	68	Pequenos Negócios de Bares e Restaurantes.....	107
Distribuição do Comércio no Território.....	39	Rio de Janeiro.....	69	Pequenos Negócios de Construção Civil.....	108
Pequenos Negócios de Comércio.....	39	Minas Gerais.....	70	Capítulo 4	111
Rendimento Domiciliar Médio e Empresas de Comércio nos Estados Brasileiros.....	40	Minas Gerais.....	71	Serviços Logísticos.....	111
Pesquisa Anual de Comércio.....	41	São Paulo.....	72	Distribuição das Empresas de Serviços Logísticos.....	112
Empresas de Comércio no Território Nacional.....	42	São Paulo.....	73	Malha Rodoviária e Ferroviária.....	112
Comércio por Atacado.....	42	Região Sul.....	74	Malha Aeroviária.....	113
Empresas de Comércio.....	43	Paraná.....	74	Malha Aquaviária.....	113
Comércio Varejista e de Veículos e Peças.....	43	Santa Catarina.....	75	Investimentos.....	114
Comércio Varejista e de Veículos e Peças por Faixas de Pessoas Ocupadas.....	44	Rio Grande do Sul.....	76	Empresas de Transporte.....	115
Pequenos Negócios de Comércio.....	45	Rio Grande do Sul.....	77	Transporte Aéreo.....	115
		Região Centro-Oeste.....	78	Transporte Terrestre.....	116
		Goiás e Distrito Federal.....	78		
		Mato Grosso.....	79		
		Mato Grosso do Sul.....	80		

Transporte Aquaviário	117
Armazenamento e Atividades Auxiliares dos Transportes	118
Rede Logística	119
Rede de Transportes	119
Rede de Armazéns e Portos	120
Carga Transportada pelos Portos	121
Fluxos Aéreos de Carga	122
Fluxos Aéreos de Passageiros	123
Suplemento Setorial	125
Comércio	127
Confederação Nacional do Comércio - CNC	127
Associação Brasileira de Franchising - ABF	128
Associação Brasileira de Supermercados - ABRAS	129
Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores - FENABRAVE	130
Serviços	131
Confederação Nacional de Serviços - CNS	131
Federação Nacional das Empresas de Serviços e Limpeza Ambiental - FEBRAC	132
Referências	133
Glossário	134
Equipe Técnica	137



Um dos principais requisitos para a formulação de políticas públicas pelo Governo e a realização de bons negócios pelo setor privado é a existência de informações oficiais fidedignas que permitam avaliar oportunidades dispersas pelo País. A falta de informações pode prejudicar investimentos regionais e comprometer o desenvolvimento econômico e social locais. Com efeito, os novos padrões demográfico e socioeconômico do País vão impactar sobremaneira o setor terciário, em especial a nova estrutura do consumo.

O Atlas Nacional de Comércio e Serviços é uma iniciativa alinhada ao Plano Brasil Maior (PBM 2011-2014) e ao Plano Plurianual (PPA 2012-2015) para a criação de um referencial público de informações econômicas sobre o setor terciário no País, a fim de orientar as políticas públicas e os investimentos privados. Dessa forma, o Atlas representa um dos objetivos das Agendas Estratégicas dos três Conselhos de Competitividade do Bloco 5 do Plano Brasil Maior. Além de compor a pauta de Comércio, Serviços e Serviços Logísticos, ressalta-se também que o Atlas é uma das metas do Programa Temático de Comércio e Serviços do Plano Plurianual 2012-2015 do Governo Federal, em seu Objetivo 0823 – “Mapear e

diagnosticar os setores de comércio e serviços no Brasil para levantar informações oficiais que orientem as políticas e os investimentos no País”.

Igualmente, para alcançar os objetivos estratégicos previstos no Planejamento Integrado Estratégico do Sistema MDIC 2011 – 2014, nos setores de comércio e serviços, é fundamental a existência de informações tempestivas e consolidadas para o apoio à tomada de decisões.

Essa tarefa somente foi possível com o esforço concentrado de diversas Instituições que já trabalham com dados referentes a esses setores. Para essa importante tarefa, foi constituído um Grupo de Trabalho composto por representantes da Secretaria de Comércio e Serviços (SCS/MDIC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Também contamos com o apoio decisivo da Secretaria de Planejamento e Investimentos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPI/MPOG) para convergir esforços com o intuito de incluir e disseminar informações espaciais por meio da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE).

O Grupo de Trabalho definiu os indicadores essenciais do Atlas e trabalhou para que esse Projeto pudesse tornar-se realidade. Esses representantes continuarão contribuindo nas diretrizes e no escopo do Atlas, em particular na disseminação eletrônica dessa vasta gama de dados. O resultado final que se almeja é apresentar, em uma abordagem de escalas de representação, a atual geografia econômica do Brasil, revelando a espacialidade da economia brasileira, notadamente do setor terciário.

Em outros termos, pretende-se expor a estrutura e a diferenciação interna da atividade econômica realizada no território brasileiro, indicando seus padrões de comportamento espacial. É importante entender de maneira aprofundada a concentração de determinados segmentos e a especialização de certas regiões, por meio da cartografia e da distribuição no espaço. A localização das ocupações e da geração de riqueza permitirá ainda a visualização da divisão territorial dos setores de comércio, serviços e serviços logísticos apresentada pela economia brasileira.

É com grande satisfação que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE participa do Atlas Nacional de Comércio e Serviços, através da atuação integrada da Diretoria de Pesquisas e a Diretoria de Geociências, abrangendo a seleção de informações e indicadores das pesquisas econômicas e a elaboração de mapas.

O presente Atlas Nacional de Comércio e Serviços objetiva aprofundar o conhecimento da distribuição espacial dessas atividades em escala nacional e destaca a importância alcançada pelas atividades comerciais e de serviços na contemporaneidade, bem como a relevância dessas atividades tanto em relação à inserção do Brasil no mundo, como em relação à dimensão e diversidade regional de seu mercado interno.

A divulgação do Atlas Nacional de Comércio e Serviços constitui, assim, uma valiosa fonte de informações para abordar as questões territoriais que envolvem o tema de comércio e serviços.

Wasmália Bivar
Presidenta do IBGE

Nas últimas décadas o setor de comércio e serviços tornou-se o setor preponderante na economia brasileira, tanto em termos de emprego quanto de participação no PIB. Por ser um setor extremamente diversificado e complexo, é fundamental a consolidação de informações que permitam avaliar adequadamente sua dimensão e distribuição no território brasileiro.

Por essa razão, é com imensa satisfação que o IPEA entrega, com os demais parceiros, este Atlas Nacional de Comércio e Serviços. Nele são apresentados mapas e análises das diversas atividades que compõem o setor e são evidenciadas potencialidades setoriais e regionais, ressaltando regiões e atividades mais expressivas. O Atlas também permite vislumbrar os principais desafios encontrados para o desenvolvimento do setor e para sua integração com os demais setores de atividade, especialmente para os pequenos negócios, que são parcela significativa do setor.

Sua utilização contribuirá para a melhoria da formulação e da avaliação das políticas públicas direcionadas para o setor, além de constituir um insumo importante para toda a sociedade.

Marcelo Côrtes Neri
Presidente do IPEA

No Brasil, 99% das empresas são micro ou pequenas – faturam até R\$ 3,6 milhões ao ano. E a cada dez dessas empresas, oito estão no comércio ou serviços. Por isso é tão importante a inserção desse segmento, pela primeira vez, no Atlas Nacional de Comércio e Serviços.

Nesta publicação destacamos os serviços de reparação de automóveis; de meios de hospedagem; de beleza e estética e de construção civil. No comércio, abordamos as áreas de autopeças; de suprimentos de informática e papelaria; de supermercados e minimercados; de varejo de moda e de material de construção.

Em um país continental como o Brasil, mapear informações é indispensável. Possibilita compreender melhor a dinâmica dos negócios e identificar tendências que orientam as decisões dos empresários. Este Atlas cumpre o papel fundamental de disseminar o conhecimento e fomentar os negócios.

Luiz Barretto
Presidente do Sebrae Nacional



Introdução

Importância dos Setores de Comércio e Serviços na Economia Brasileira

O presente Atlas Nacional de Comércio e Serviços evidencia dados e análises significativas para compreender a estrutura atual e a dinâmica dos setores de comércio, serviços e serviços logísticos na economia brasileira. A importância dos setores de Comércio e Serviços na economia brasileira pode ser avaliada pela participação dessas atividades no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

De maneira mais global, os setores de Comércio e de Serviços¹, incluindo neste a Construção Civil, que contribui com serviços essenciais para a economia de acordo com a Nomenclatura Brasileira de Serviços (NBS)², representam somados 72,9% do PIB em 2009, conforme as Contas Nacionais do IBGE.

No período compreendido entre 2000 e 2009, as taxas de crescimento desses setores foram superiores ao próprio crescimento do PIB brasileiro. Os dados primários justificam a importância e relevância que o Comércio, os Serviços e a Construção Civil adquiriram nos últimos tempos. Não obstante, o próprio processo de expansão dos serviços tem influenciado o crescimento econômico tanto no Brasil como, principalmente, nas economias desenvolvidas. Embora tal expansão não expresse, necessariamente, modernidade econômica, a dimensão que esses setores alcançaram fundamenta a necessidade de estudo aprofundado de sua estrutura e dinâmica.

O Atlas Nacional de Comércio e Serviços visa a apresentar informações relevantes sobre esses setores, suas distribuições espaciais, bem como características inerentes à complexidade de cada atividade. Especificamente, o setor de serviços apresenta um conjunto de segmentos bastante diverso, com diferenças intrassetoriais caracterizadoras expressivas. Já a construção civil, de perfil mais homogêneo, apresenta características marcantes em função das dimensões do país. O comércio, embora em escala menor, apresenta características diversas quando se consideram as questões regionais e de especializações.

Como parte do processo de expansão, os setores busca-

ram modernização, via introdução de tecnologias avançadas, automatização ou mesmo adaptação de seus processos produtivos. No entanto, a dinâmica da modernização ocorreu de forma diferenciada nos diversos segmentos que os compõem. Enquanto em algumas atividades houve reestruturação e modernização, muitas outras se mantiveram pouco alteradas nas características relacionadas a organização, tecnologia e informalidade. Além disso, a dinâmica tem alcance regional diverso.

Inicialmente visando a apresentar uma fotografia dos setores integrantes do Atlas, a tabela 1 apresenta a proporção do número de empresas e do pessoal ocupado no total das empresas no Brasil. O comércio, os serviços e a construção civil respondem por 88% do número de empresas existentes³ e empregam 71,5% do pessoal ocupado total da economia.

TABELA 1 - Empresas e pessoas ocupadas por setor (2011)

Setores	Números de Empresas	Pessoal ocupado
Comércio	47.0%	26.7%
Serviços	35.9%	37.0%
Construção Civil	5.0%	7.8%
Demais	12.0%	28.5%
Total	100%	100%

Fonte: Cadastro Sebrae de empresas – CSE, 2011.

Para se avaliar o que foi afirmado, tome-se, a título de exemplo, a expansão do valor adicionado desses setores no período de 2000 a 2009⁴. A economia brasileira cresceu seu valor adicionado em 31,9%. O Comércio teve expansão de 34,1%, ao mesmo tempo em que os Serviços cresceram 36,7%, enquanto a Construção Civil expandiu o seu indicador em apenas 18,2%. Também, em função da interdependência entre o crescimento desses setores, especialmente do setor de serviços, e o crescimento das demais atividades da economia, estudos recentes apontam que o setor de serviços tem pautado o ritmo de expansão da economia. Como exemplo, pode-se citar Squeff e De Negri (2013), que apresentam o forte acoplamento entre a dinâmica da produtividade da economia brasileira e

o setor de serviços. Já Oliveira e Kubota (2009) apresentam a dinâmica da atividade econômica durante a crise de 2008 e como ela foi sustentada pelas atividades dos serviços prestados às famílias, basicamente as atividades de meios de hospedagem e serviços de alimentação, que cresceram, no mesmo período, em ocupação e valor adicionado, enquanto a indústria diminuiu o nível de atividade econômica.

Reforçando a importância e a dimensão desses setores, no gráfico 1 é mostrada a participação relativa de cada um no pessoal ocupado total⁵, excluindo-se as atividades de intermediação financeira. Observa-se que o pessoal ocupado dos setores envolvidos se concentra nos seguintes segmentos: comércio (28,8%), serviços domésticos (12,8%), construção civil (12,5%), serviços prestados às empresas (9,5%) e serviços prestados às famílias (8,1%). Esses segmentos representam 70,5% do pessoal ocupado dos setores constantes neste Atlas e em comum possuem a característica de serem muito intensivos em mão de obra. Consequentemente, revelam produtividade mais baixa. Em contrapartida, os segmentos mais intensivos em conhecimento representam 6% do pessoal ocupado envolvido.

GRÁFICO 1 – Pessoal ocupado dos setores de Serviços empresariais não financeiros, Comércio e Construção Civil (2009).



Fonte: Sistema de Contas Nacionais/IBGE.

¹ Os serviços aqui considerados são os serviços mercantis que incluem as atividades de saúde e educação mercantis, bem como as atividades de intermediação financeira, seguros e previdência, mas exclui os serviços públicos.

² Os produtos da Construção Civil encontram-se incluídos na Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (NBS), que é o classificador nacional para a identificação dos serviços e intangíveis como produtos.

³ Empresas formais e ativas – inclui microempreendedor individual.

⁴ Considerando preços deflacionados para o ano de 2000, a partir das Contas Nacionais.

⁵ Conforme as contas nacionais, que incluem o mundo formal e a informalidade.

Vale salientar também que os segmentos mais intensivos em mão de obra foram os que mais se expandiram entre 2000 e 2009, embora tenham tido variações pouco expressivas de suas produtividades. Por outro lado, os segmentos mais produtivos, basicamente os serviços de informação, educação mercantil e intermediação financeira, aumentaram significativamente suas produtividades no mesmo período.

Pequenos Negócios e o Simples Nacional

Uma dimensão importante da análise dos setores constantes no Atlas é a do porte das empresas. Especialmente, destacam-se as empresas de pequeno porte - as micro e pequenas empresas (MPE), cuja importância socioeconômica para o desenvolvimento resta comprovada em diversos estudos.

Nos debates sobre políticas públicas em países em desenvolvimento - como o Brasil - e subdesenvolvidos, essas empresas de menor porte adquirem destaque ainda maior, uma vez que são consideradas promotoras fundamentais de equidade social, dada sua capacidade de geração de emprego e renda, aliada à oferta maior de possibilidades de trabalho aos indivíduos de mais baixa qualificação.

Principalmente a partir da Lei Complementar nº 123, de 2006⁶, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Brasil, 2006), diversas ações de políticas públicas foram criadas e implementadas no sentido de prover suporte ao surgimento, à sustentabilidade e ao crescimento dessas empresas.

No Brasil, conforme a tabela 2, as MPE representam 99% do número de estabelecimentos formais existentes em 2011 e utilizaram 51,6% do total de pessoas ocupadas no mesmo ano. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae, 2012) afirma que elas contribuíram com 39,7% da renda do trabalho daquele ano. Quanto a seu potencial de geração de riqueza, os dados são controversos, mas estão em geral na faixa de 20% de participação no produto interno bruto (PIB). Porém, quando se analisa a taxa de mortalidade destas empresas - 24,4% das MPE encerram suas atividades ainda nos dois primeiros anos de vida, conforme

o Sebrae (2013) -, bem como sua baixa produtividade, conclui-se que existem questões críticas na realidade das MPE no Brasil a serem vencidas.

TABELA 2 - Empresas e pessoas ocupadas por setor e porte (2011)

Setores	Número de Empresas		Pessoal Ocupado	
	MPE	Médias e Grandes	MPE	Médias e Grandes
Comércio	98%	2%	70,5%	29,5%
Serviços	99%	1%	54,3%	45,7%
Construção Civil	96%	4%	45,2%	54,8%
Demais	96%	4%	42,0%	58,0%

Fonte: Cadastro Sebrae de empresas - CSE, 2011.

Apesar do peso expressivo na oferta de empregos e sua participação na renda, especialmente nos serviços e no comércio, a baixa produtividade compromete a capacidade de desempenharem de maneira efetiva o papel atribuído a elas de indutoras do desenvolvimento econômico. Portanto, a despeito dos esforços crescentes que vêm sendo realizados pelas instituições responsáveis no país pelo fomento ao segmento das MPE, este grupo de empresas ainda não atingiu a dinâmica desejável.

A Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte foi concebida com ampla participação da sociedade civil, entidades empresariais, Poder Legislativo e Poder Executivo. Ela visava a regulamentar o disposto na Constituição Brasileira, que prevê tratamento diferenciado e favorecido às microempresas (ME) e às empresas de pequeno porte (EPP). Com a lei, essas empresas passaram a contar com regime especial no que se refere:

1. à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias;
2. ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias; e
3. ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão.

Por meio da Lei Geral, foi instituído o Regime Especial Unificado de Arrecadações de Tributos e Contribuições, o Simples Nacional. Também denominado de "Supersimples", o regime permite a apuração e recolhimento mensal mediante documento único de arrecadação de tributos e contribuições federais, estaduais e municipais. Possibilita, ainda, a apresentação de declaração única e simplificada de informações socioeconômicas e fiscais. Na prática, o novo sistema unificou oito tributos federais, estaduais e municipais que incidiam sobre as ME e as EPP.

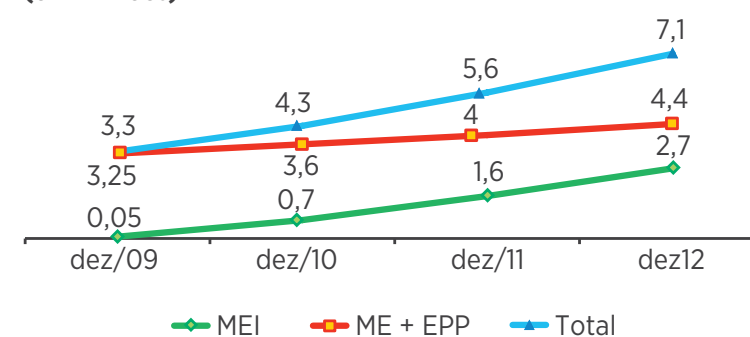
Como estratégia de geração de emprego, distribuição de renda e inclusão social, a lei já passou por quatro alterações⁷ sempre com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento e a competitividade dos Pequenos Negócios. Duas delas serão detalhadas a seguir.

A primeira delas foi introduzida pela Lei Complementar 128/2008, que criou Microempreendedor Individual (MEI). Seu objetivo foi permitir a formalização, tirando da informalidade empreendedores por conta própria. Depois de formalizado, o MEI paga uma taxa fixa mensal, equivalente a 5% do salário mínimo vigente, que inclui o pagamento da Previdência, do ISS e do ICMS, e fica isento de outros tributos, como IRPJ, PIS, Cofins e IPI.

A última dessas modificações reclassificou como ME a empresa que auferir, em cada ano calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e como EPP aquelas com receita bruta superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

Em dezembro de 2011, os optantes pelo Simples já totalizavam 5,6 milhões de empresas, incluídos nesse total 1,6 milhão de Microempreendedores Individuais. A evolução dos optantes é apresentada no gráfico 2.

GRÁFICO 2 - Evolução dos optantes pelo Simples Nacional (em milhões)



Fonte: Receita Federal.

7 Leis Complementares 127/2007, 128/2008, 133/2009 e 139/2011

Ao final de 2012, os optantes pelo Simples Nacional já somavam 7,1 milhões, com forte participação dos MEI. Como a taxa de crescimento de MEI formalizados tem sido bastante expressiva, superando as taxas de formalizações das ME e das EPP, o Sebrae estima que, já em 2014, a quantidade de MEI formalizados supere a de ME e de EPP juntas, passando a representar mais de 50% do universo de optantes pelo Simples Nacional.

Organização do Atlas Nacional de Comércio e Serviços

Este Atlas Nacional de Comércio e Serviços constitui a primeira versão de iniciativa que será desenvolvida de maneira permanente, para satisfazer demanda de informações atualizadas e fidedignas sobre os setores de comércio e serviços na economia brasileira, em sua distribuição pelo território nacional.

O desenvolvimento do Atlas constitui iniciativa alinhada ao Plano Brasil Maior (PBM 2011-2014) e ao Plano Plurianual (PPA 2012-2015), em que se objetiva a criação de um referencial público de informações econômicas sobre o setor terciário no País, a fim de orientar as políticas públicas e os investimentos privados.

Para elaborar esse referencial, foi constituído Grupo de Trabalho composto por representantes da Secretaria de Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (SCS/MDIC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Também contamos com o apoio decisivo da Secretaria de Planejamento e Investimentos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPI/MPOG) para convergir esforços com o intuito de incluir e disseminar informações espaciais por meio da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE).

Com o objetivo de disseminar as informações contidas nesta publicação impressa e auxiliar pesquisas futuras e outras formas de cruzamento de dados e visualização de informações, encontram-se incluídas na INDE algumas variáveis

mostradas neste Atlas impresso. As informações podem ser acessadas em <http://www.visualizador.inde.gov.br/>, na parte temática, em Atlas Nacional de Comércio e Serviços.

Nesta primeira edição do Atlas, são apresentados alguns aspectos considerados fundamentais para a compreensão das atividades de comércio e serviços. Além desta introdução, o Atlas foi dividido em quatro capítulos, cada qual contendo mapas e textos de análises e contextualização das informações mostradas. Ao final, também é exposto um suplemento setorial com informações disponibilizadas por entidades representativas do setor privado que fazem parte dos conselhos setoriais do Plano Brasil Maior.

No capítulo 1, são mostradas características do contexto econômico e social do desenvolvimento recente da economia e da sociedade brasileiras, em que se destacam a distribuição pelo território de população, renda, emprego, educação e consumo. No capítulo 2, são apresentadas as atividades do comércio em sua distribuição de acordo com pesquisas por estados e municípios, inclusive pequenos negócios, por setor e subsetores, bem como o cruzamento de comércio e rendimento em mapas específicos dos estados brasileiros. No capítulo 3, são observadas as atividades de serviços em sua distribuição de acordo com pesquisas por estados e municípios, inclusive pequenos negócios, por setor e subsetores. No capítulo 4, mostram-se atividades de serviços logísticos que são fundamentais para a infraestrutura econômica brasileira, destacando-se a distribuição das empresas por municípios e a rede logística nacional.



Capítulo 1

Contexto Econômico e Social

Características da População e Mudanças Recentes

Com uma população de 190.755.799 habitantes em 2010 e uma superfície de 8.515.767,049 km², a República Federativa do Brasil apresenta dimensão continental quanto ao território e ao tamanho populacional, de acordo com o Atlas do Censo Demográfico 2010, do IBGE. Foram registrados 5.655 municípios em 2010. A economia brasileira é variada em sua composição setorial, embora sejam observadas diferenças regionais e locais de concentração de atividades. O ambiente econômico e social brasileiro tem sido caracterizado por mudanças profundas nos últimos anos, em especial quanto ao nível de atividade econômica, emprego, renda e consumo. Esse contexto é importante para compreender a distribuição das atividades do setor terciário no território nacional.

Os mapas do Brasil com corte municipal apresentados neste capítulo referem-se principalmente ao Censo 2010, mas também foram utilizadas outras fontes para apresentar aspectos relevantes para o contexto econômico e social do País, como é o caso do PIB municipal, de agências bancárias e do deslocamento para compras. Nesta introdução, são avaliados também outros dados que revelam aspectos fundamentais do desenvolvimento recente.

A evolução demográfica observada nos Censos brasileiros, apesar de ter crescido 1,29 vezes no período 1991/2010, está associada a aumentos decrescentes na população (Tabela 1). A taxa média geométrica de crescimento anual vem decrescendo no período 1991/2010, quando passou de 1,64%, entre 1991 e 2000, para 1,17%, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, refletindo processo de declínio generalizado da fecundidade.

A distribuição da população no território nacional ainda está relacionada ao histórico de povoamento no litoral e no interior próximo a este, no entanto, atividades econômicas na agricultura, obras públicas, atividades extrativas e indústrias localizadas e outros ramos dinâ-

micos têm impulsionado crescimento populacional em outras localidades. As Regiões Sudeste, Nordeste e Sul abrangem, respectivamente, 42,13%, 27,83% e 14,36% do total da população brasileira e continuam a ser as mais populosas, ao passo que Norte e Centro-Oeste compreendem, respectivamente, 8,32% e 7,37% da população em 2010, embora apresentem as maiores taxas de crescimento da última década.

População Residente, segundo as Grandes Regiões - 1991/2010

	1991	2000	2010
Brasil	146.825.475	169.799.170	190.755.799
Norte	10.030.556	12.900.704	15.864.454
Nordeste	42.497.540	47.741.711	53.081.950
Sudeste	62.740.401	72.412.411	80.364.410
Sul	22.129.377	25.107.616	27.386.891
Centro-Oeste	9.427.601	11.636.728	14.058.094

Fonte: Atlas do Censo Demográfico 2010

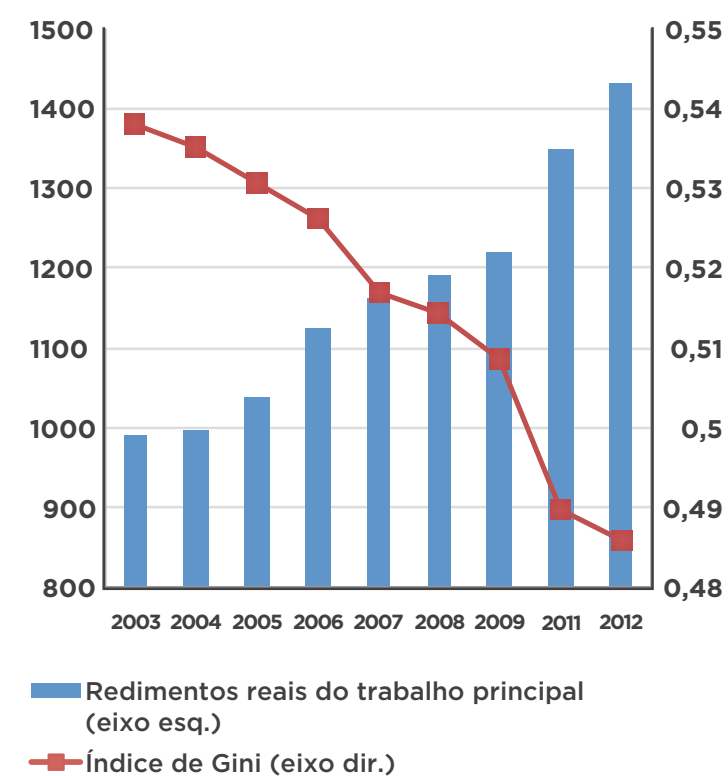
Quando ao perfil socioeconômico da população, notam-se nos mapas desigualdades regionais na sociedade brasileira. O nível de ocupação mostra-se mais elevado em regiões mais dinâmicas economicamente. Também a população economicamente ativa tem maior participação nas grandes cidades mais desenvolvidas.

Os mapas de rendimento domiciliar revelam desigualdades regionais, em que Nordeste, Norte de Minas Gerais e diversas áreas da Região Norte concentram menores rendimentos, aspecto que é ressaltado pela mediana do rendimento, em especial nas regiões rurais. De maneira semelhante, olhando-se o lado da produção, o PIB Municipal per capita mais elevado concentra-se no Sudeste, Centro-Oeste e Sul.

Apesar da concentração espacial da economia brasileira, verificam-se aspectos do desenvolvimento recente quanto a renda e emprego que representam mudanças econômicas significativas. Ocorre melhora no emprego e na renda, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, conforme destaca o IPEA (2013). Em 2012, a taxa de desocupação ficou em 6,7%, sendo a menor taxa em 20 anos e inferior aos 10,5% de 2003. Ao mesmo tempo, o grau de informalidade caiu de

50,4% em 2003 para 39,3% em 2012. O rendimento real médio do trabalho⁸ principal passou de R\$ 988,9 para R\$ 1.432,6, o que corresponde a expansão efetiva de 44,9%. Essa evolução é observada em conjunto com a diminuição da desigualdade no Brasil nos últimos anos, em que o Índice de Gini para os rendimentos reais do trabalho no Brasil recuou de 0,538 em 2003 para 0,486 em 2012.

Gráfico 1 – Evolução do Rendimento Real Médio do Trabalho Principal e do Índice de Gini



Fonte: IPEA (2013)

Nota-se que a diminuição da desigualdade ocorre em conjunto com o crescimento da classe média no país. De acordo com a SAE/PR (Brasil, 2012), estima-se que, em 2012, 53% da população brasileira (104 milhões de pessoas, do total de 200 milhões) já pertencia à classe média. A classe média cresceu de forma bastante acentuada, ao passar de 38% em 2002 para 53% da população em 2012, correspondendo a incremento de 37 milhões de pessoas. Nesse total, o crescimento natural da população contribuiu com 8 milhões, enquanto 29 milhões se devem à entrada de pessoas (quase 80% do total). De 2002 a 2012, ascenderam da classe baixa à média 21% da população, enquanto 6% ascenderam da classe média para a classe alta.

Percebe-se, nos mapas de distribuição dos níveis educacionais no Brasil, que, entre os anos de 2000 e 2010, a educação vem sendo aprimorada. As taxas de crescimen-

⁸ Conforme dados deflacionados com base em setembro de 2013.

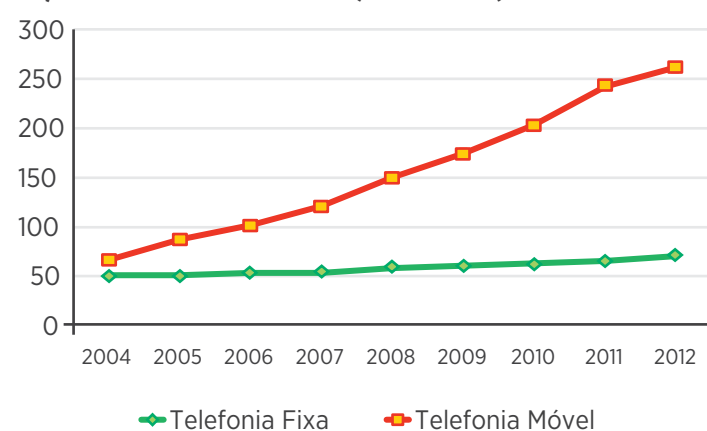
to ocorrerem em todas as faixas de ensino, no fundamental, no médio e no ensino superior. Embora nem todas as regiões se tenham desenvolvido da mesma forma, verifica-se maior nível do crescimento da aprendizagem, incluindo mulheres e homens. As mulheres se destacam significativamente, na comparação com os homens, em diversas regiões brasileiras e categorias de ensino.

Relações de Consumo

A economia brasileira desenvolveu-se recentemente com inclusão e expansão do consumo de massa. Algumas características recentes podem ser observadas na disseminação do consumo de determinados bens e serviços. Ainda assim, a concentração do consumo e de acesso a compras ou ao crédito são elementos que moldam as relações de consumo existentes.

No setor de telefonia, nota-se grande evolução, ao longo dos últimos anos, na utilização de aparelhos de telefone celular, ao passo que a telefonia fixa obteve um nível de crescimento muito inferior. Os mapas também demonstram a boa distribuição territorial do uso de aparelhos celulares (quase metade do total de municípios brasileiros está na faixa entre 82,5% a 96,7% dos domicílios com aparelho de telefone celular), o que revela a facilidade de acesso a esse meio de comunicação pela população em geral.

Gráfico 2 - Evolução da utilização de serviços de telecomunicações em número de linhas (em milhões)

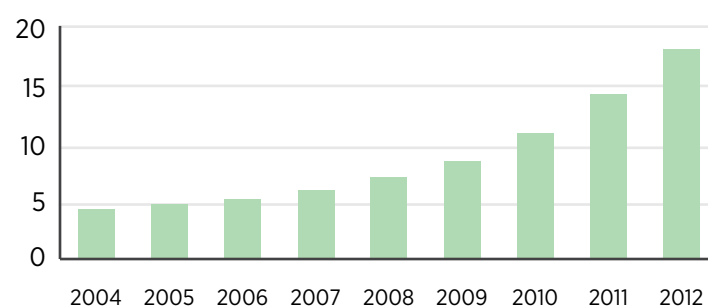


Fonte: ANATEL Dados 2012.

Cabe destacar, ainda no contexto do setor de telecomunicações, que o acesso ao serviço de TV por assinatura também obteve crescimento expressivo, saltando da marca de 3,85 milhões de domicílios para 16,19 milhões, o que representa, em termos percentuais, um aumento de 320%. Outro indicador relevante é o número de domicílios com televisão. A concentração de municípios cujo

índice de domicílios com TV fica na faixa de 94 a 100% verifica-se principalmente no Sul e no Sudeste, além de algumas regiões do Estado de Goiás e Mato Grosso do Sul.

Gráfico 3 - Evolução da utilização de serviços de TV por assinatura em número de domicílios (em milhões)



Fonte: ANATEL Dados 2012.

No ramo da informática, nota-se, pelos mapas, que mais de 3 mil municípios brasileiros estão nas faixas abaixo de 21,3% de domicílios com microcomputador e mais de 4,3 mil municípios nas faixas abaixo de 24,8% com microcomputador com acesso à internet. Na maioria dos municípios brasileiros é baixo o número de domicílios que possuem microcomputadores, sendo ainda menor a proporção de domicílios com acesso à internet, o que revela potencial de crescimento nessas atividades.

No setor automotivo, percebem-se pontos de concentração no Sul e no Sudeste em relação ao número de domicílio com automóveis para uso particular. As regiões que se apresentam nas faixas mais baixas são principalmente Norte e Nordeste. Com relação a motocicletas, as concentrações ocorrem principalmente nos Estados de Roraima, Pará, Rondônia, Mato Grosso e Piauí e em regiões de menor nível de renda.

No tocante ao sistema financeiro, é oportuno destacar que o País vivenciou um grande aprofundamento. De acordo com o Banco Central do Brasil, o estoque total de crédito atingiu R\$2.360 bilhões em dezembro de 2012. A relação crédito/PIB atingiu 53,5% em 2012, mais do que dobrando frente aos 24,6% registrados em 2003. Associada ao aumento do sistema financeiro está a expansão dos meios de pagamento. A quantidade de cartões de crédito e débito em circulação no Brasil aumentou consideravelmente no período de 2006 a 2011. Enquanto a quantidade de cartões de crédito quase dobrou no período (de 85 milhões em 2006 para 169 milhões em 2011), a quantidade de cartões de débito aumentou em 47,6% (de 174 milhões em 2006 para cerca de 257 milhões em

2011). Nota-se, contudo, que, ainda que o crédito e os meios de pagamento tenham crescido, as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro concentram geograficamente de modo acentuado a rede bancária, seguidas por algumas capitais e outras cidades no Estado de São Paulo, segundo dados de 2010 (IBGE, 2010).

Por fim, podemos verificar uma interessante relação entre diversas regiões, representada pela existência de deslocamentos intermunicipais e interestaduais de pessoas para consumo no varejo. Destaca-se que a cidade de Belo Horizonte obteve, de acordo com o mapa do IBGE, o maior número de menções como destino para compras, sendo seguida, entre outras, por São Paulo, Fortaleza, Natal, Teresina e Maringá. Além disso, há cidades que são destino de consumidores que viajam longos percursos, como Manaus e Goiânia.

População, Emprego, Renda e Educação

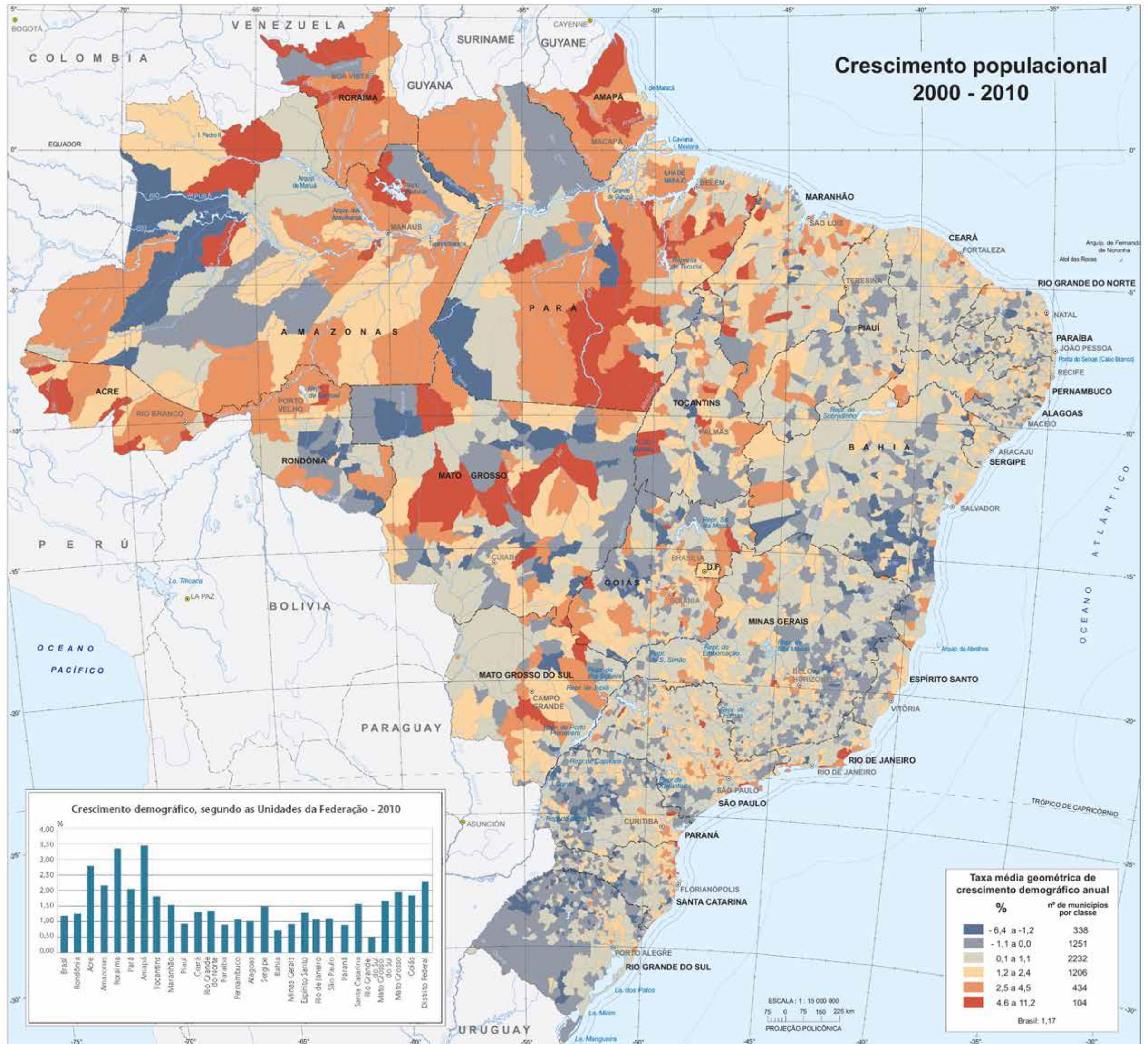
Distribuição Espacial da População



Fonte: IBGE, Atlas do Censo Demográfico 2010

População, Emprego, Renda e Educação

Crescimento Populacional

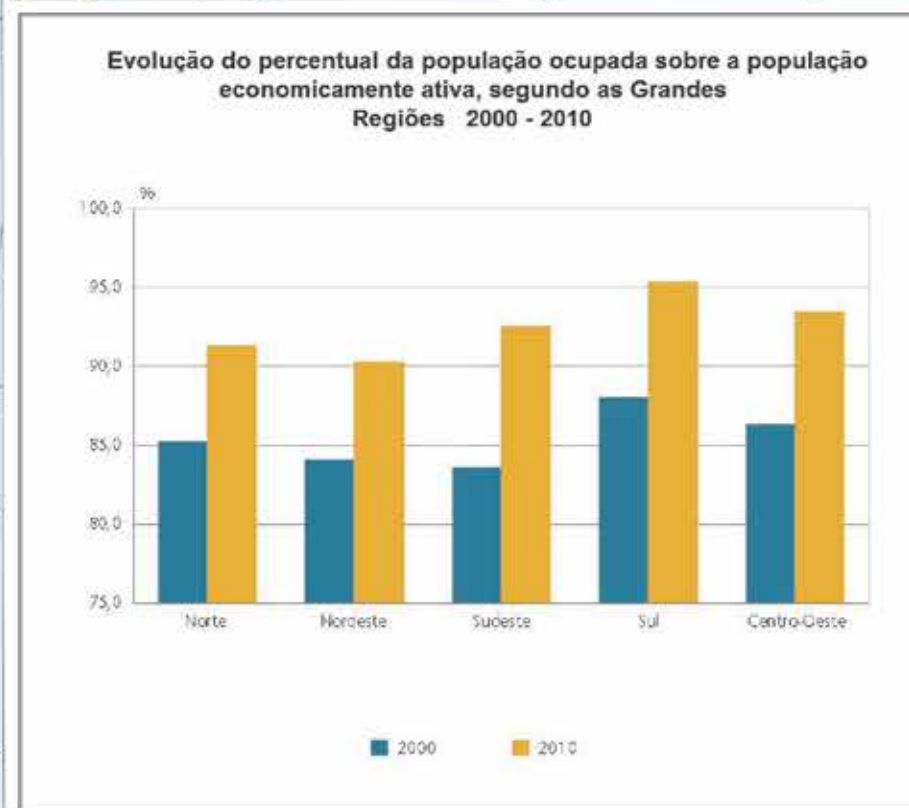
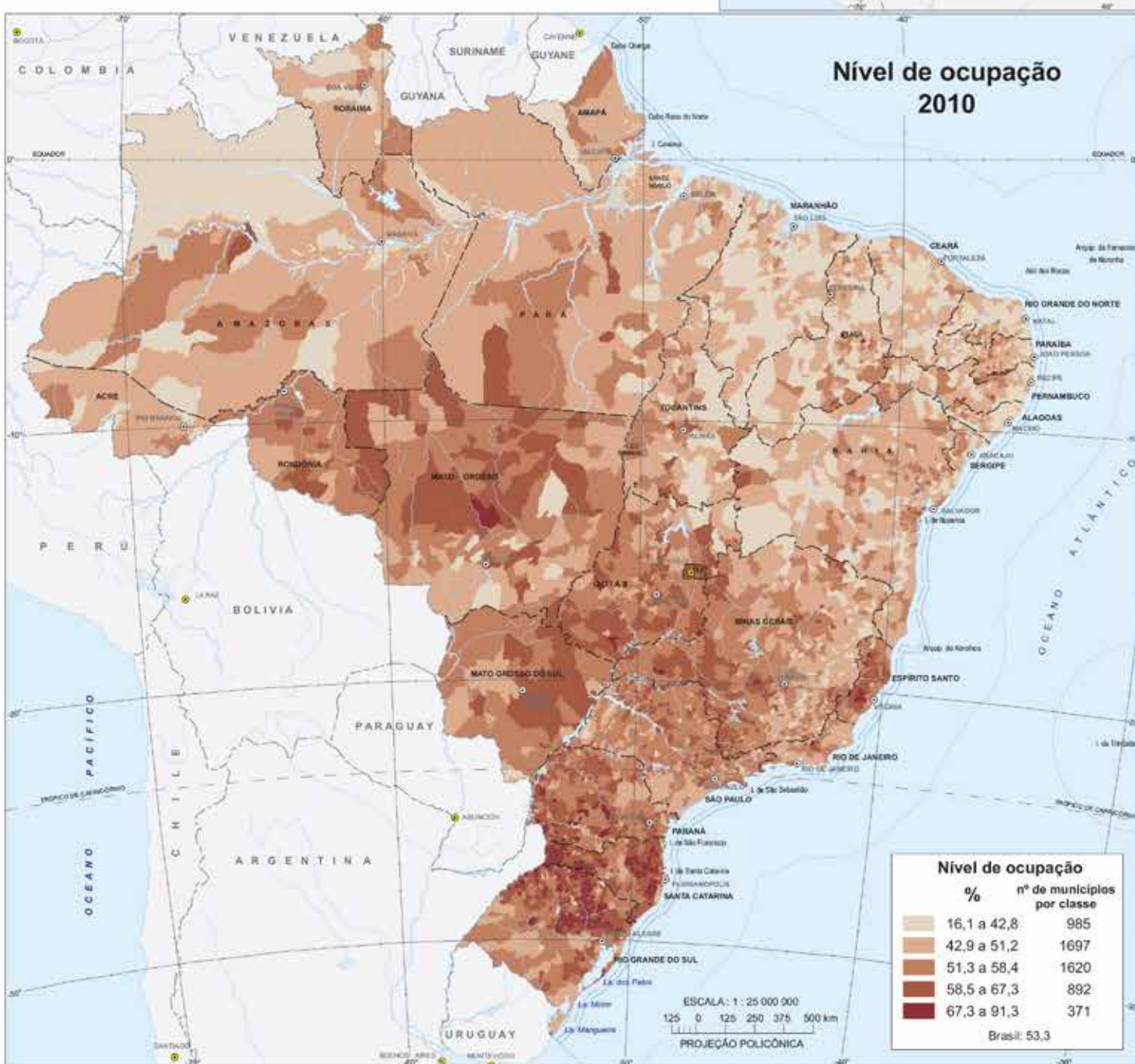
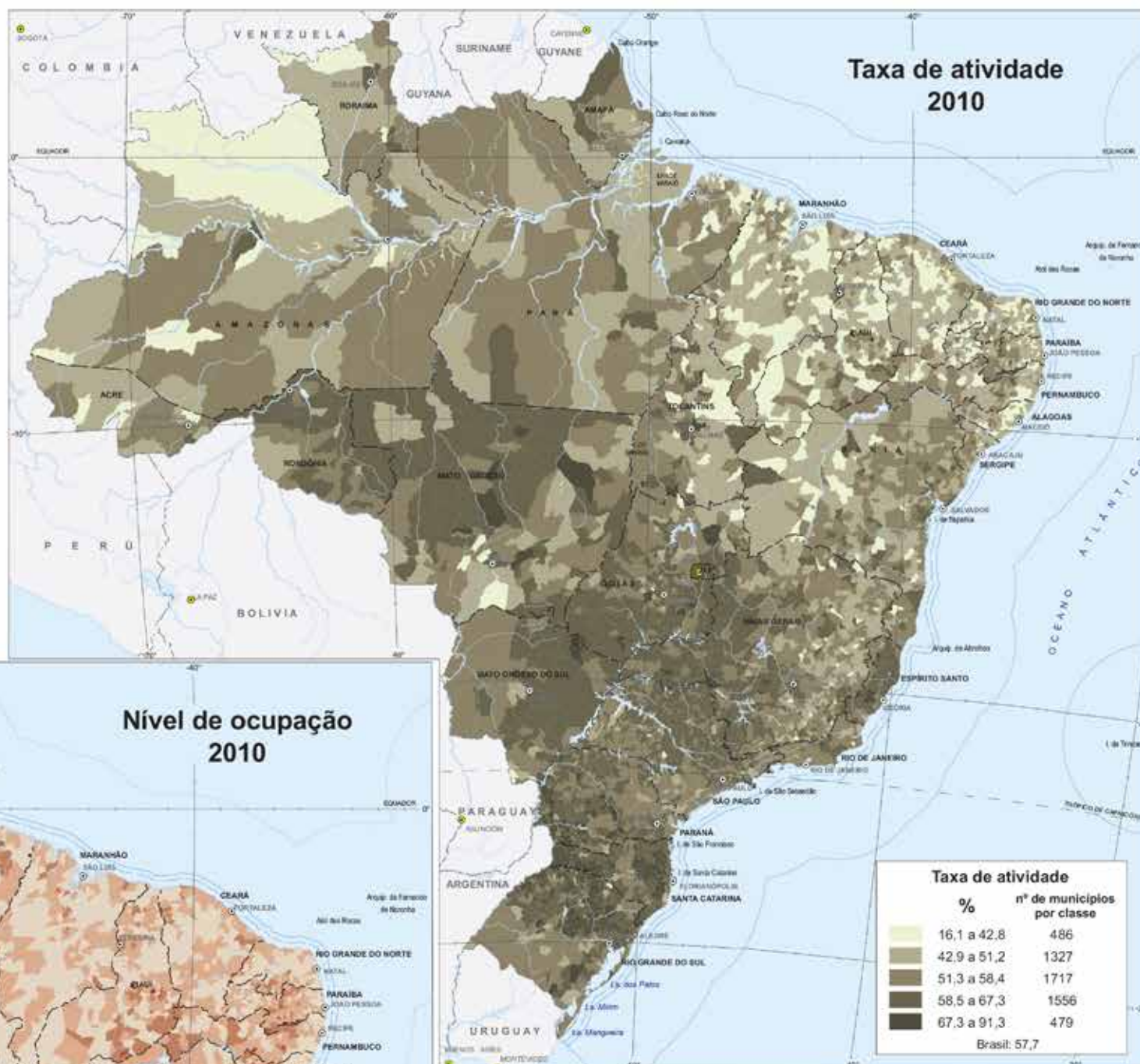
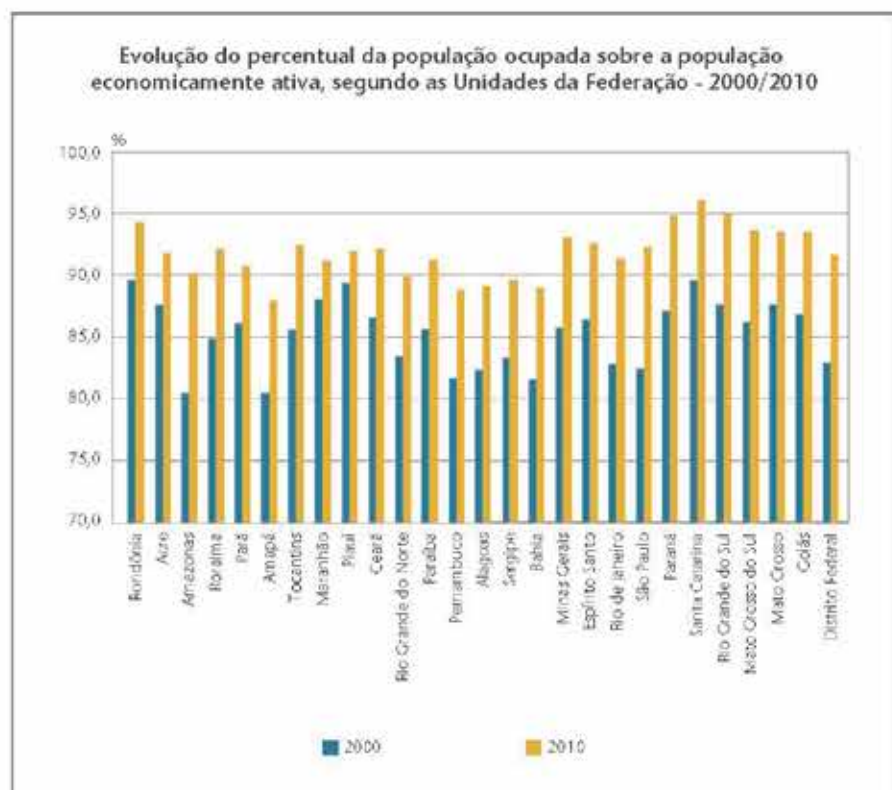


Fonte: IBGE, Atlas do Censo Demográfico 2010

Nota: A taxa média geométrica de crescimento demográfico anual corresponde ao incremento médio anual da população entre 2000 e 2010.

População, Emprego, Renda e Educação

Taxa de Atividade e Nível de Ocupação

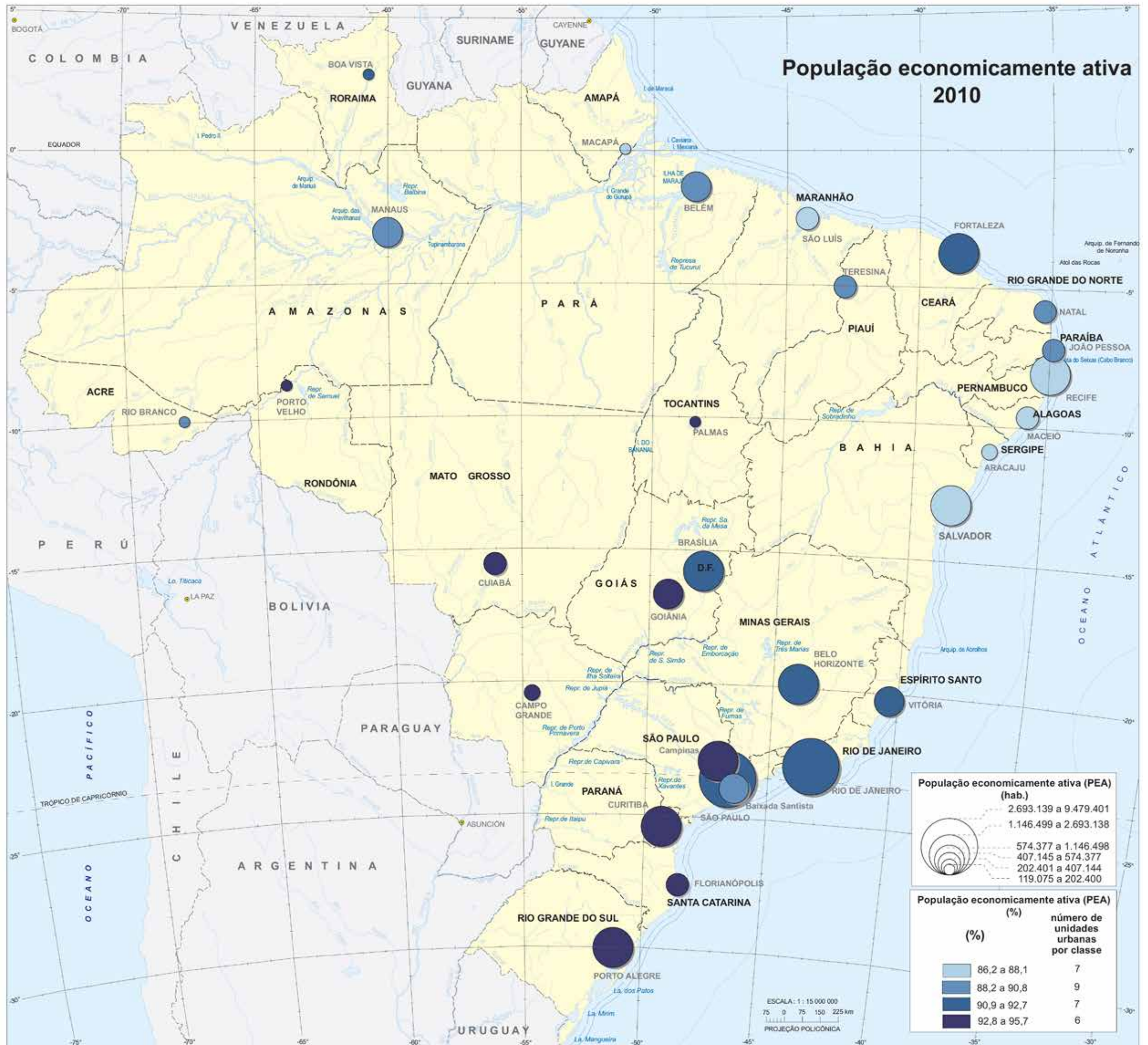


Fonte: IBGE, Atlas do Censo Demográfico 2010

Nota: A taxa de atividade é calculada através do percentual da população economicamente ativa sobre a população com 10 anos ou mais de idade. O nível de ocupação é calculado pelo percentual da população ocupada sobre a população com 10 anos ou mais de idade.

População, Emprego, Renda e Educação

População Economicamente Ativa



Fonte: IBGE, Atlas do Censo Demográfico 2010

População, Emprego, Renda e Educação

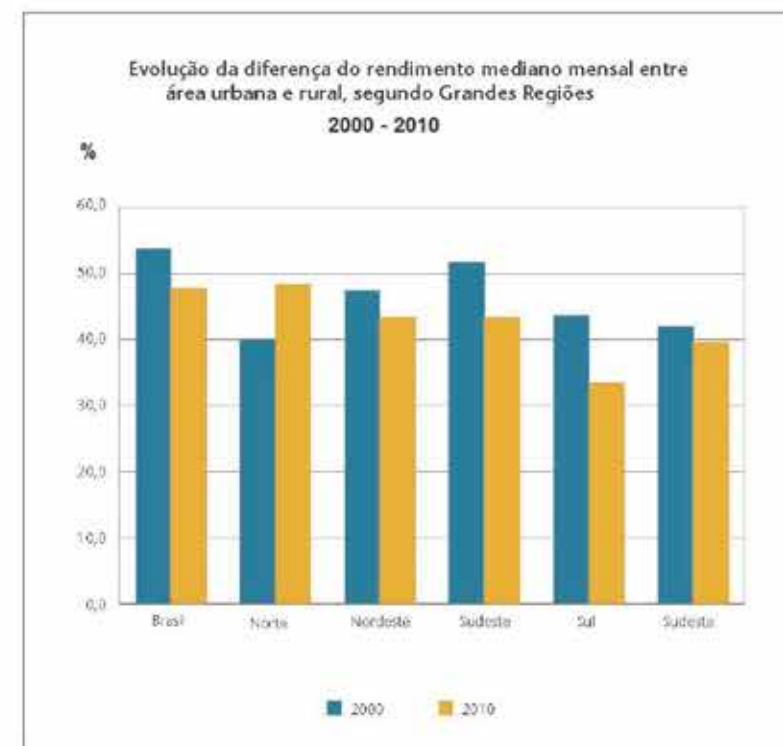
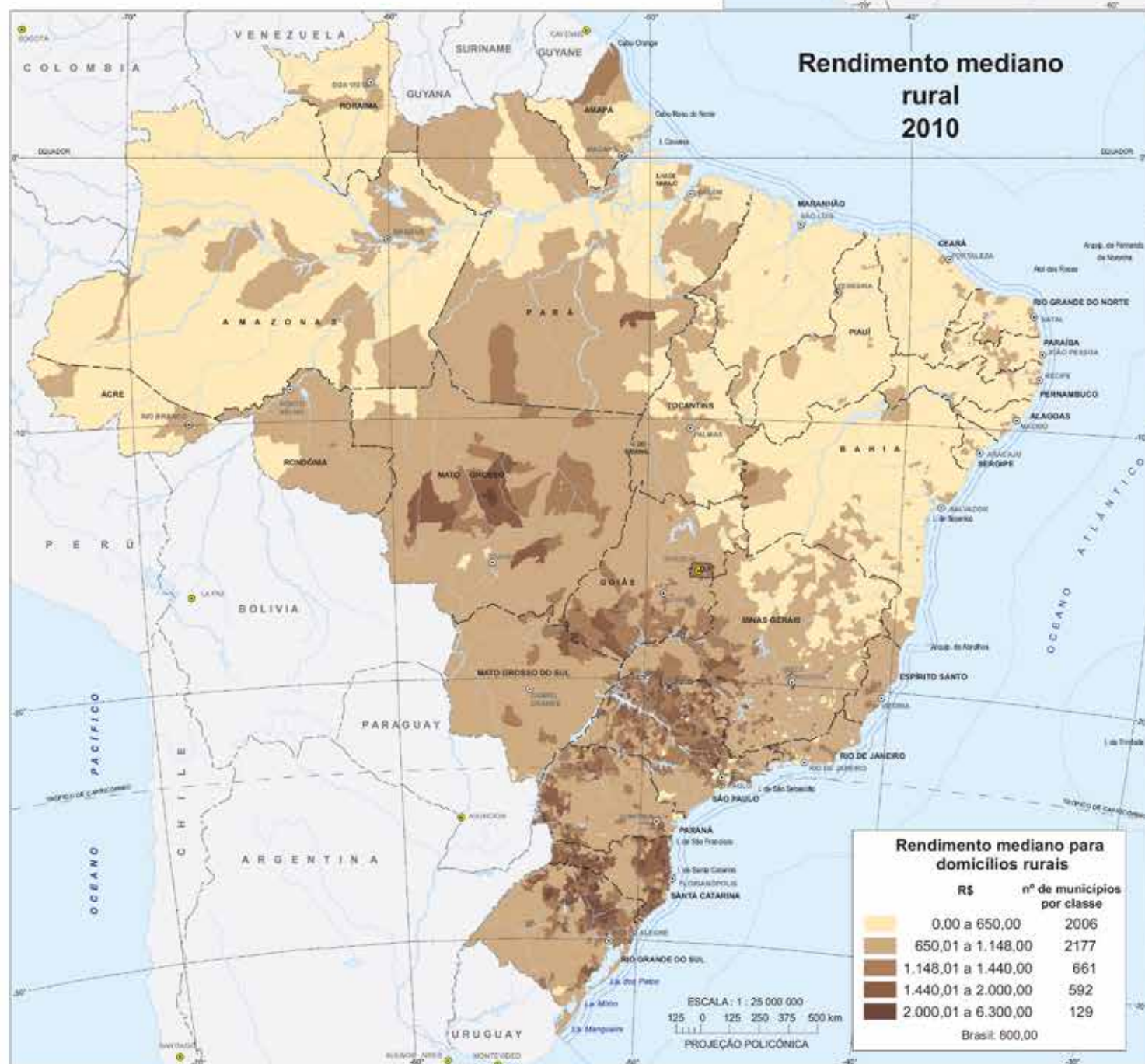
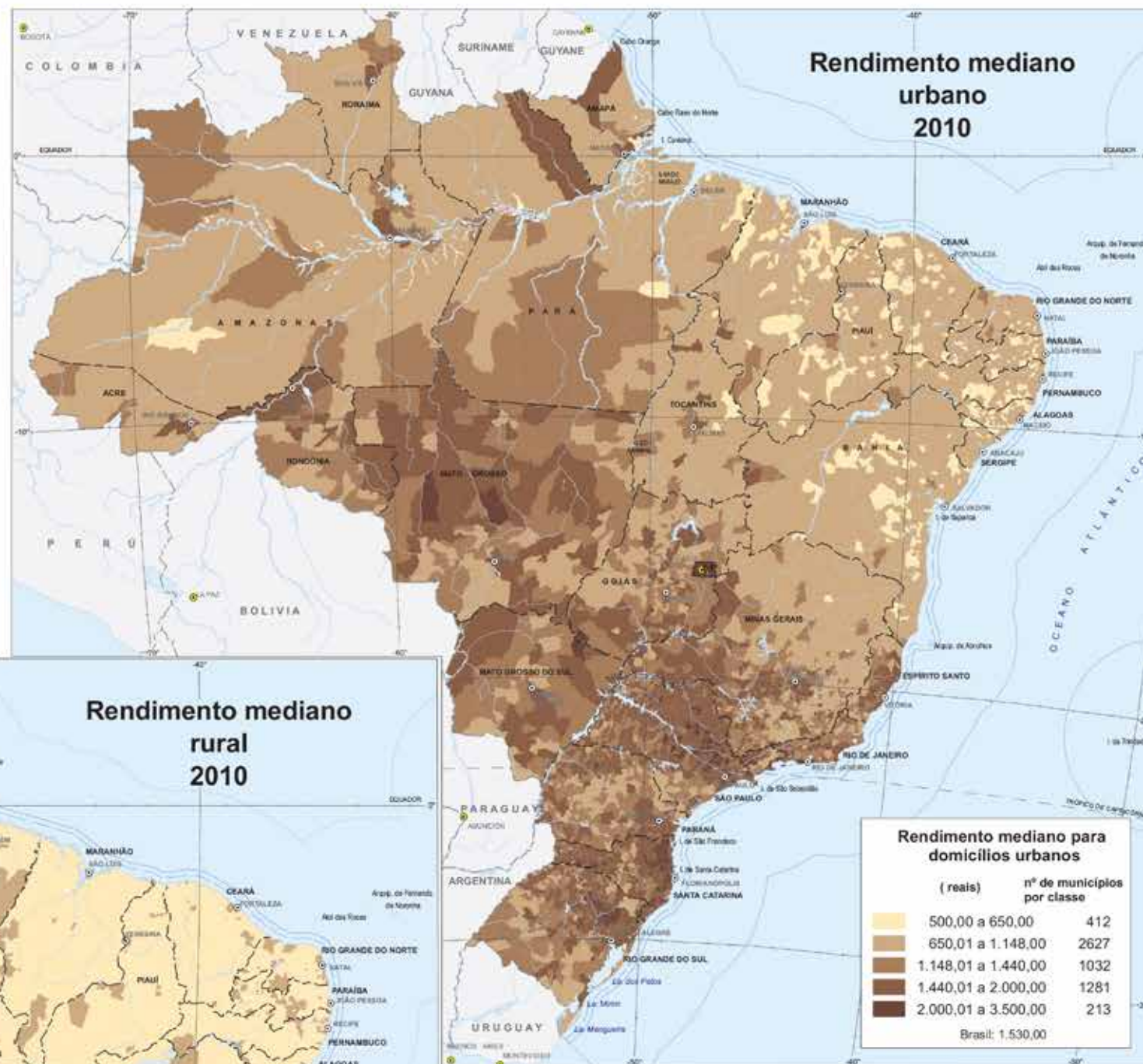
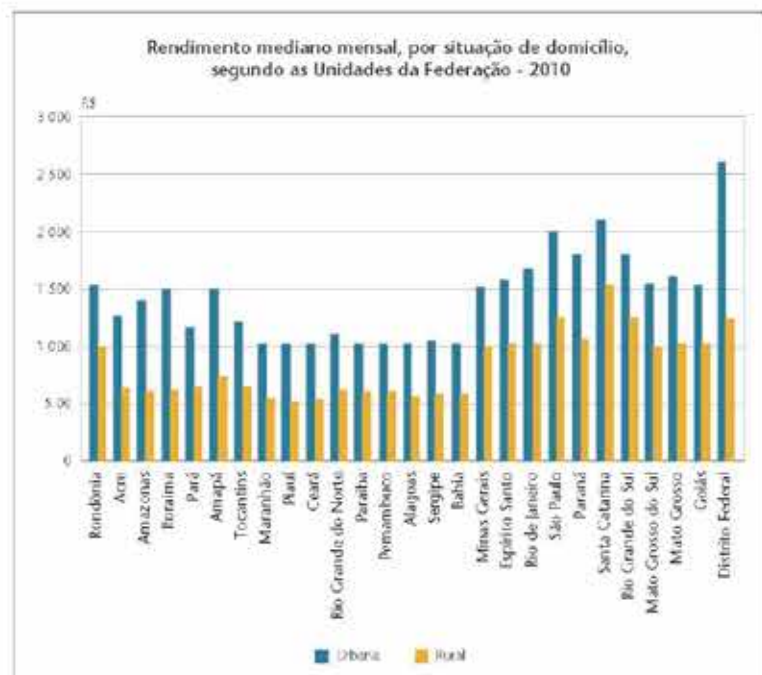
Rendimento Médio Domiciliar 2010



Fonte: IBGE, Atlas do Censo Demográfico 2010

População, Emprego, Renda e Educação

Rendimento Mediano Mensal Urbano e Rural

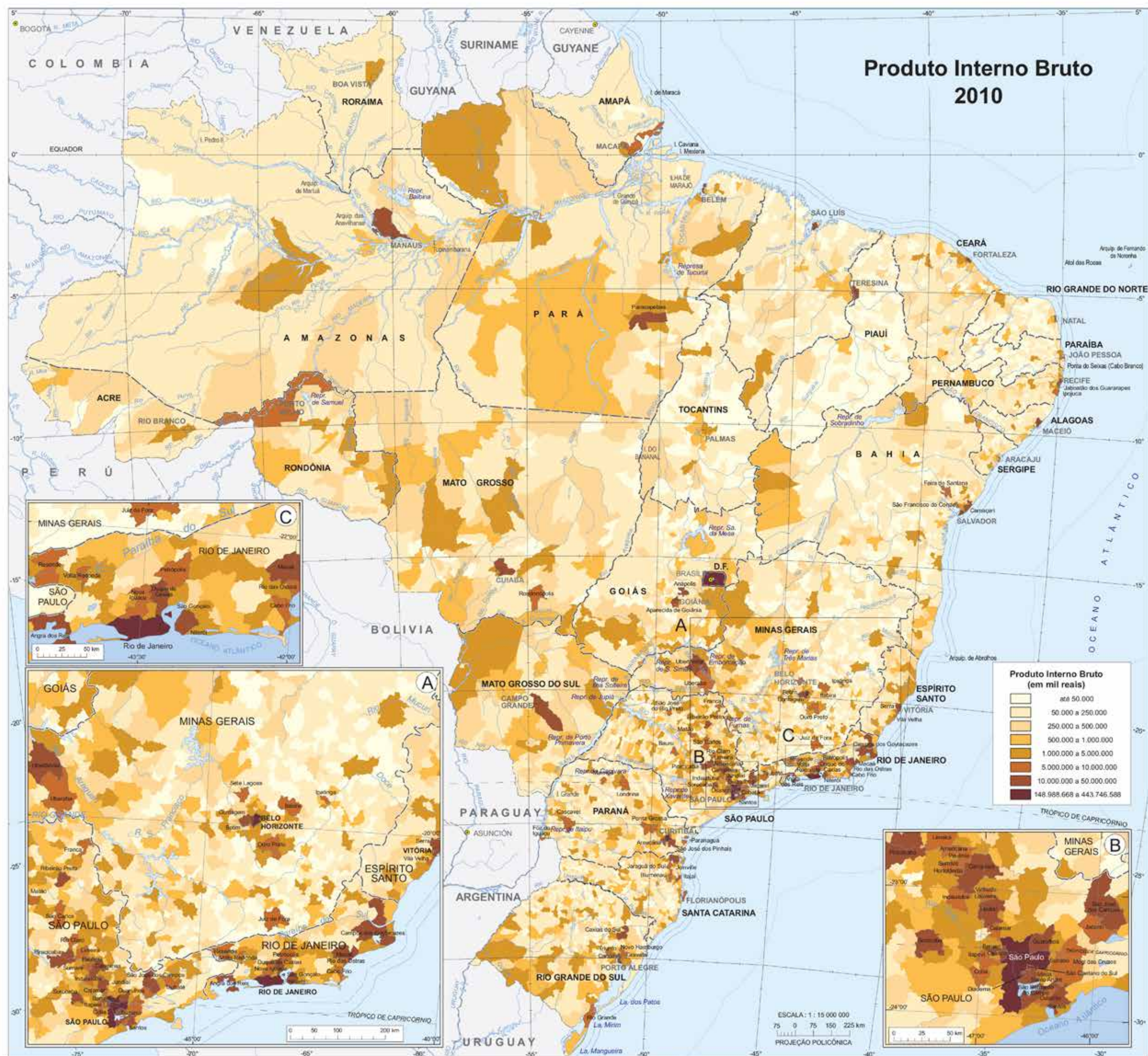


Fonte: IBGE, Atlas do Censo Demográfico 2010

Nota: Considerou-se para o cálculo da mediana o rendimento nominal mensal bruto, habitual, no mês de referência, do trabalho principal e dos demais trabalhos que a pessoa tinha na semana de referência.

População, Emprego, Renda e Educação

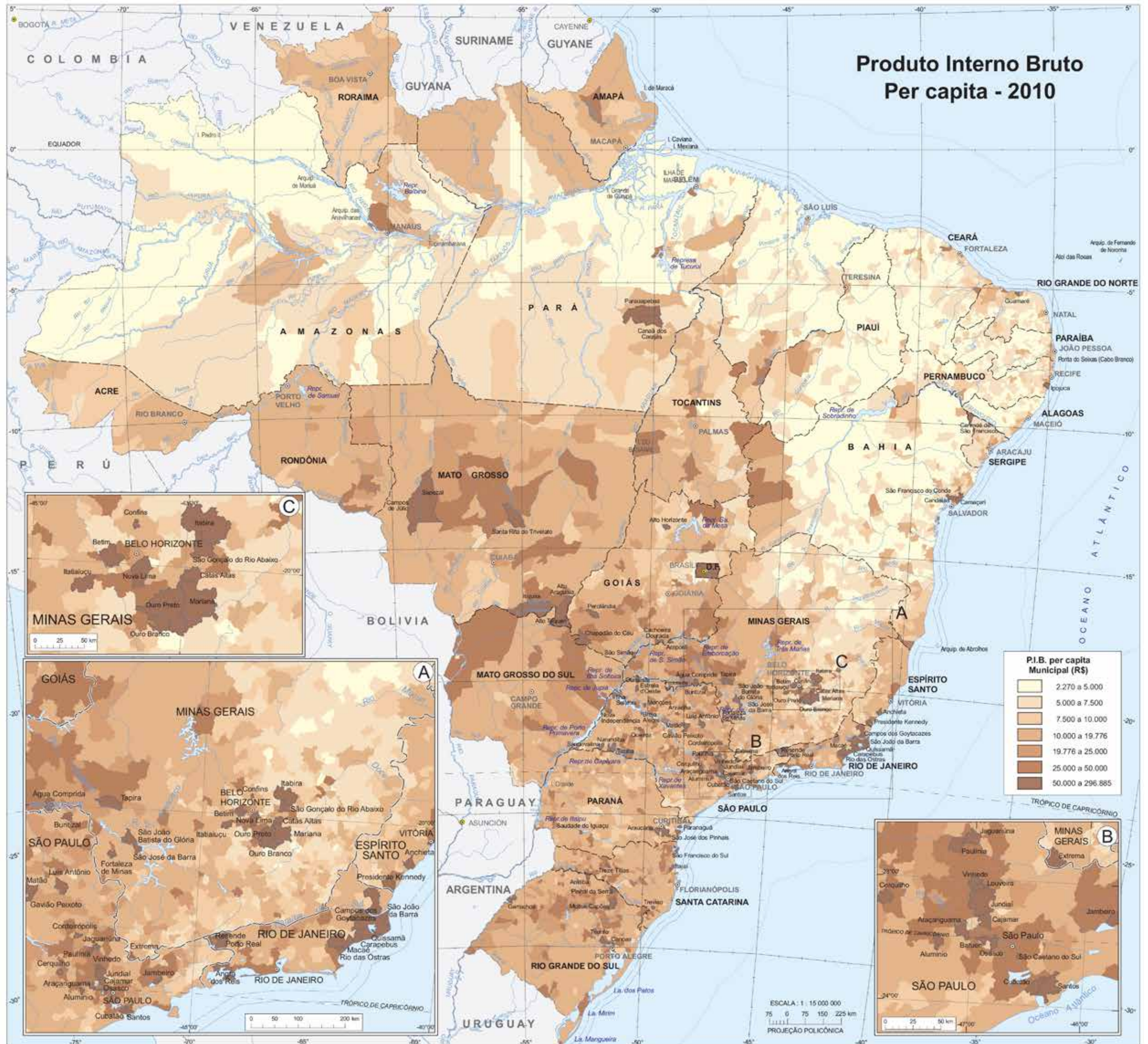
PIB Municipal



Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios, 2010.
Nota: Os municípios nomeados obtiveram P.I.B. superior a R\$ 5.000.000.000 (1 bilhão de Reais).

População, Emprego, Renda e Educação

PIB Per Capita

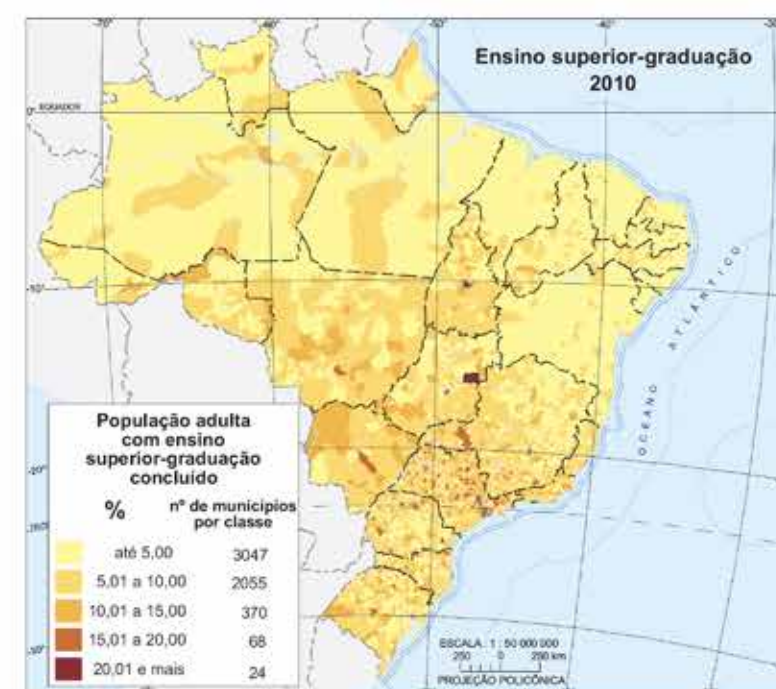
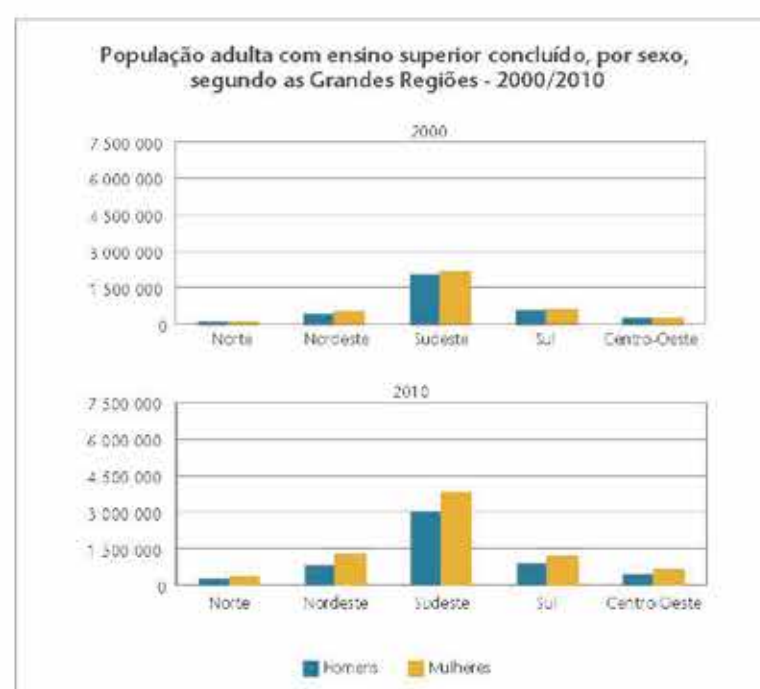
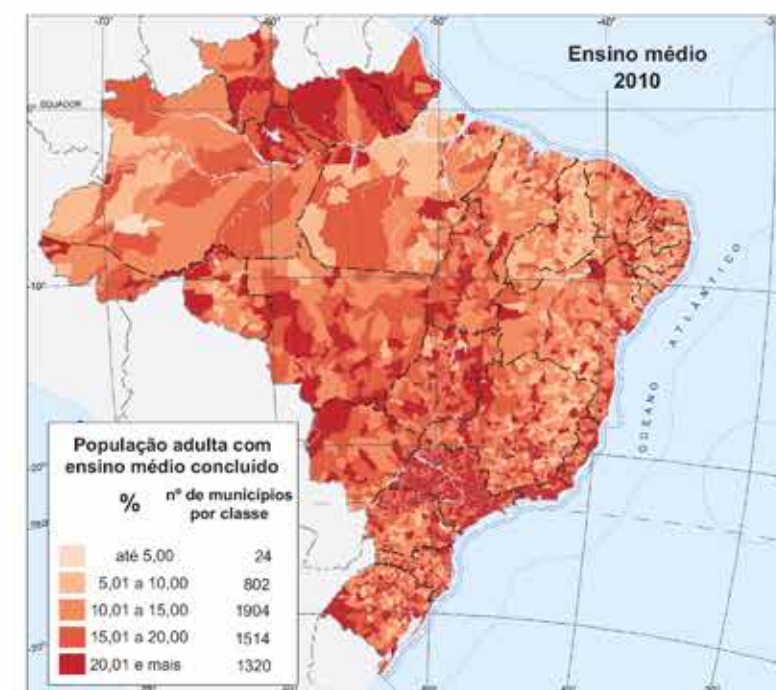
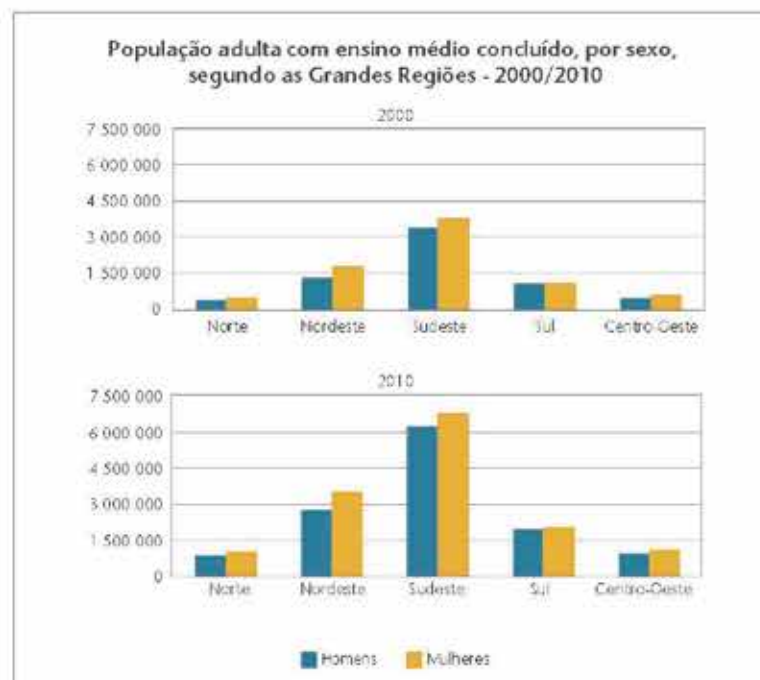
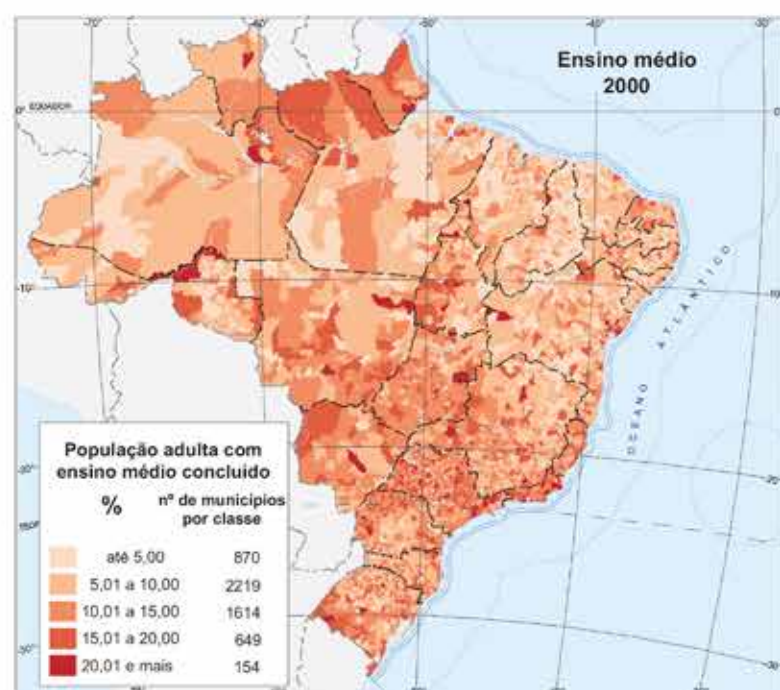
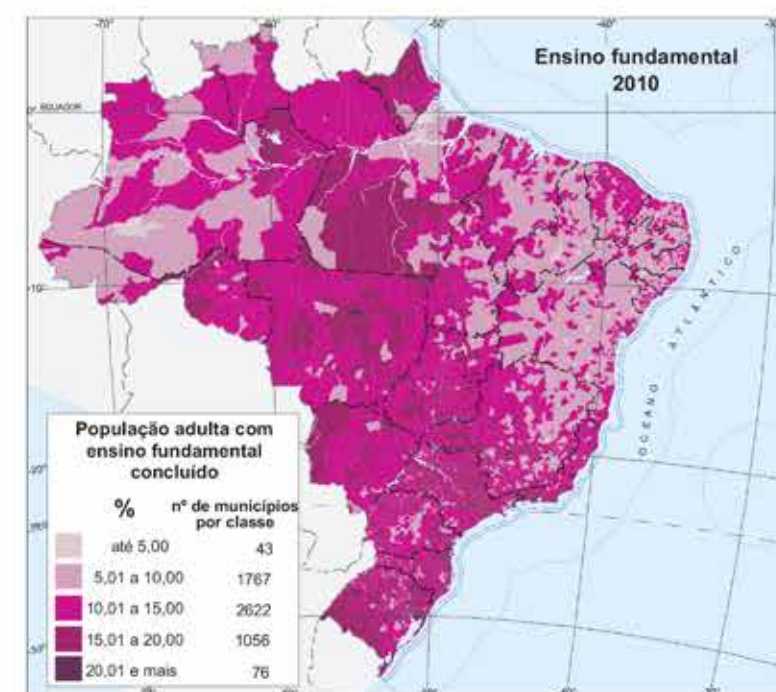
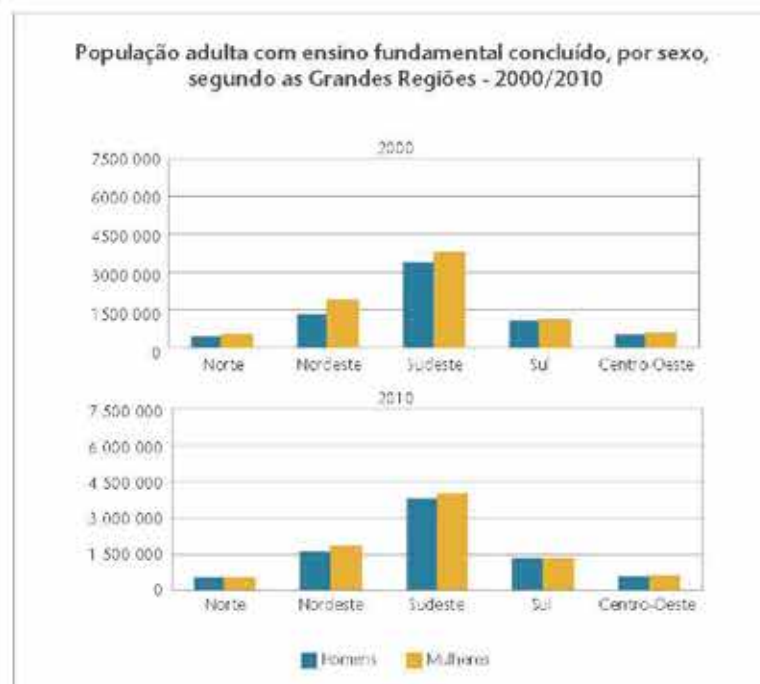
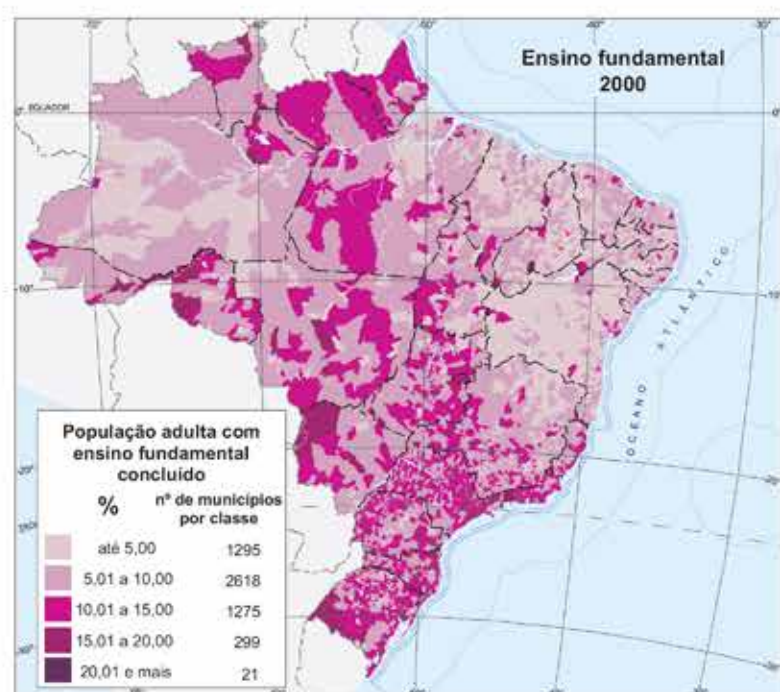


Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios, 2010.

Nota: Os municípios nomeados obtiveram P.I.B. superior a R\$ 1.000.000.000 (1 bilhão de Reais).

População, Emprego, Renda e Educação

População Adulta com Curso Regular Mais Elevado Concluído

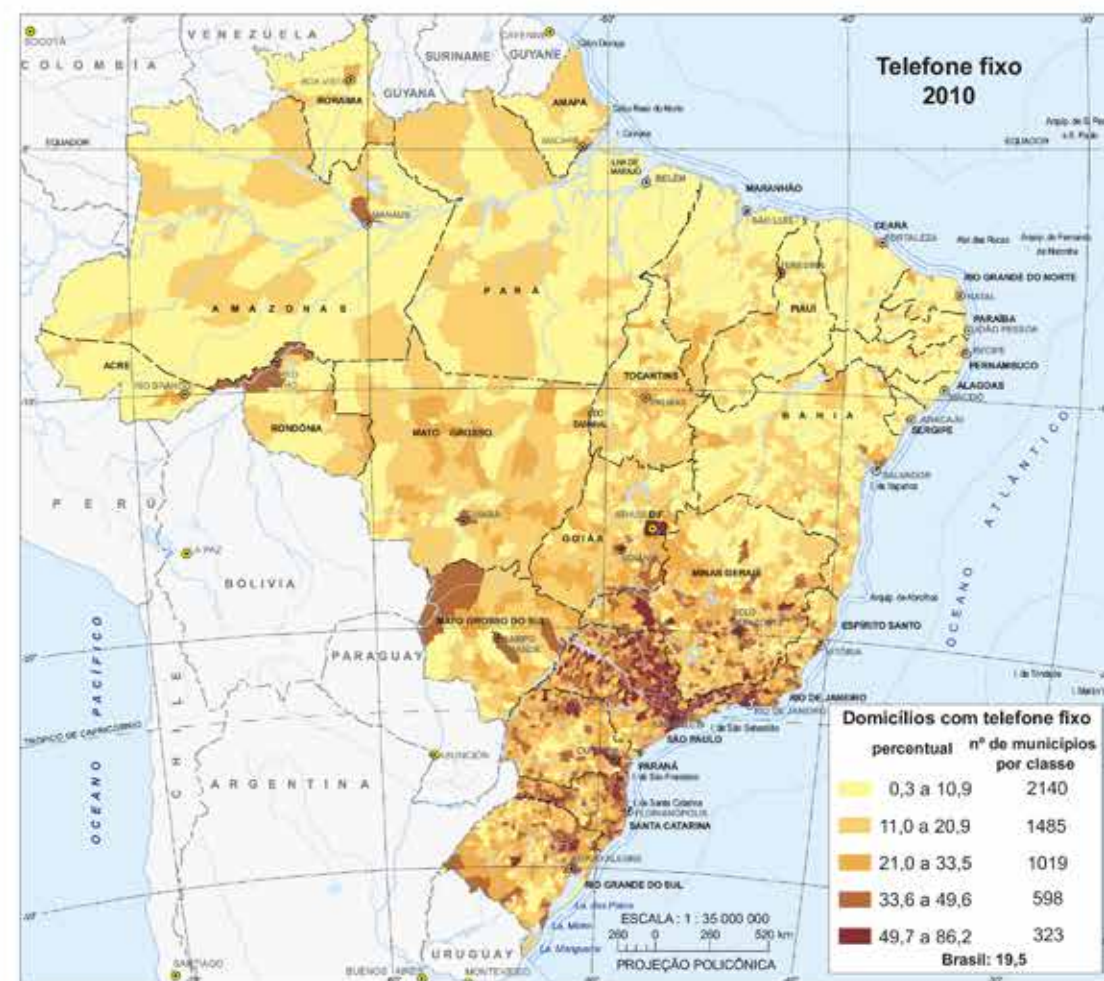
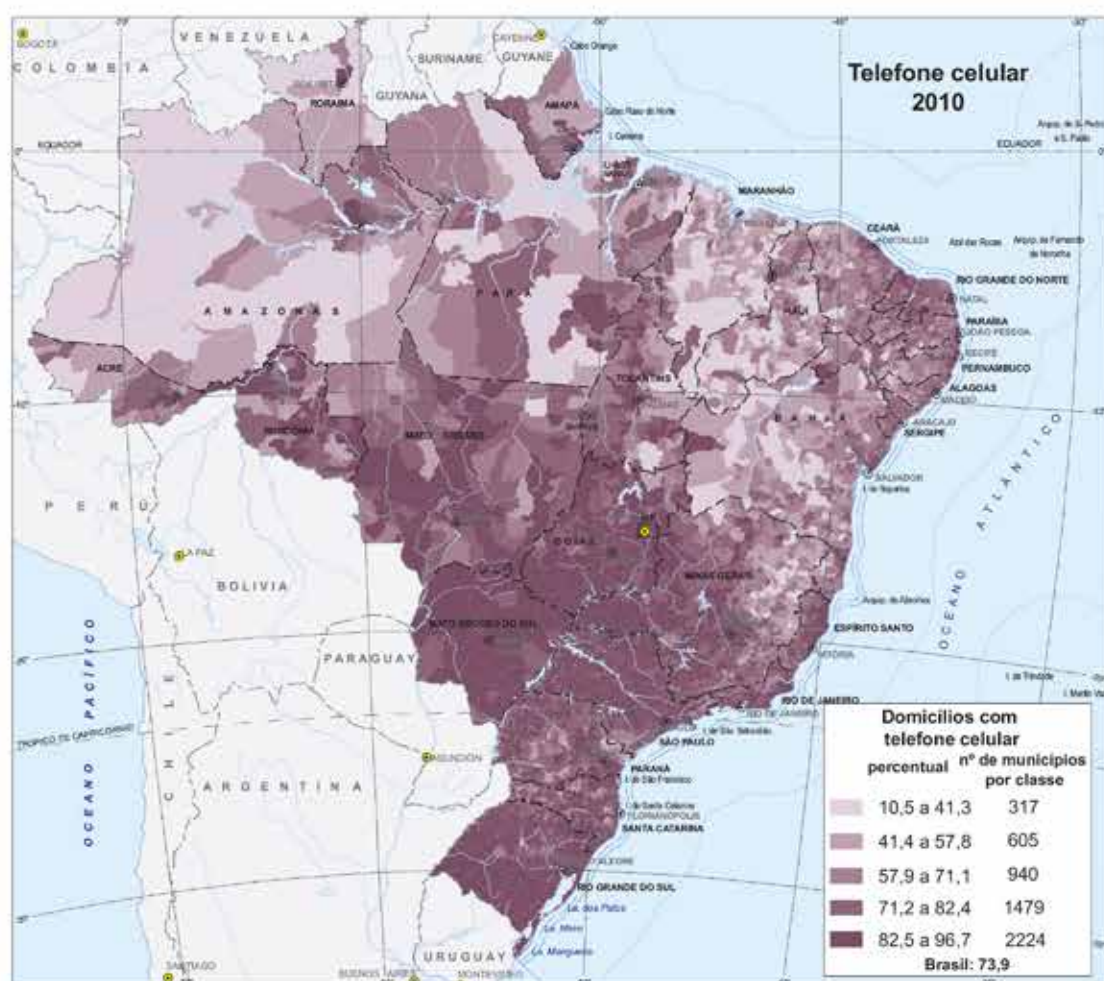
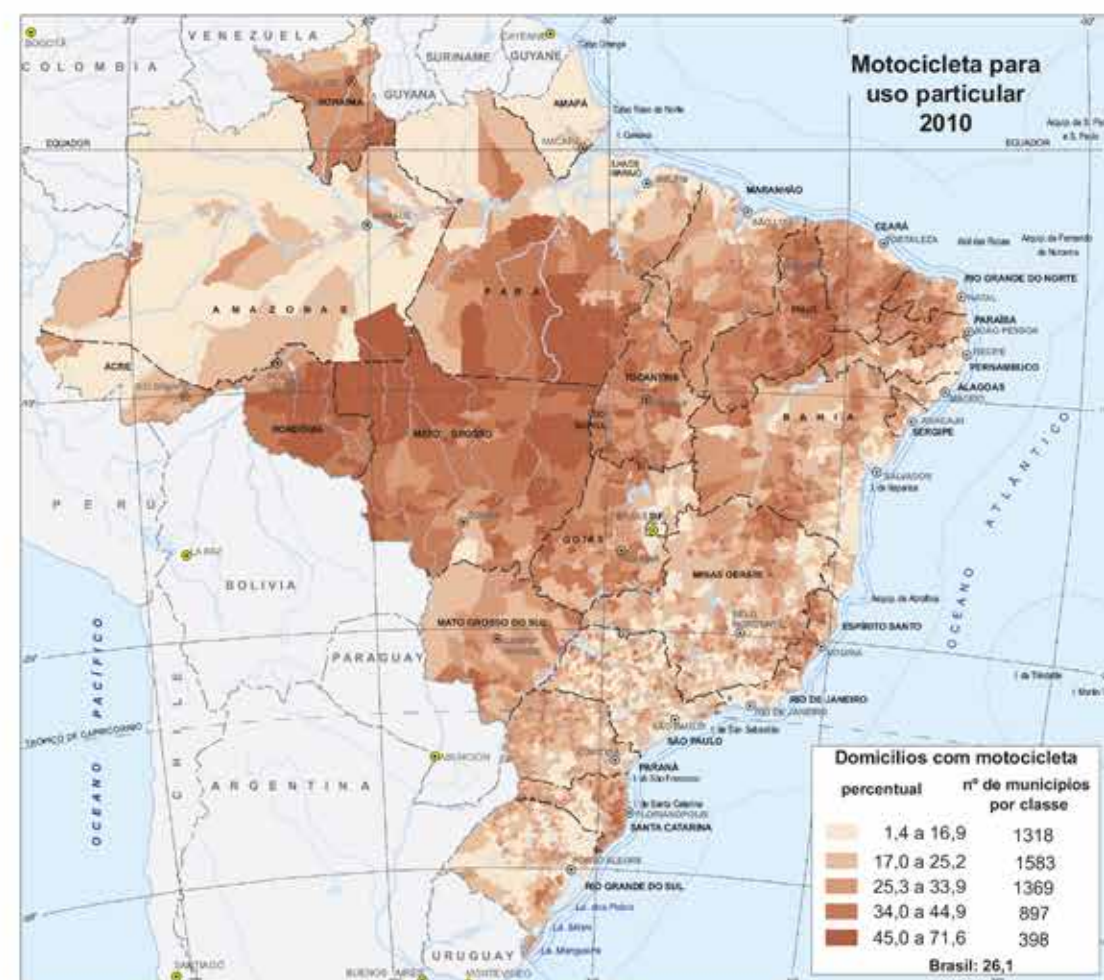
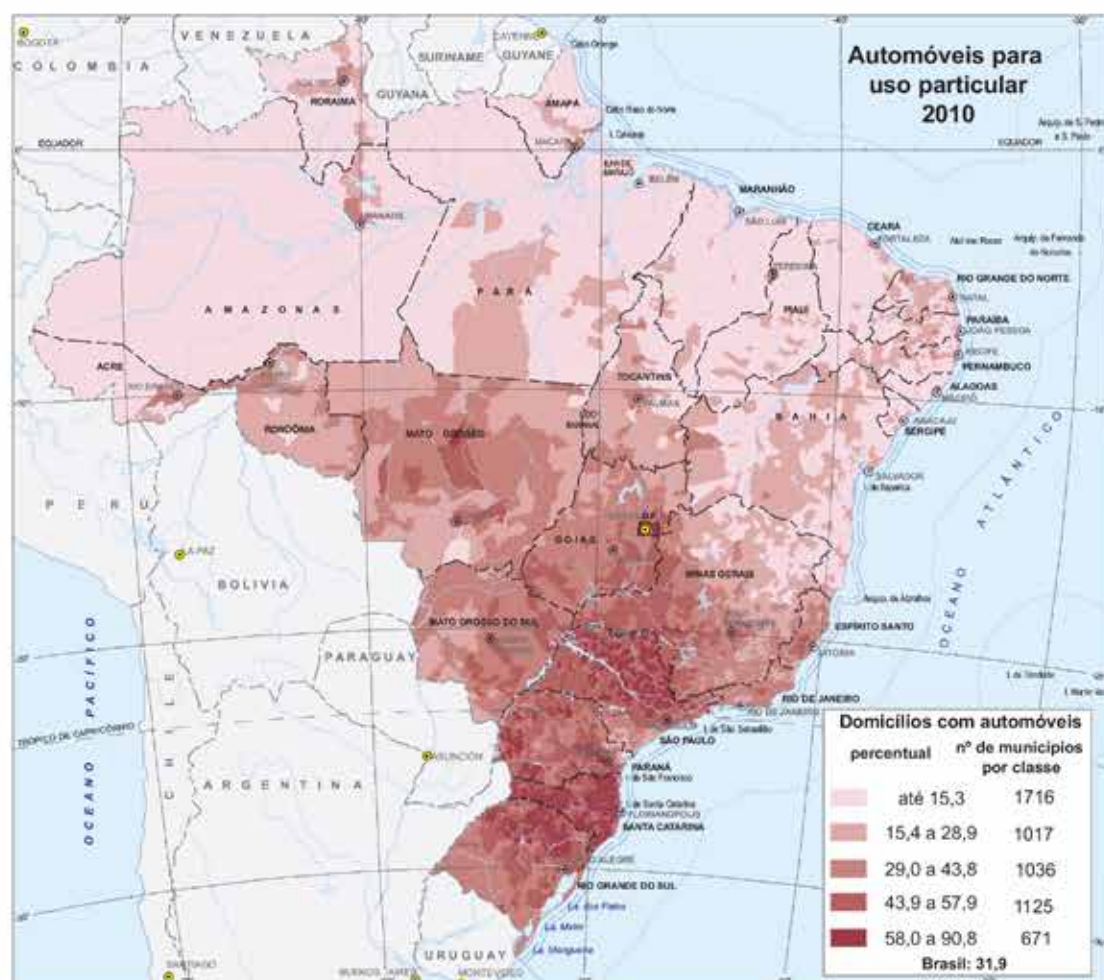


Fonte: IBGE, Atlas do Censo Demográfico 2010

Notas: Foi considerada população adulta aquela com 25 anos ou mais de idade. Os cursos regulares de que tratam os mapas referem-se aos mais elevados concluídos.

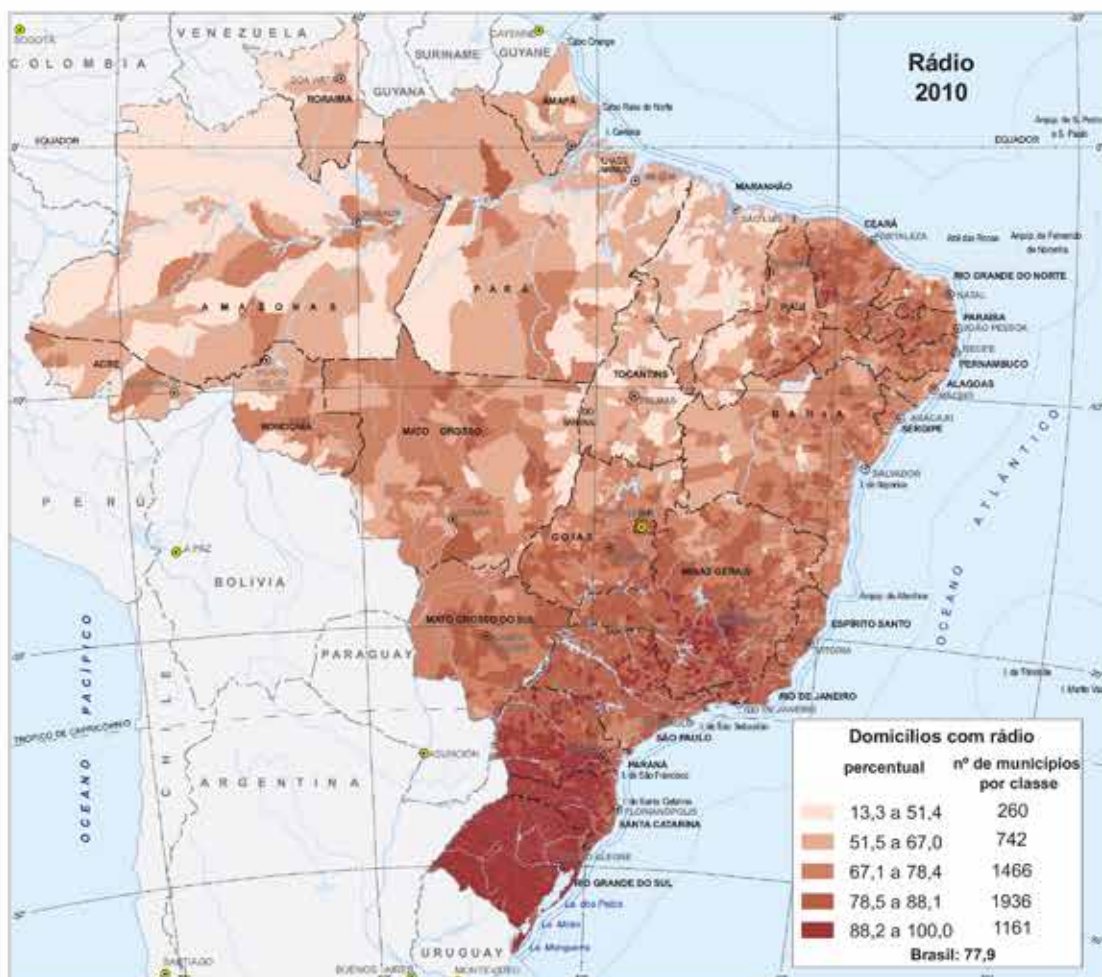
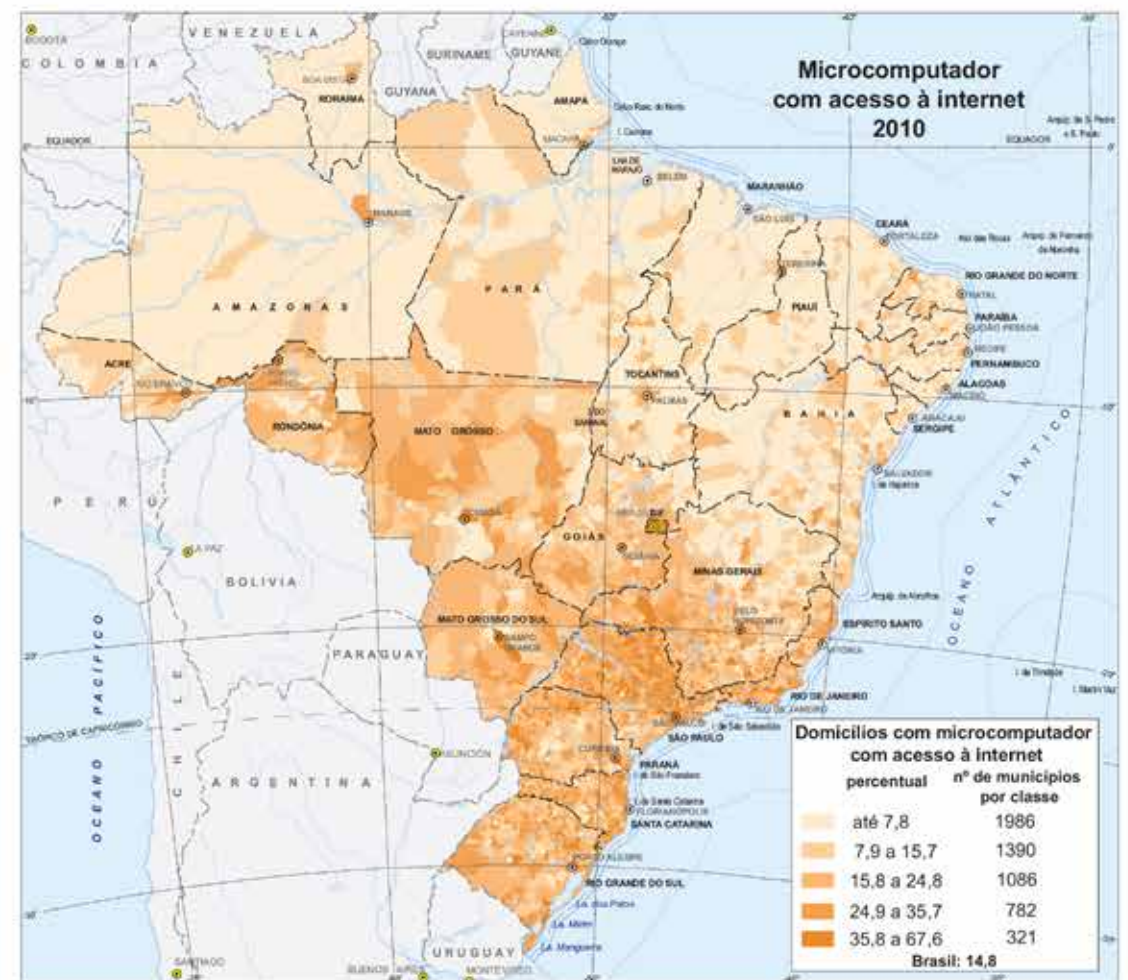
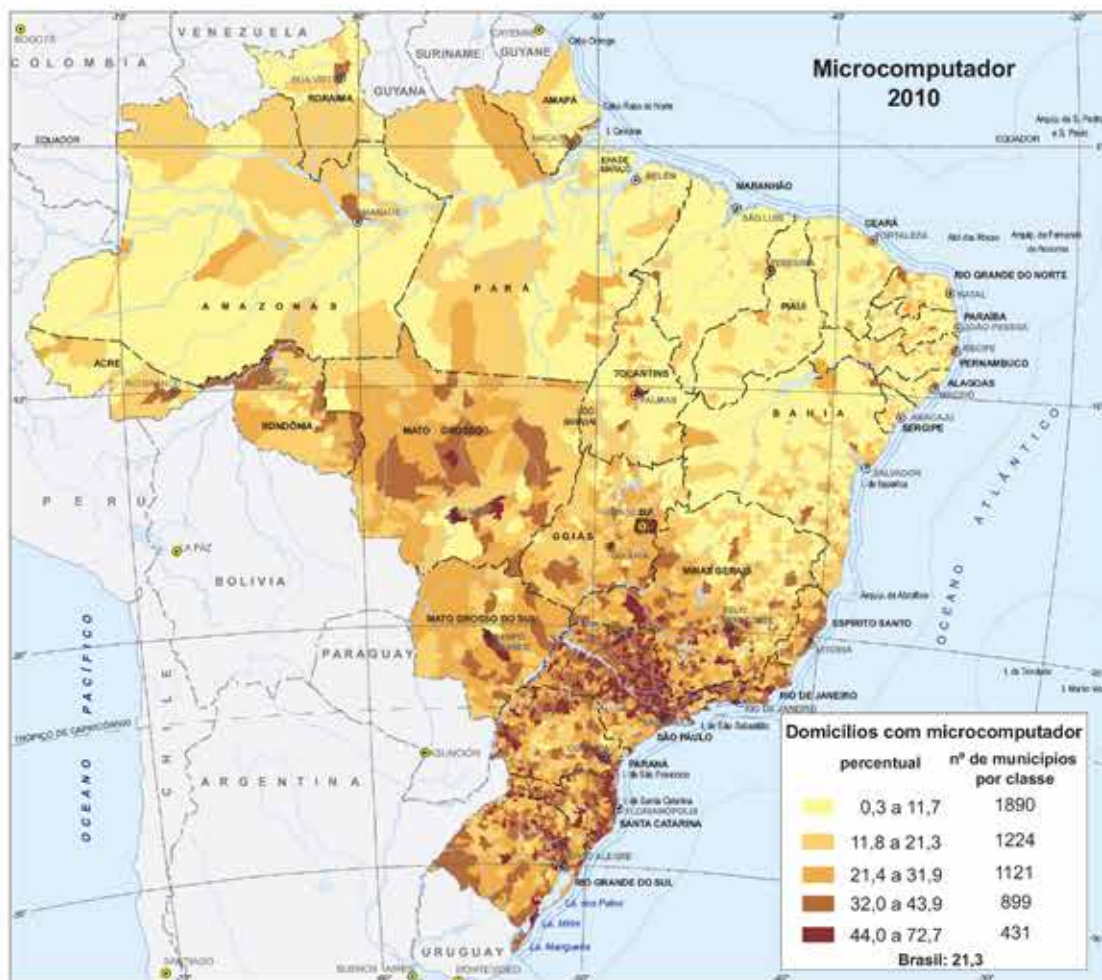
Relações de Consumo

Acesso a Bens



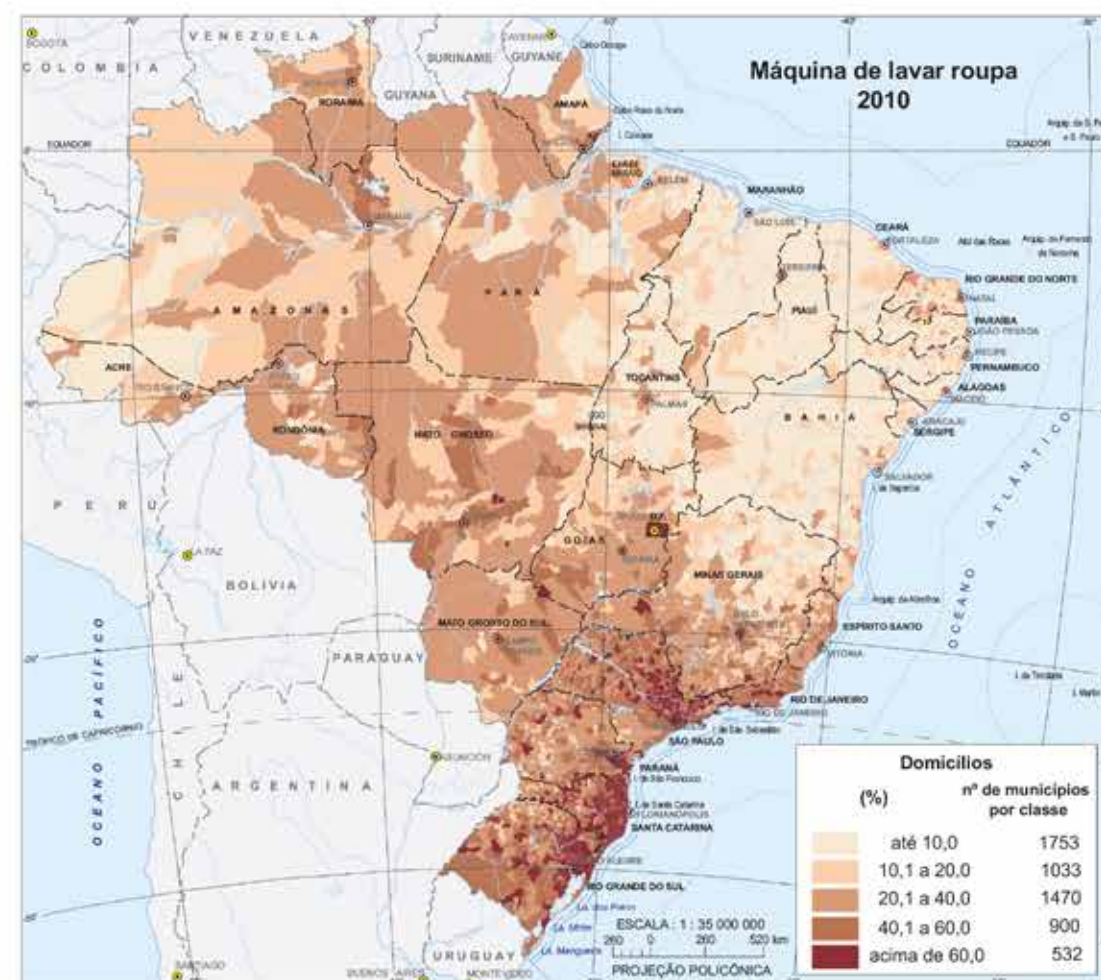
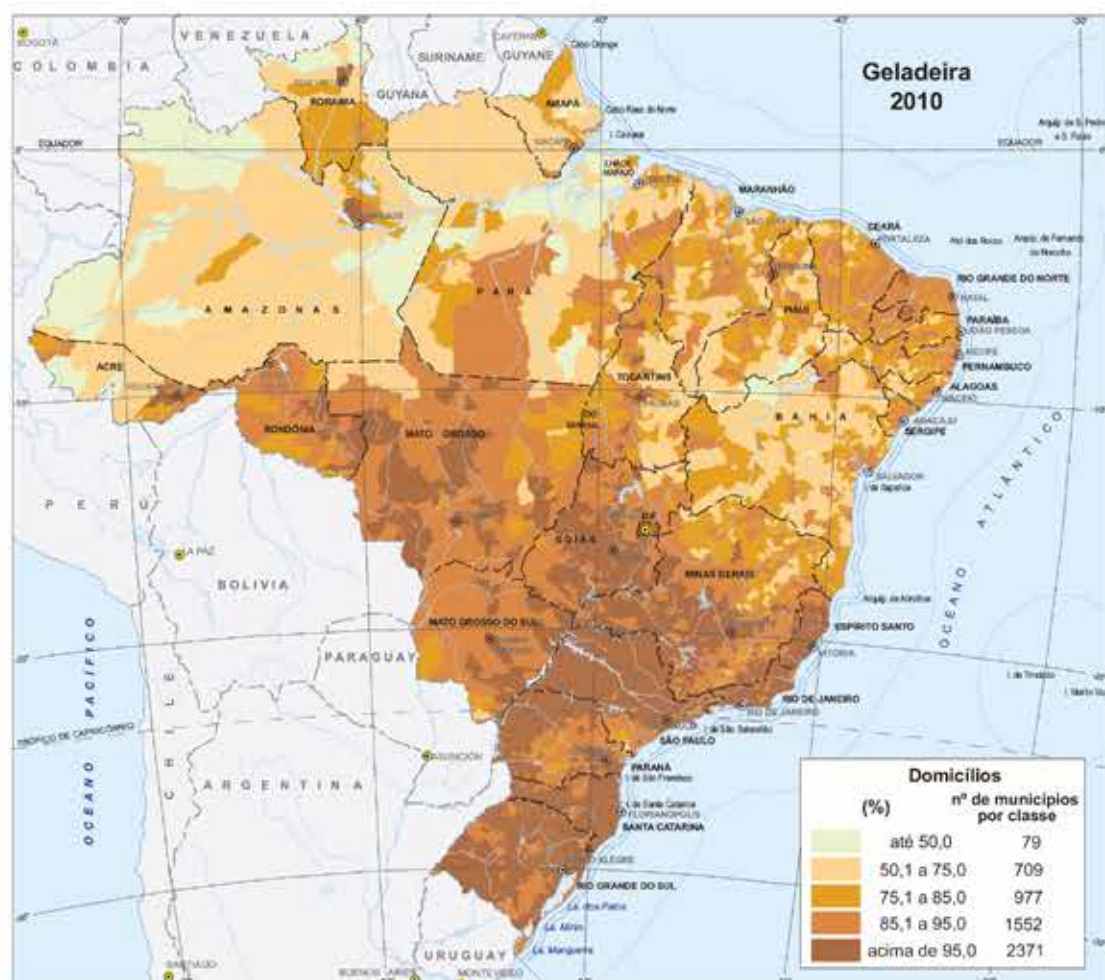
Relações de Consumo

Acesso a Bens



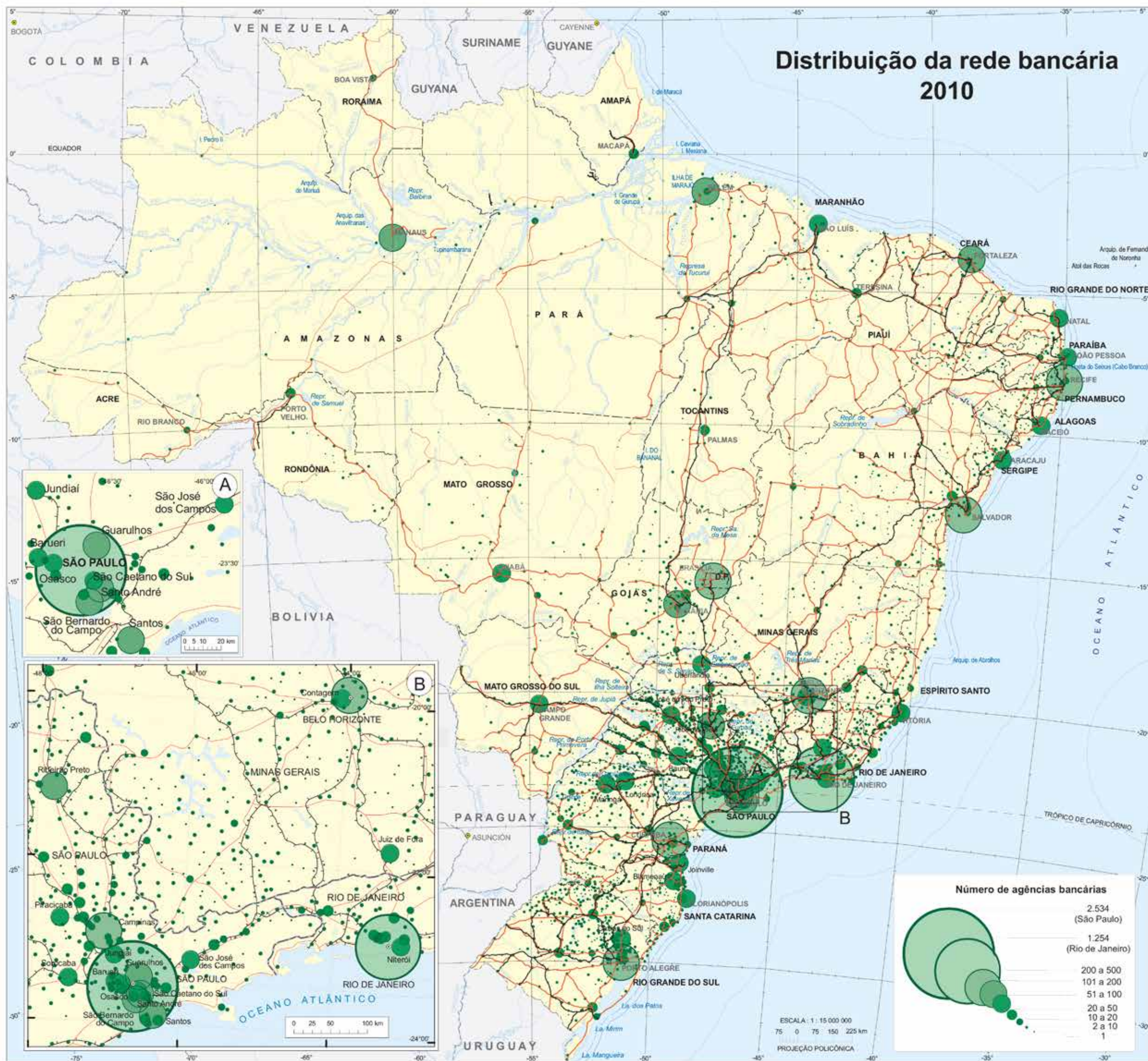
Relações de Consumo

Acesso a Bens



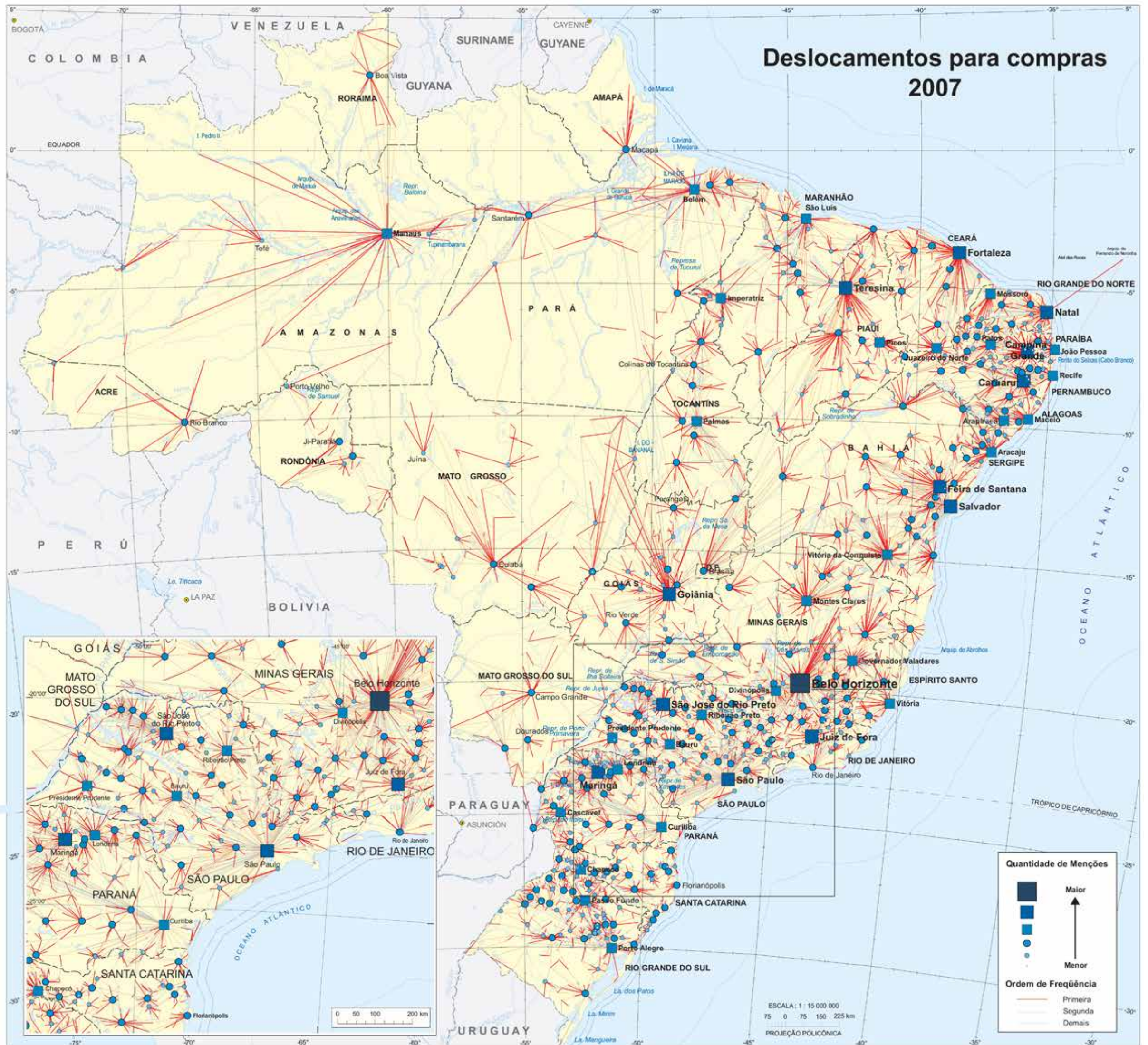
Relações de Consumo

Distribuição da Rede Bancária



Fonte: IBGE, Atlas Nacional do Brasil Milton Santos.

Relações de Consumo Deslocamento Para Compras



Fonte: IBGE, Atlas Nacional do Brasil Milton Santos.



Capítulo 2

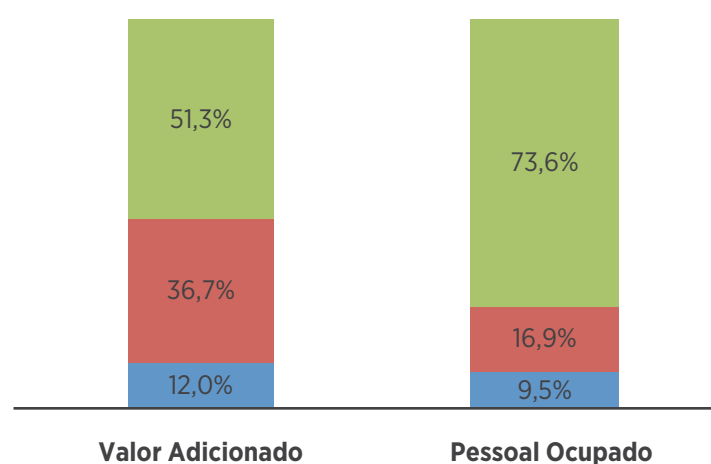
Comércio

Comércio na Economia Brasileira

A relevância do comércio na economia brasileira pode ser observada na geração de emprego e renda. O setor alcançou, conforme as Contas Nacionais do IBGE, o patamar de 11,8% do valor adicionado total da economia em 2009. Os resultados da Pesquisa Anual de Comércio (PAC), realizada pelo IBGE, apontam que, em 2011, havia 1.571 mil empresas comerciais em atividade por meio de 1.683 mil unidades locais. Essas empresas obtiveram R\$ 2,1 trilhões de receita operacional líquida e ocuparam 9,8 milhões de pessoas, às quais foram pagos R\$ 130,2 bilhões em salários, retiradas e outras remunerações.

O gráfico 1 apresenta a participação na geração do valor adicionado, conforme as divisões e subdivisões da PAC. Nele fica evidenciada a participação maior do comércio varejista tanto no valor adicionado, como no pessoal ocupado. O segmento representa aproximadamente ¾ do pessoal do setor de comércio brasileiro e pouco mais da metade do valor adicionado.

Gráfico 1 – Valor adicionado e pessoal ocupado no Comércio (2011)



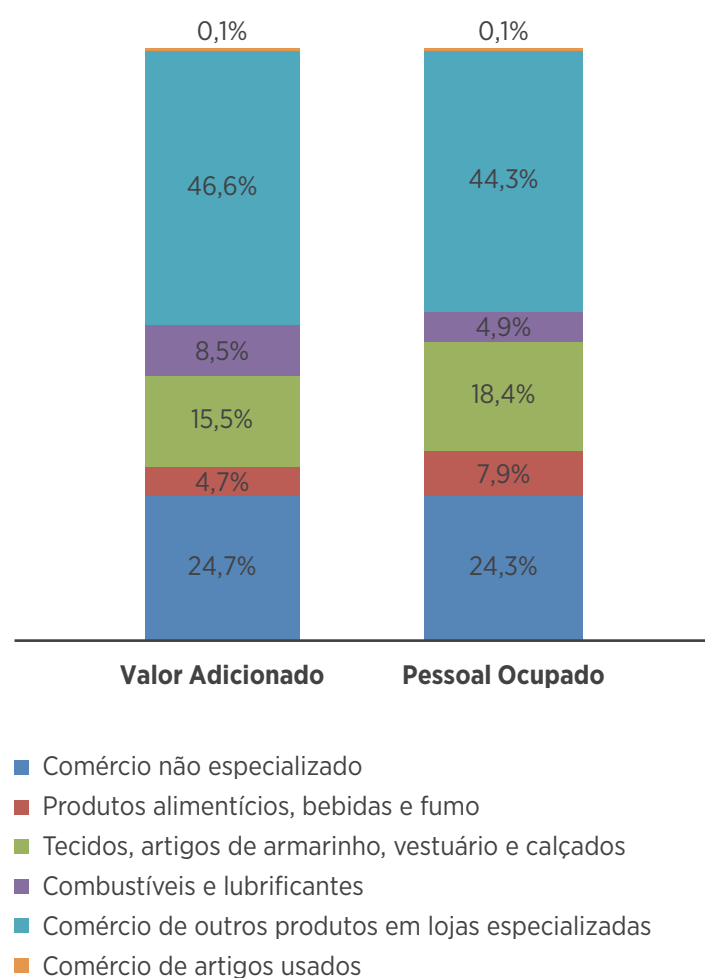
- Comércio varejista
- Comércio por atacado
- Comércio de veículos, peças e motocicletas

Fonte: Pesquisa Anual do Comércio. IBGE, 2011.

O varejo brasileiro cresceu 97,7% no período de 2007 a 2011, conforme a PAC. Esse crescimento deveu-se, principalmente, à expansão do consumo originária do aumento da renda experimentada pela população. Pelo gráfico 2, que apresenta as subdivisões do varejo con-

forme a PAC, percebe-se que as atividades predominantes são: o comércio de outros produtos em lojas especializadas, com 46,6% do valor adicionado e 44,3% do pessoal; e o comércio não especializado, com 24,7% do valor adicionado e 24,3% do pessoal ocupado. O primeiro, que é formado pelas grandes lojas de departamentos, concentra metade do comércio varejista brasileiro. O segundo, formado basicamente pelas grandes redes de hipermercados e supermercados, representa um quarto do setor. Outro fato relevante é que ambos têm a mesma representação proporcional de valor adicionado e pessoal ocupado.

Gráfico 2 – Participação no valor adicionado e no pessoal ocupado das subdivisões do Varejo.



Fonte: Pesquisa Anual do Comércio. IBGE, 2011.

Nos anos de 2011 e 2010, observa-se que a estrutura do setor se manteve a mesma: o comércio varejista se destacou com a maior parcela do número de empresas (79,7%, em 2011, ante 79,2%, em 2010), do pessoal ocupado (73,6%, em 2011, e 73,1%, em 2010) e dos salários, retiradas e outras remunerações (62,0%, 2011 e 61,6%, em 2010); o comércio atacadista figurou com a maior porcentagem da receita operacional líquida gerada no comércio (42,8%, em 2011, e 42,6%, em 2010), seguido

pelo varejo (42,7%, em 2011, e 42,2%, em 2010).

Em 2011, a distribuição dos três grandes segmentos do comércio demonstra aspectos estruturais do setor. No comércio de veículos automotores, peças e motocicletas, as 147.317 empresas (9,4% do total do comércio) geraram R\$ 310,7 bilhões de receita operacional líquida (14,5% do total). Essas firmas ocuparam 929.136 pessoas (9,5%) e pagaram R\$ 15,0 bilhões em salários, retiradas e outras remunerações (11,6%), alcançando margem de comercialização de R\$ 49,8 bilhões (10,7%).

O comércio por atacado, com 171.057 empresas (10,9%), alcançou receita operacional líquida de R\$ 915,2 bilhões (42,8%), ocupou 1.655.929 pessoas (16,9%) e pagou massa salarial de R\$ 34,4 bilhões (26,4%), em 2011. A margem de comercialização foi de R\$ 169,6 bilhões (36,6% do total). Já as 1.252.586 empresas do comércio varejista (79,7%) obtiveram receita operacional líquida de R\$ 911,4 bilhões (42,7%) e empregaram 7.210.796 pessoas (73,6%), gerando R\$ 80,8 bilhões em salários, retiradas e outras remunerações (62,0%). A margem de comercialização do segmento foi de R\$ 243,9 bilhões (52,7% do total).

Em 2011, a maior taxa de margem de comercialização foi obtida pelo comércio varejista, 37,2%, o que significa que as atividades deste segmento, em geral caracterizado por apresentar um reduzido volume de vendas por empresa, obtiveram maior retorno relativo por unidade comercializada. O comércio por atacado apresentou taxa de margem de comercialização de 24,0% e o comércio de veículos, peças e motocicletas, 19,8%. Em conjunto, as atividades do comércio obtiveram taxa de margem de comercialização de 28,7%.

Ao comparar os dados das empresas comerciais segundo as faixas de pessoal ocupado, constata-se que, em 2011, as empresas que empregaram 500 ou mais pessoas (737 empresas, ou 0,05% do total) detiveram significativa participação na receita operacional líquida alcançada pelo comércio (R\$ 658,0 bilhões, ou 30,8%).

Entretanto, as empresas com até 19 empregados se destacaram por apresentar número elevado de pessoal ocupado (5.522.944 pessoas, ou 56,4%) e por representar grande parte da massa salarial (R\$ 54,9 bilhões, 42,2%) e do valor adicionado gerado no comércio (R\$ 147,9 bilhões, 40,7%).

Estrutura semelhante foi encontrada em cada um dos segmentos para as seguintes variáveis: número de empresas, pessoal ocupado e valor adicionado. Já, no que se refere à receita operacional líquida e à massa salarial, o cenário foi diferenciado. No comércio de veículos, peças e motocicletas, grande parte da receita operacional líquida foi gerada no grupo de empresas que ocuparam entre 100 e 249 pessoas, com R\$ 79,6 bilhões ou 25,6%; no comércio varejista, o melhor resultado em relação à receita foi alcançado pelas empresas com até 19 pessoas ocupadas, R\$ 365,5 bilhões (40,1%); e, nas atividades do comércio por atacado, as empresas com 500 ou mais pessoas ocupadas responderam pela maior porcentagem da massa salarial despendida (R\$ 9,5 bilhões, 27,6%).

Distribuição do Comércio no Território

A distribuição do comércio pelo território nacional mostra significativa concentração regional estruturalmente. Os mapas de receita bruta foram construídos com os dados da PAC 2010. No entanto, a análise regionalizada mostra que a estrutura da receita se manteve a mesma na passagem de 2010 para 2011.

Verifica-se predominância da Região Sudeste na geração de receita bruta de revenda da atividade comercial brasileira. Esta estrutura também é observada por meio de outras variáveis, como salários, pessoal ocupado e número de unidades locais.

Quanto à receita bruta de revenda, observa-se, na estrutura do comércio brasileiro, em 2010, predominância do comércio por atacado nas Regiões Norte (47,7%), Sudeste (44,4%) e Centro-Oeste (42,6%). O comércio varejista obteve maior representação na Região Nordeste (48,2%). Na Região Sul, o comércio por atacado (42,8%) e o varejista (42,7%) obtiveram percentuais praticamente equivalentes.

O comércio varejista foi responsável pelo maior número de pessoas ocupadas em todas as Grandes Regiões brasileiras em 2010. No Nordeste, 75,7% das pessoas ocupadas no comércio estavam no varejo, sendo a maior represen-

tação entre as regiões brasileiras. Apesar de o comércio por atacado ter predominado, em termos de geração de receita bruta de revenda, nas Regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste, e ter sido significativo nas demais, sua participação no número de pessoas ocupadas variou de 14,7% a 20,9%, destacando-se o Centro-Oeste.

Em relação ao salário médio, medido em salários mínimos, a Região Sudeste, com 2,0 salários mínimos, apresentou-se acima da média brasileira (1,8), enquanto as Regiões Norte e Sul foram equivalentes (1,8). As Regiões Nordeste e Centro-Oeste situaram-se abaixo da média (1,4 e 1,7, respectivamente).

Os mapas de Comércio por atacado e de Comércio varejista e de veículos e peças mostram, conforme os dados do Cadastro Central de Empresas (Cempre), do IBGE, distribuição de estabelecimentos desses segmentos em todo o território nacional proporcional à distribuição de densidade populacional, com aspectos diferenciados também por faixa de pessoal ocupado.

Pequenos Negócios de Comércio

A diversidade dos pequenos negócios no comércio pode ser verificada pelos dados municipais de estabelecimentos do Simples Nacional em 2011 relativizados por mil habitantes, segundo a população registrada no Censo 2010.

O setor de Comércio congregou quantidade bem expressiva de optantes pelo Simples Nacional: 2,9 milhões, quase o dobro do setor de Serviços. Essa diferença pode ser explicada, em parte, pelo fato de o setor de Serviços compreender diversas atividades não contempladas no Simples Nacional, como as de categorias profissionais representadas por órgãos de classe (por exemplo, medicina, engenharia, etc.). Pelos mapas dos Pequenos Negócios de Comércio, verifica-se que a região que mais concentrou municípios com menor quantidade de estabelecimentos por mil habitantes foi a Nordeste. Os estados do Maranhão e da Paraíba registraram maior número de municípios com até 5,0 estabelecimentos por mil habitantes, enquanto os estados da Bahia, Paraíba, Piauí e Pernambuco destacaram-se na quantidade de municípios onde a relação era de 5,1 a 10,0 estabelecimentos

por mil habitantes. Na faixa de 10,1 a 15 estabelecimentos por mil habitantes, percebe-se distribuição mais uniforme nos estados da região Nordeste, Sudeste e Sul. Porém, quando a relação de estabelecimentos por mil habitantes é superior a 15, observa-se aumento da quantidade de municípios dos estados da região Centro-Oeste, mais especificamente, de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Nos Pequenos Negócios do Comércio de Autopeças, a quantidade de municípios com menos de um estabelecimento por mil habitantes era bem expressiva, representando cerca de 72% do total de municípios existentes no país. Para faixas de 1,0 a 2,9 estabelecimentos por mil habitantes, a participação de municípios da região Sudeste e Sul do país se destacava. O Comércio de Autopeças reuniu 151.600 optantes pelo Simples Nacional. Desse total, 7% eram MEI.

No mapa de Pequenos Negócios do Comércio de Suprimentos de Informática e Papelaria, pode-se observar que os municípios com menos de um estabelecimento por mil habitantes eram maioria, representando 98% do total de municípios do país, estando concentrados nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul. O segmento registrou 79.523 optantes pelo Simples Nacional, com os MEI representando 9% do total.

Quanto aos Pequenos Negócios de Supermercados e Minimercados, nota-se que as regiões Sudeste, Nordeste e Sul agruparam maior quantidade de municípios na faixa de 2,0 a 2,9 estabelecimentos por mil habitantes. A quantidade de municípios manteve-se elevada para faixas maiores de estabelecimentos por mil habitantes. A exceção foi o mapa que mostra a quantidade extremamente baixa de municípios com menos de um estabelecimento por mil habitantes. A atividade de Supermercados e Minimercados contou com 367.449 optantes pelo Simples, sendo que 15% desses, em média, pertenciam à categoria de MEI.

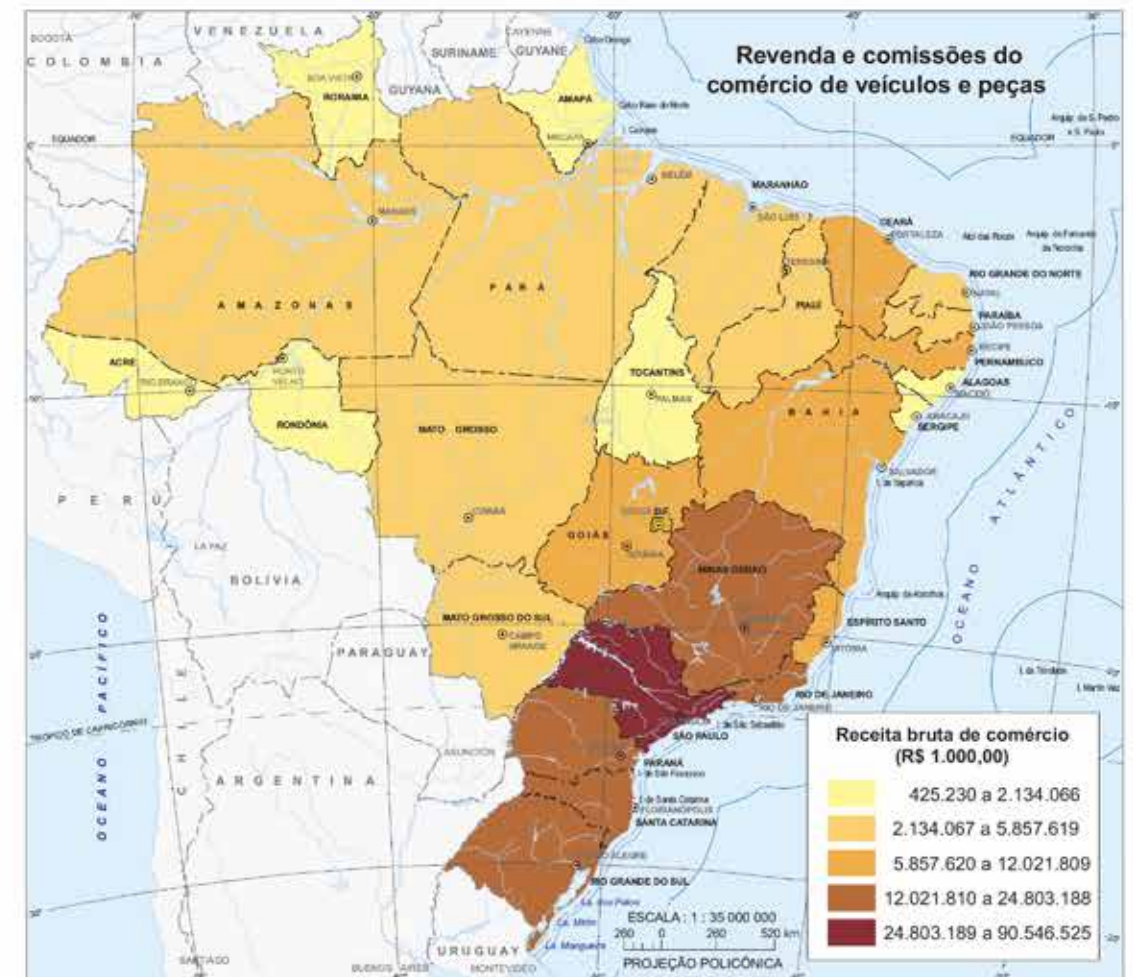
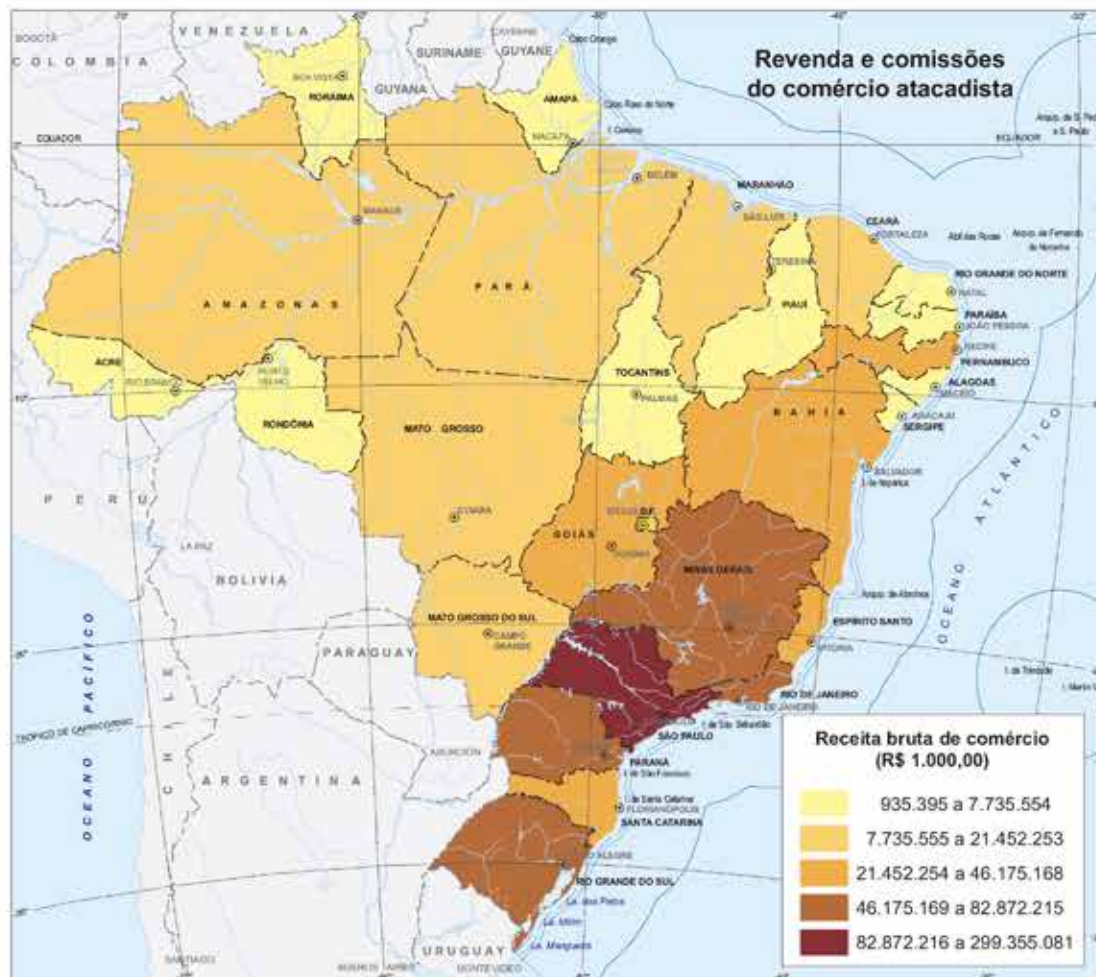
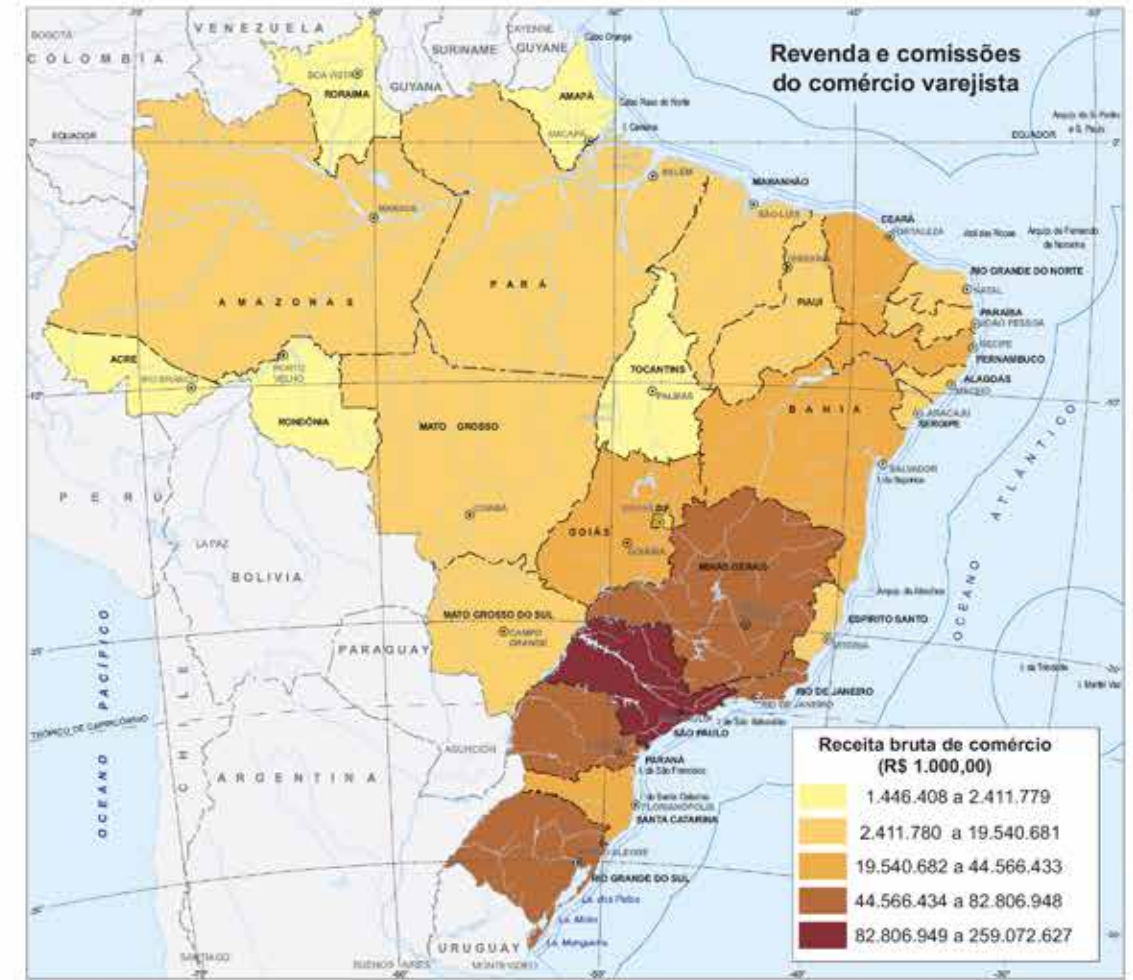
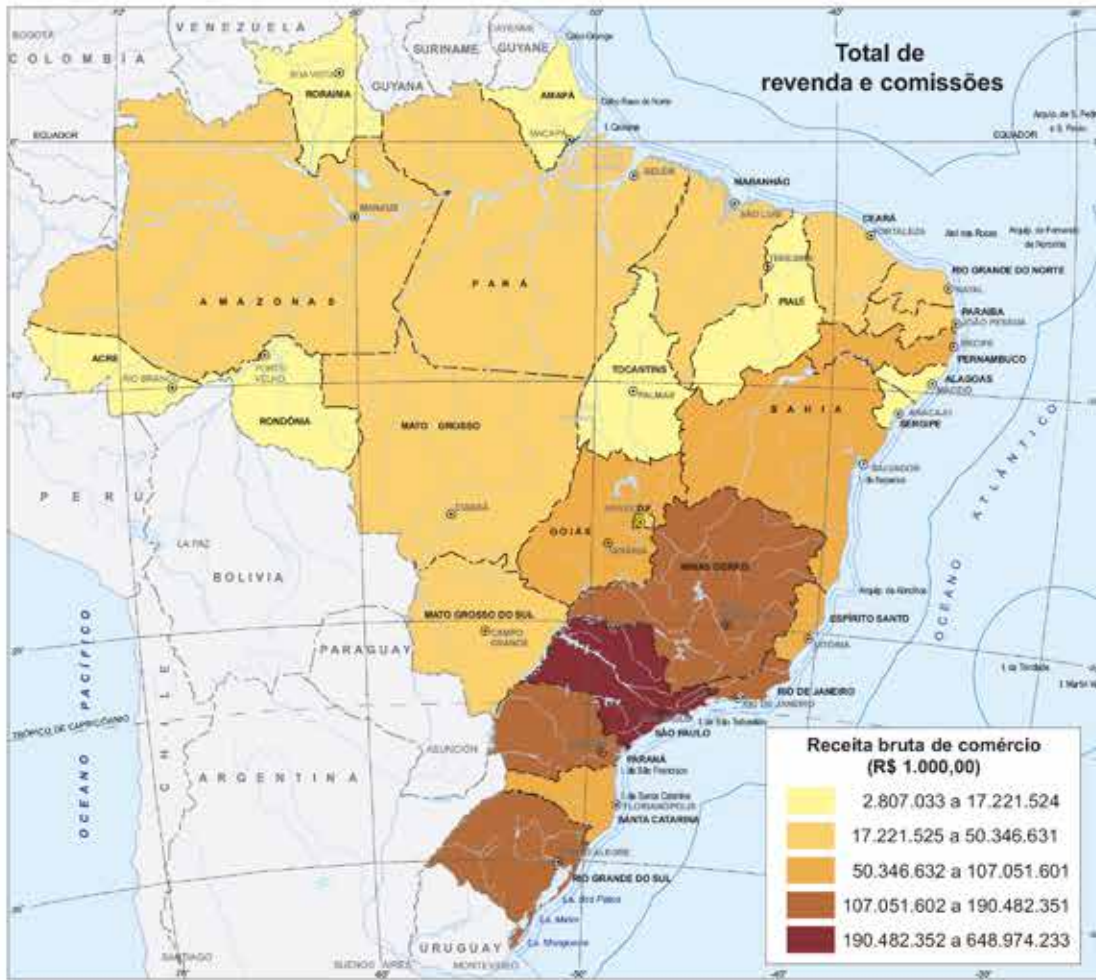
Os mapas de Pequenos Negócios do Varejo de Moda evidenciam a predominância de municípios da região Nordeste com até 1,9 estabelecimentos por mil habitantes. Entretanto, à medida que a proporção de estabelecimentos aumenta, a participação dos municípios do Sudeste e do Sul se eleva, enquanto a dos municípios do Nordeste diminui. Essa atividade reuniu, em 2011, 491.442 optantes pelo Simples Nacional, dos quais, 33%, em média, eram MEI.

Já os mapas de Pequenos Negócios do Comércio de Material de Construção mostram que os municípios com até 1,9 estabelecimentos por mil habitantes eram maioria. Nessa atividade, estavam cadastrados 193.926 optantes pelo Simples. Desses, 12,8 mil eram MEI. O Nordeste destacou-se, congregando 32% desses municípios.

Rendimento Domiciliar Médio e Empresas de Comércio nos Estados Brasileiros

A riqueza de informações trazida pelo conjunto de mapas estaduais divulgados neste Atlas revela outros aspectos da distribuição dos rendimentos médios domiciliares, de acordo com o Censo 2010, e das atividades de comércio, segundo o Cempre 2011, no território nacional e em nível regional. Esse cruzamento de informações permite observar, de maneira mais aprofundada, a distribuição dessas características pelos estados brasileiros.

Alguns estados e regiões apresentam maior rendimento domiciliar, como Sudeste, Sul e Centro-Oeste, e número de estabelecimentos correspondentes à densidade populacional. Já outras regiões, como Norte e Nordeste, menor renda domiciliar média municipal, embora não necessariamente mostrem patamar reduzido de número de estabelecimentos de comércio, em especial nos municípios mais dinâmicos regionalmente e naqueles que mostram maior densidade populacional e demanda pelas atividades do setor.



Empresas de Comércio no Território Nacional

Comércio por Atacado

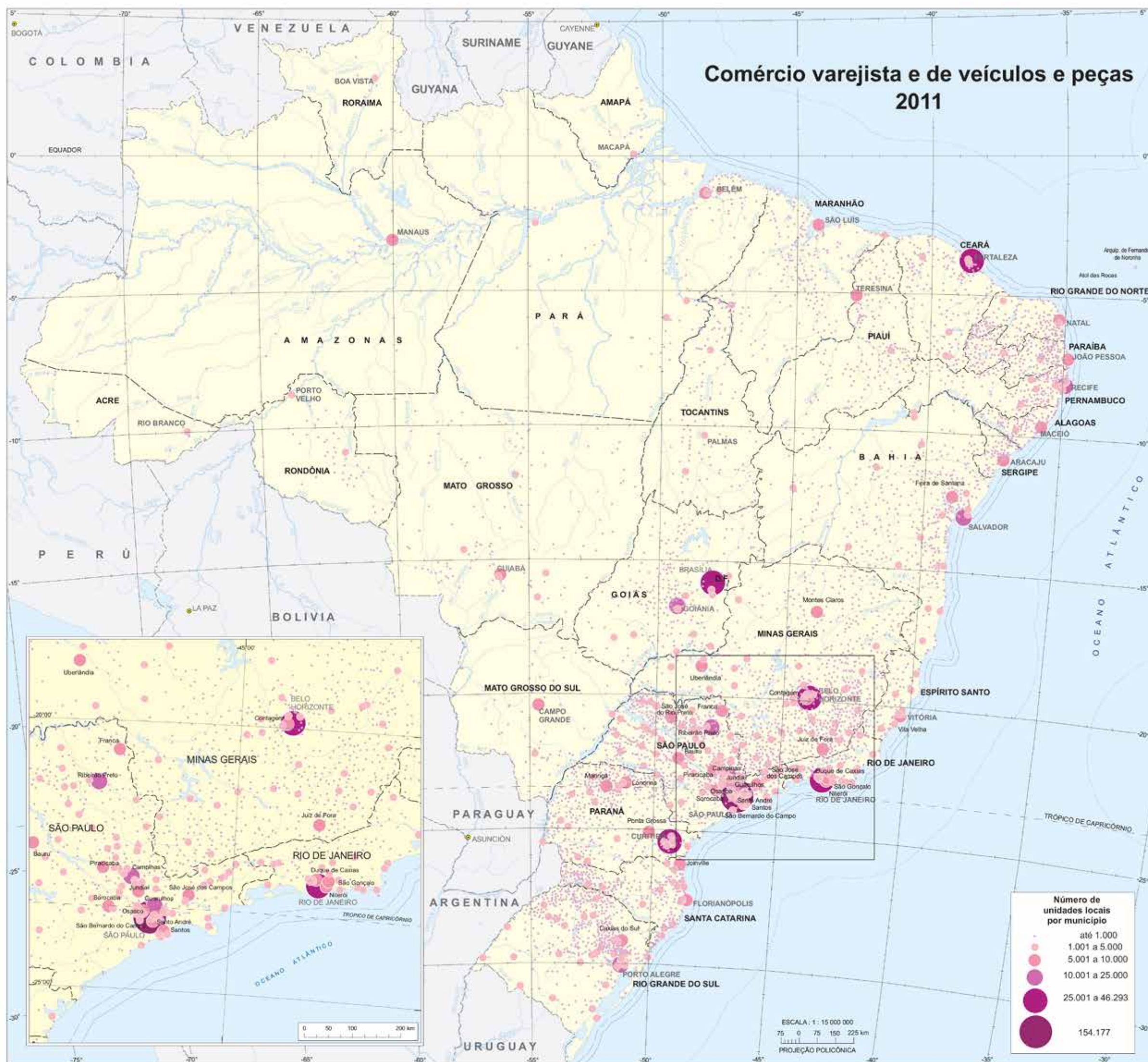


Fonte : IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2011.

Nota: O Comércio por atacado inclui empresas de representantes comerciais e agentes de comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas; comércio atacadista de matérias-primas agrícolas e animais vivos; comércio atacadista especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo; comércio atacadista de produtos de consumo não-alimentar; comércio atacadista de equipamentos e produtos de tecnologias de informação e comunicação; comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos, exceto de tecnologias de informação e comunicação; comércio atacadista de madeira, ferragens, ferramentas, material elétrico e material de construção; comércio atacadista especializado em outros produtos; e comércio atacadista não-especializado.

Empresas de Comércio

Comércio Varejista e de Veículos e Peças



Fonte : IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2011.

Nota: O Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas inclui empresas de comércio de veículos automotores; representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores; comércio de peças e acessórios para veículos automotores; e comércio, manutenção e reparação de motocicletas, peças e acessórios.

Empresas de Comércio

Comércio Varejista e de Veículos e Peças por Faixas de Pessoas Ocupadas

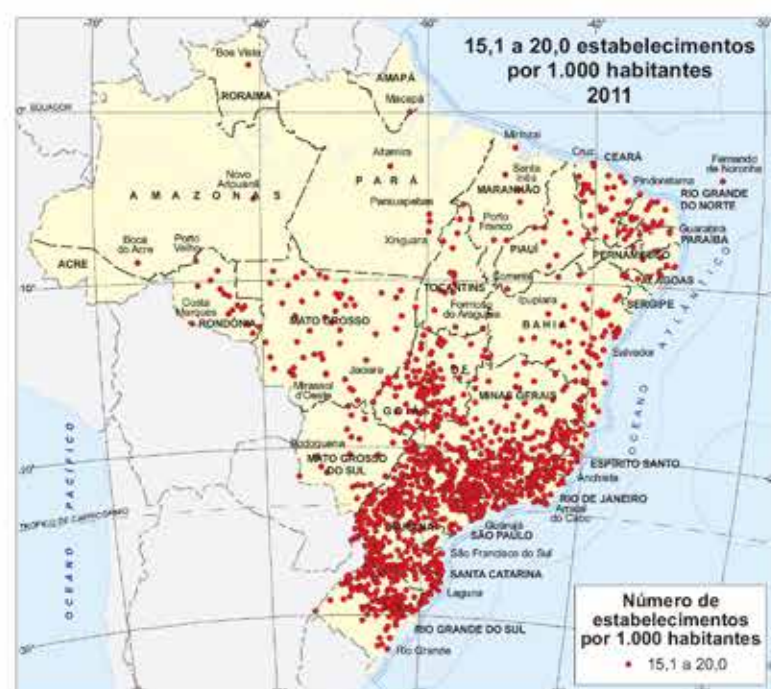
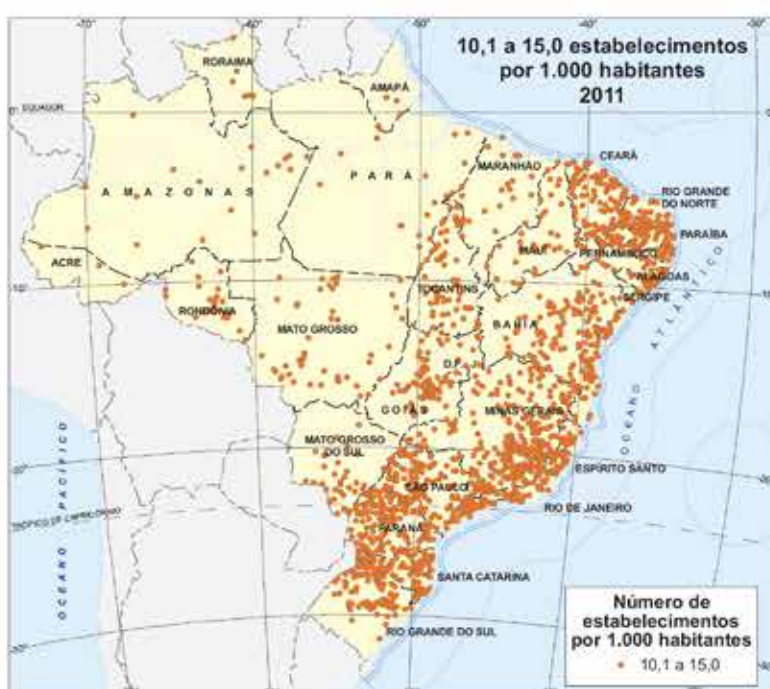


Fonte: IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2011.

Nota: O Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas inclui empresas de comércio de veículos automotores; representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores; comércio de peças e acessórios para veículos automotores; e comércio, manutenção e reparação de motocicletas, peças e acessórios.

Pequenos Negócios de Comércio

Pequenos Negócios de Comércio



Fonte : SEBRAE, 2011.

Nota: "São considerados pequenos negócios os estabelecimentos optantes pelo regime tributário definido pelo Simples Nacional". Lei 123/2006.

Nota: Os pequenos negócios de comércio incluem estabelecimentos de comércio de veículos automotores; comércio de peças e acessórios para veículos automotores; comércio, manutenção e reparação de motocicletas, peças e acessórios; representantes comerciais e agentes do comércio de motocicletas, peças e acessórios; comércio varejista; e comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas.

Pequenos Negócios de Comércio

Pequenos Negócios de Comércio de Autopeças



Fonte: SEBRAE, 2011.

Nota: "São considerados pequenos negócios os estabelecimentos optantes pelo regime tributário definido pelo Simples Nacional". Lei 123/2006.

Nota: Os pequenos negócios de comércio de autopeças incluem estabelecimentos de comércio de peças e acessórios para veículos automotores.

Pequenos Negócios de Comércio

Pequenos Negócios de Comércio de Suprimentos de Informática e Papelaria



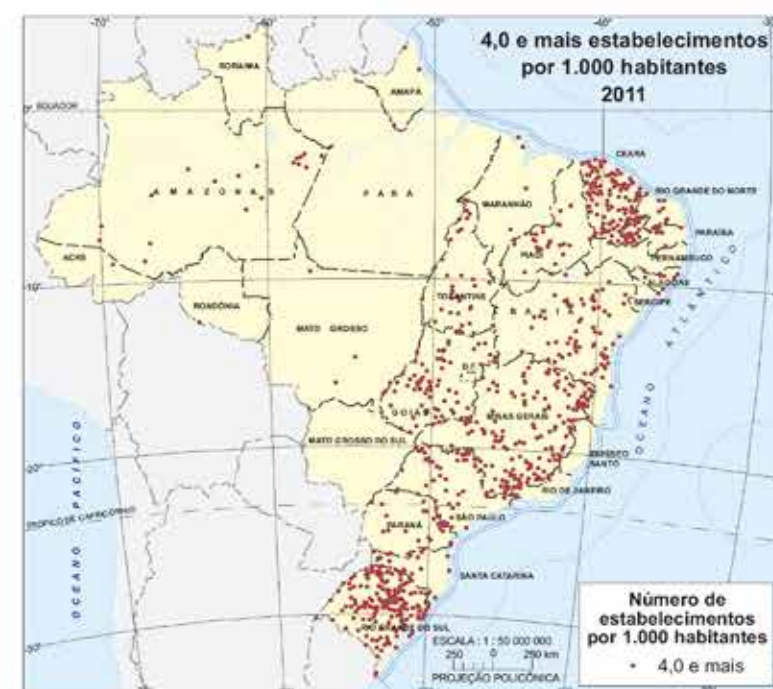
Fonte: SEBRAE, 2011.

Nota: "São considerados pequenos negócios os estabelecimentos optantes pelo regime tributário definido pelo Simples Nacional". Lei 123/2006.

Nota: Os pequenos negócios de comércio de suprimentos de informática e papelaria incluem estabelecimentos de comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria; livros, jornais e outras publicações; comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática; e comércio varejista de livros e jornais.

Pequenos Negócios de Comércio

Pequenos Negócios de Comércio de Supermercados e Minimercados



Fonte: SEBRAE, 2011.

Nota: "São considerados pequenos negócios os estabelecimentos optantes pelo regime tributário definido pelo Simples Nacional". Lei 123/2006.

Nota: Os pequenos negócios de supermercados e minimercados incluem estabelecimentos de comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados, supermercados e minimercados; e comércio varejista de mercadorias em geral, sem predominância de produtos alimentícios.

Pequenos Negócios de Comércio

Pequenos Negócios de Varejo de Moda

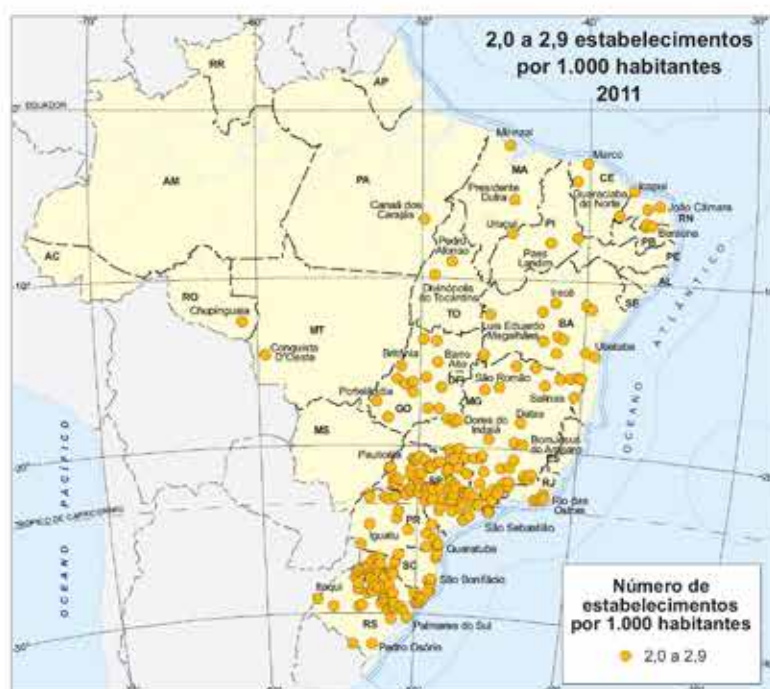


Fonte: SEBRAE, 2011.

Nota: Os pequenos negócios de varejo de moda incluem estabelecimentos de comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios. São considerados pequenos negócios os estabelecimentos optantes pelo regime tributário definido pelo Simples Nacional, Lei 123/2006.

Pequenos Negócios de Comércio

Pequenos Negócios de Comércio de Material de Construção

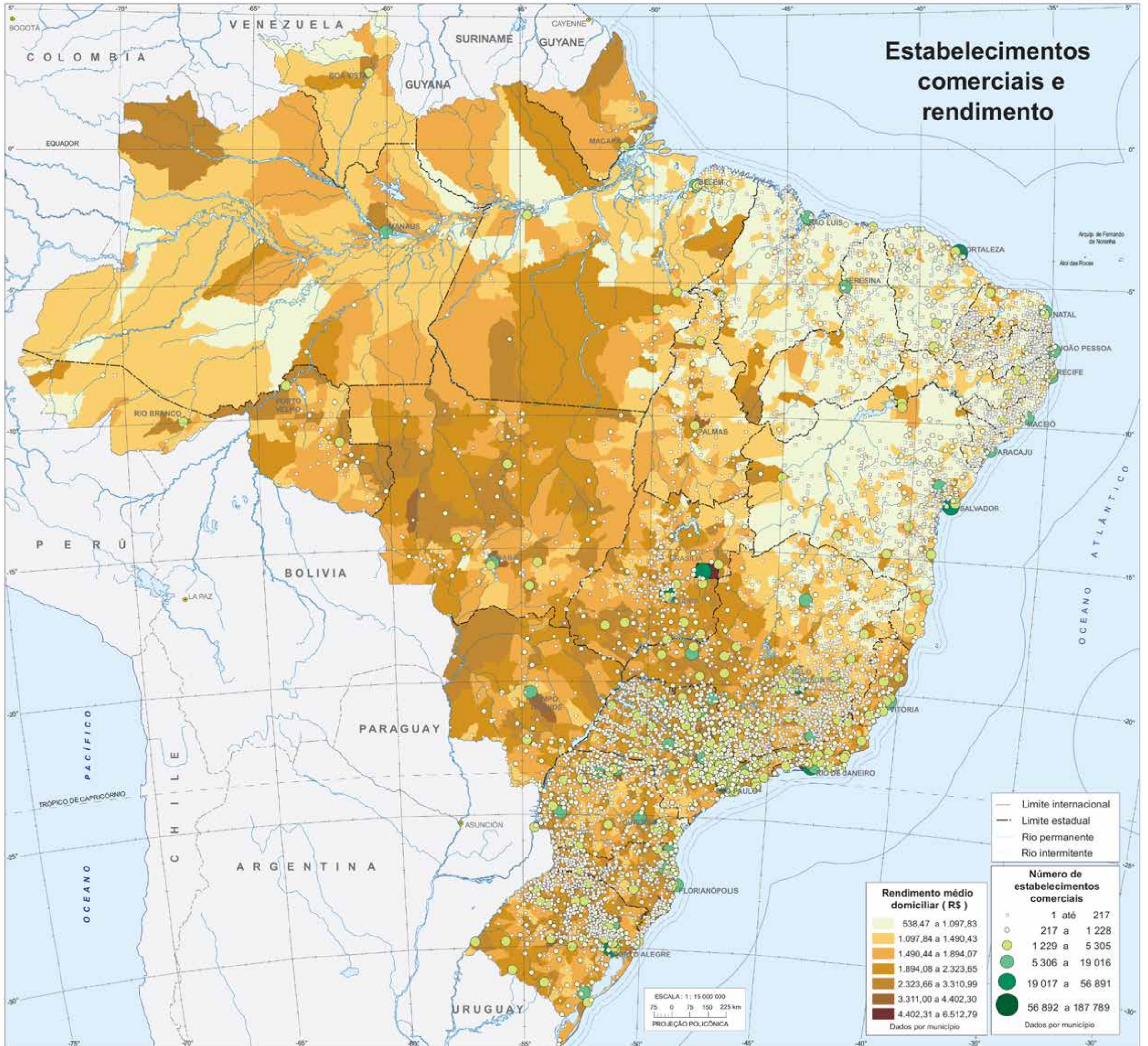


Fonte: SEBRAE, 2011.

Nota: "São considerados pequenos negócios os estabelecimentos optantes pelo regime tributário definido pelo Simples Nacional". Lei 123/2006.

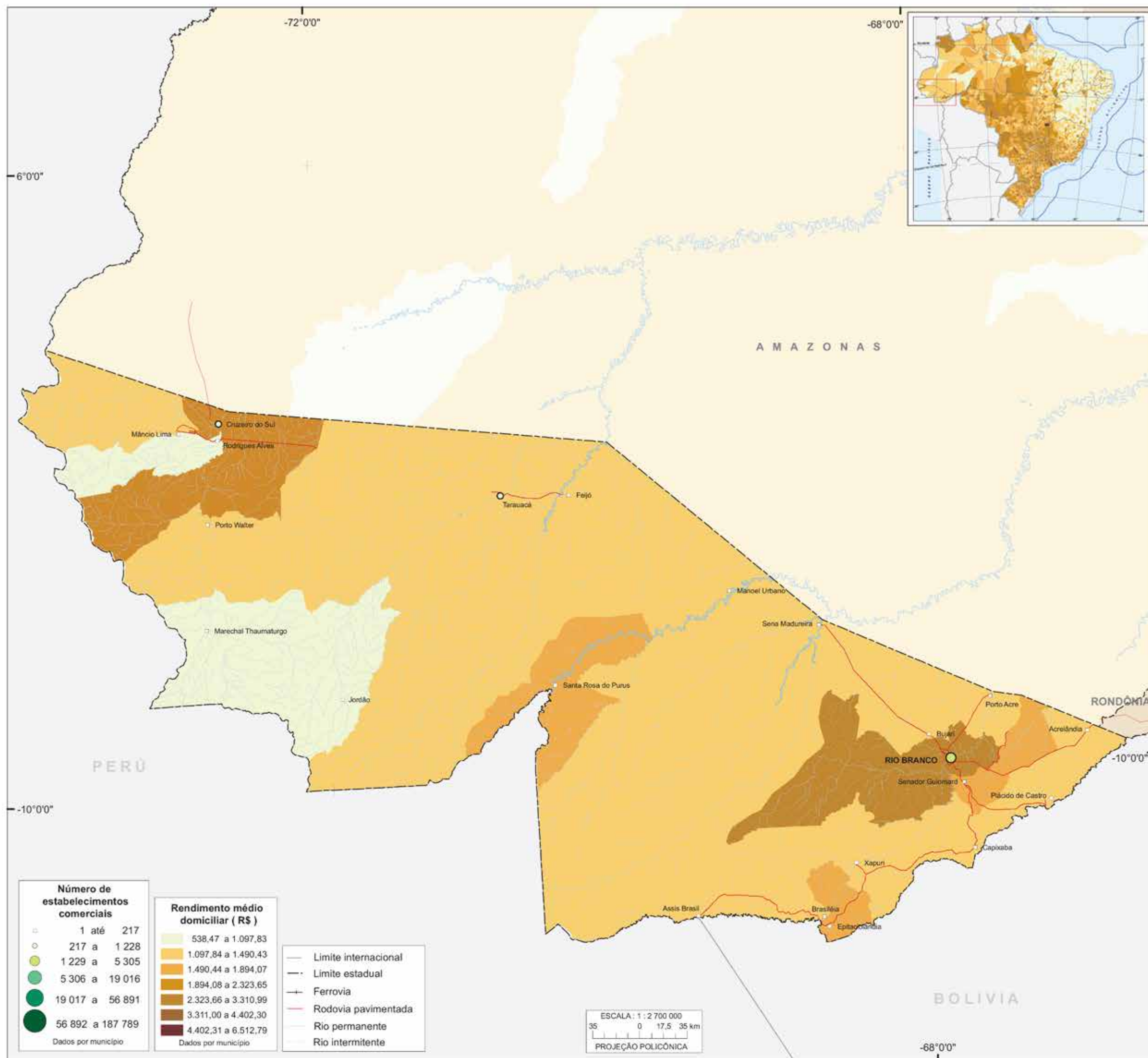
Nota: Os pequenos negócios do comércio de material de construção incluem estabelecimentos do comércio varejista de ferragens, madeira e materiais de construção

Comércio e Rendimento Médio Domiciliar nos Estados Brasileiros



Comércio e Rendimento Médio Domiciliar nos Estados Brasileiros

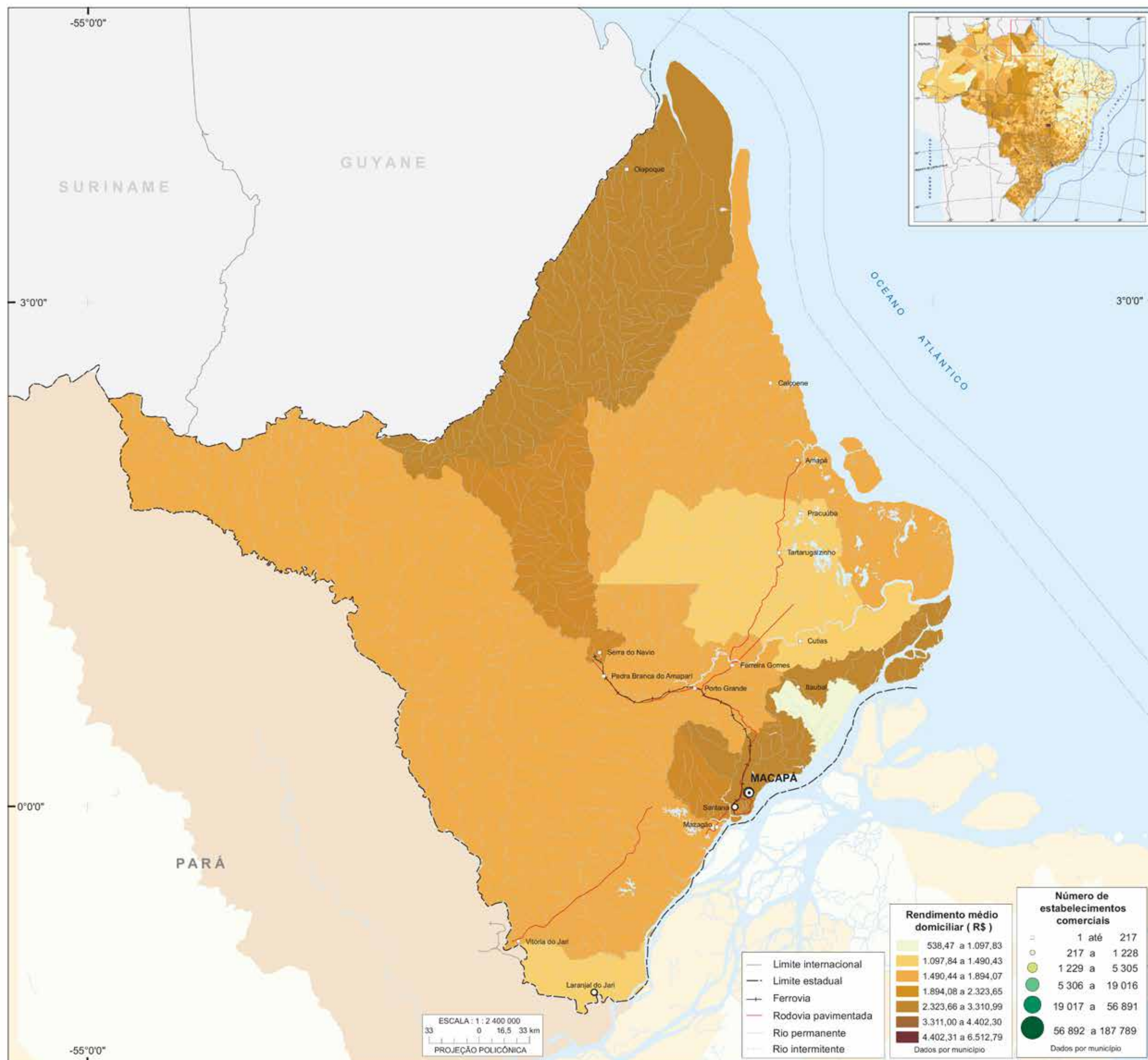
Região Norte - Acre



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 e Cadastro Central de Empresas 2011

Comércio e Rendimento Médio Domiciliar nos Estados Brasileiros

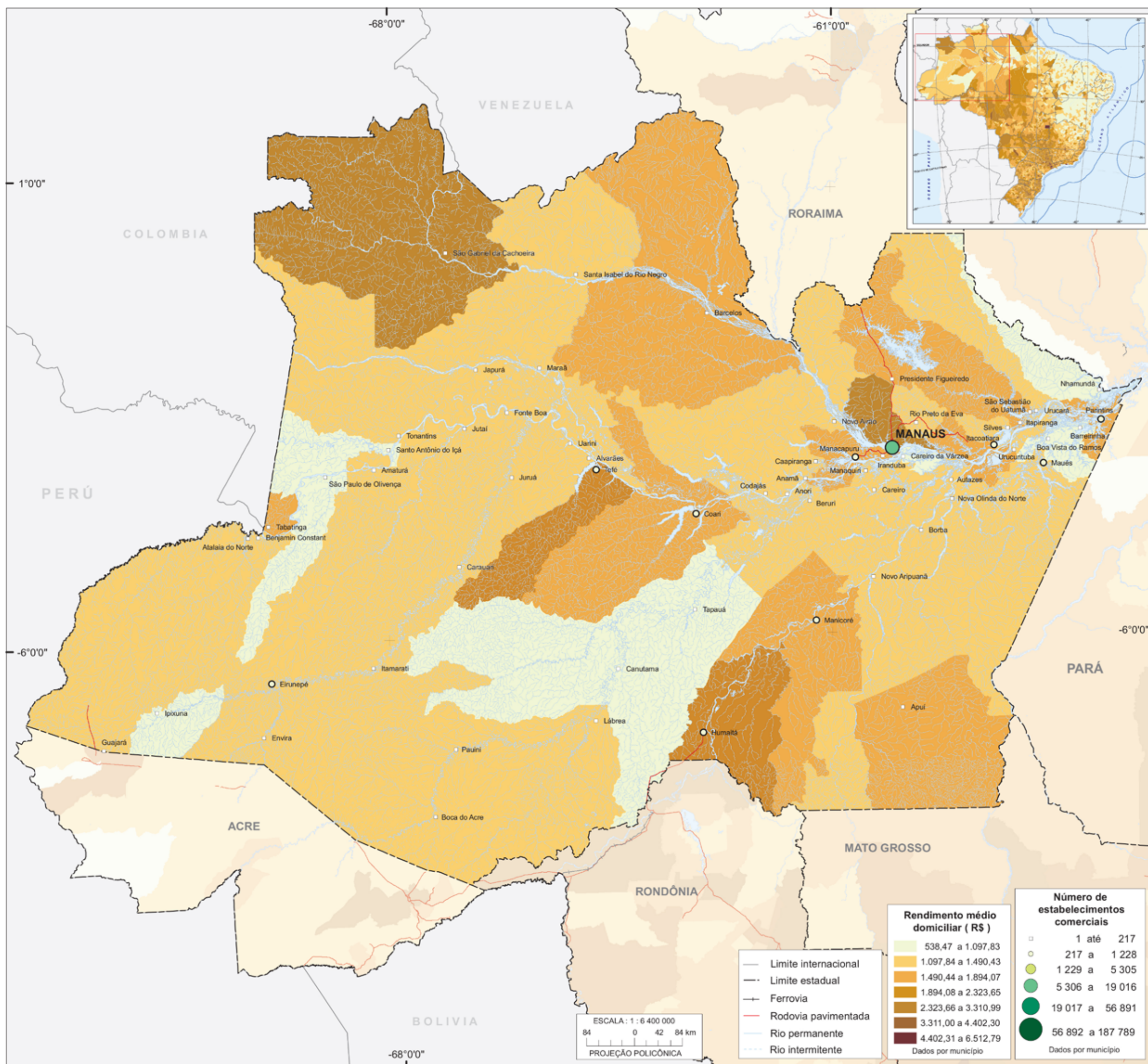
Região Norte - Amapá



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 e Cadastro Central de Empresas 2011

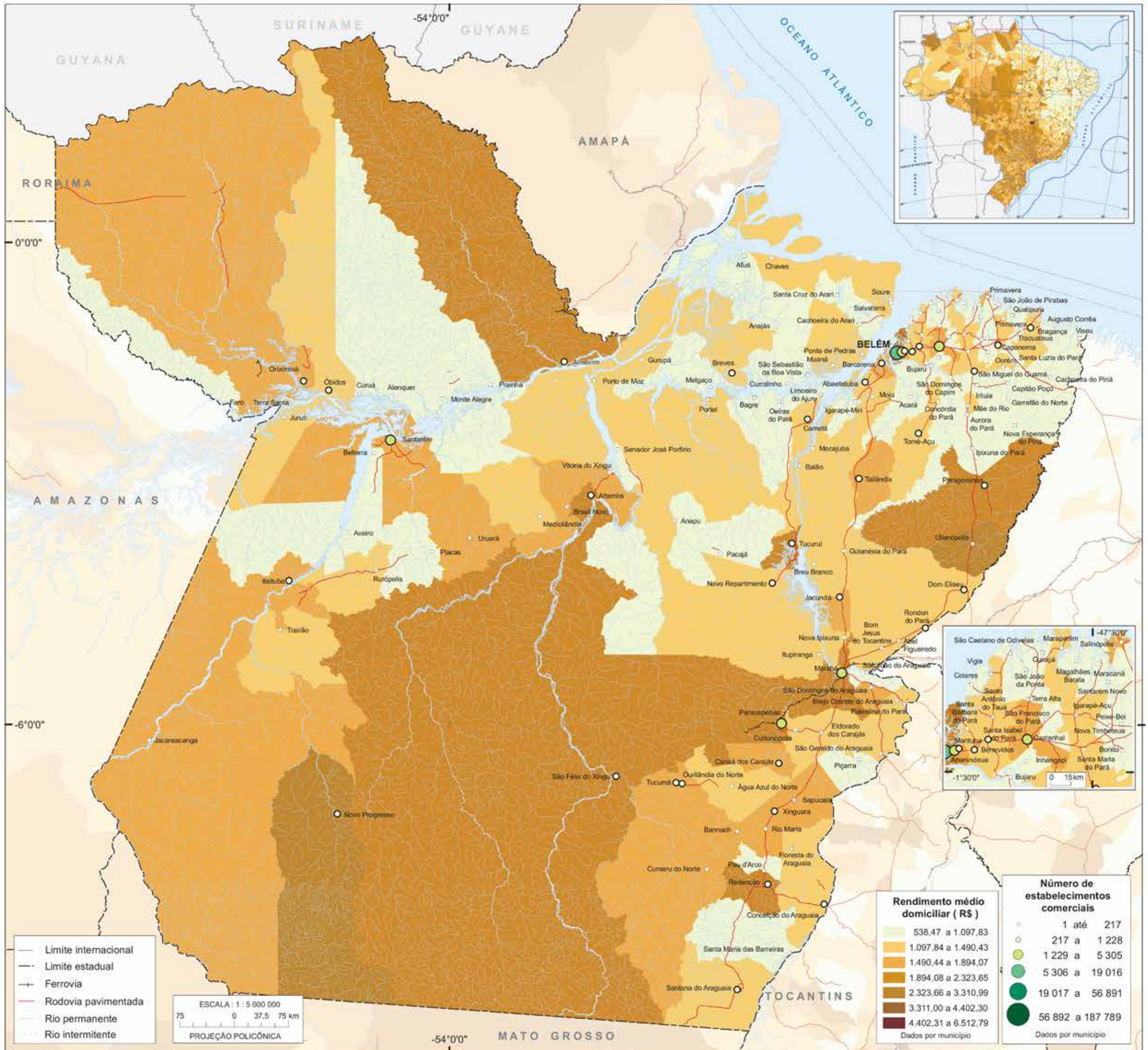
Comércio e Rendimento Médio Domiciliar nos Estados Brasileiros

Região Norte - Amazonas



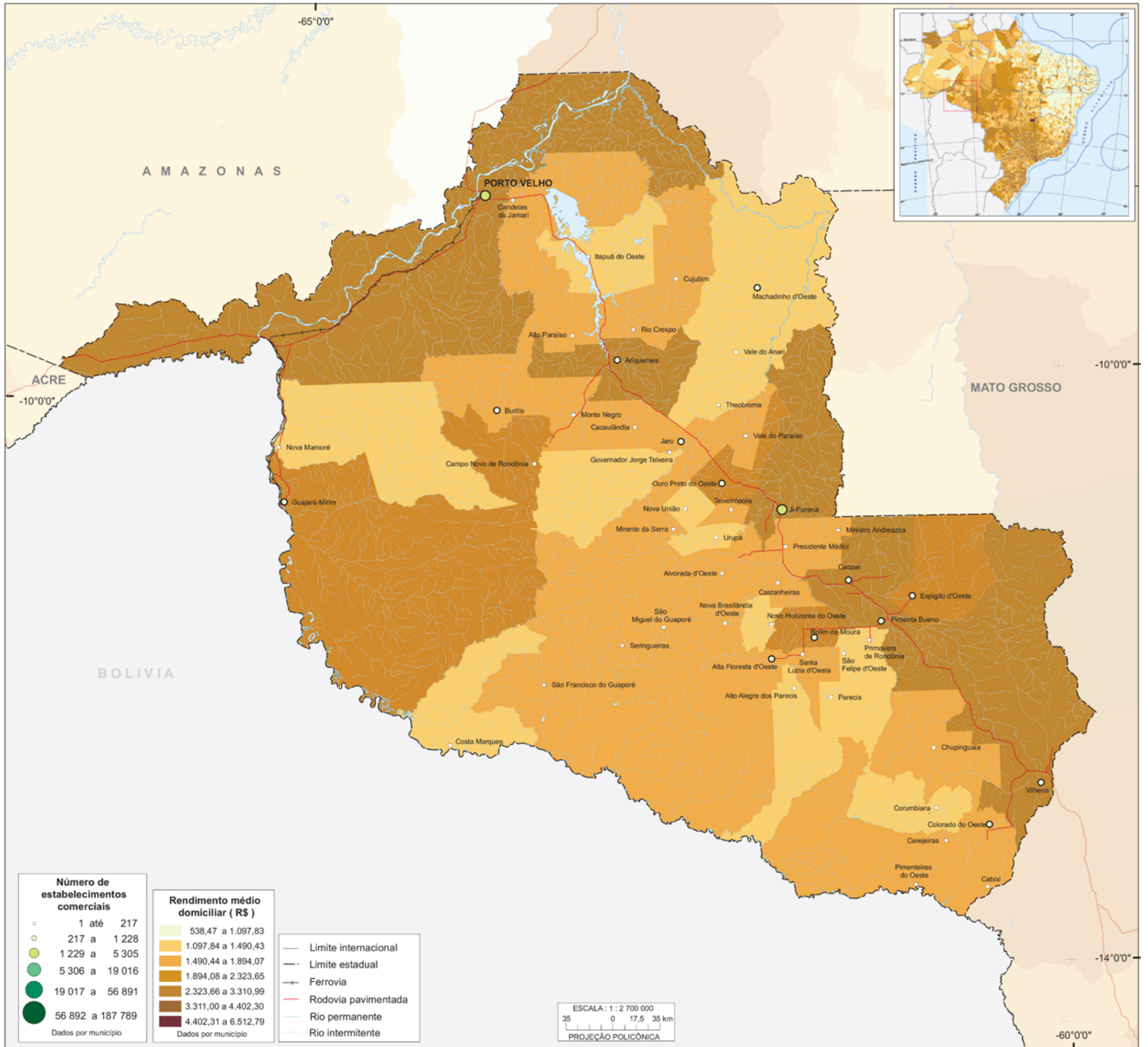
Comércio e Rendimento Médio Domiciliar nos Estados Brasileiros

Região Norte - Pará



Comércio e Rendimento Médio Domiciliar nos Estados Brasileiros

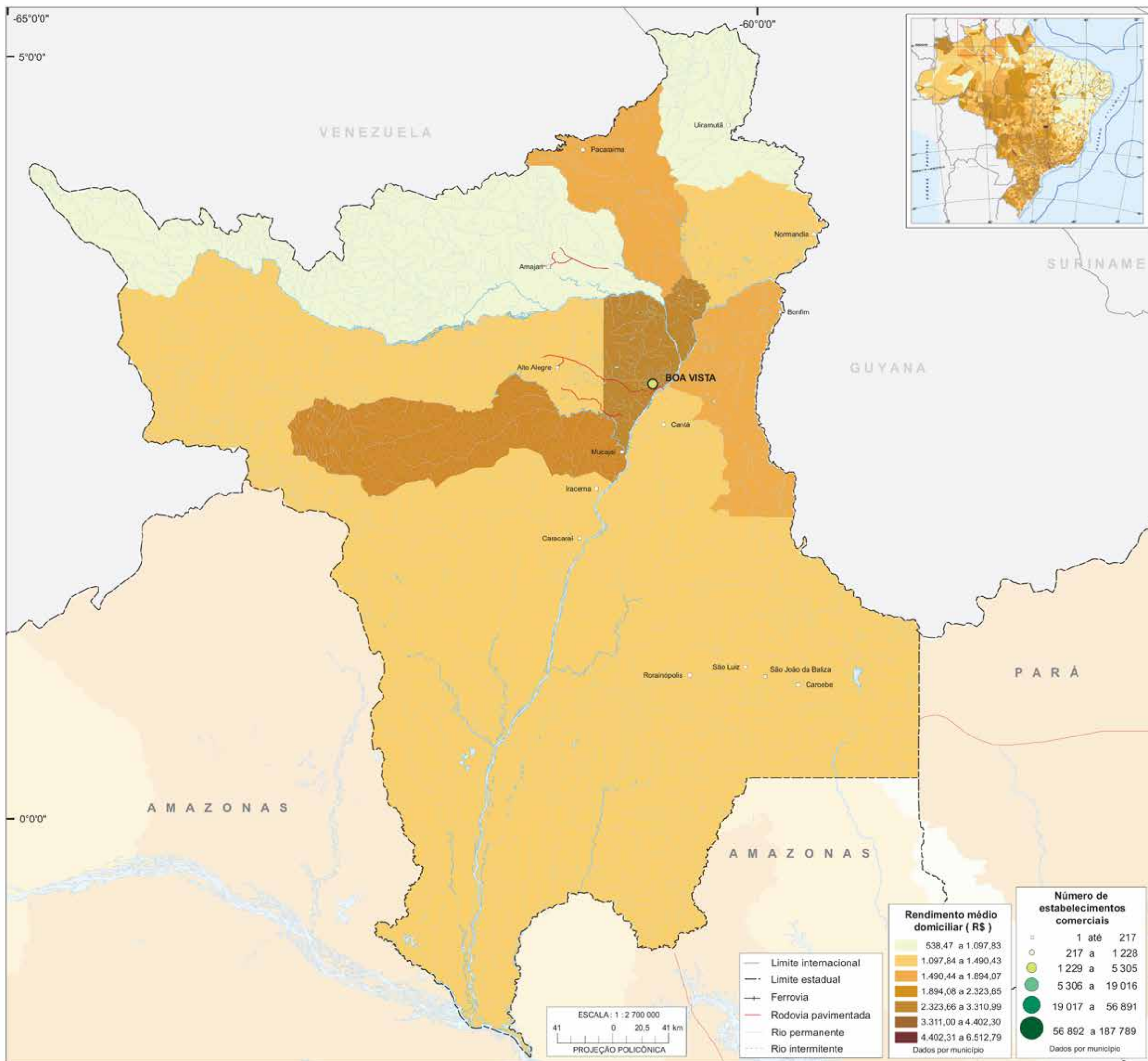
Região Norte - Rondônia



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 e Cadastro Central de Empresas 2011

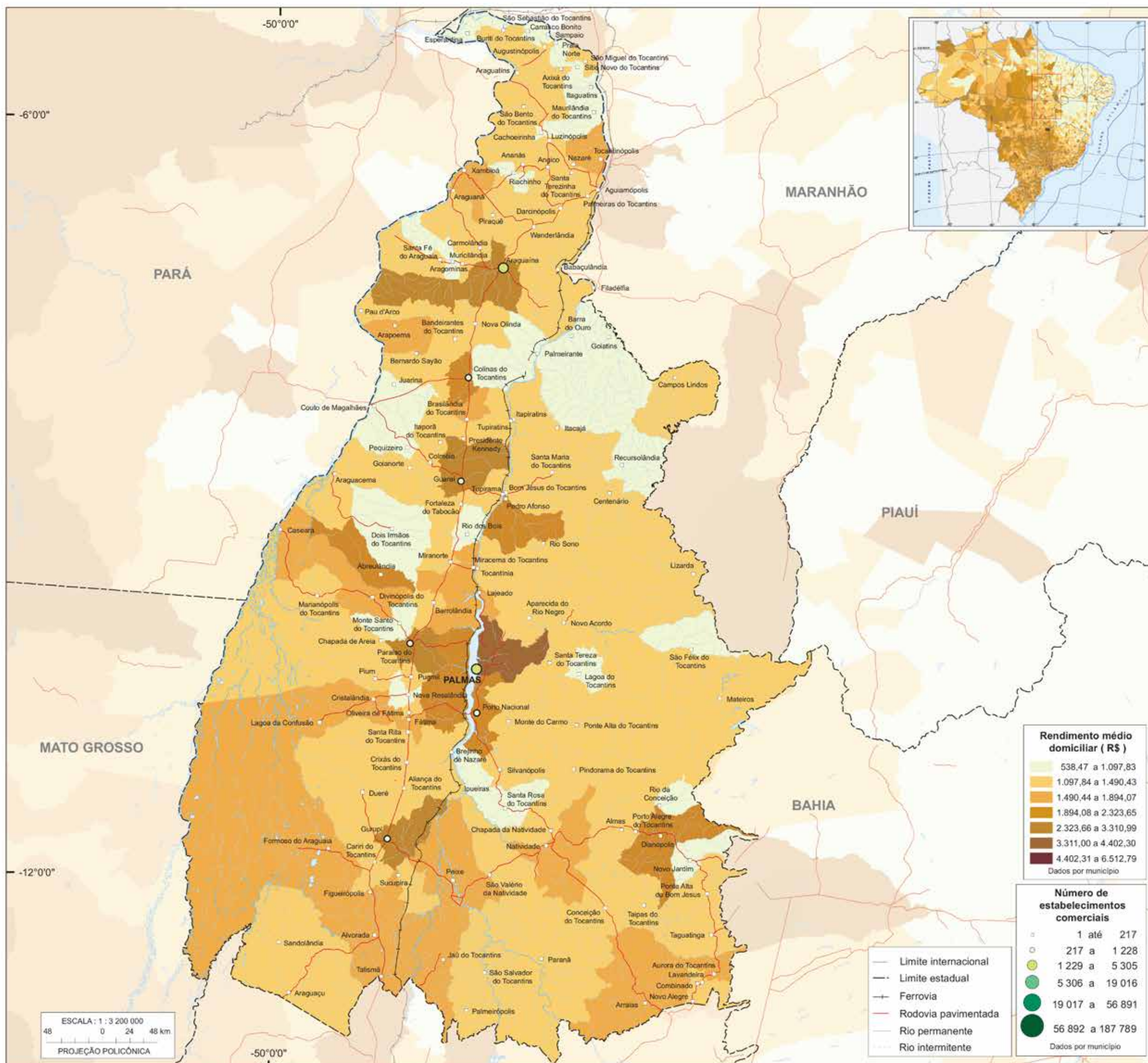
Comércio e Rendimento Médio Domiciliar nos Estados Brasileiros

Região Norte - Roraima



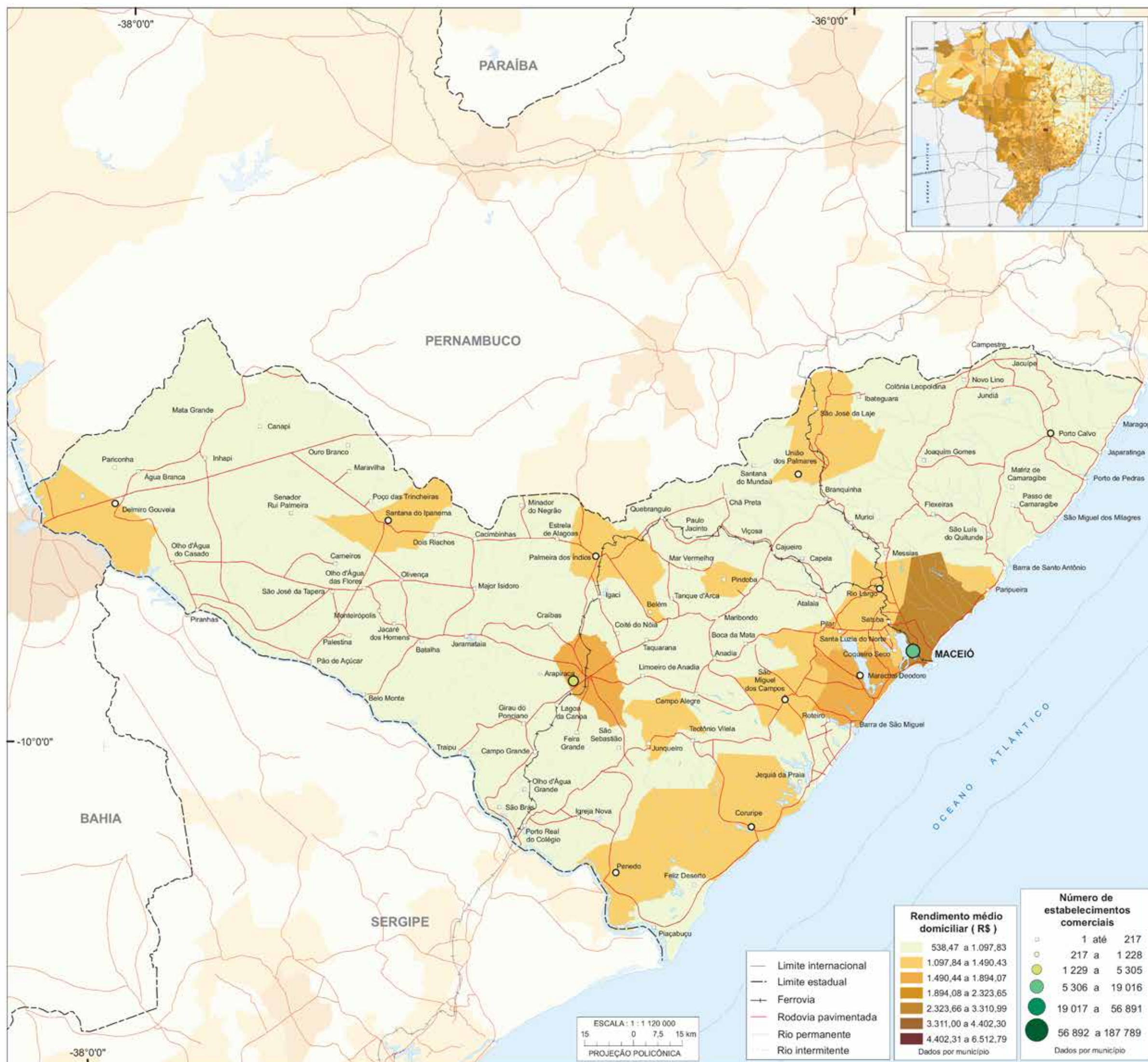
Comércio e Rendimento Médio Domiciliar nos Estados Brasileiros

Região Norte - Tocantins



Comércio e Rendimento Médio Domiciliar nos Estados Brasileiros

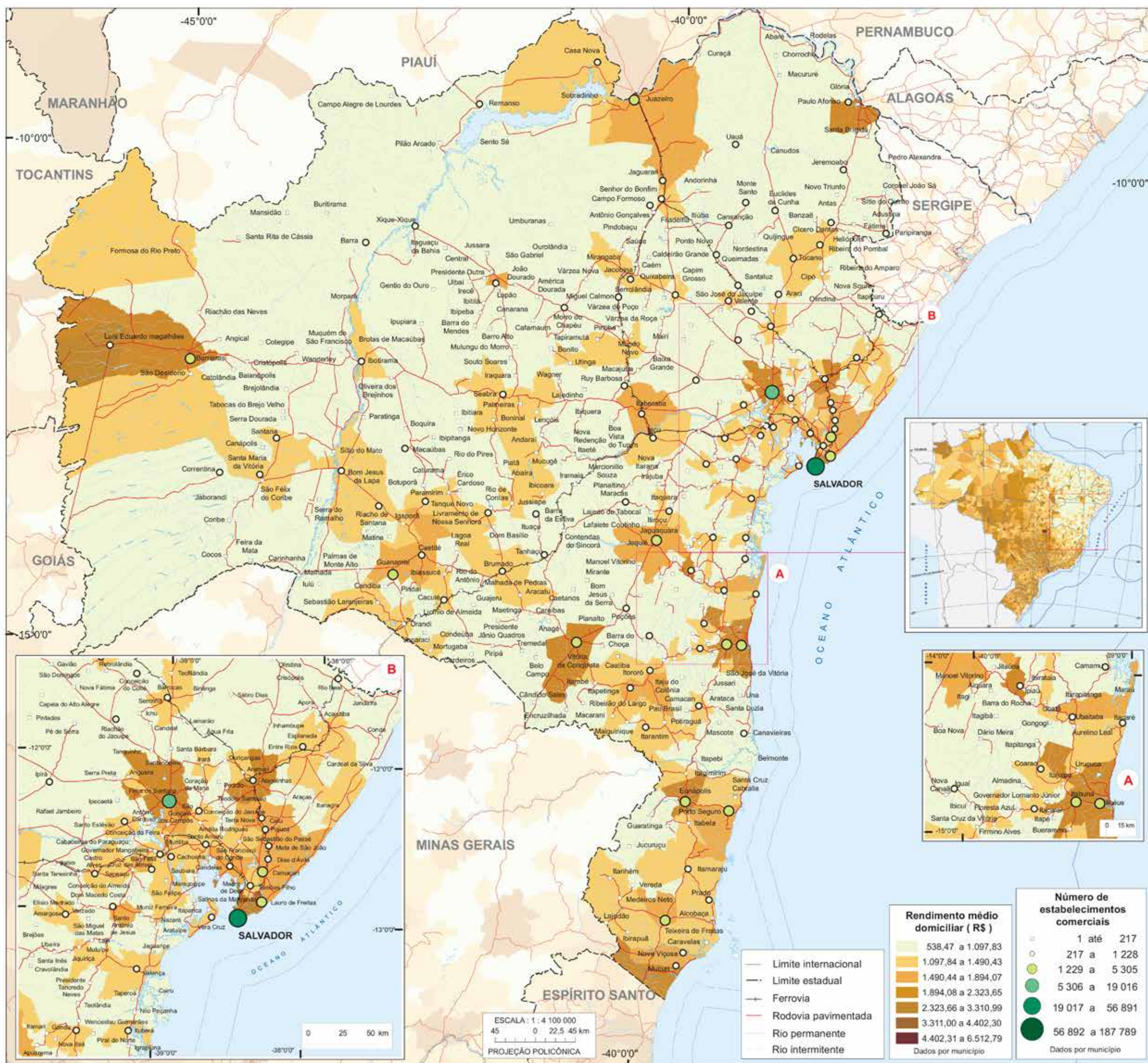
Região Nordeste - Alagoas



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 e Cadastro Central de Empresas 2011

Comércio e Rendimento Médio Domiciliar nos Estados Brasileiros

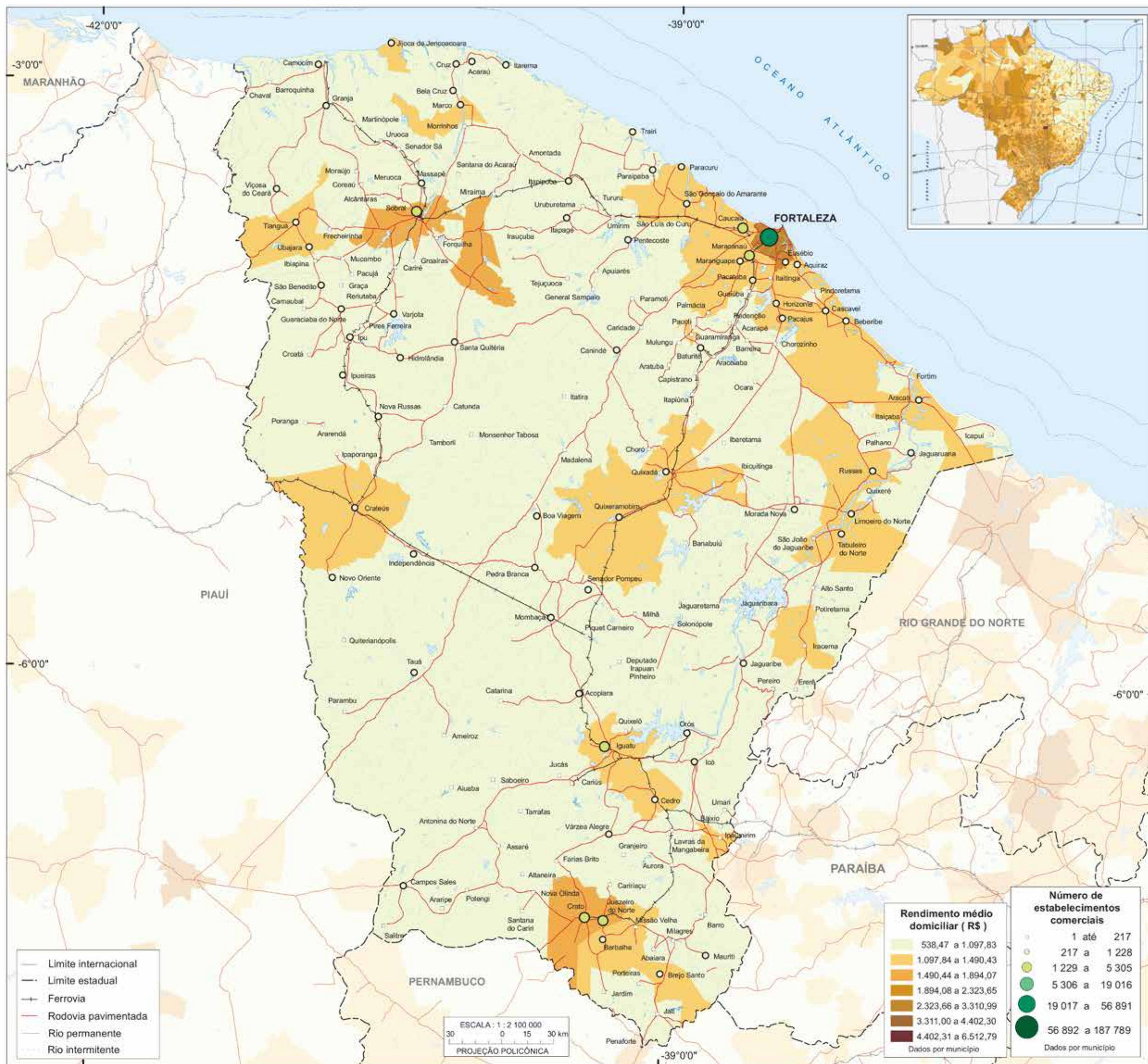
Região Nordeste - Bahia



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 e Cadastro Central de Empresas 2011

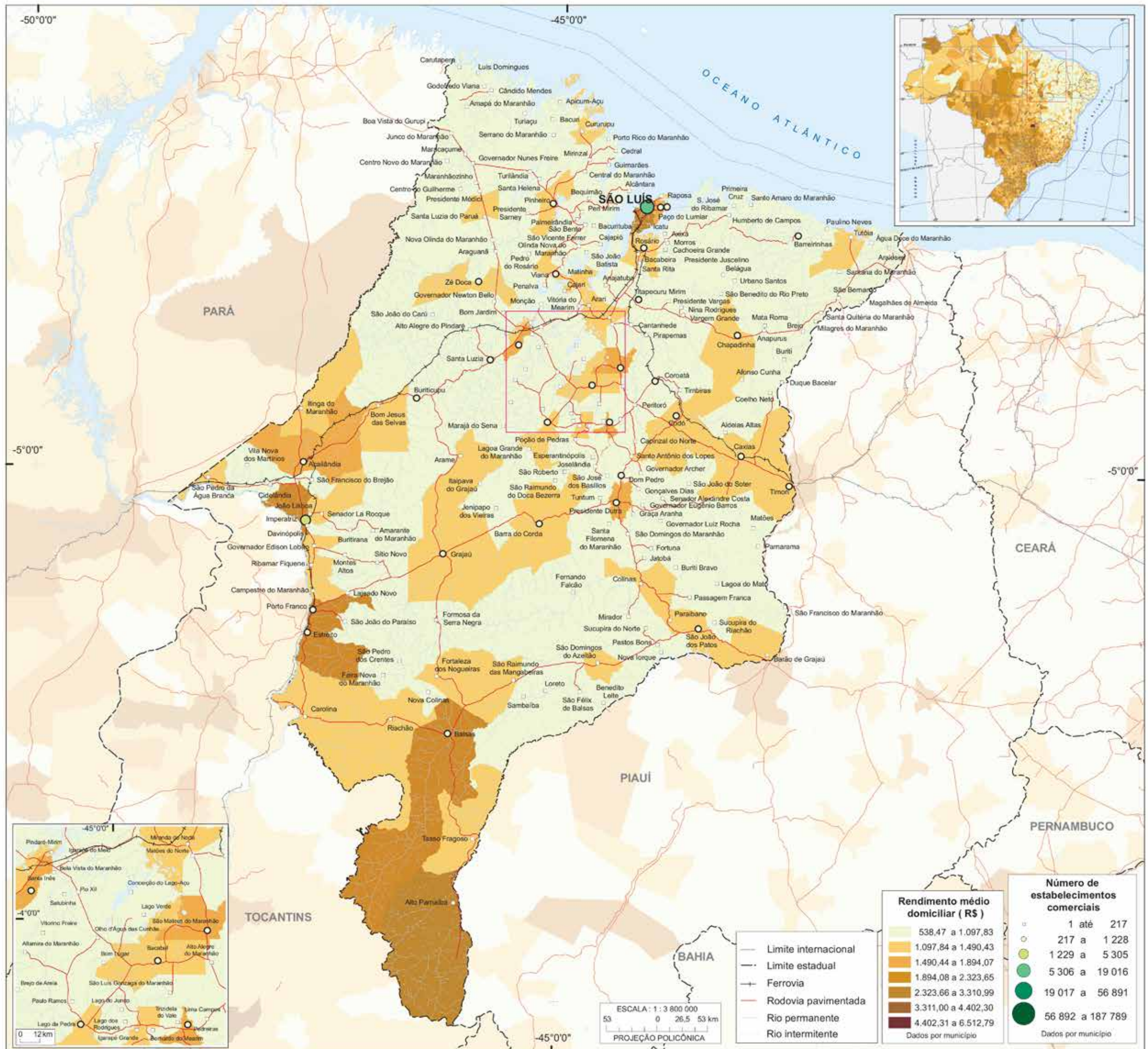
Comércio e Rendimento Médio Domiciliar nos Estados Brasileiros

Região Nordeste - Ceará



Comércio e Rendimento Médio Domiciliar nos Estados Brasileiros

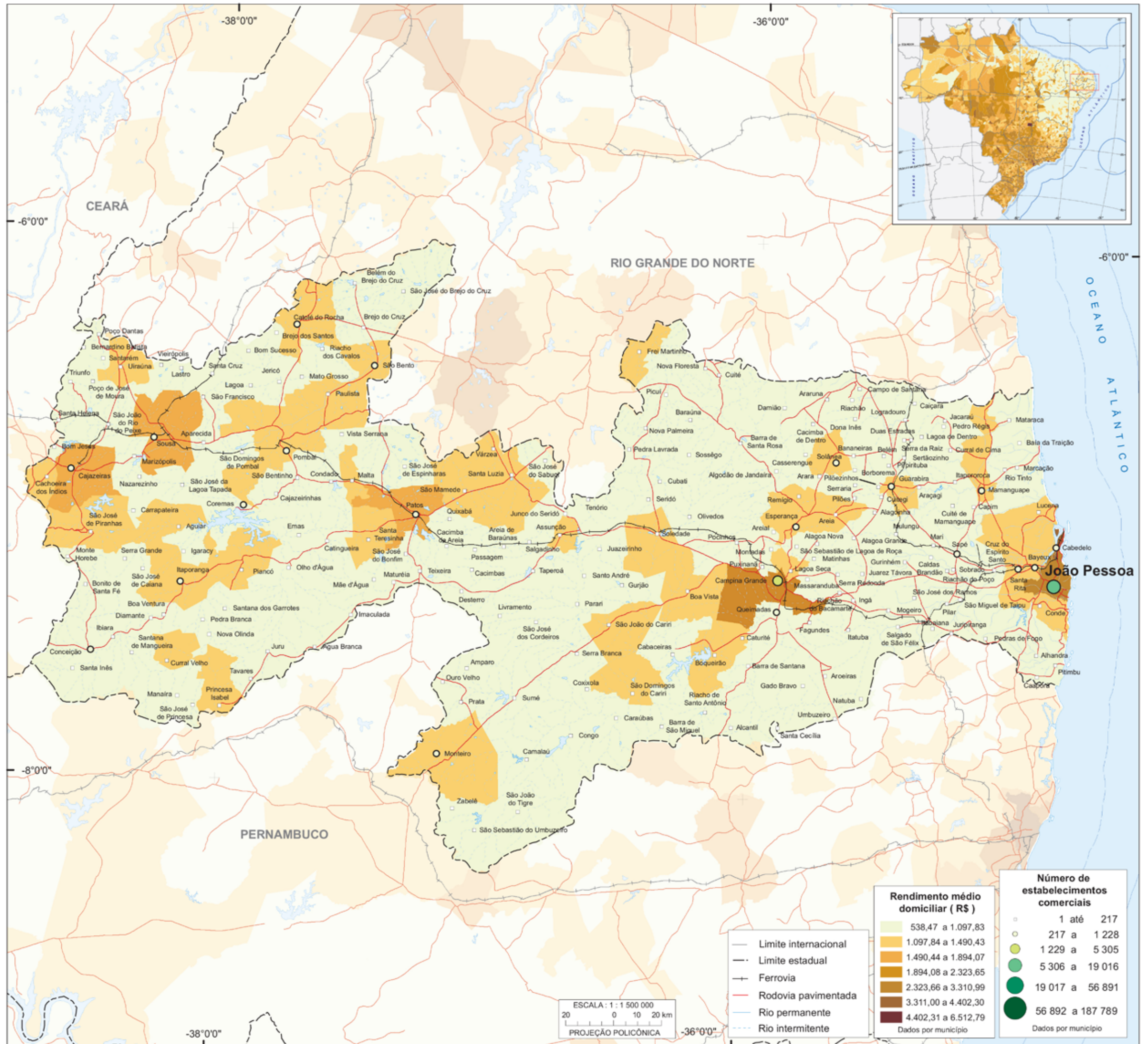
Região Nordeste - Maranhão



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 e Cadastro Central de Empresas 2011

Comércio e Rendimento Médio Domiciliar nos Estados Brasileiros

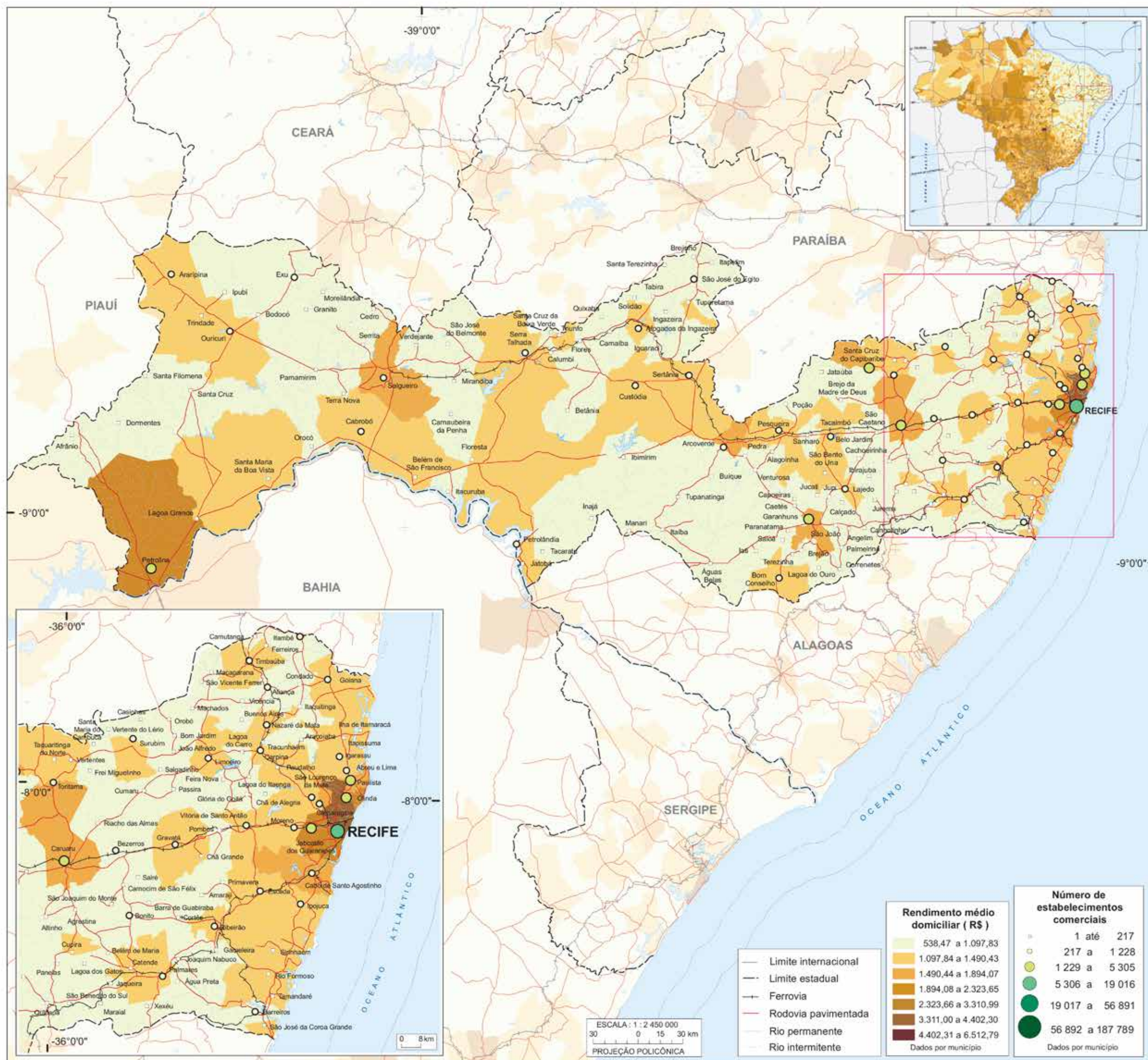
Região Nordeste - Paraíba



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 e Cadastro Central de Empresas 2011

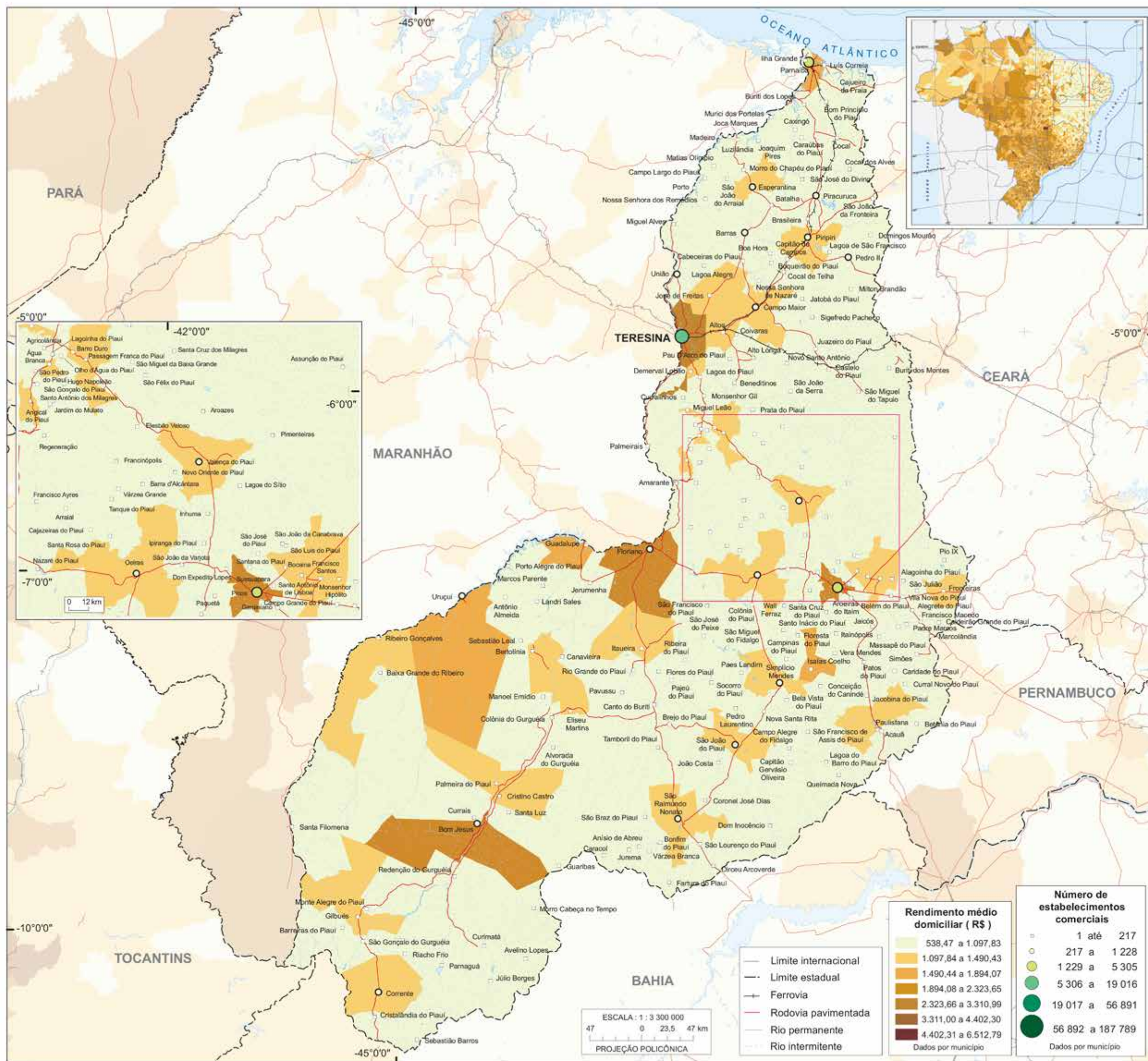
Comércio e Rendimento Médio Domiciliar nos Estados Brasileiros

Região Nordeste - Pernambuco



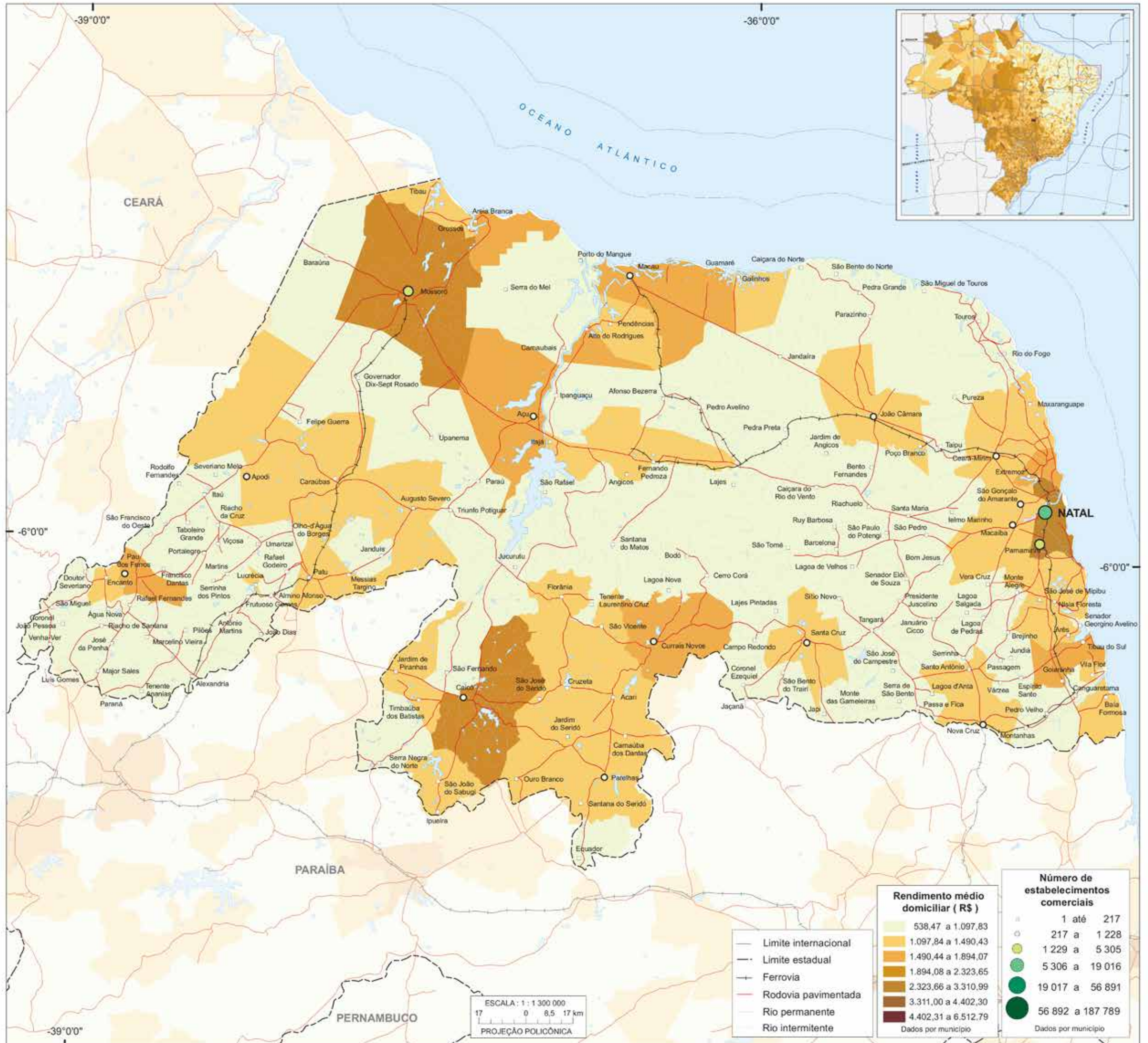
Comércio e Rendimento Médio Domiciliar nos Estados Brasileiros

Região Nordeste - Piauí



Comércio e Rendimento Médio Domiciliar nos Estados Brasileiros

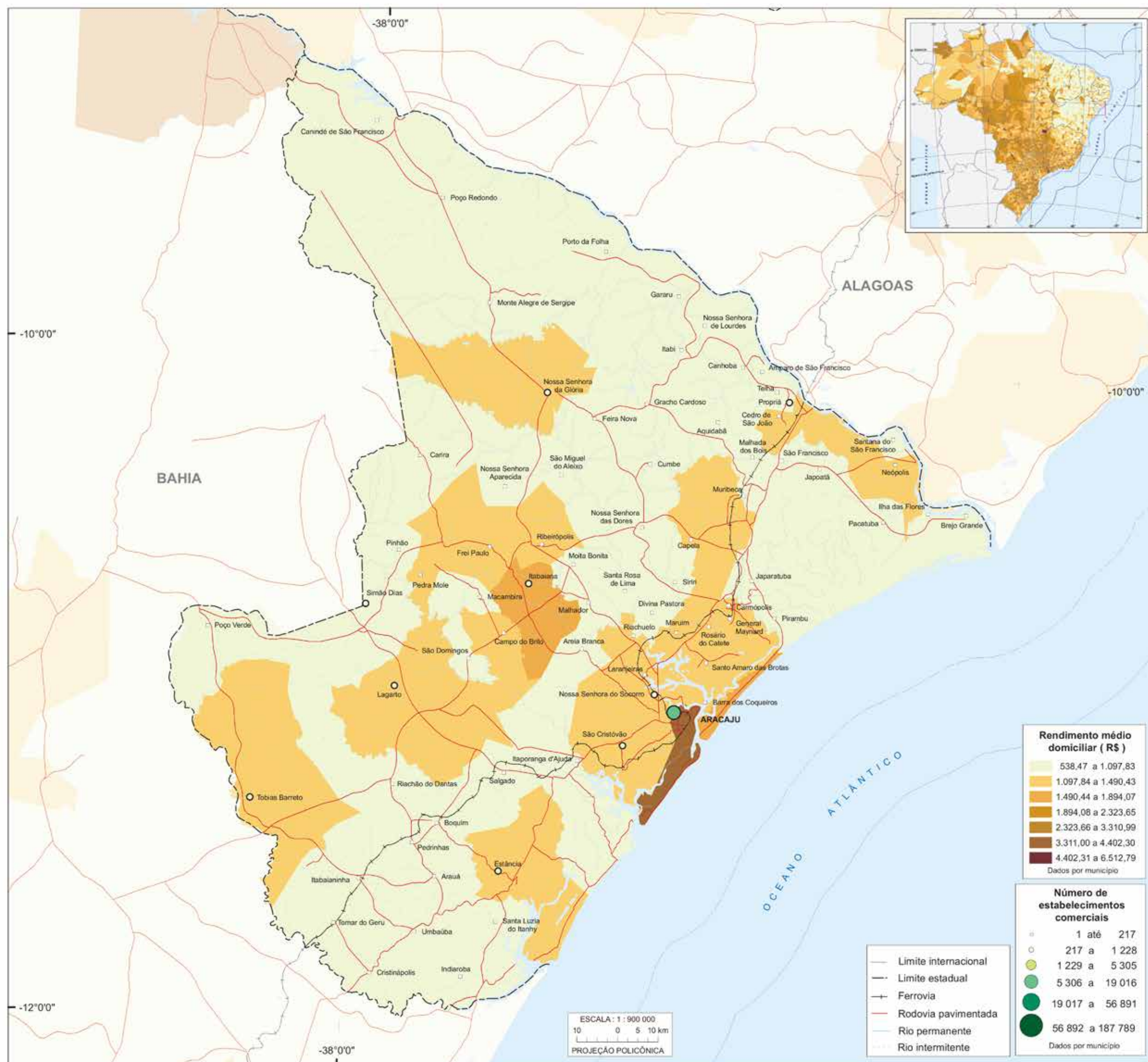
Região Nordeste - Rio Grande do Norte



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 e Cadastro Central de Empresas 2011

Comércio e Rendimento Médio Domiciliar nos Estados Brasileiros

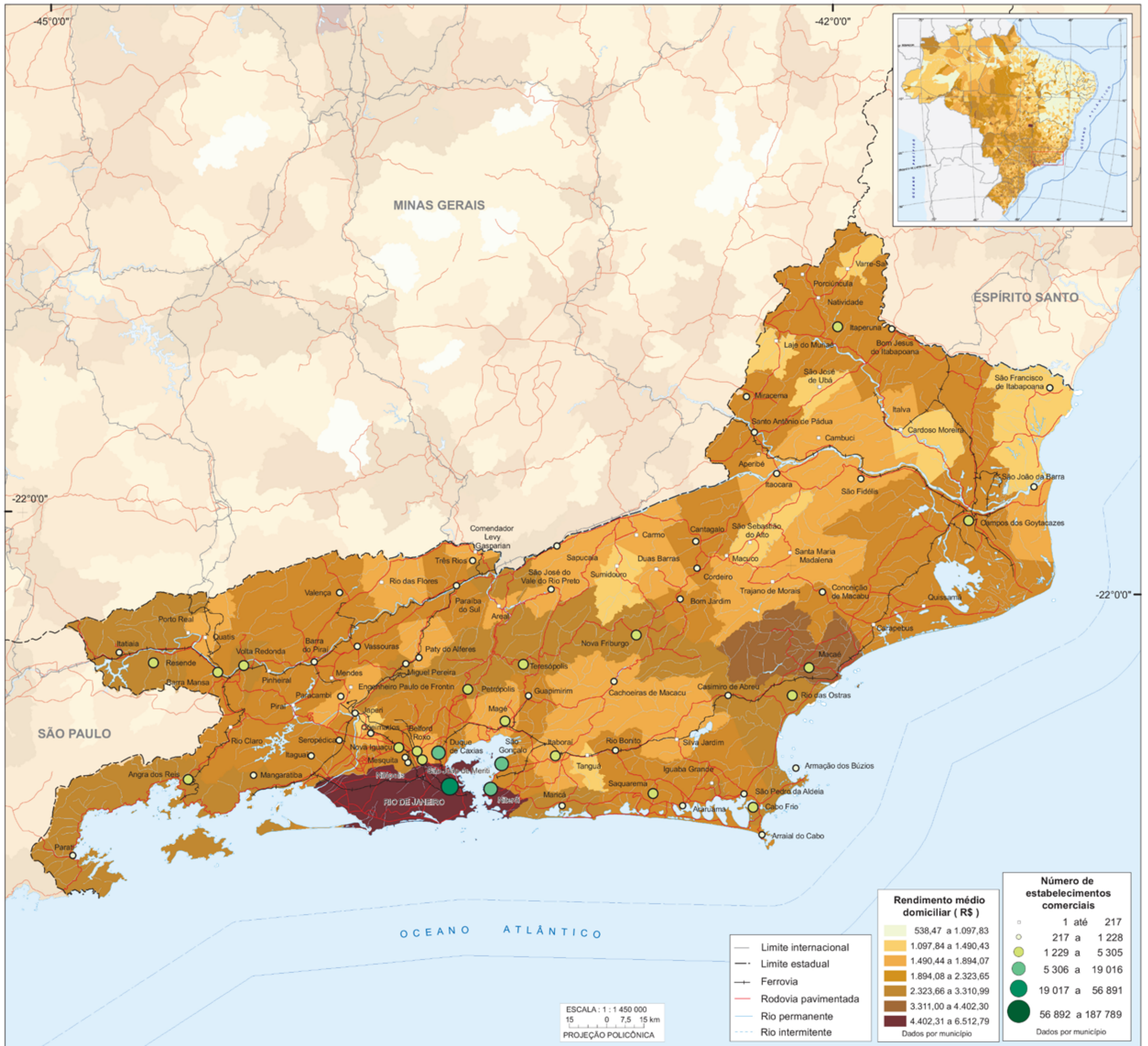
Região Nordeste - Sergipe



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 e Cadastro Central de Empresas 2011

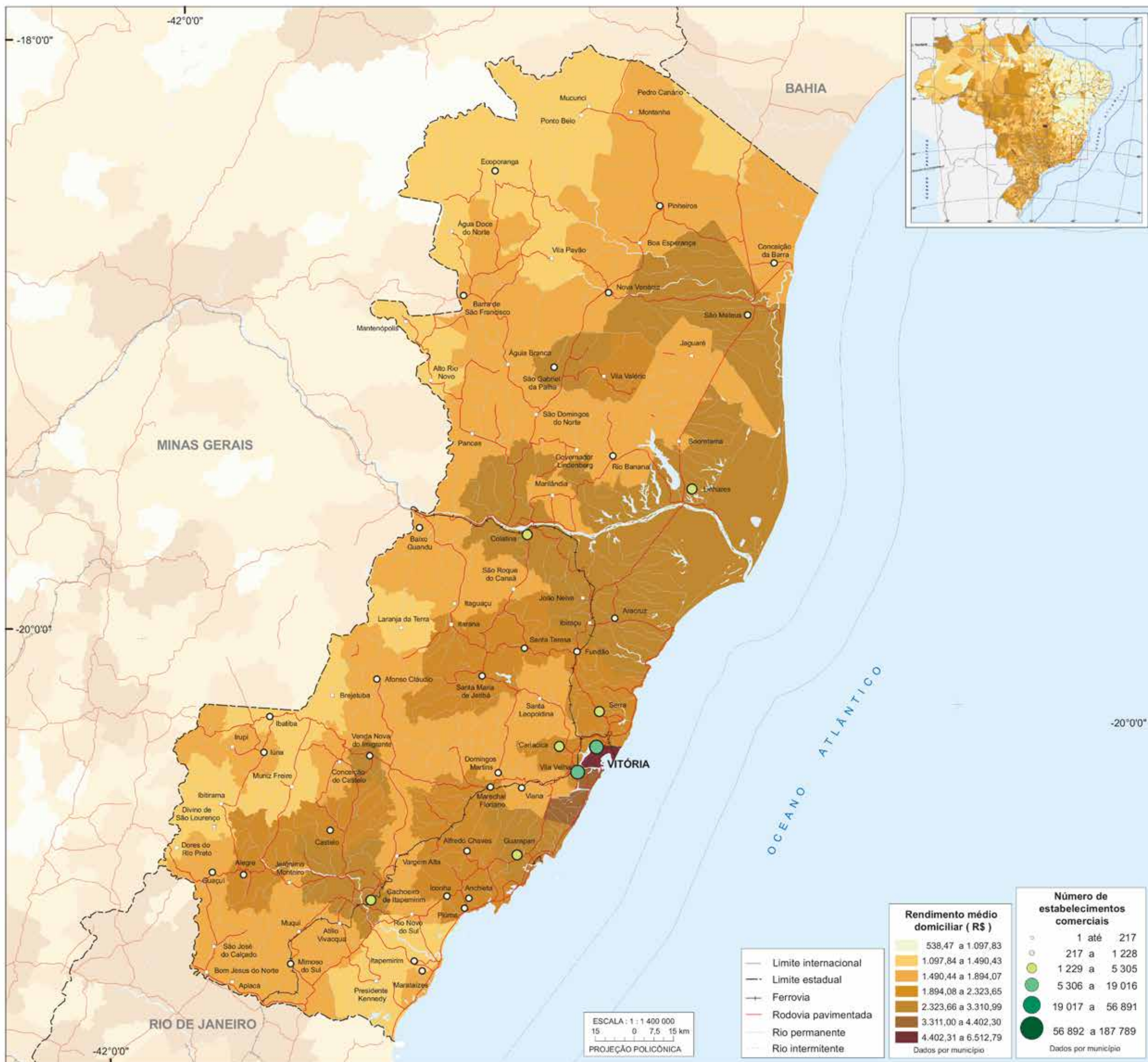
Comércio e Rendimento Médio Domiciliar nos Estados Brasileiros

Região Sudeste - Rio de Janeiro



Comércio e Rendimento Médio Domiciliar nos Estados Brasileiros

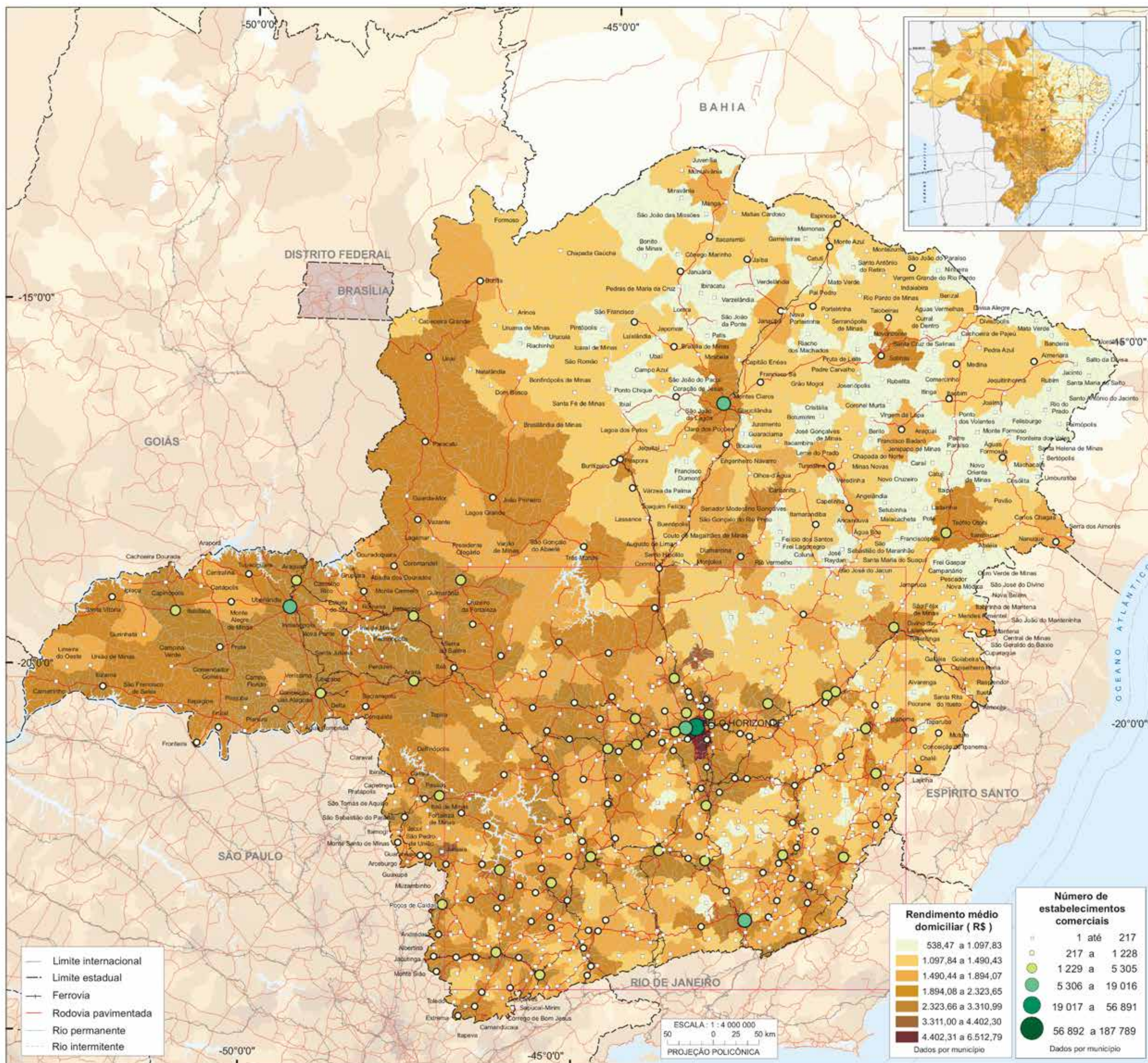
Região Sudeste - Espírito Santo



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 e Cadastro Central de Empresas 2011

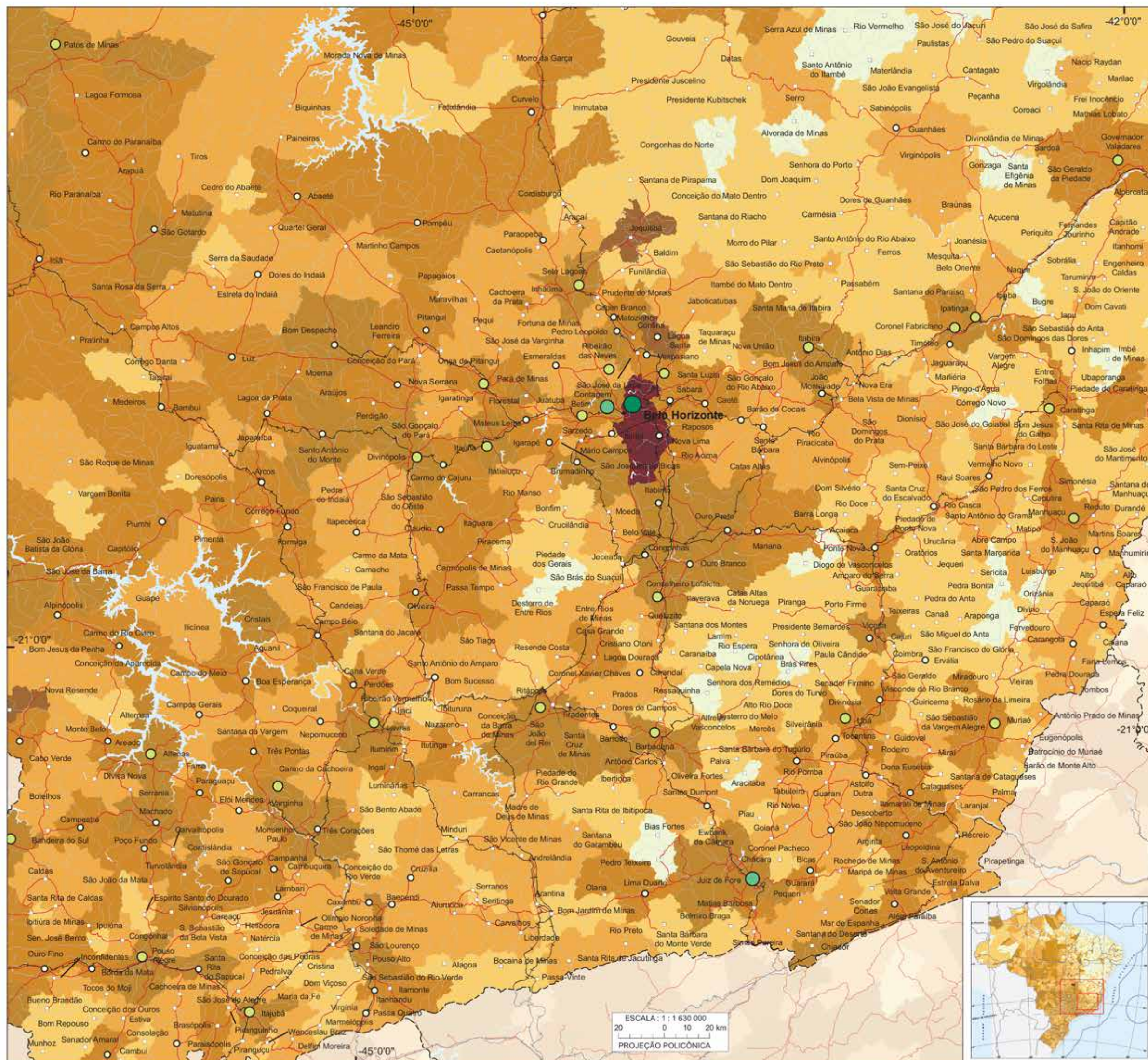
Comércio e Rendimento Médio Domiciliar nos Estados Brasileiros

Região Sudeste - Minas Gerais



Comércio e Rendimento Médio Domiciliar nos Estados Brasileiros

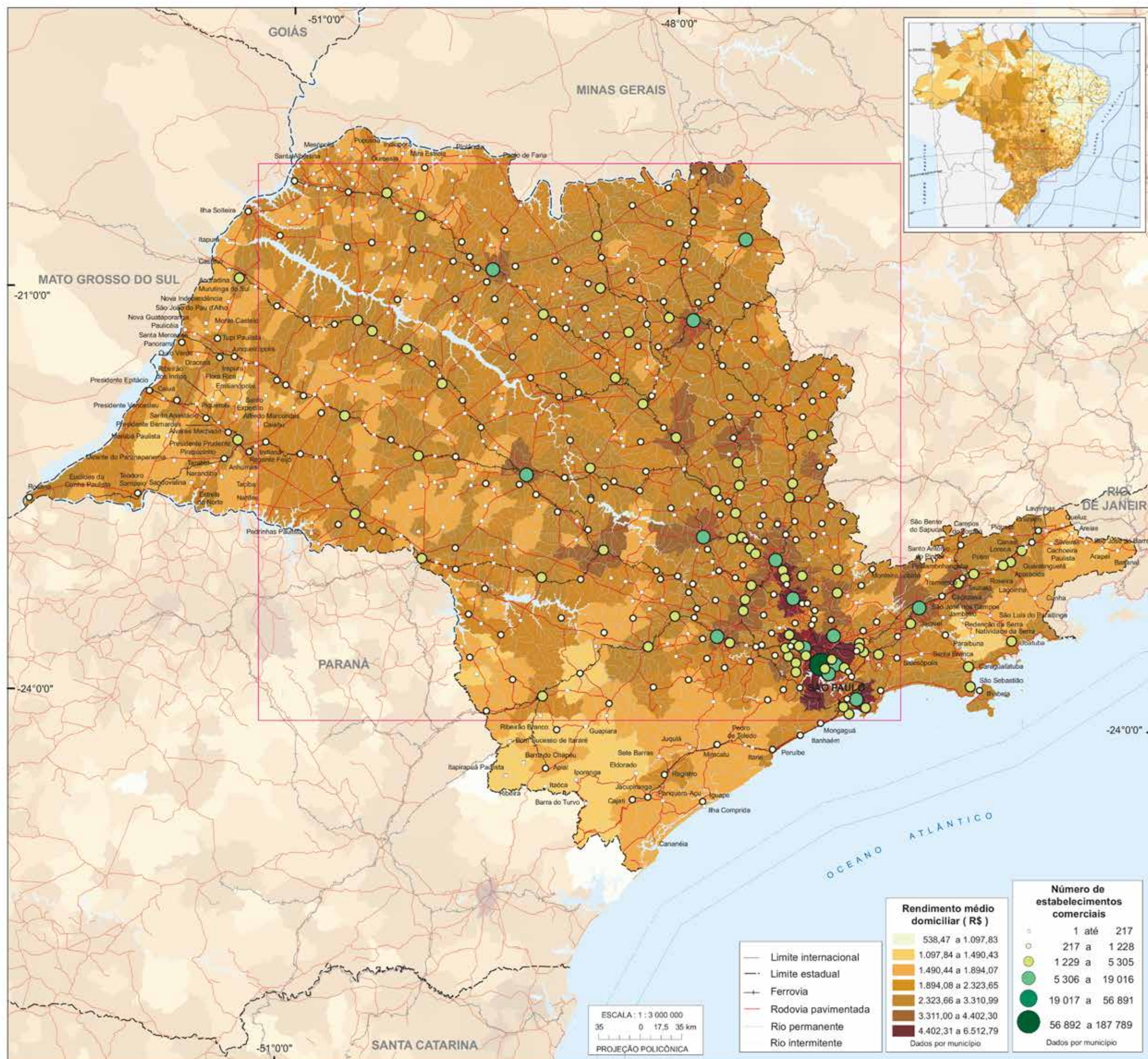
Região Sudeste - Minas Gerais



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 e Cadastro Central de Empresas 2011

Comércio e Rendimento Médio Domiciliar nos Estados Brasileiros

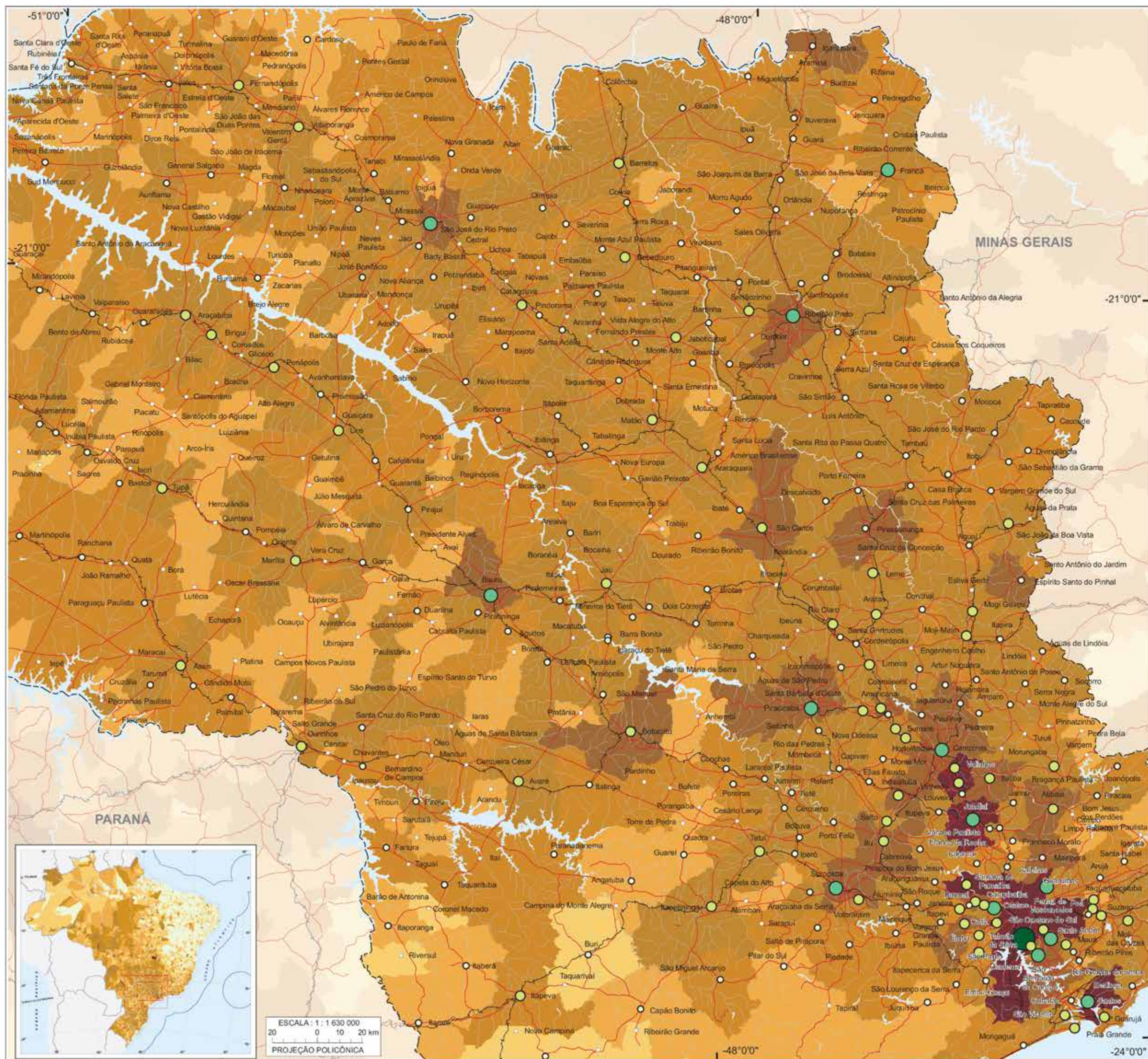
Região Sudeste - São Paulo



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 e Cadastro Central de Empresas 2011

Comércio e Rendimento Médio Domiciliar nos Estados Brasileiros

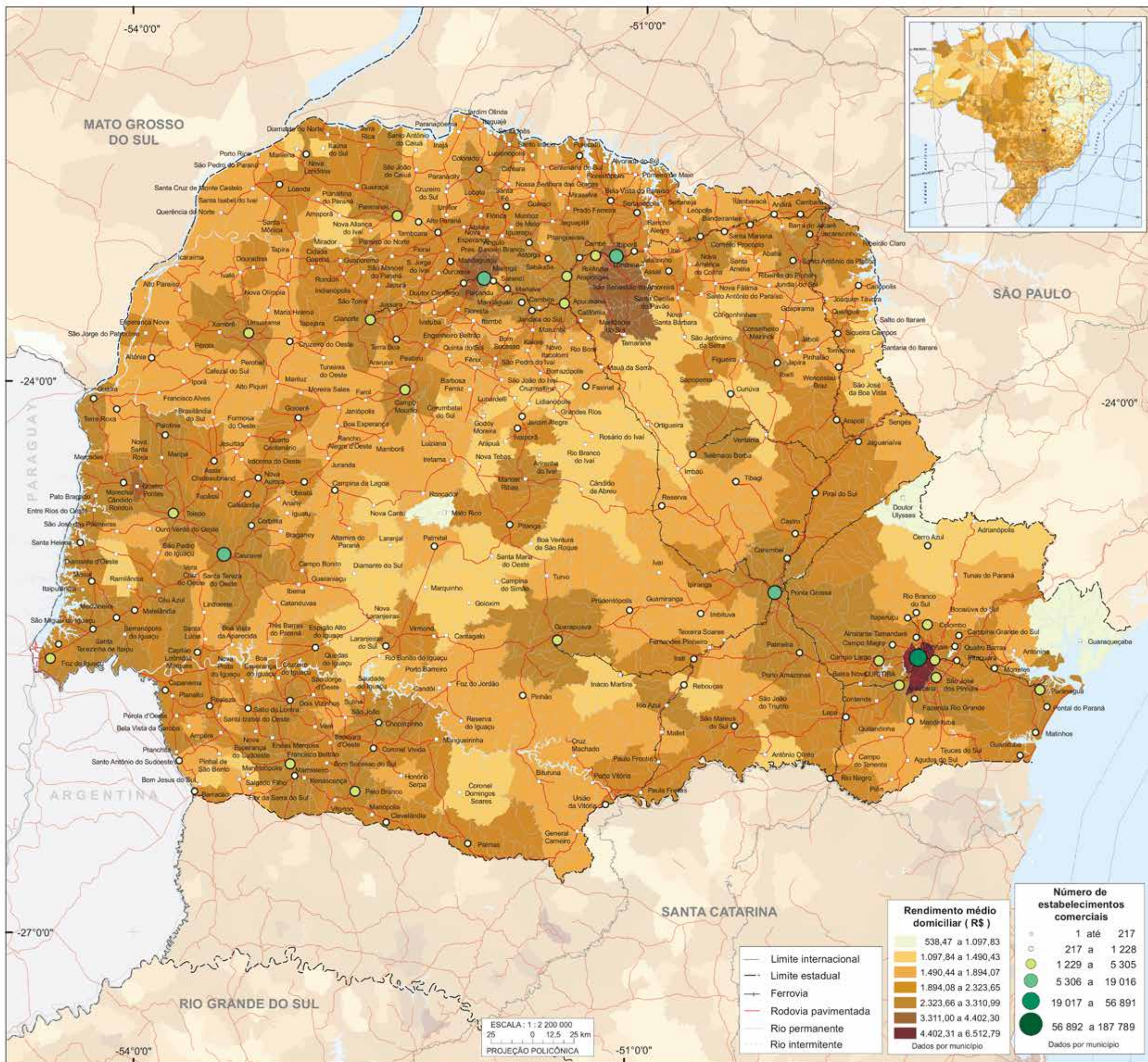
Região Sudeste - São Paulo



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 e Cadastro Central de Empresas 2011

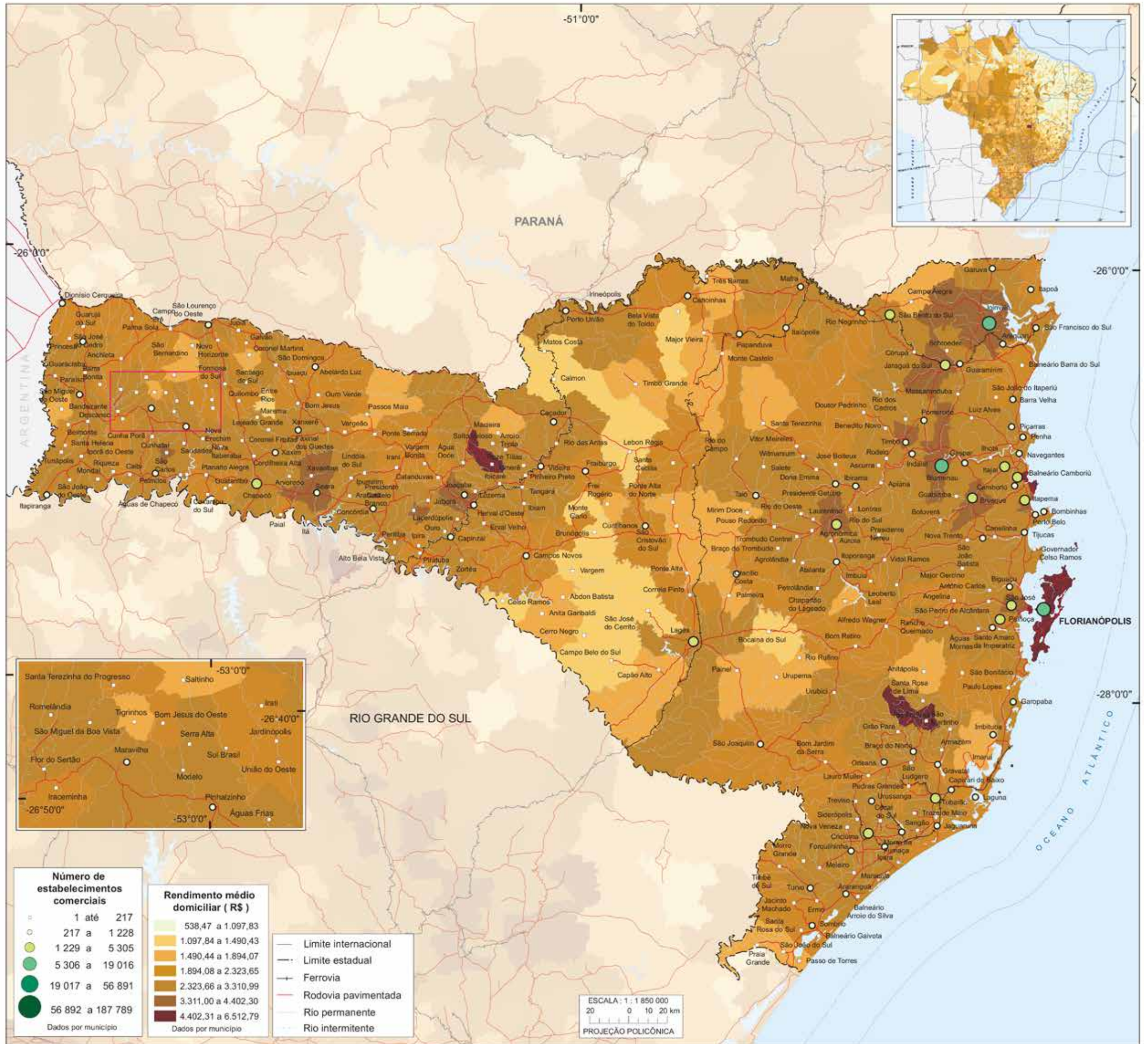
Comércio e Rendimento Médio Domiciliar nos Estados Brasileiros

Região Sul - Paraná



Comércio e Rendimento Médio Domiciliar nos Estados Brasileiros

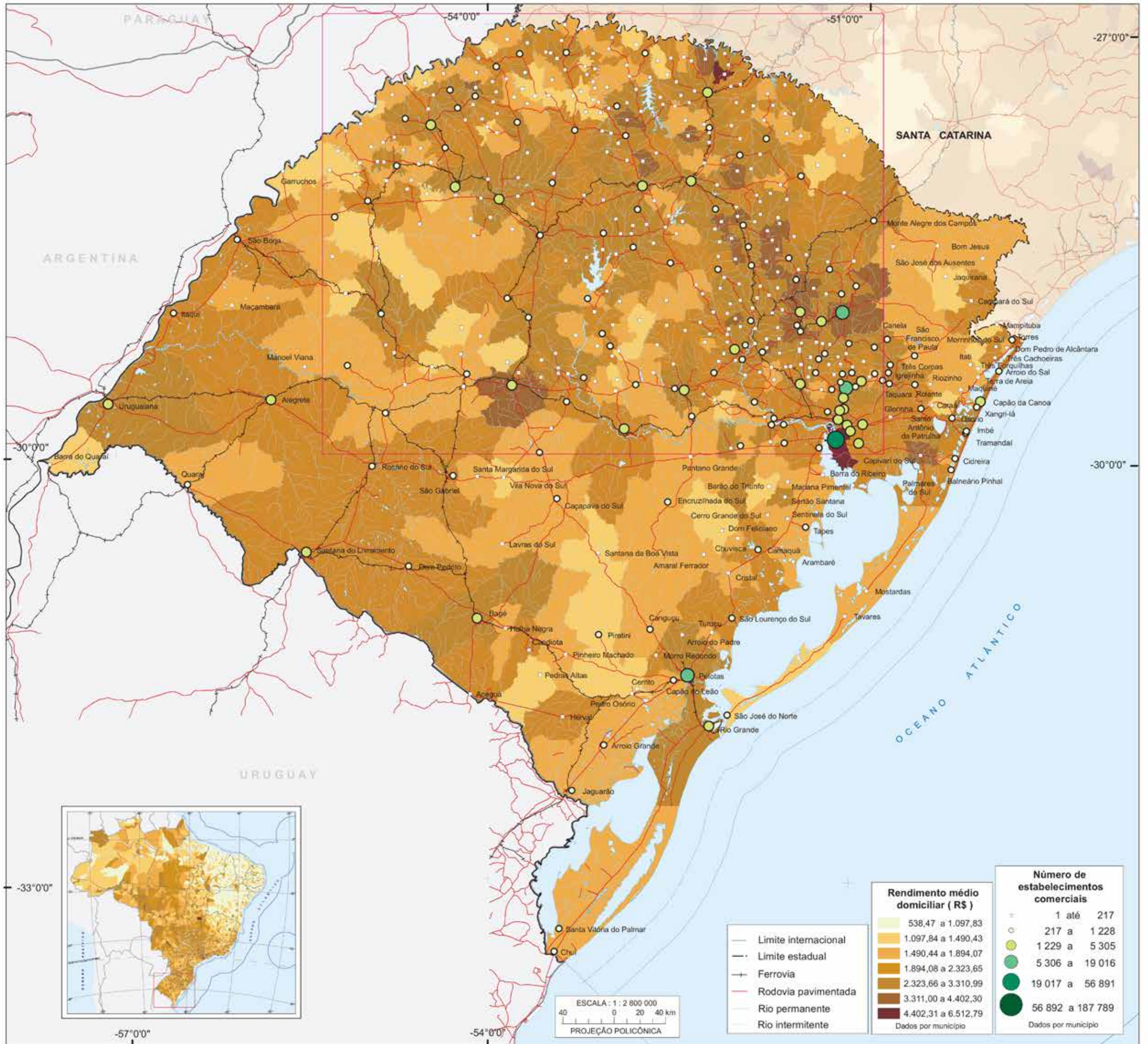
Região Sul - Santa Catarina



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 e Cadastro Central de Empresas 2011

Comércio e Rendimento Médio Domiciliar nos Estados Brasileiros

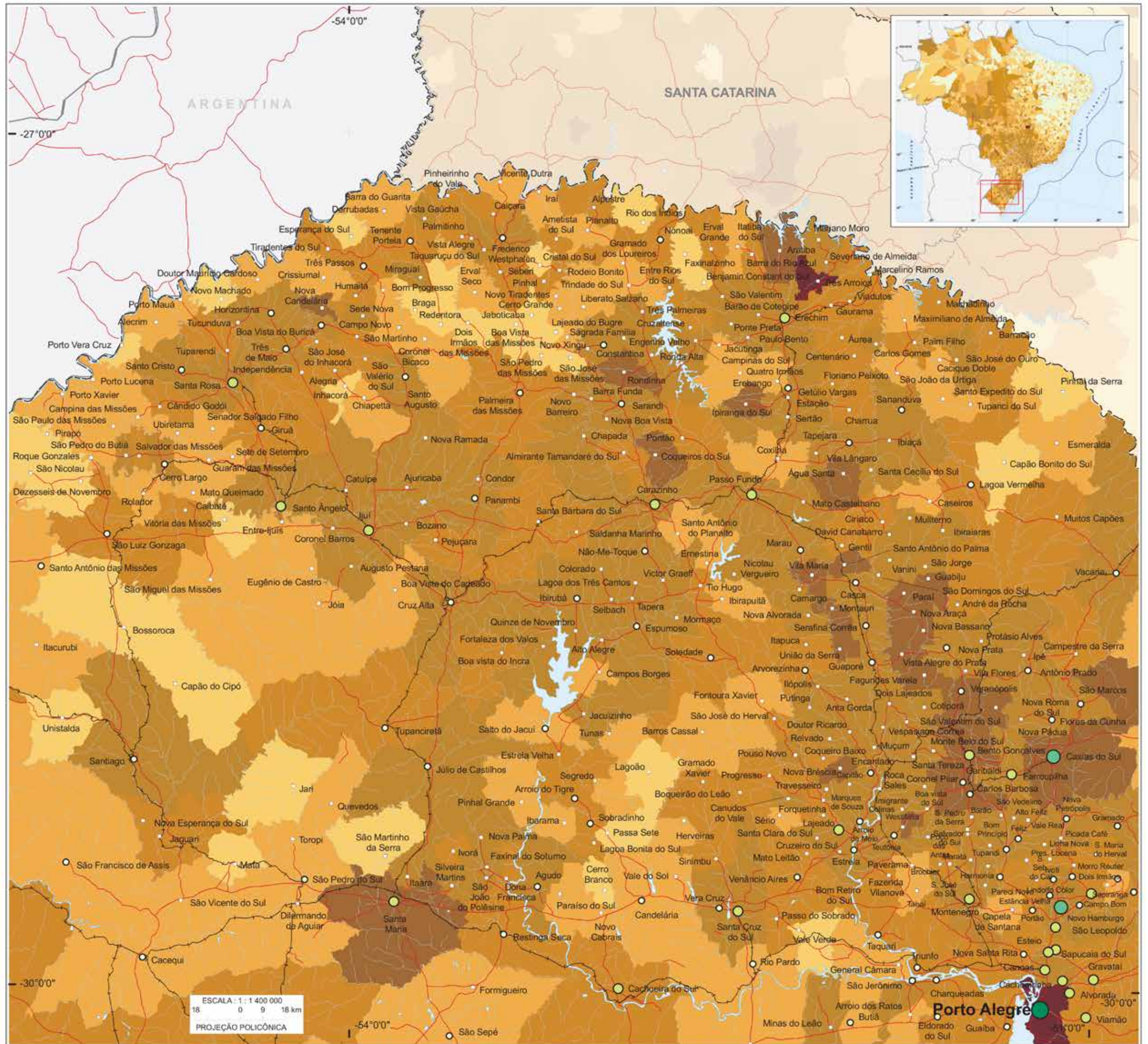
Região Sul - Rio Grande do Sul



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 e Cadastro Central de Empresas 2011

Comércio e Rendimento Médio Domiciliar nos Estados Brasileiros

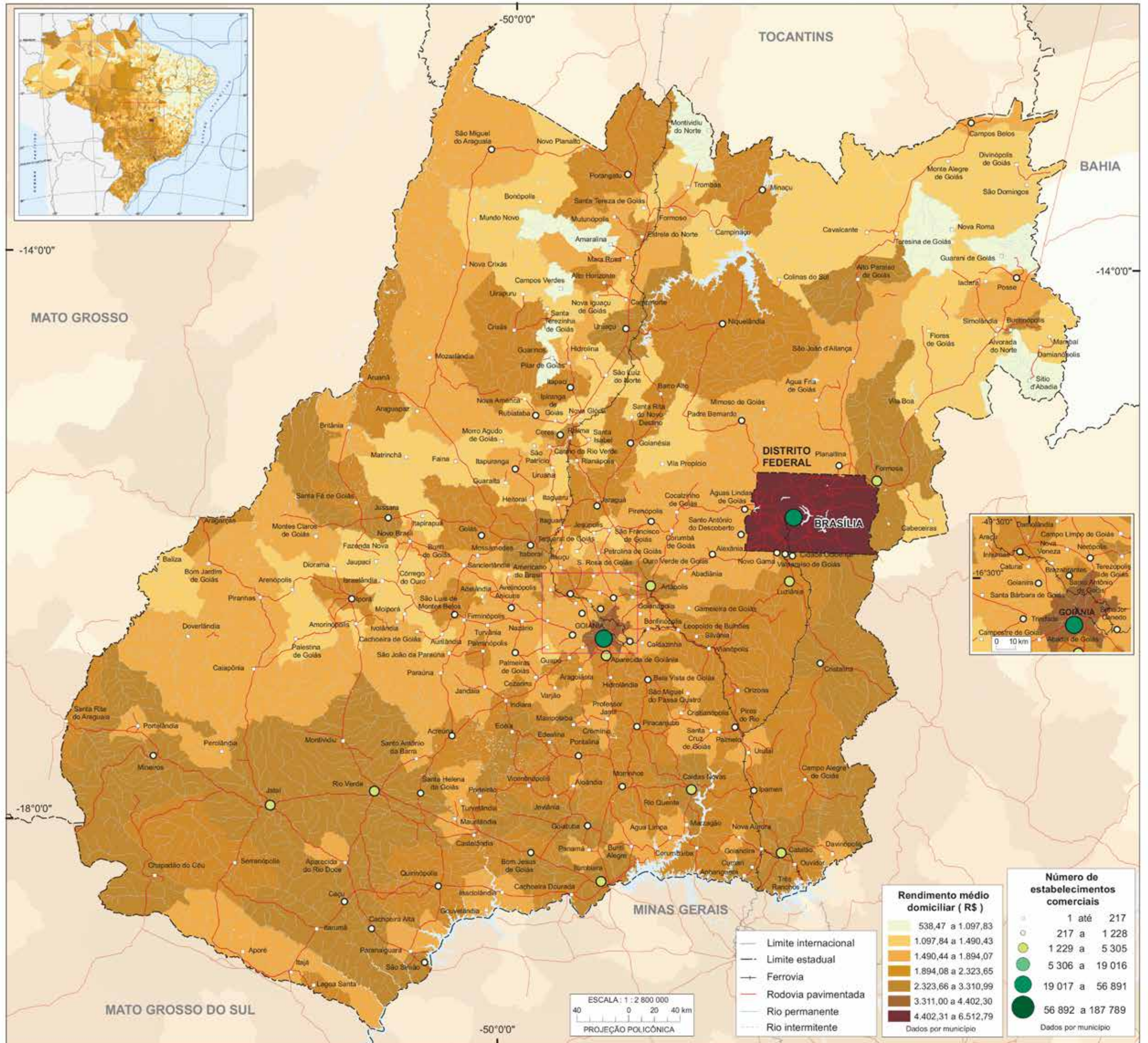
Região Sul - Rio Grande do Sul



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 e Cadastro Central de Empresas 2011

Comércio e Rendimento Médio Domiciliar nos Estados Brasileiros

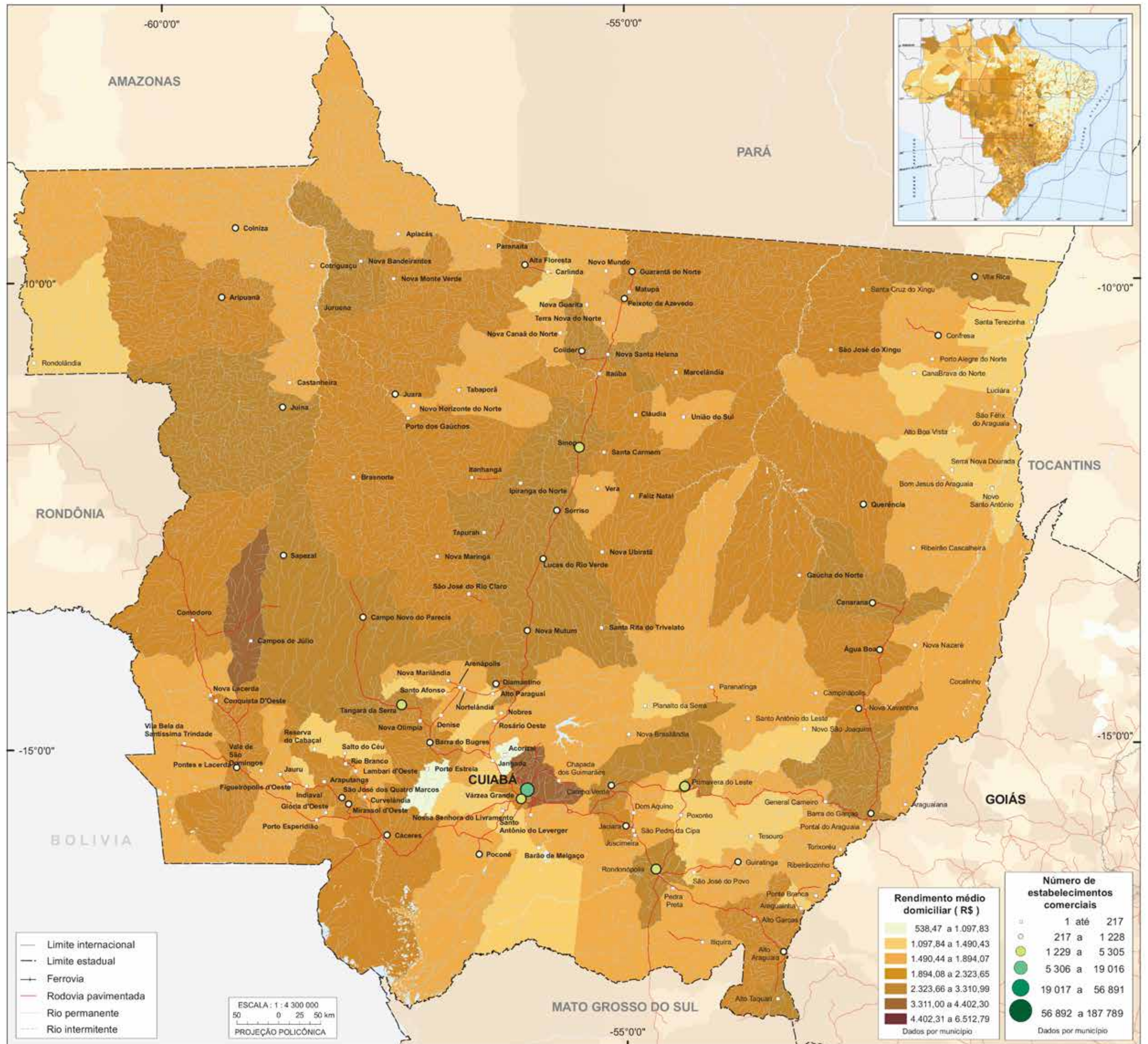
Região Centro-Oeste - Goiás e Distrito Federal



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 e Cadastro Central de Empresas 2011

Comércio e Rendimento Médio Domiciliar nos Estados Brasileiros

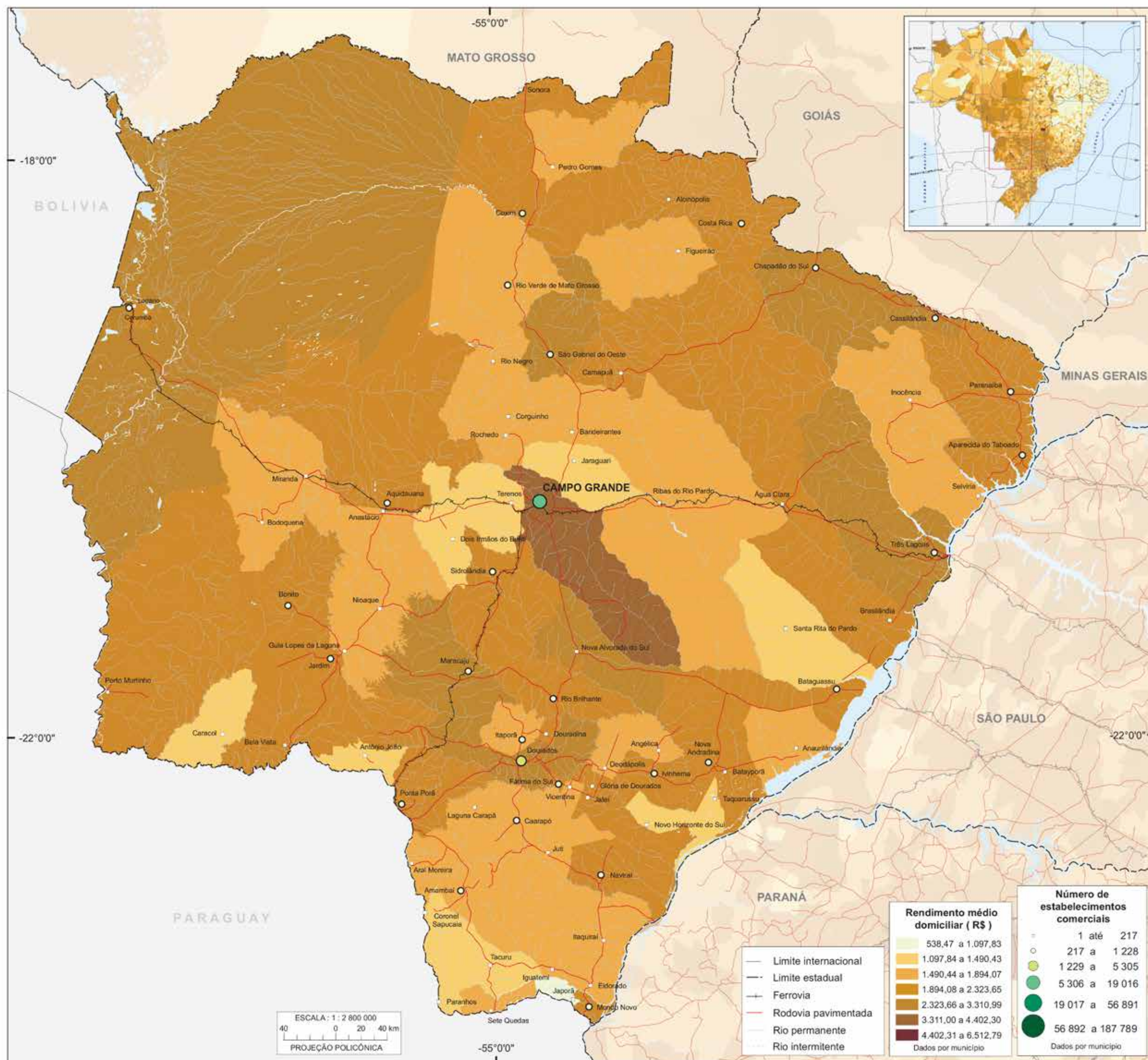
Região Centro-Oeste - Mato Grosso



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 e Cadastro Central de Empresas 2011

Comércio e Rendimento Médio Domiciliar nos Estados Brasileiros

Região Centro-Oeste - Mato Grosso do Sul



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 e Cadastro Central de Empresas 2011



Capítulo 3

Serviços

Os serviços na Economia Brasileira

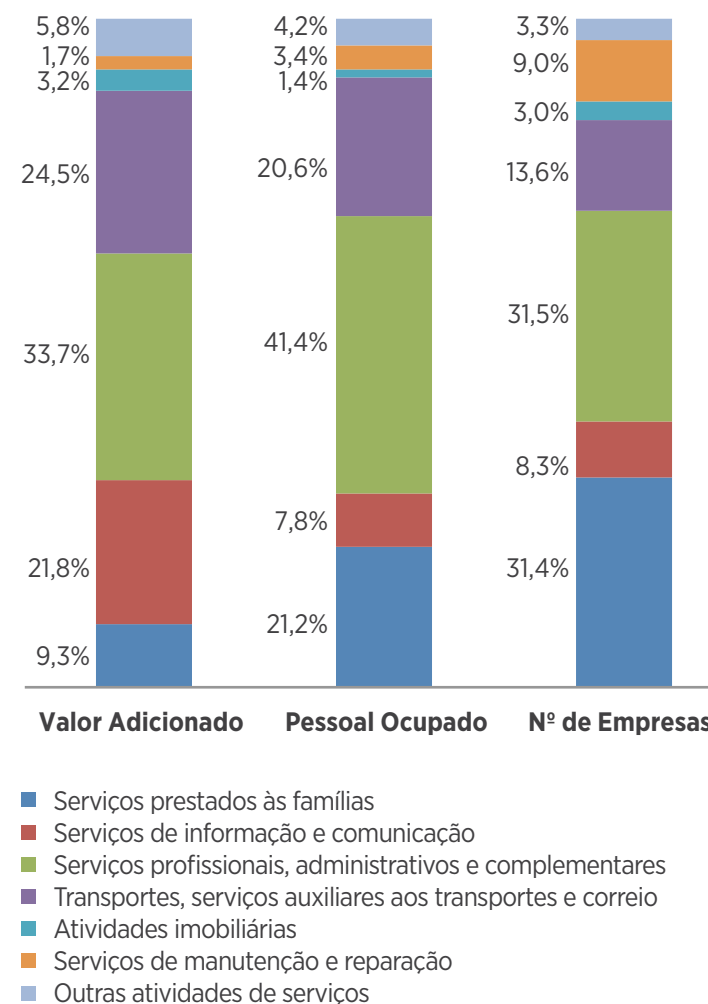
A crescente importância dos serviços empresariais não financeiros se traduz na sua participação relativa no PIB. Conforme as Contas Nacionais do IBGE, em 2009, eles representavam 30,6% do PIB⁹. O setor foi o que mais se expandiu nos últimos anos, seu valor adicionado cresceu 37,8% no período de 2000 a 2009. A Pesquisa Anual de Serviços (PAS), em sua edição de 2011, registrou 1.081.012 empresas que realizaram R\$ 1 trilhão de receita operacional líquida. Essas empresas empregavam 11.398.299 pessoas, o que representava 25,2% do pessoal ocupado, conforme o Cadastro Central de Empresas (Cempre), do IBGE.

O gráfico 1 apresenta a participação relativa dos segmentos que compõem os serviços empresariais não financeiros em 2011, segundo as variáveis valor adicionado, pessoal ocupado e número de empresas. Evidencia-se que o segmento que mais emprega é o dos serviços profissionais administrativos e complementares, com 41,4% do pessoal ocupado do setor. Esse segmento, que também pode ser denominado de serviços prestados às empresas, juntamente com os transportes, está ligado diretamente ao resto da economia, principalmente à indústria. Esse segmento contém tanto os serviços profissionais especializados como os serviços de locação de mão de obra.

Também o gráfico apresenta indícios de que os serviços de informação e comunicação são os mais produtivos. Eles apresentam participação relativa no valor adicionado (21,8%) muito superior a sua participação no pessoal ocupado (7,8%). Esse segmento é considerado intensivo em conhecimento e tem o maior valor adicionado do setor.

Na posição inversa estão os serviços prestados às famílias, cuja produtividade é a menor do setor. Sua participação relativa no valor adicionado (9,3%) é muito inferior a sua participação no pessoal ocupado. Seu número de empresas é muito expressivo, o que permite inferir que nele estão concentrados os pequenos negócios. Vale salientar que fazem parte do segmento as atividades dos serviços pessoais e os serviços de hospedagem e alimentação.

Gráfico 1 – Participação dos serviços empresariais não financeiros (2011)



Fonte: PAS e CEMPRE, 2011.

Entre os serviços intensivos em mão de obra, os transportes apresentam a melhor produtividade. Eles representam quase um quarto do valor adicionado do setor (24,5%) e um quinto do pessoal ocupado (20,6%). Os demais são menos expressivos em termos de participação relativa no setor.

Quando se analisa a receita operacional líquida desses segmentos em 2011, obtém-se que o maior segmento é transportes, serviços auxiliares aos transportes e correios. Do total de R\$ 1 trilhão do setor, os transportes alcançaram 286 bilhões de receita operacional líquida (28,5%).

Já segundo a Pesquisa Anual da Construção Civil (PAIC), em 2011, as 92,7 mil empresas do setor realizaram incorporações, obras e serviços da construção no valor de R\$ 286,6 bilhões, assinalando aumento real de 4,5% em relação ao ano anterior (R\$ 257,3 bilhões) e de 63,1% no confronto com 2007 (R\$ 130,1 bilhões). Deste montante, R\$ 12,4 bilhões foram incorporações e R\$

274,2 bilhões foram obras e serviços da construção.

Distribuição dos Serviços no Território Nacional

A localização das empresas prestadoras de serviços não financeiros, de maneira geral, está relacionada com a distribuição espacial das densidades populacionais e empresariais. Os mapas relativos à PAS foram feitos com base nos resultados de 2010.

Revela-se a predominância da Região Sudeste, com 66,9% da receita bruta de prestação de serviços no Brasil (R\$ 647,3 bilhões); 67,2% dos salários, retiradas e outras remunerações (R\$ 115,9 bilhões); e 60,3% do pessoal ocupado (6 405 mil). A seguir, figura a Região Sul, com 14,2% da receita bruta de prestação de serviços (R\$ 137,6 bilhões); 14,1% dos salários, retiradas e outras remunerações (R\$ 24,4 bilhões); e 15,8% do pessoal ocupado (1 682 mil). Em relação aos salários médios pagos nas Grandes Regiões brasileiras, em 2010, observa-se que a Região Sudeste foi a única que apresentou salário médio mensal (2,7 salários mínimos) acima da média brasileira, que foi de 2,4 salários mínimos. No outro extremo, a Região Nordeste registrou a menor média salarial (1,8 salário mínimo).

A maior parte da receita bruta dos serviços no Brasil, em 2010, advinha dos serviços de informação e comunicação (29,6%) e dos transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (28,2%), que, juntos, representavam 57,8%. Estrutura semelhante foi encontrada nas Regiões Sudeste (com, respectivamente, 30,9% e 26,6%, totalizando 57,5%) e Centro-Oeste (com, respectivamente, 31,4% e 27,2%, totalizando 58,6%). Nas Regiões Norte e Sul, estas duas atividades também predominaram na composição da receita bruta, embora com peso invertido. Na Região Nordeste, o maior peso das atividades na receita bruta esteve distribuído de forma análoga entre serviços profissionais, administrativos e complementares (26,8%), transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (26,6%) e serviços de informação e comunicação (25,6%).

De acordo com as representações dos estabelecimentos por município nos mapas, é perceptível que o setor de serviços tem uma grande concentração no Sudeste brasileiro. Algumas outras grandes cidades se destacam dentro desses setores, como, por exemplo, Brasília, Por-

⁹ Nas Contas Nacionais, os dados foram deflacionados a preços do ano 2000. A PAS inclui as seguintes divisões dos serviços empresariais não financeiros: serviços prestados principalmente às famílias; serviços de informação e comunicação; serviços profissionais, administrativos e complementares; transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio; atividades imobiliárias; serviços de manutenção e reparação; e Outras atividades de serviços.

to Alegre, Goiânia e Salvador. Nos mapas de Serviço de informação e comunicação, de serviços de alimentação e de serviços de alojamento projeta-se um pouco dessa grande influência regional.

Na construção civil, os dados da PAIC mostram que a Região Sudeste detém a maior participação no valor das incorporações, obras e serviços da construção, em 2011, entre as Grandes Regiões, 62,9%. Contudo, vale ressaltar que a Região Nordeste foi a que mais ascendeu de 2007 para 2011, com ganho de participação de 2,0 pontos percentuais no valor das incorporações, obras e serviços da construção.

Pequenos Negócios de Serviços

Na seção dos Pequenos Negócios de Serviços, evidenciam-se traços essenciais da distribuição dos estabelecimentos do Simples Nacional em 2011, relativizados pelo tamanho da população municipal segundo o Censo 2010.

Percebe-se que a região que mais concentrou municípios com até cinco estabelecimentos do setor de serviços por 1.000 habitantes, em 2011, foi a Nordeste (1.649 municípios), sendo seguida por Sudeste (413 municípios), Norte (394 municípios), Centro-Oeste (206 municípios) e Sul (187 municípios). Entretanto, o estado de Minas Gerais deteve maior quantidade de municípios nessa faixa (364 municípios). Pode-se observar ainda que os municípios com maior concentração de estabelecimentos por mil habitantes estavam localizados nas regiões Sudeste e Sul, destacando-se novamente o estado de Minas Gerais, para a relação de 5,1 a 10 estabelecimentos por mil habitantes, e o de São Paulo, para as proporções de 10,1 e mais estabelecimentos por 1000 habitantes. Nos serviços, os optantes pelo Simples totalizavam 1,6 milhão, em dezembro de 2011, com os MEI representando 32% deste total. Quanto à participação dos MEI no total de optantes pelo Simples, variou de 22,0% (estado do RS) a 57,0% (estado do Tocantins).

No tocante aos mapas dos “Pequenos Negócios de Reparação de Automóveis”, percebe-se, pelo mapa que congrega os municípios com menos de um estabelecimento por mil habitantes, distribuição semelhante às das outras atividades do setor de Serviços analisadas até o momento, ou seja,

concentração maior de municípios nas regiões Nordeste e Sudeste, mas capitaneada, pelos estados da Bahia e de Minas Gerais, respectivamente. Porém, quando a relação é de 1,0 a 1,9 estabelecimentos por mil habitantes, a região Sul sobressaiu-se com uma quantidade maior de municípios. Em 2011, a atividade de Reparação de Automóveis reunia 145 mil optantes pelo Simples Nacional, com os MEI representando, em média, 41% desse total. Tocantins, Paraíba e Alagoas foram os estados que mais concentraram MEI nessa atividade (61% do total de optantes pelo Simples, em cada um desses estados), enquanto a menor participação desses empreendedores foi registrada no Distrito Federal (28%).

Nos Pequenos Negócios de Beleza e Estética, a maioria dos municípios com menos de um estabelecimento por mil habitantes está distribuída nos estados das regiões Nordeste, Sudeste e Sul. A região Nordeste lidera esse ranking, com 1.733 municípios, seguida pela região Sudeste e Sul, mas foi o estado de Minas Gerais que concentrou maior quantidade de municípios com menos de um estabelecimento por mil habitantes. Na relação de 1,0 a 1,9 estabelecimentos por mil habitantes, apesar do predomínio de municípios das regiões Sudeste e Sul, percebe-se quantidade expressiva de municípios também nas regiões Centro-Oeste e Norte, destacando-se os estados de Goiás, Mato Grosso e Tocantins.

A atividade de Beleza e Estética é a que tem maior participação de MEI, dentre todas as atividades consideradas nos mapas dos pequenos negócios que integram este Atlas. A participação média dos MEI nesse segmento era de 80%, em dezembro de 2011, sobre um total de 187 mil optantes pelo Simples Nacional. O maior percentual de participação de MEI foi detectado no estado do Tocantins (97%) e, o menor, no Distrito Federal (55%).

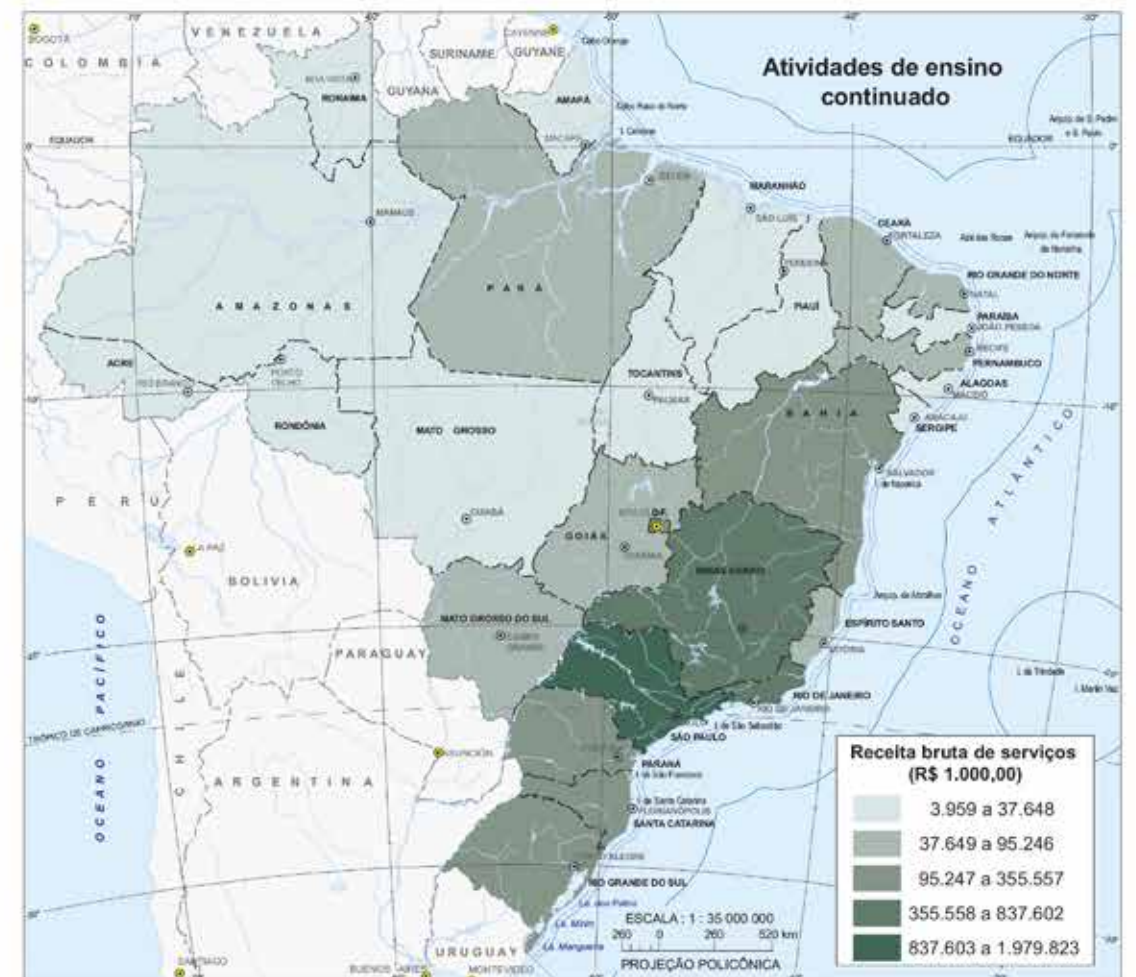
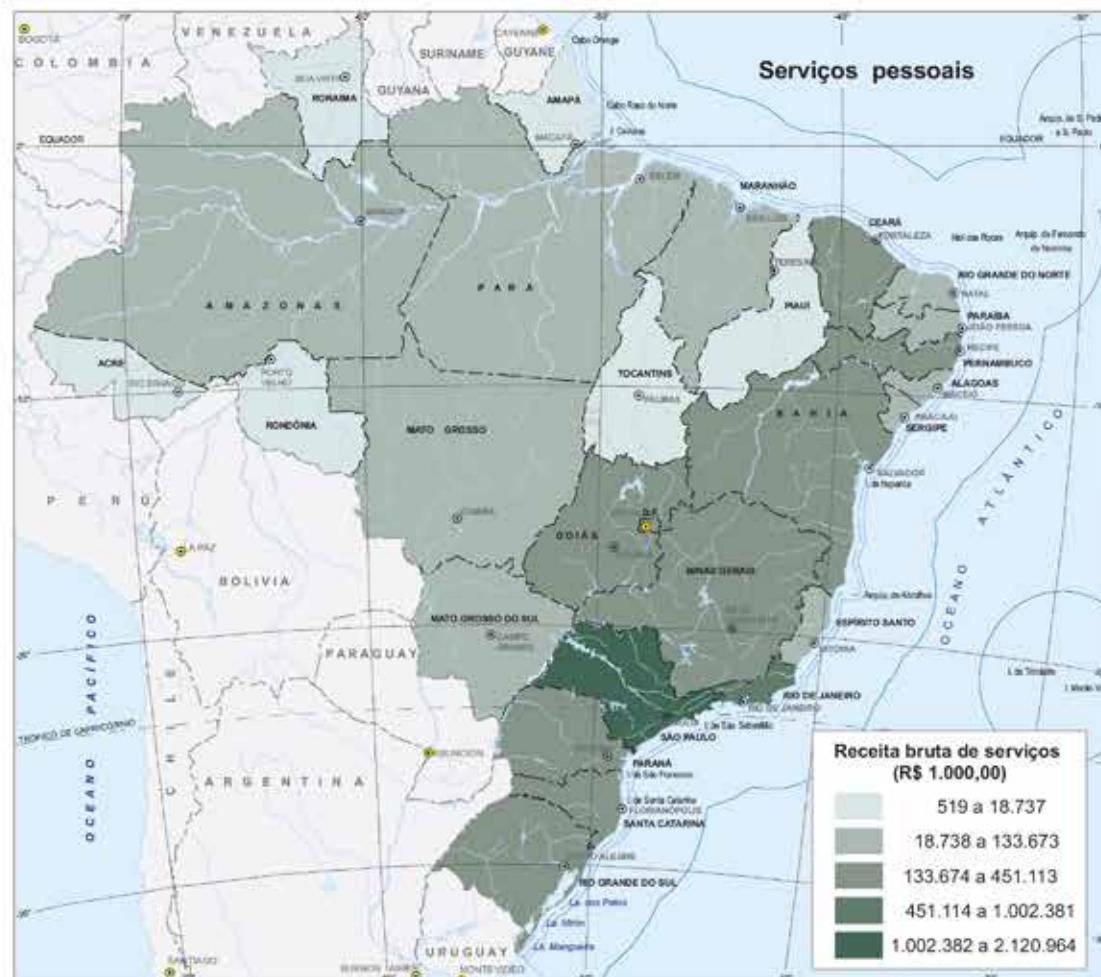
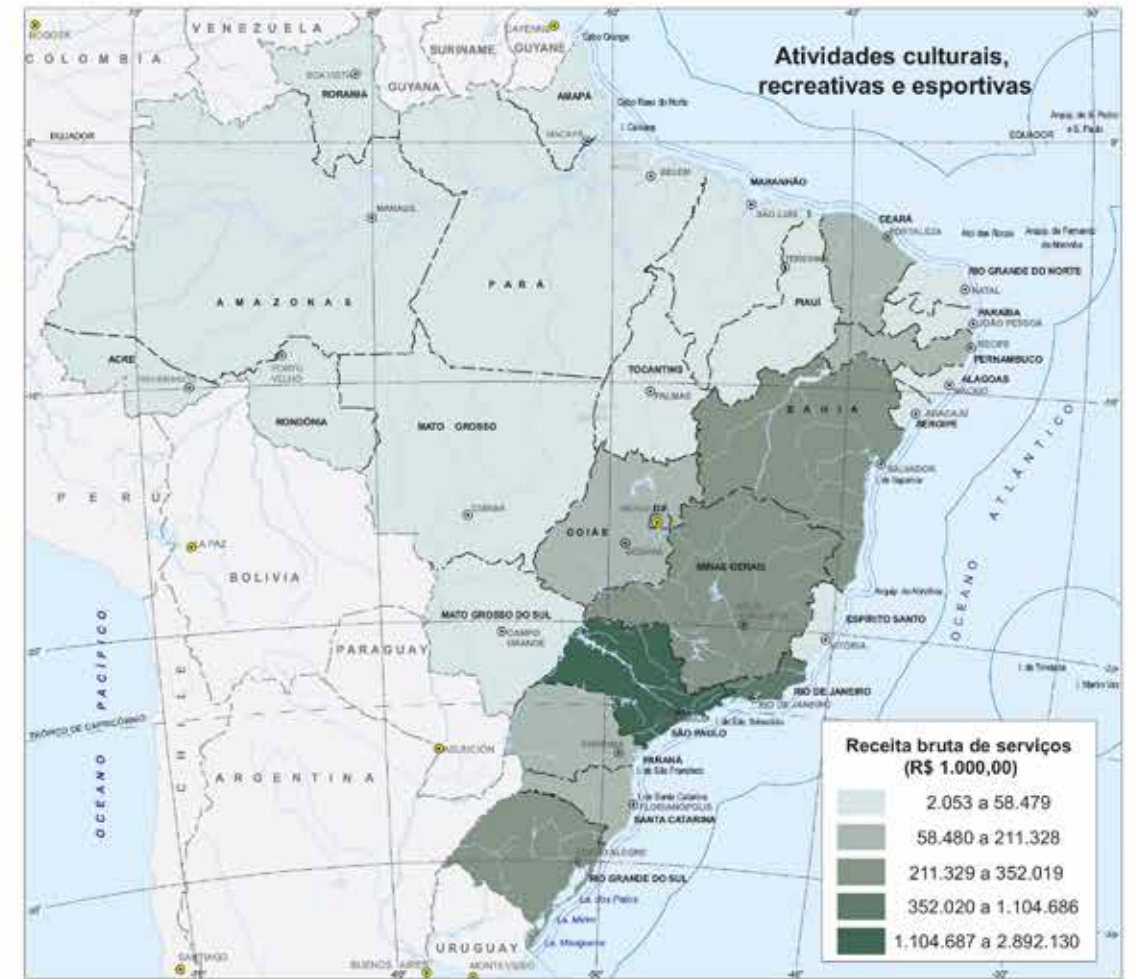
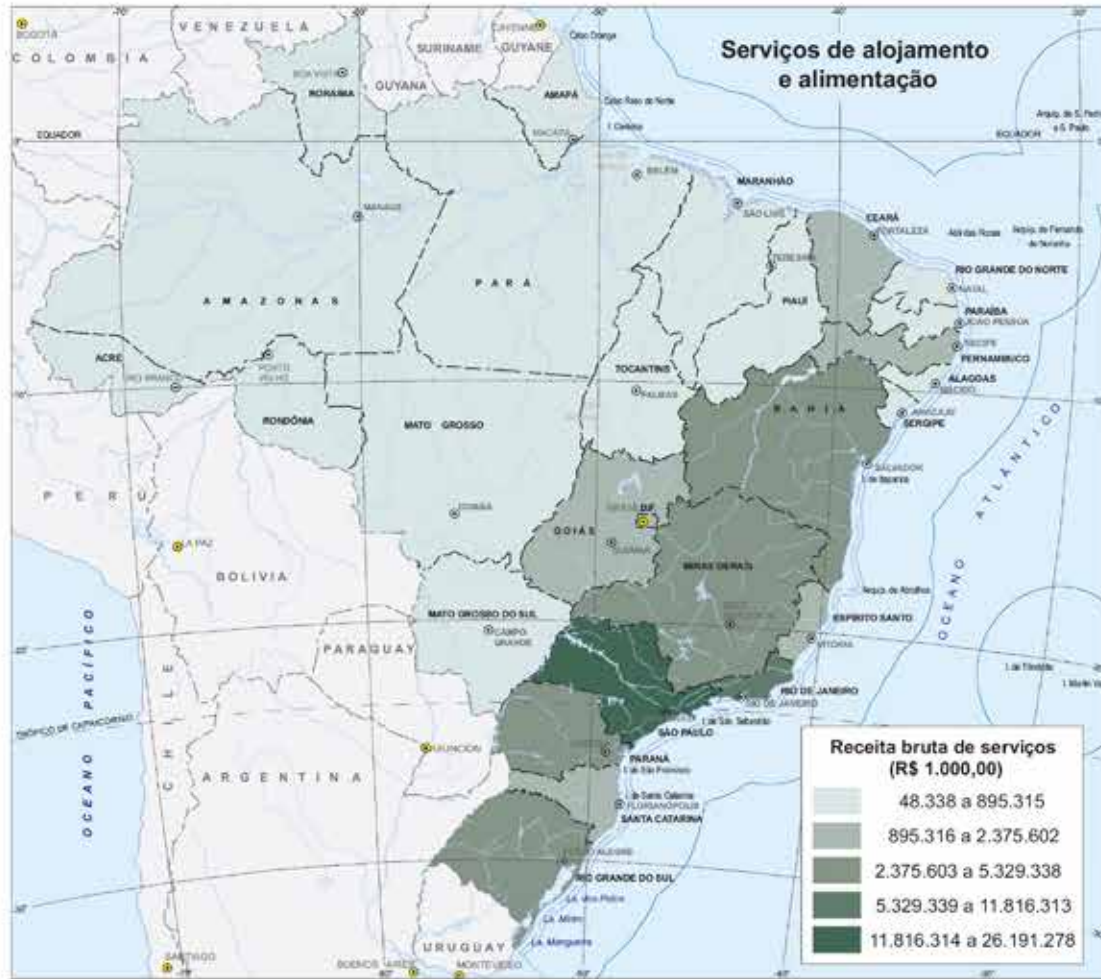
A atividade de Bares e Restaurantes congregava 515 mil empreendedores optantes pelo Simples Nacional. Destes, 168 mil eram MEI. O Mato Grosso do Sul registrou a maior participação de MEI (53%), enquanto o Rio Grande do Sul teve a menor (19%). Há concentração de municípios com menos de um estabelecimento por mil habitantes na região Nordeste. Já na relação de 1,0 a 1,9 estabelecimentos por mil habitantes, verifica-se distribuição mais uniforme de municípios em praticamente todas as regiões do país. À medida que a relação entre o número de estabelecimento por

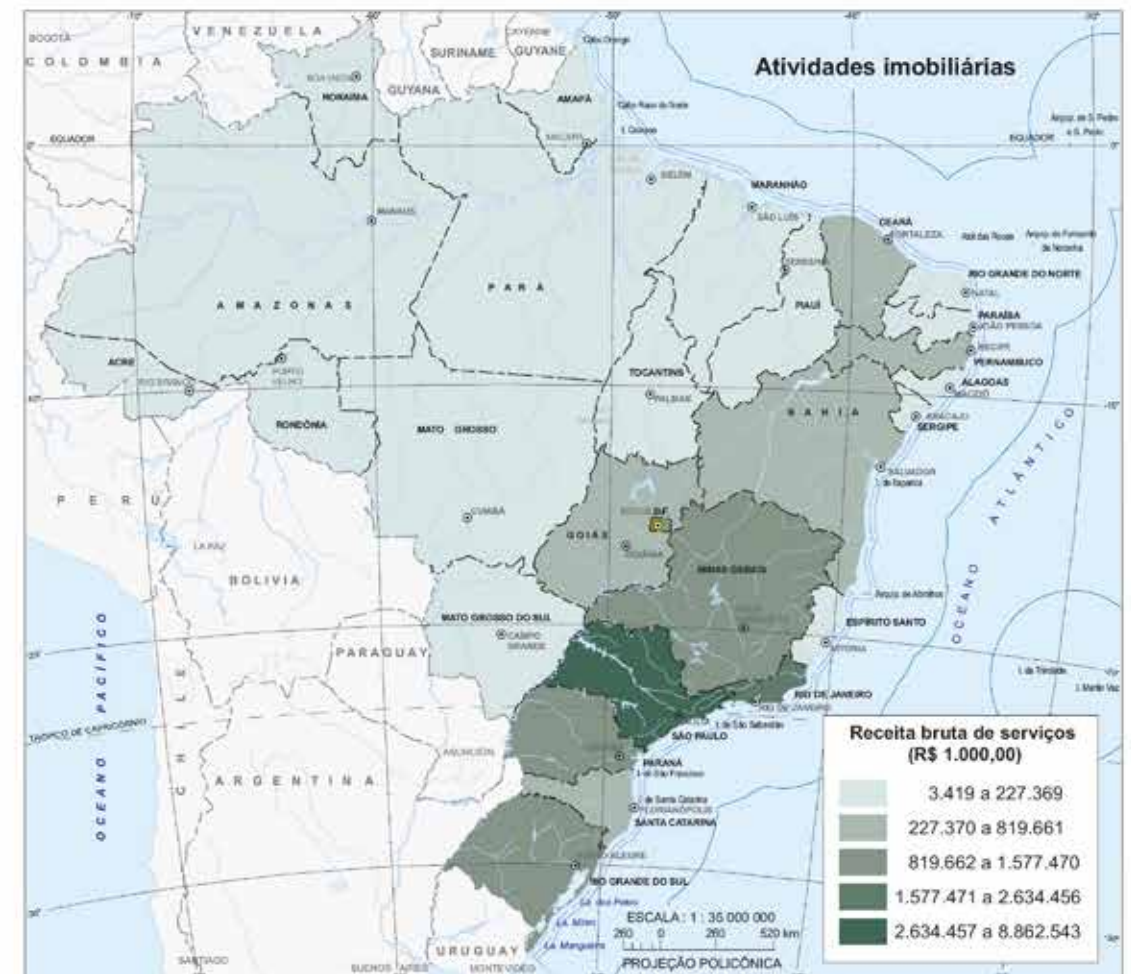
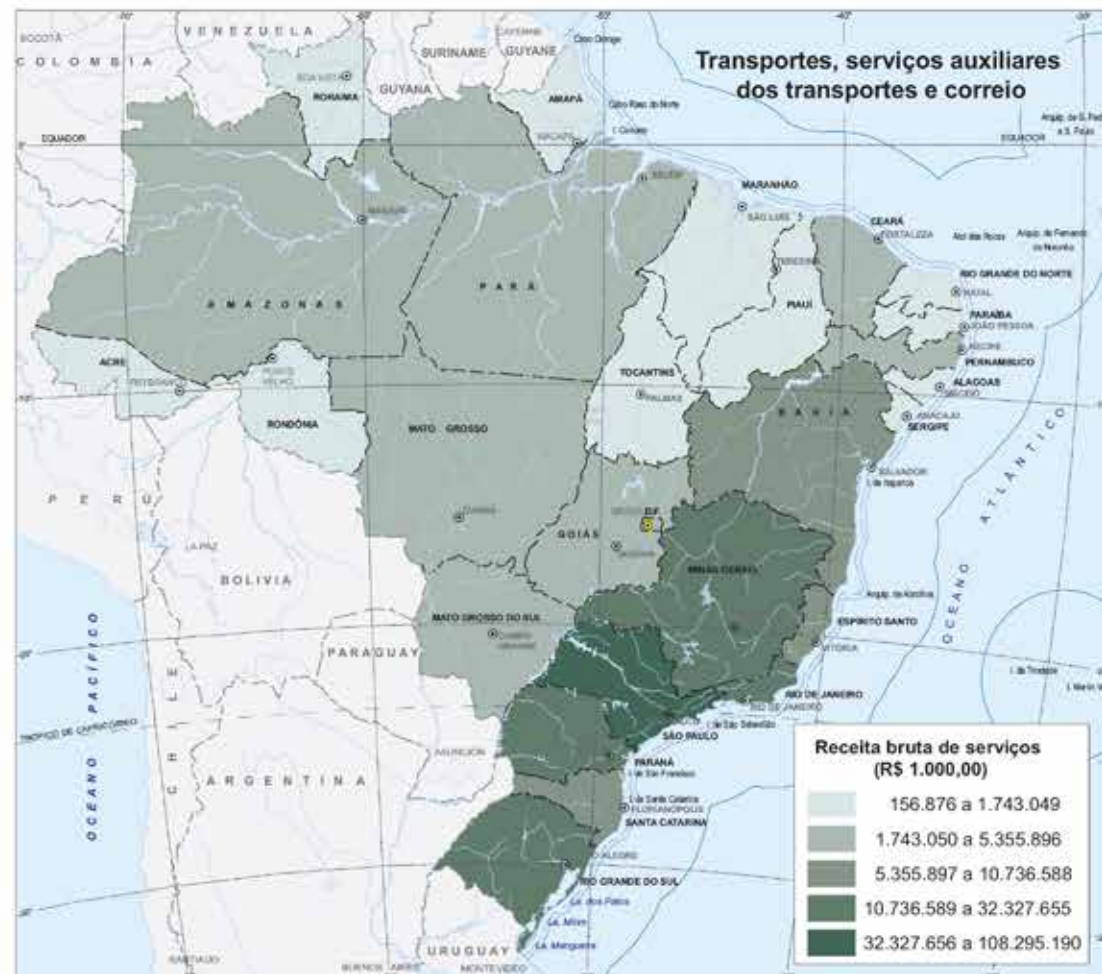
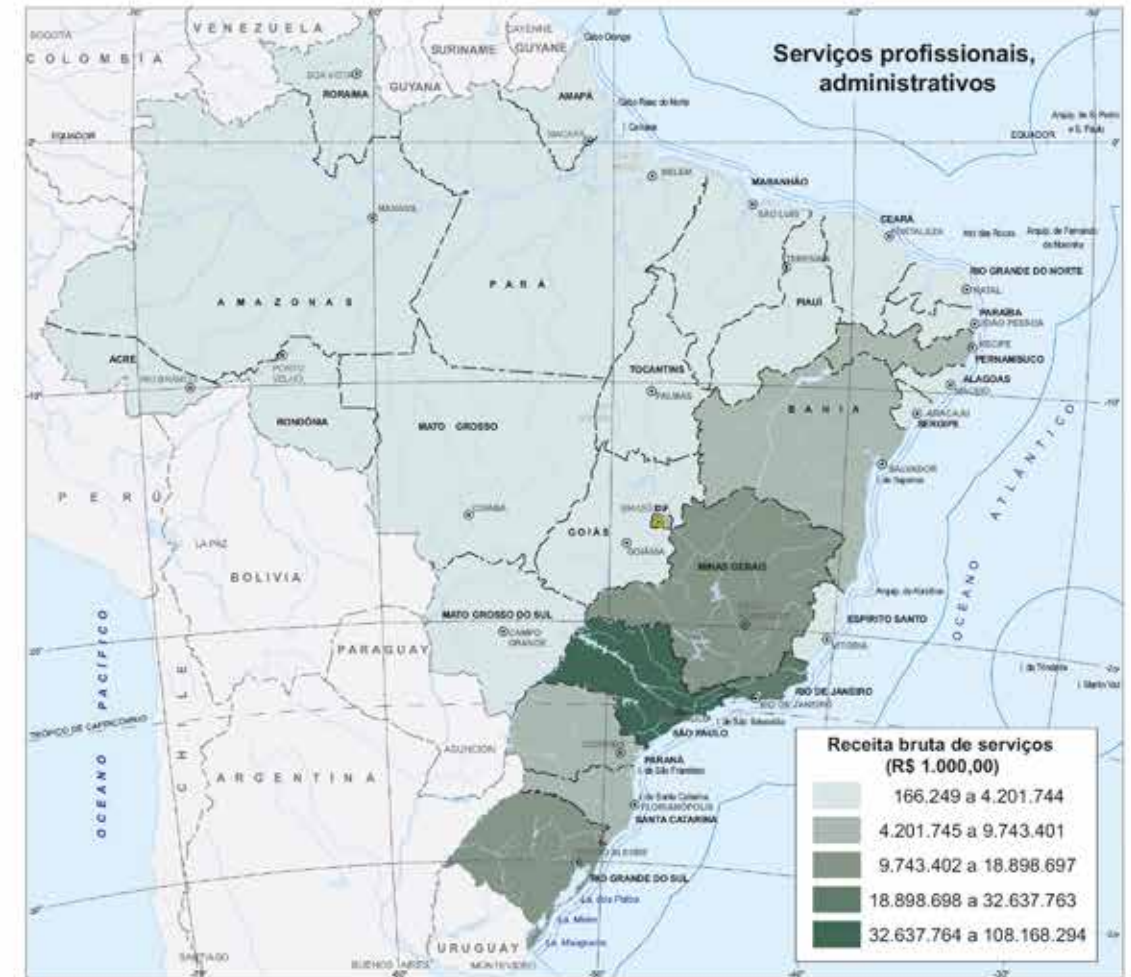
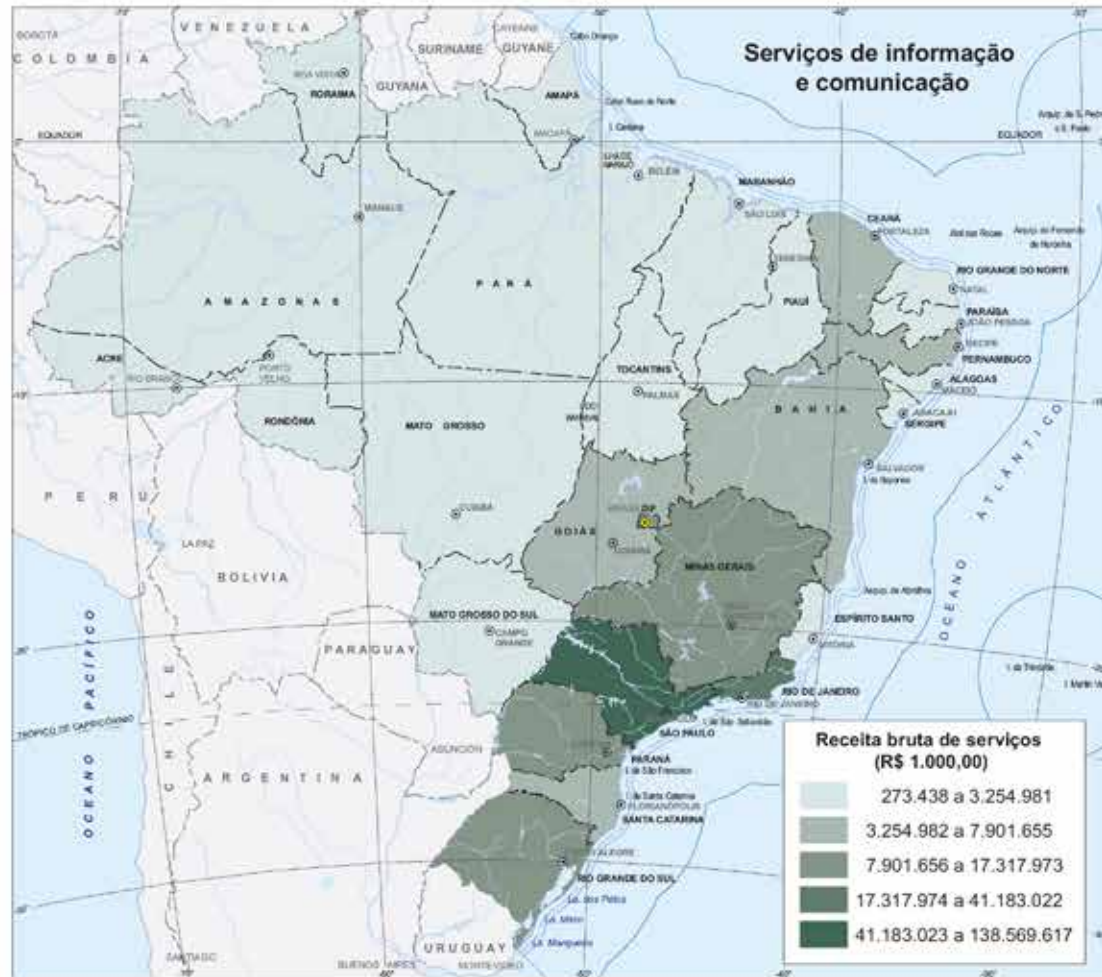
mil habitantes aumenta, constata-se maior concentração de municípios nas regiões Sudeste e Sul. São Paulo reúne maior número de municípios quando se considera a relação de quatro e mais estabelecimentos por mil habitantes.

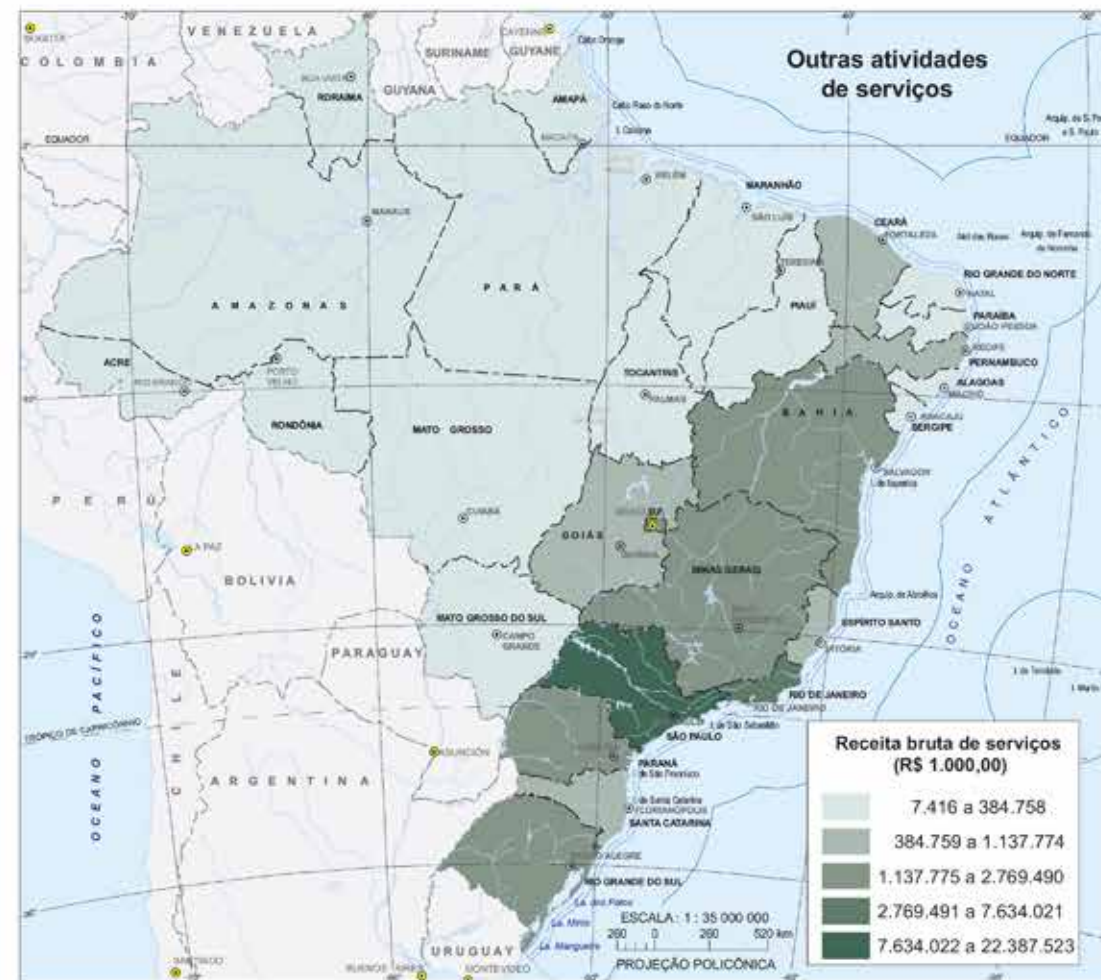
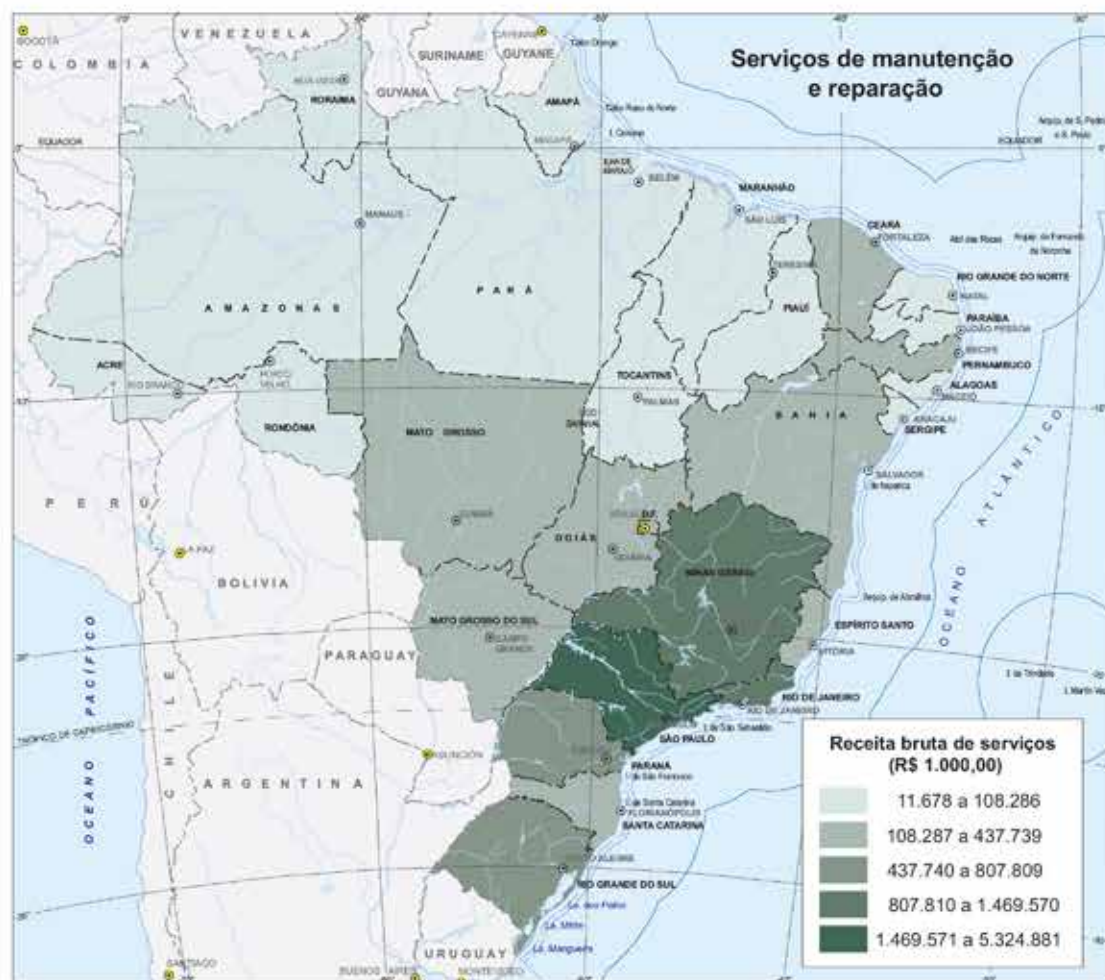
Nos Pequenos Negócios Meios de hospedagem, foi registrada menor quantidade de optantes pelo Simples (38.896) e também uma das menores taxas de participação de MEI (8%, em média). Neste setor, a maioria dos municípios do país (96%) possuía menos de um estabelecimento por mil habitantes, destacando-se as regiões Nordeste, Sudeste e Sul. O restante (4% dos municípios do país) mostrou um ou mais estabelecimentos por mil habitantes, concentrando-se na região Sudeste.

Os Pequenos Negócios de Reparação de Automóveis mostram distribuição semelhante às das outras atividades do setor, pelo mapa com municípios até um estabelecimento por mil habitantes. Porém, quando a relação é de 1,0 a 1,9 estabelecimentos por mil habitantes, a região Sul sobressaiu-se com quantidade maior de municípios. A atividade apresentou 145 mil optantes pelo Simples Nacional, com 41% de MEI nesse total. Tocantins, Paraíba e Alagoas foram os estados que mais concentraram MEI nessa atividade (61% do total de optantes pelo Simples, em cada um desses estados), enquanto a menor participação desses empreendedores foi registrada no Distrito Federal (28%).

A Construção Civil contava com 233 mil optantes pelo Simples, sendo 50% de MEI. As regiões Nordeste e Sudeste concentram mais municípios com menos de um estabelecimento por mil habitantes. Já na relação de estabelecimentos por mil habitantes superior a dois, há concentração maior de municípios na região Sul. A participação dos MEI no total dos optantes pelo Simples Nacional, no setor de Construção Civil, variava de 32%, no Ceará, a 68%, no Mato Grosso do Sul.

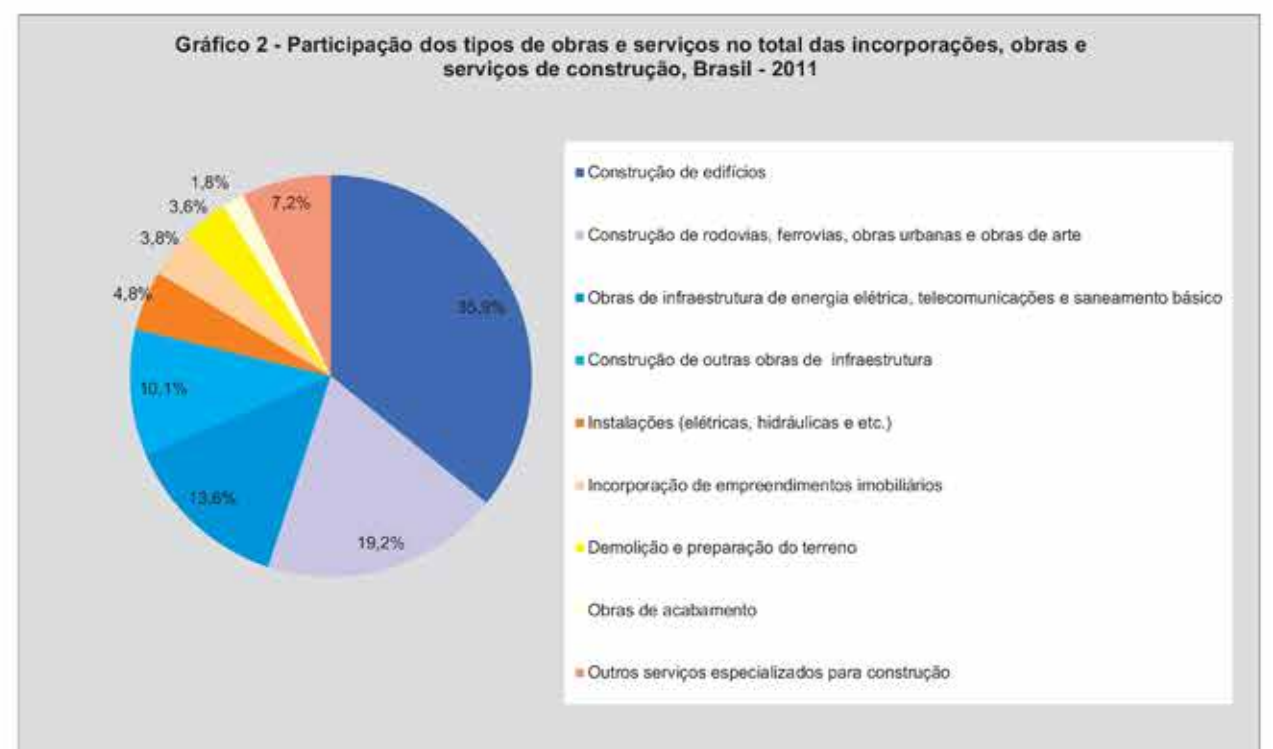
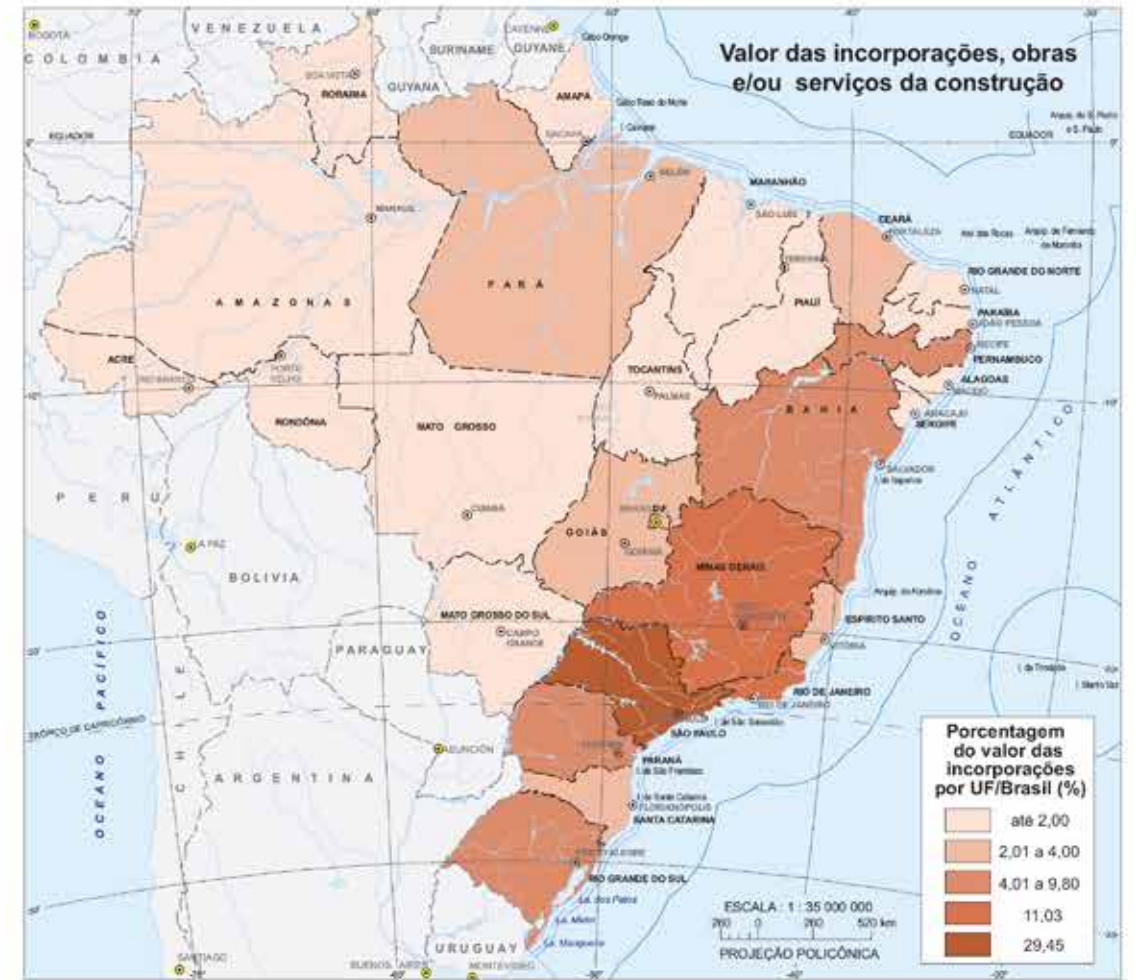
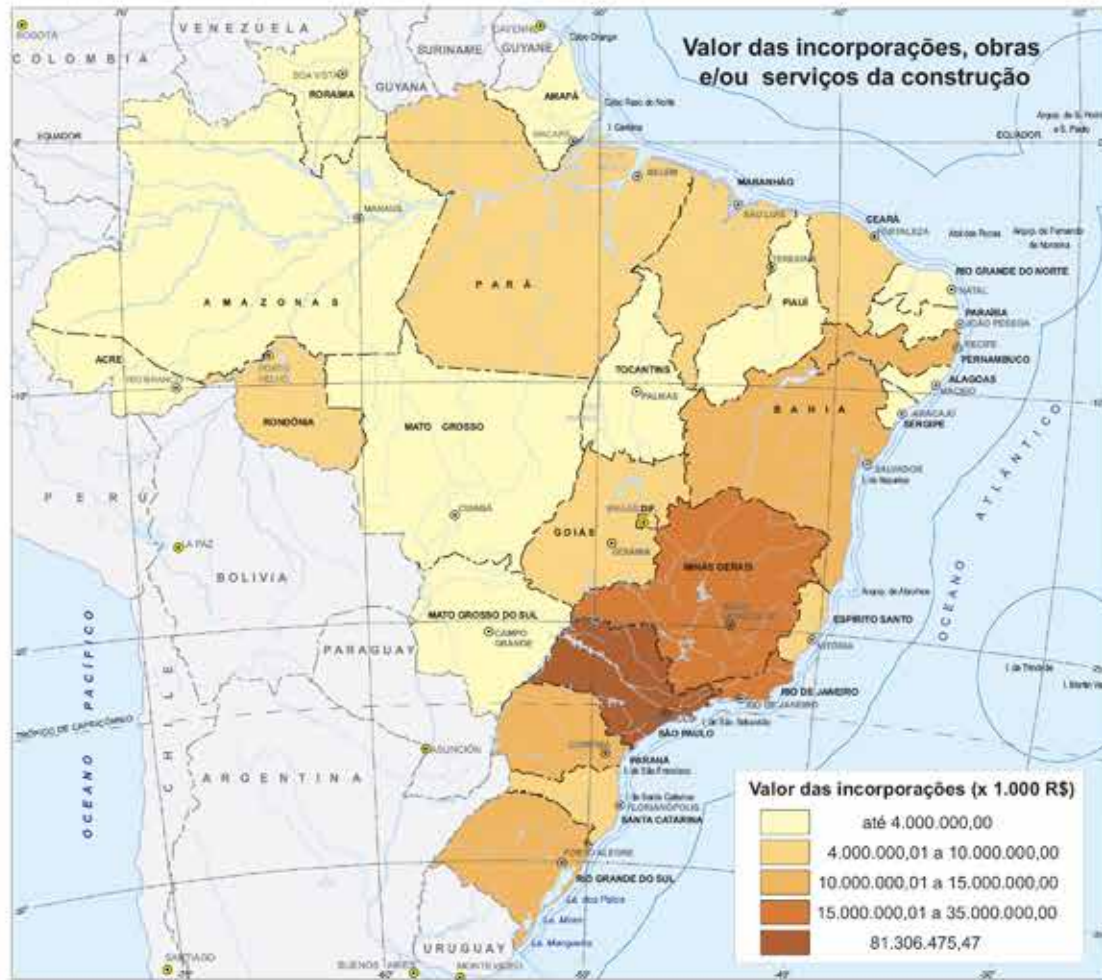






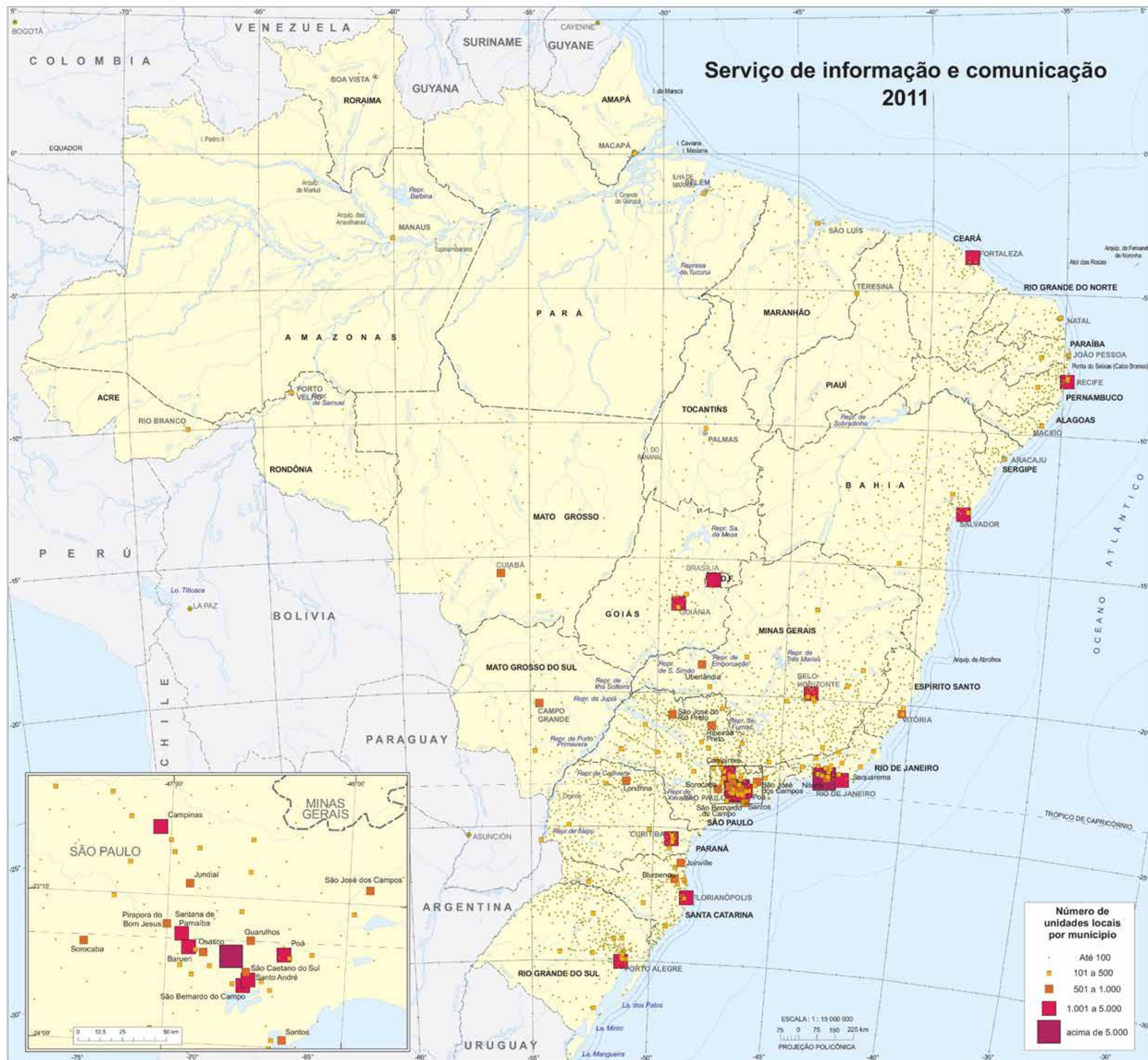
Fonte: IBGE, Pesquisa Anual de Serviços 2010.

Serviços da Construção Civil



Empresas de Serviços no Território Nacional

Serviços de Informação e Comunicação



Fonte : IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2011.

Nota: O Serviço de informação e comunicação inclui empresas de edição de livros, jornais, revistas e outras atividades de edição; edição integrada à impressão de livros, jornais, revistas e outras publicações; atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão; atividades de gravação de som e edição de música; atividades de rádio; atividades de televisão; telecomunicações por fio, sem fio e por satélite; operadoras de televisão por assinatura, e outras atividades de telecomunicações; atividades dos serviços de tecnologia da informação; tratamento de dados, hospedagem na internet e outras atividades relacionadas; e outras atividades de prestação de serviços de informação.

Empresas de Serviços no Território Nacional

Serviços de Alimentação

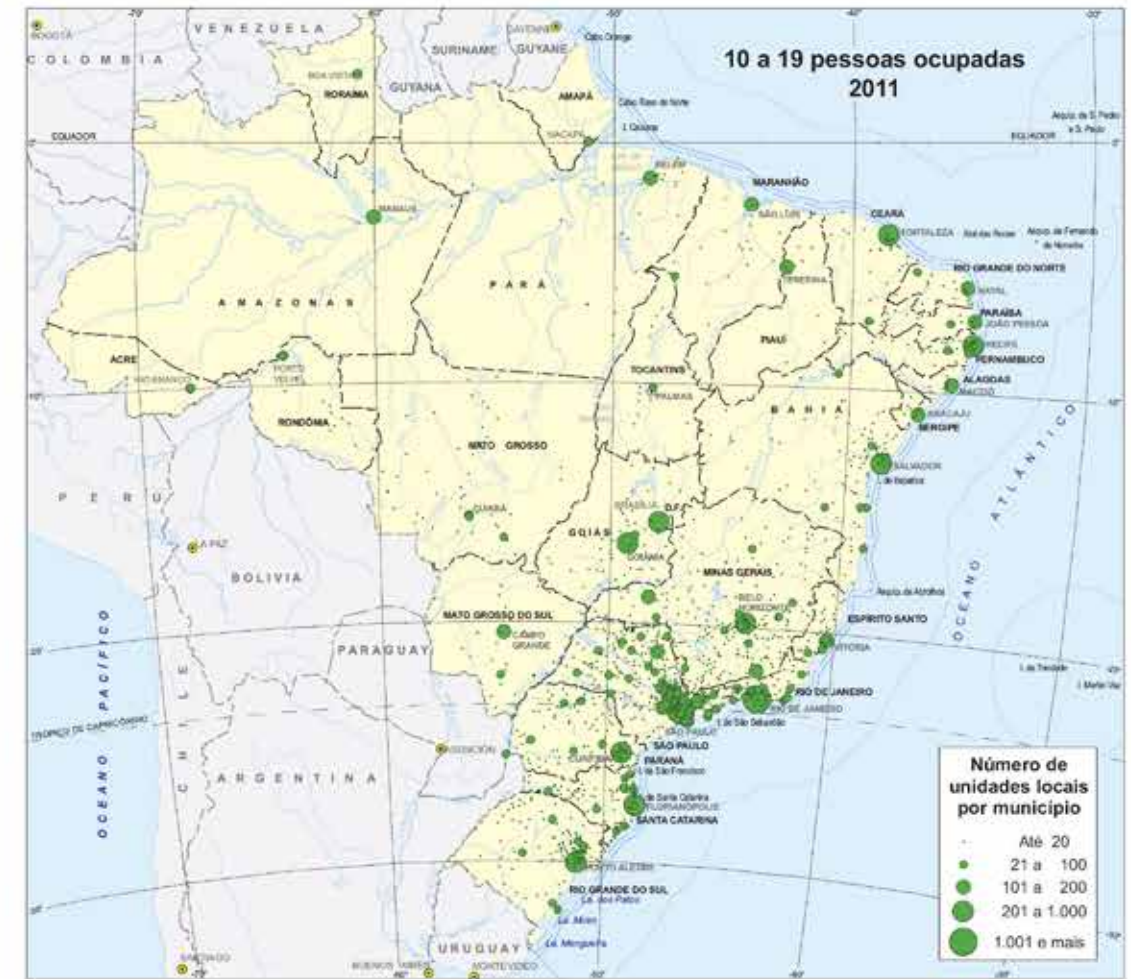


Fonte: IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2011.

Nota: O serviço de alimentação inclui empresas de restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas e serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada.

Empresas de Serviços no Território Nacional

Serviços de Alimentação por Faixas de Pessoas Ocupadas



Fonte: IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2011.

Nota: O serviço de alimentação inclui empresas de restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas e serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada.

Empresas de Serviços no Território Nacional

Serviços de Alojamento



Fonte : IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2011.

Nota: O Serviço de alojamento inclui empresas de hotéis e similares; e outros tipos de alojamento não especificados anteriormente.

Empresas de Serviços no Território Nacional

Serviços de Alojamento por Faixas de Pessoas Ocupadas



Fonte: IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2011.

Nota: O Serviço de alojamento inclui empresas de hotéis e similares; e outros tipos de alojamento não especificados anteriormente.

Empresas de Serviços no Território Nacional

Serviços Culturais

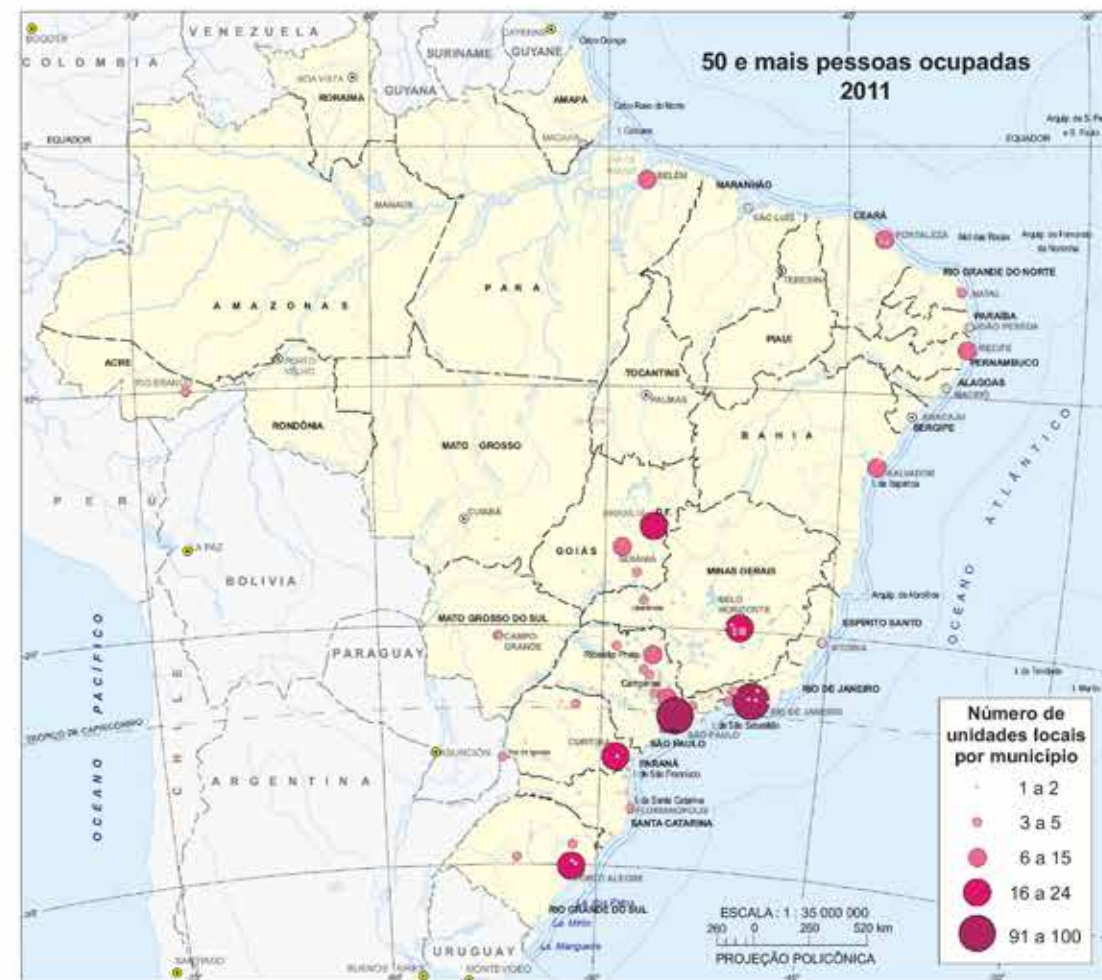
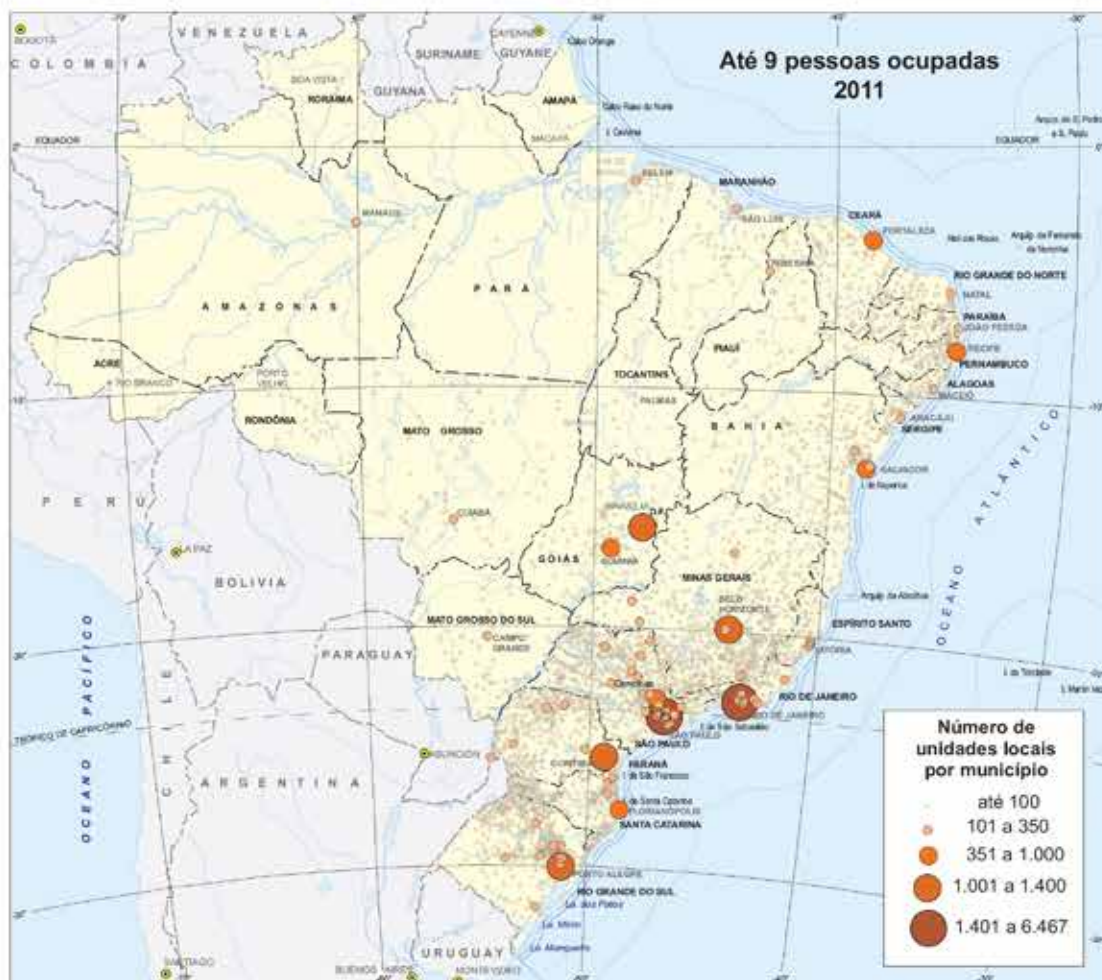


Fonte : IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2011.

Nota: Artes, cultura, esporte e recreação incluem empresas de atividades artísticas, criativas e de espetáculos; atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental; atividades de exploração de jogos de azar e apostas; atividades esportivas; e atividades de recreação e lazer.

Empresas de Serviços no Território Nacional

Serviços Culturais por Faixas de Pessoas Ocupadas

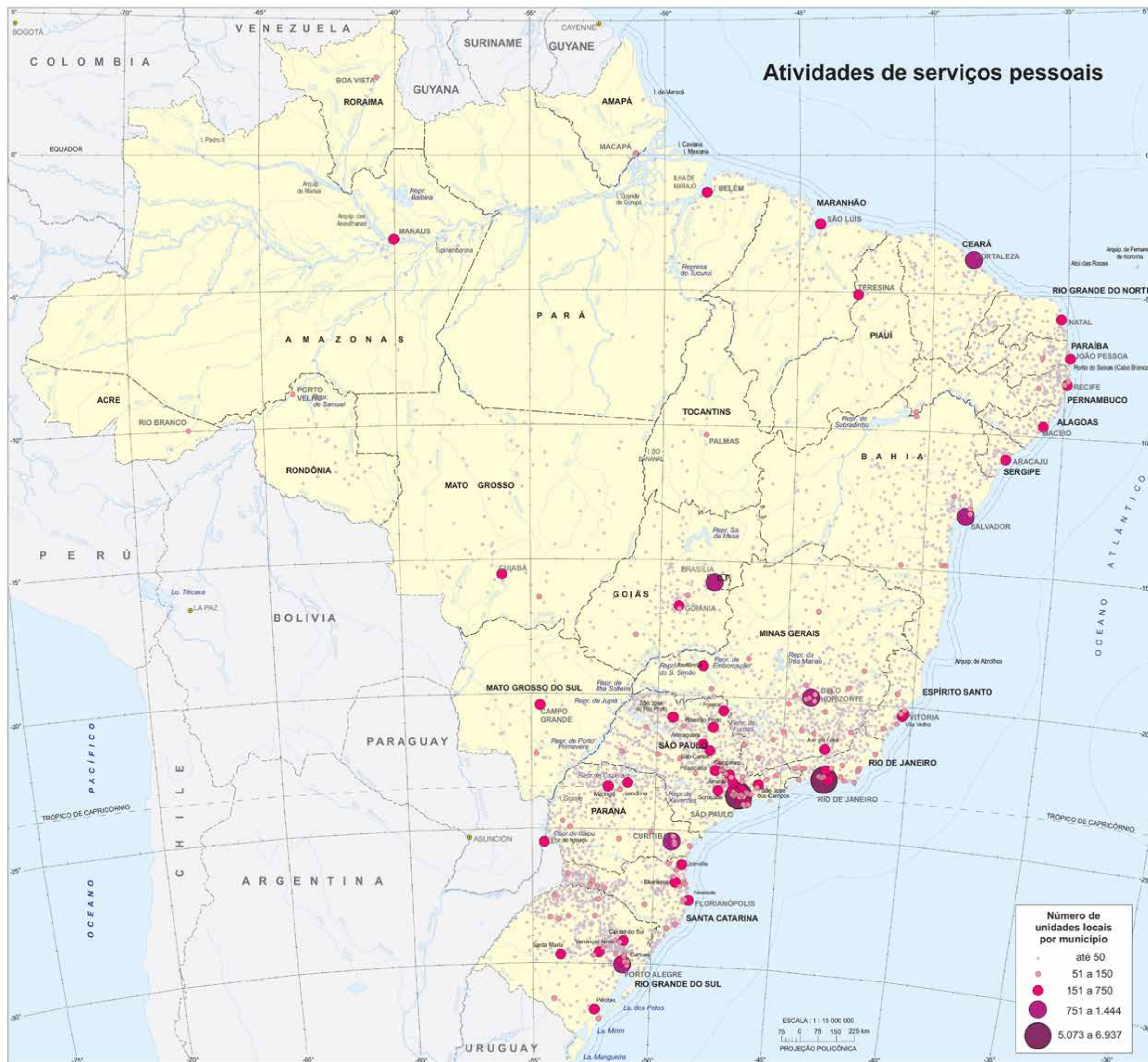


Fonte : IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2011.

Nota: Artes, cultura, esporte e recreação incluem empresas de atividades artísticas, criativas e de espetáculos; atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental; atividades de exploração de jogos de azar e apostas; atividades esportivas; e atividades de recreação e lazer.

Empresas de Serviços no Território Nacional

Serviços Pessoais

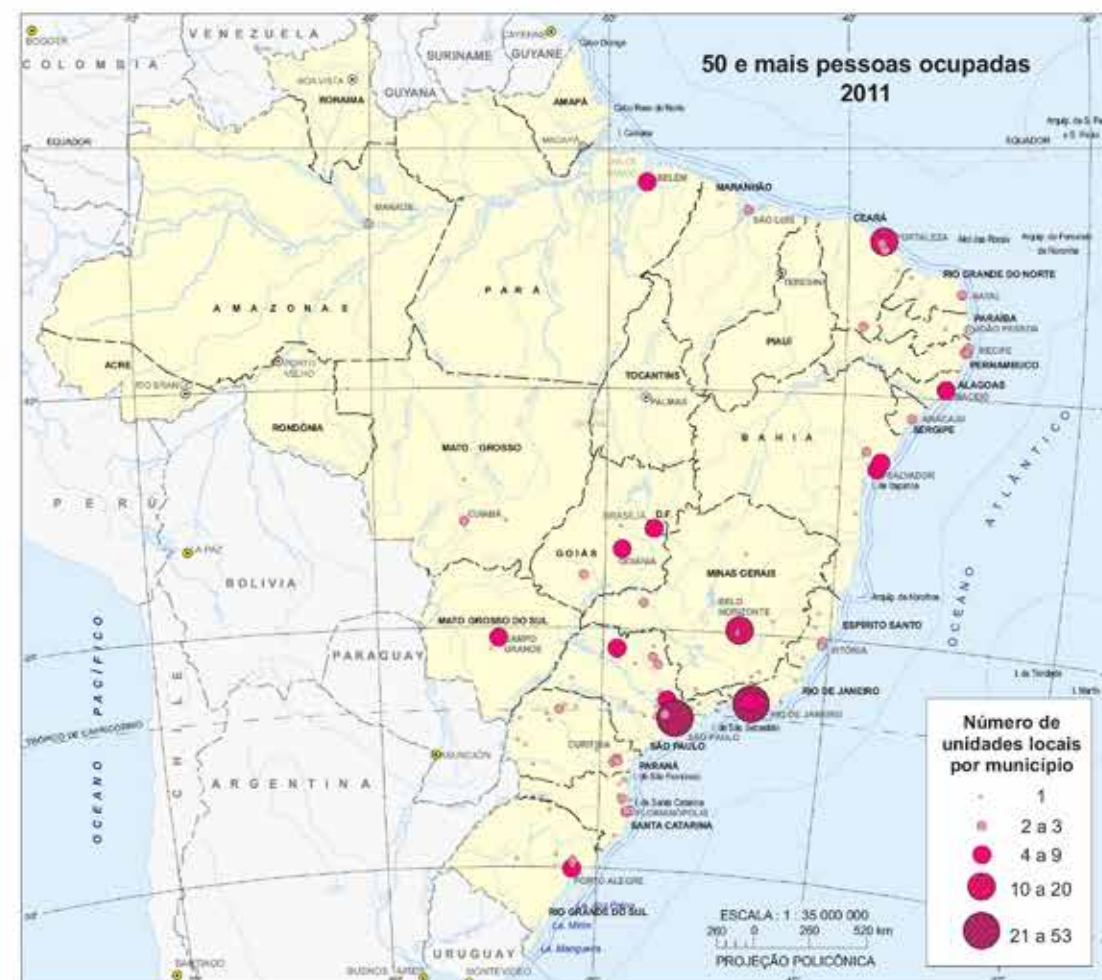
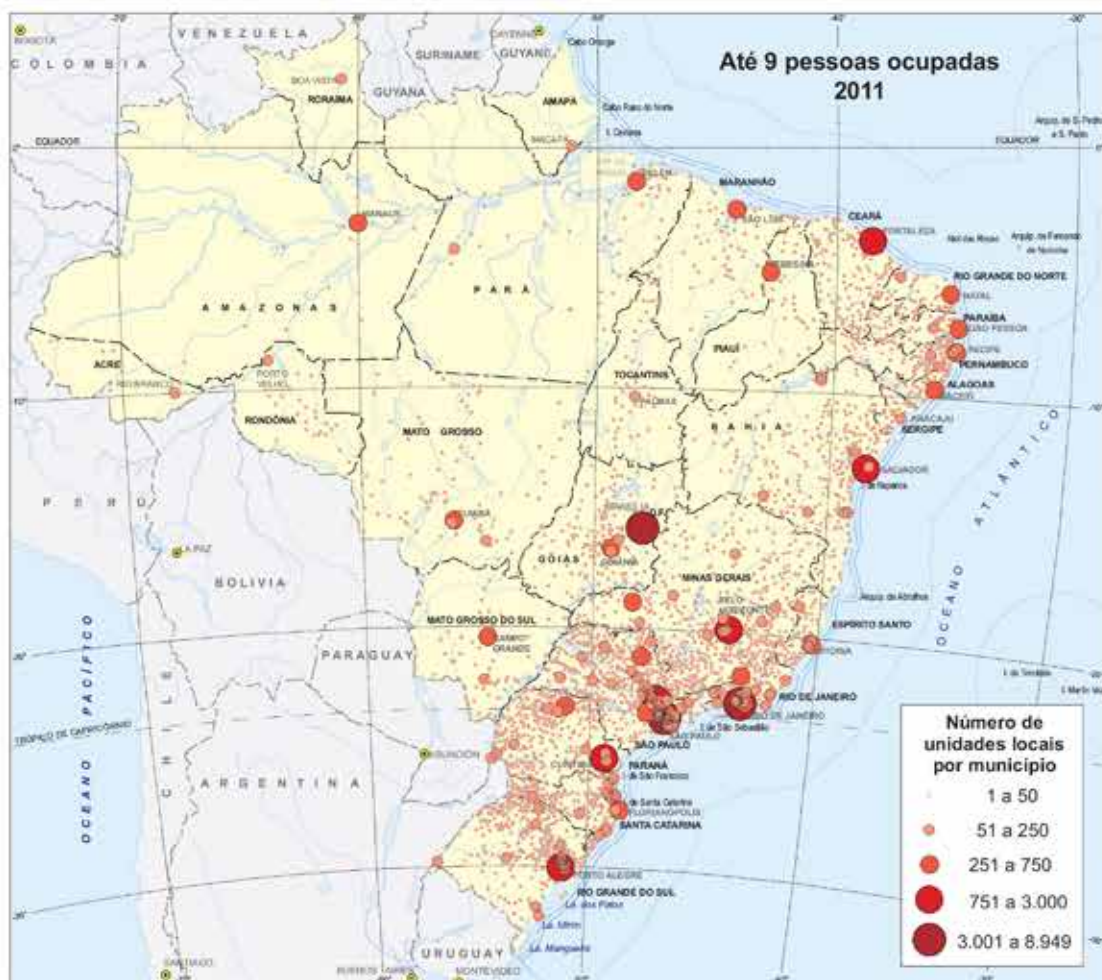


Fonte : IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2011.

Nota: Atividades de serviços pessoais incluem empresas de lavanderias, tinturarias e toalheiros; cabeleiros e outras atividades de tratamento de beleza; atividades funerárias e serviços relacionados; e atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente.

Empresas de Serviços no Território Nacional

Serviços Pessoais por Faixas de Pessoas Ocupadas

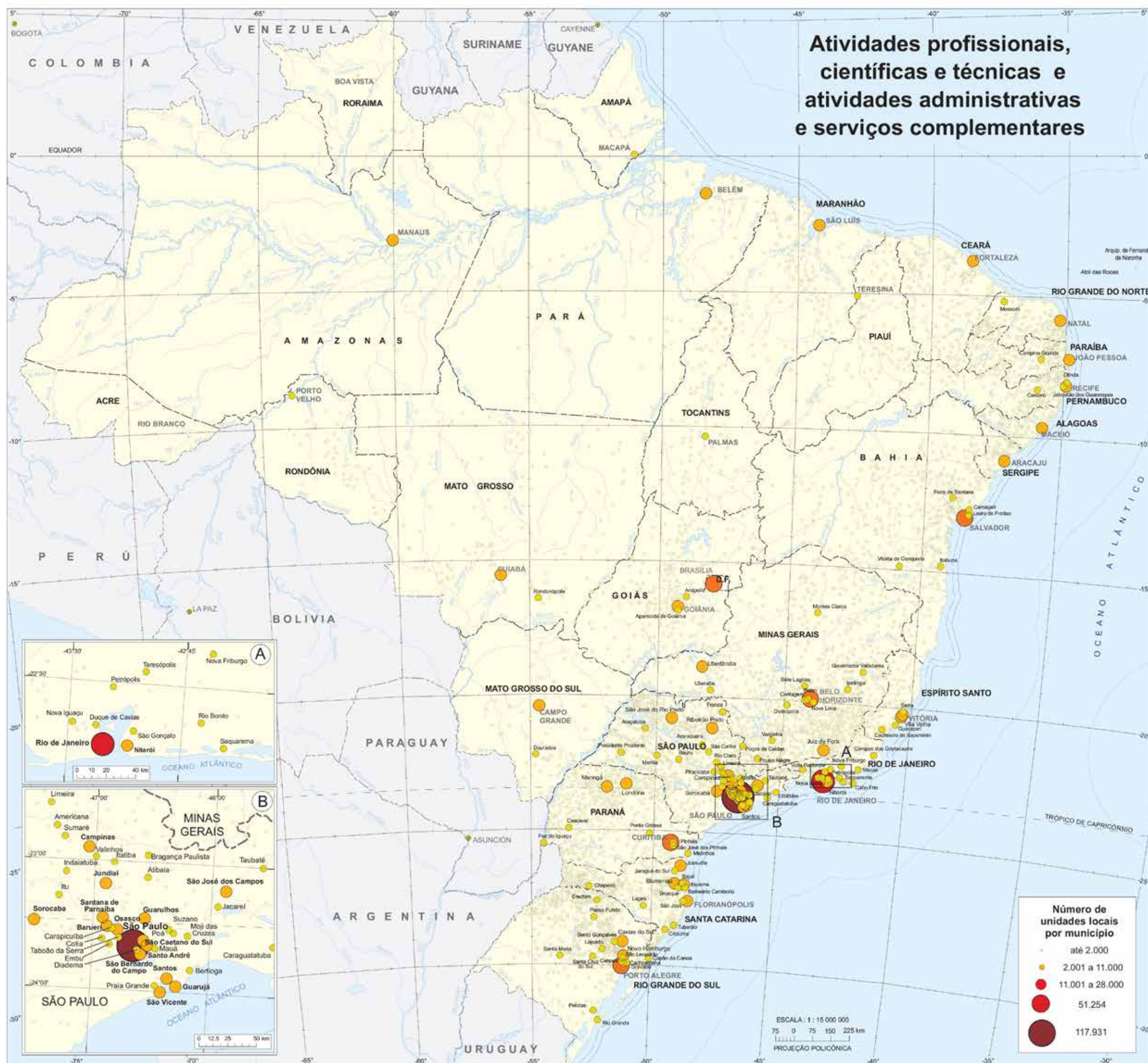


Fonte: IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2011.

Nota: Atividades de serviços pessoais incluem empresas de lavanderias, tinturarias e toalheiros; cabeleiros e outras atividades de tratamento de beleza; atividades funerárias e serviços relacionados; e atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente.

Empresas de Serviços no Território Nacional

Serviços de Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas e Atividades Administrativas e Complementares

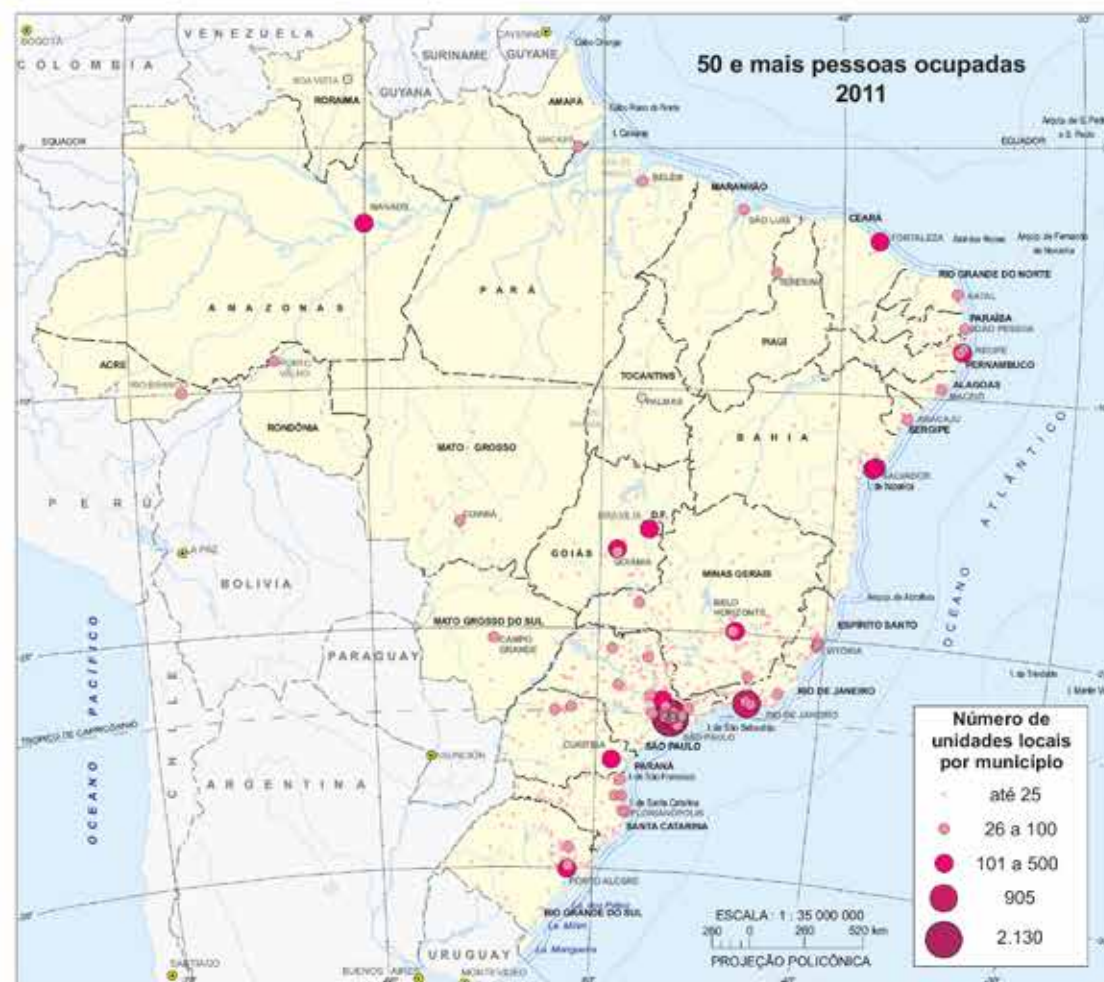
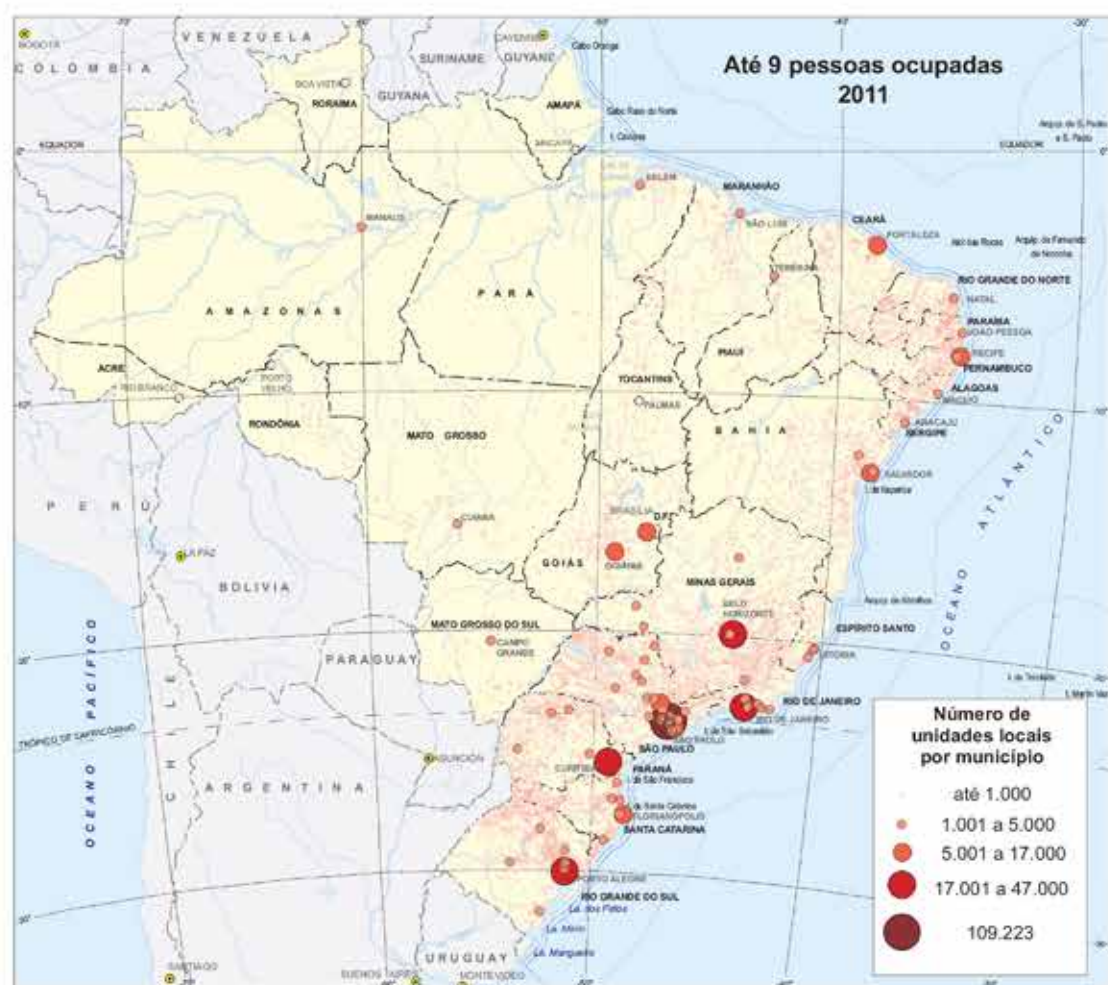


Fonte : IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2011.

Nota: Atividades profissionais, científicas e técnicas e atividades administrativas e serviços complementares incluem empresas de atividades jurídicas; atividades de contabilidade, consultoria e auditoria contábil e tributária; sedes de empresas e unidades administrativas locais; atividades de consultoria em gestão empresarial; serviços de arquitetura e engenharia e atividades relacionadas; testes e análises técnicas; pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais; pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas; publicidade; pesquisas de mercado e de opinião pública; design e decoração de interiores; atividades fotográficas e similares; atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente; atividades veterinárias; locação de meios de transporte sem condutor; aluguel de objetos pessoais e domésticos; aluguel de máquinas e equipamentos sem operador; gestão de ativos intangíveis não-financeiros; seleção e agenciamento de mão-de-obra; locação de mão-de-obra temporária; fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros; agências de viagens e operadores turísticos; serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente; atividades de vigilância, segurança privada e transporte de valores; atividades de monitoramento de sistemas de segurança; atividades de investigação particular; serviços combinados para apoio a edifícios; condomínios prediais; atividade de limpeza; atividades paisagísticas; serviços de escritório e apoio administrativo; atividades de teleatendimento; atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos; e outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas.

Empresas de Serviços no Território Nacional

Serviços de Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas e Atividades Administrativas e Complementares por Faixas de Pessoas Ocupadas



Fonte : IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2011.

Nota: Atividades profissionais, científicas e técnicas e atividades administrativas e serviços complementares incluem empresas de atividades jurídicas; atividades de contabilidade, consultoria e auditoria contábil e tributária; sedes de empresas e unidades administrativas locais; atividades de consultoria em gestão empresarial; serviços de arquitetura e engenharia e atividades relacionadas; testes e análises técnicas; pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais; pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas; publicidade; pesquisas de mercado e de opinião pública; design e decoração de interiores; atividades fotográficas e similares; atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente; atividades veterinárias; locação de meios de transporte sem condutor; aluguel de objetos pessoais e domésticos; aluguel de máquinas e equipamentos sem operador; gestão de ativos intangíveis não-financeiros; seleção e agenciamento de mão-de-obra; locação de mão-de-obra temporária; fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros; agências de viagens e operadores turísticos; serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente; atividades de vigilância, segurança privada e transporte de valores; atividades de monitoramento de sistemas de segurança; atividades de investigação particular; serviços combinados para apoio a edifícios; condomínios prediais; atividade de limpeza; atividades paisagísticas; serviços de escritório e apoio administrativo; atividades de teleatendimento; atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos; e outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas.

Empresas de Serviços no Território Nacional

Construção Civil

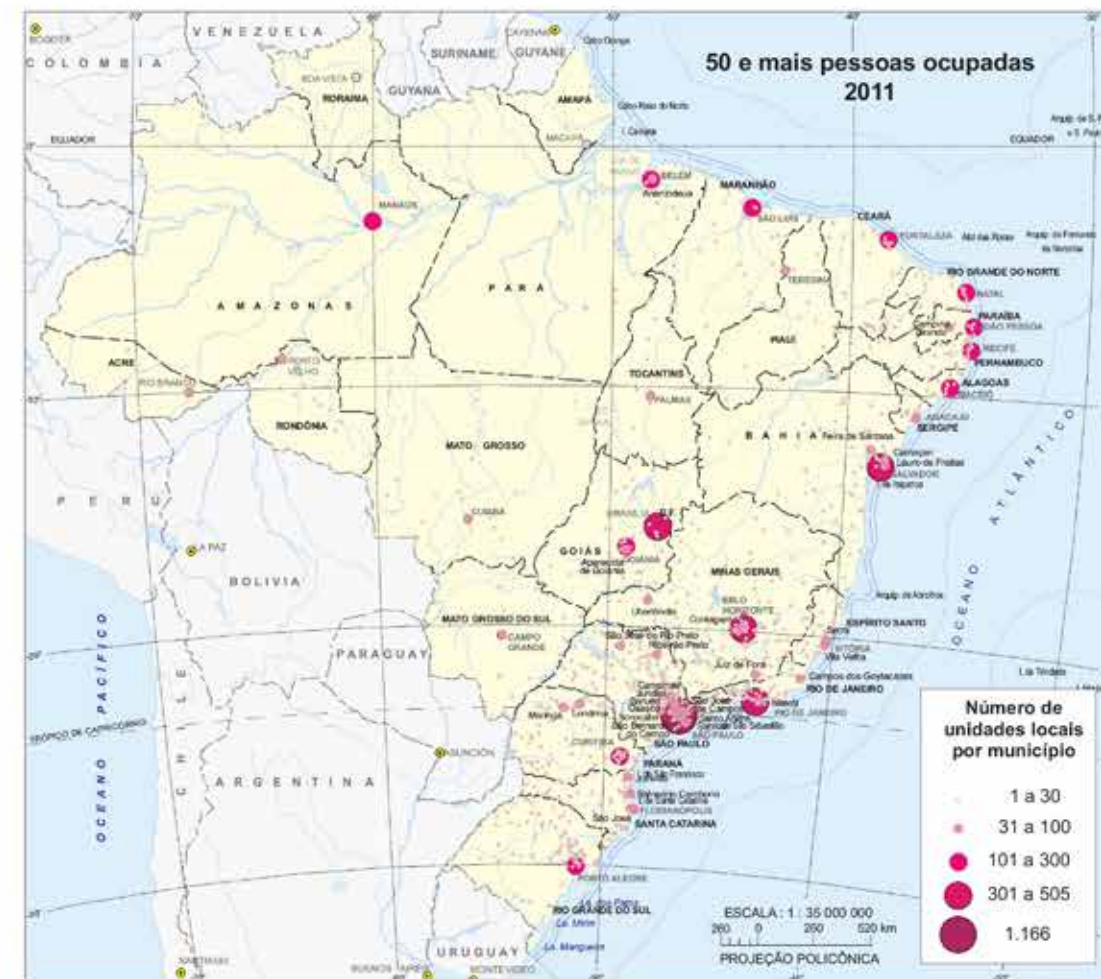
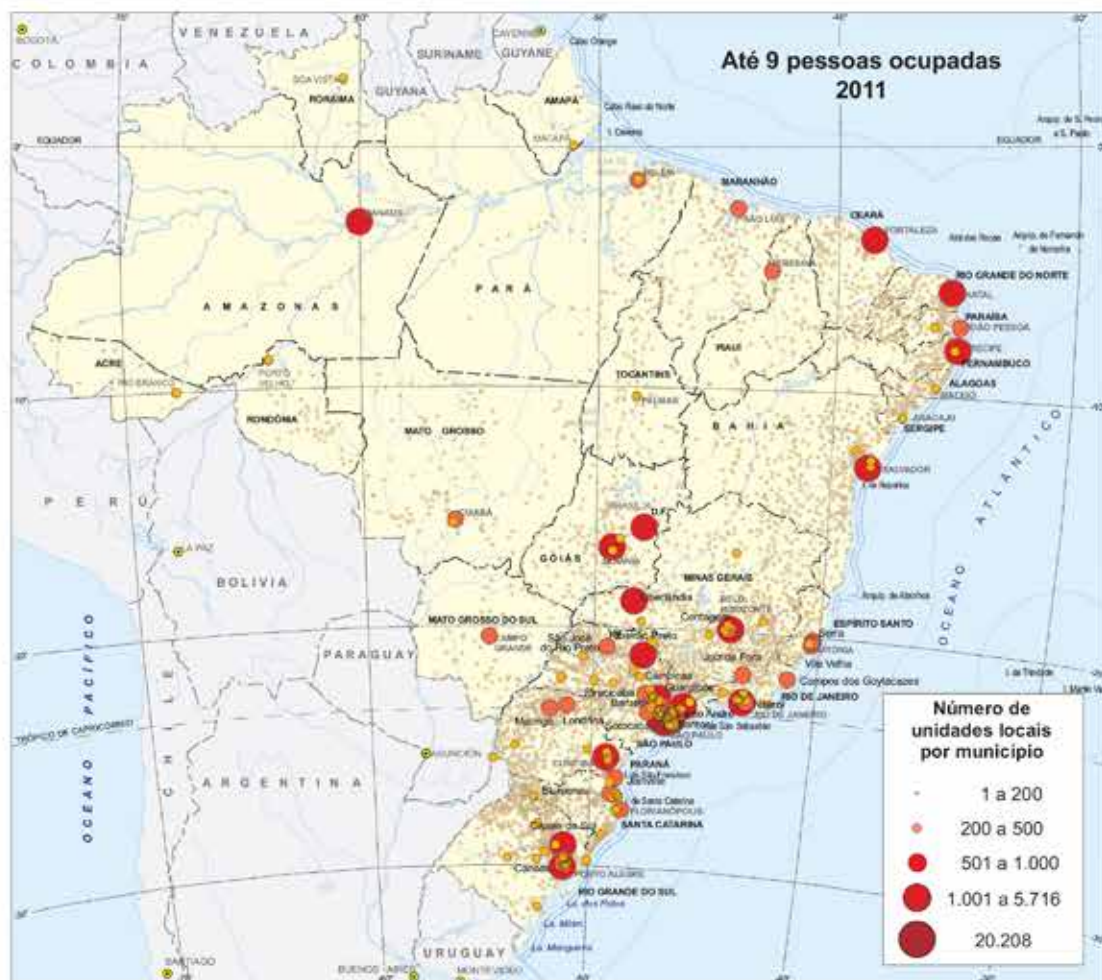


Fonte : IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2011.

Nota: Construção civil inclui empresas de incorporação de empreendimentos imobiliários; construção e edifícios; construção de rodovias, ferrovias, obras urbanas e obras-de arte especiais; obras de infraestrutura para energia elétrica, telecomunicações, água, esgoto e transporte por dutos; construção de outras obras de infraestrutura; demolição e preparação do terreno; instalações elétricas, hidráulicas e outras instalações em construções; obras de acabamento; e outros serviços especializados de construção.

Empresas de Serviços no Território Nacional

Construção Civil por Faixas de Pessoas Ocupadas

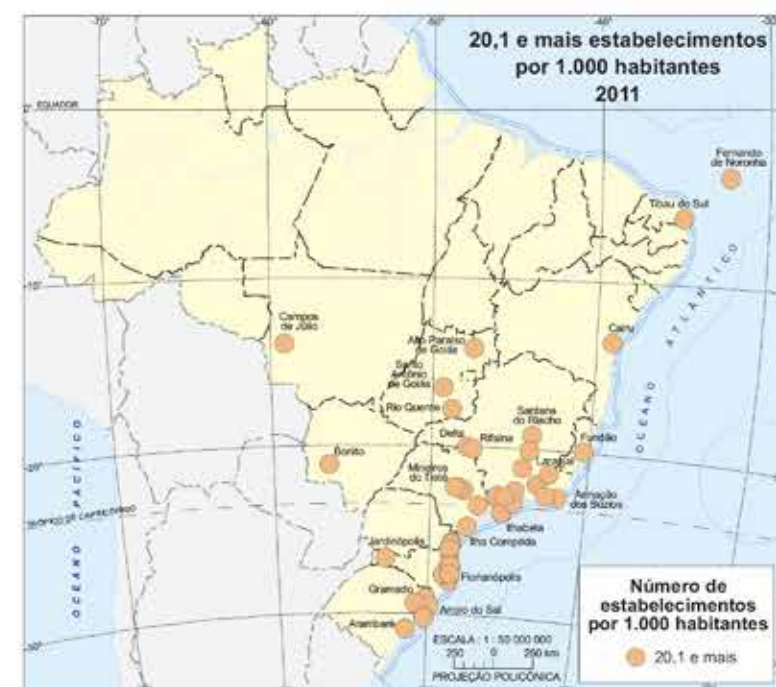
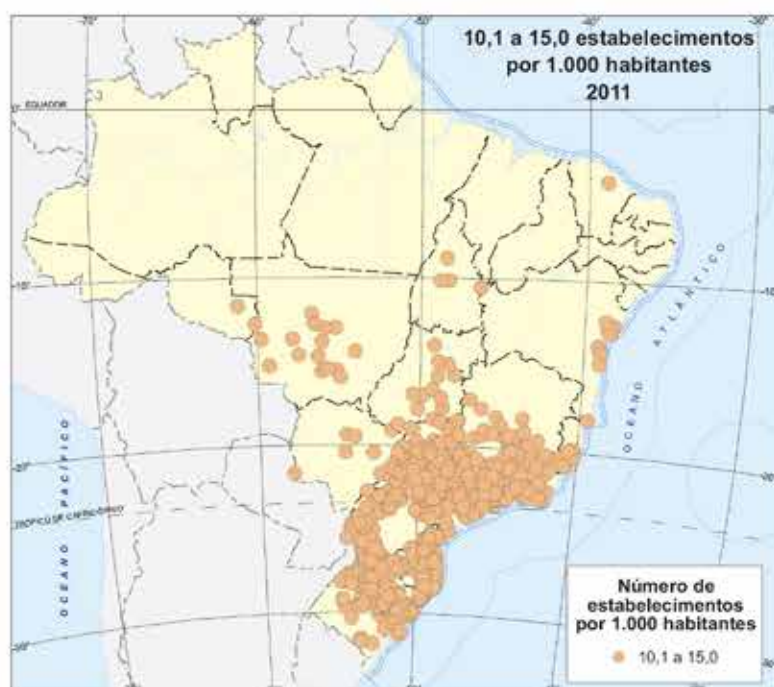


Fonte: IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2011.

Nota: Construção civil inclui empresas de incorporação de empreendimentos imobiliários; construção de edifícios; construção de rodovias, ferrovias, obras urbanas e obras-de-arte especiais; obras de infraestrutura para energia elétrica, telecomunicações, água, esgoto e transporte por dutos; construção de outras obras de infraestrutura; demolição e preparação do terreno; instalações elétricas, hidráulicas e outras instalações em construções; obras de acabamento; e outros serviços especializados de construção.

Pequenos Negócios

Pequenos Negócios de Serviços



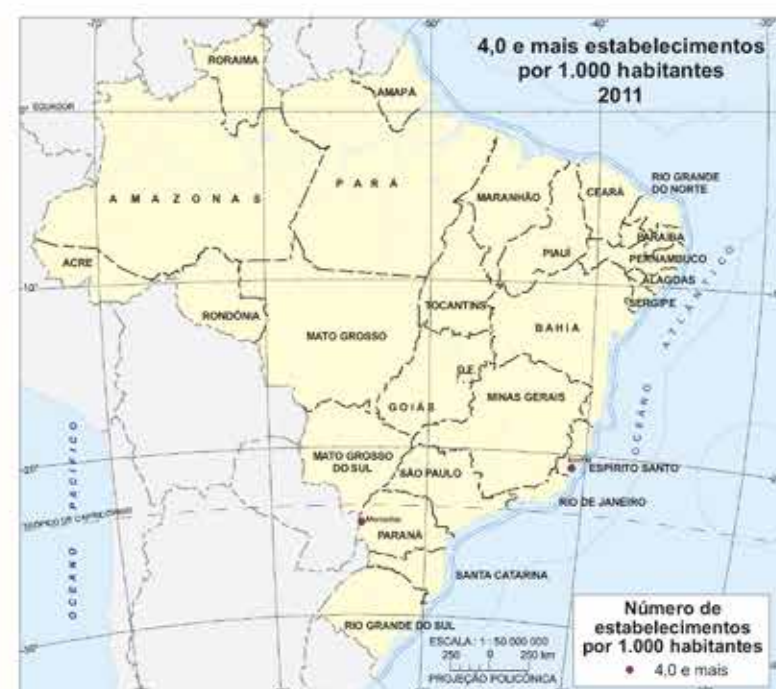
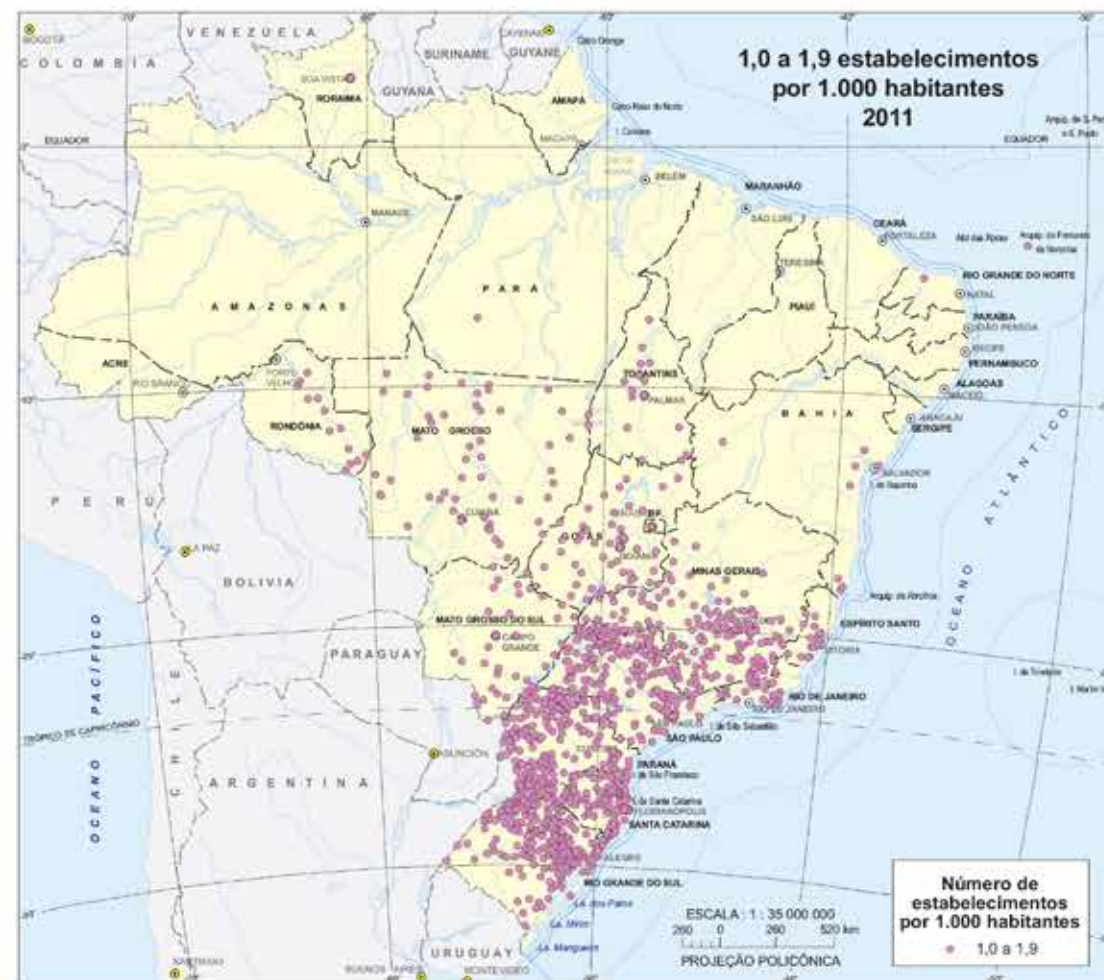
Fonte : SEBRAE, 2011.

Nota: "São considerados pequenos negócios os estabelecimentos optantes pelo regime tributário definido pelo Simples Nacional". Lei 123/2006.

Nota: Os Pequenos negócios de serviços incluem estabelecimentos de alojamento; edição e edição integrada à impressão; atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão; gravação de som e edição de música; atividades de rádio e de televisão; telecomunicações; atividades dos serviços de tecnologia da informação; atividades de prestação de serviços de informação; transportes terrestre, aquaviário e aéreo; armazenagem e atividades auxiliares dos transportes; atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria; atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial; serviços de arquitetura e engenharia; testes e análises técnicas; pesquisa e desenvolvimento científico; publicidade e pesquisa de mercado; outras atividades profissionais, científicas e técnicas; atividades veterinárias; aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos intangíveis não-financeiros; seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra; agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas; atividades de vigilância, segurança e investigação; serviços para edifícios e atividades paisagísticas; serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas; atividades artísticas, criativas e de espetáculos; atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental; atividades de exploração de jogos de azar e apostas; atividades esportivas e de recreação e lazer; e outras atividades de serviços pessoais.

Pequenos Negócios

Pequenos Negócios de Serviços de Reparação de Automóveis



Fonte: SEBRAE, 2011.
 Nota: "São considerados pequenos negócios os estabelecimentos optantes pelo regime tributário definido pelo Simples Nacional". Lei 123/2006.
 Nota: Os pequenos negócios de reparação de automotores incluem estabelecimentos de manutenção e reparação de veículos automotores.

Pequenos Negócios

Pequenos Negócios de Meios de Hospedagem



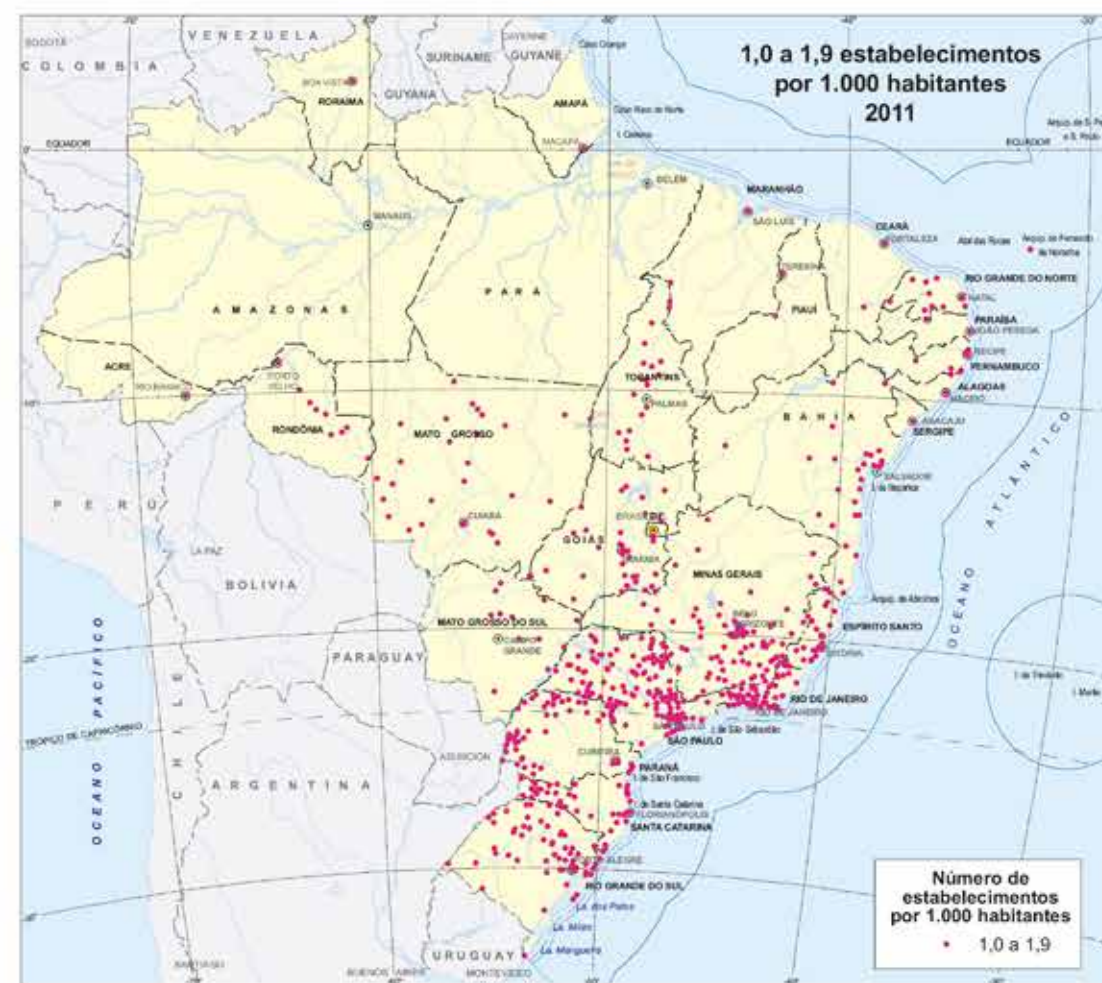
Fonte: SEBRAE, 2011.

Nota: "São considerados pequenos negócios os estabelecimentos optantes pelo regime tributário definido pelo Simples Nacional". Lei 123/2006.

Nota: Os pequenos negócios de meios de hospedagem incluem estabelecimentos de hotéis e similares; e outros tipos de alojamento não especificados anteriormente.

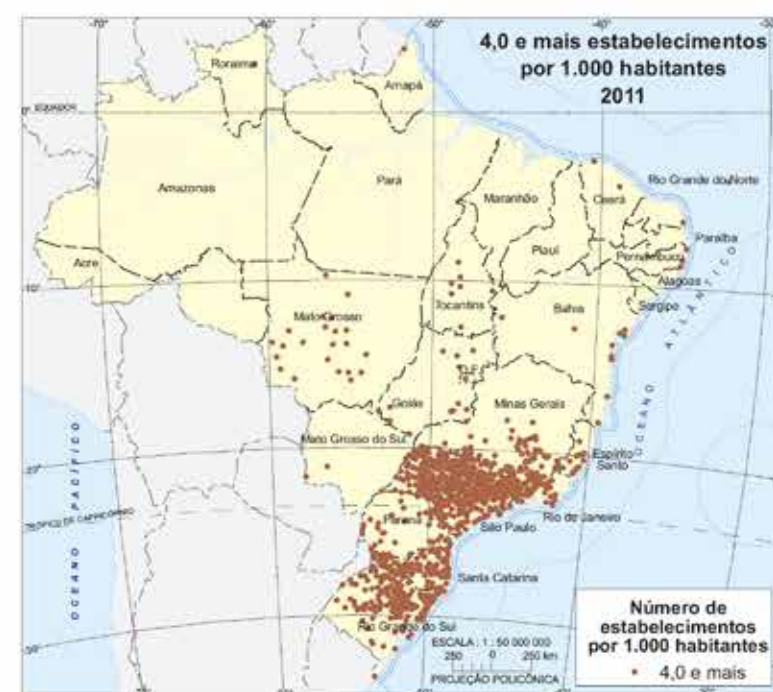
Pequenos Negócios

Pequenos Negócios de Serviços de Beleza e Estética



Pequenos Negócios

Pequenos Negócios de Bares e Restaurantes



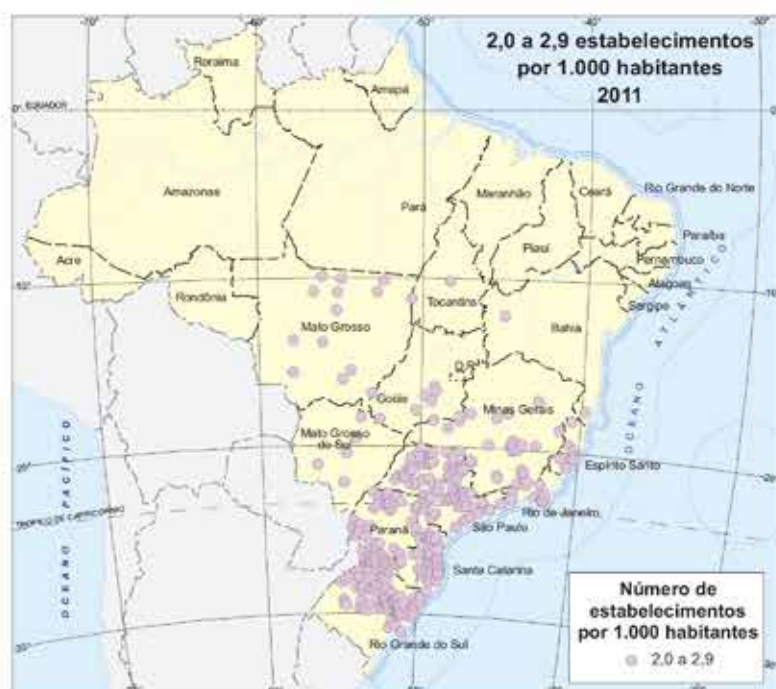
Fonte: SEBRAE, 2011.

Nota: "São considerados pequenos negócios os estabelecimentos optantes pelo regime tributário definido pelo Simples Nacional". Lei 123/2006.

Nota: Os pequenos negócios de bares e restaurantes incluem estabelecimentos de restaurantes e de outros serviços de alimentação e bebidas; serviços de ambulantes de alimentação; serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada.

Pequenos Negócios

Pequenos Negócios de Construção Civil



Fonte : SEBRAE, 2011.

Nota: "São considerados pequenos negócios os estabelecimentos optantes pelo regime tributário definido pelo Simples Nacional". Lei 123/2006.

Nota: Os pequenos negócios de construção civil incluem estabelecimentos de incorporação de empreendimentos imobiliários; construção e edifícios; construção de rodovias, ferrovias, obras urbanas e obras-de-arte especiais; obras de infraestrutura para energia elétrica, telecomunicações, água, esgoto e transporte de dutos; construção de outras obras de infraestrutura; demolição e preparação do terreno; instalações elétricas, hidráulicas e outras instalações em construções; obras de acabamento; e outros serviços especializados de construção.



Capítulo 4

Serviços Logísticos

Distribuição das Empresas de Serviços Logísticos

O desenvolvimento do setor de serviços logísticos é fundamental para a competitividade da economia nacional. A reunião e a avaliação de dados e informações para formar um quadro mais homogêneo dessa atividade tornam-se importantes para a formação de políticas públicas e o incentivo às atividades empresariais.

A relevância dos serviços logísticos pode ser verificada pelo peso do setor. A atividade de Transporte, armazenagem e correio corresponde a 6,9% do PIB¹⁰ e abrange 6,6% do pessoal ocupado, entre os setores pesquisados no Atlas, segundo as Contas Nacionais do IBGE. A força do setor pode ser bem visualizada no contexto dos serviços em geral. A Pesquisa Anual de Serviços (PAS), em sua edição de 2011, mostra a força do setor de logística, que representa 24,5% do valor adicionado, 20,6% do pessoal ocupado e 13,6% do total do número de empresas na pesquisa de serviços empresariais não financeiros.

De acordo com a PAS 2011, cabe destacar que o transporte rodoviário de passageiros e cargas obteve a maior participação na receita líquida (52,0%, ou R\$ 149,9 bilhões), no número de empresas (77,6% ou 114.079), na massa salarial (51,4% do total, R\$ 25,8 bilhões) e na quantidade de pessoal ocupado (65,5% do total, 1.535 mil) da atividade de logística.

Nos mapas deste capítulo, é mostrada a distribuição das empresas por transporte terrestre, aéreo e aquaviário, bem como das empresas de armazenamento e atividades auxiliares dos transportes, de acordo com os dados de 2011 do Cadastro Central de Empresas (Cempre), do IBGE.

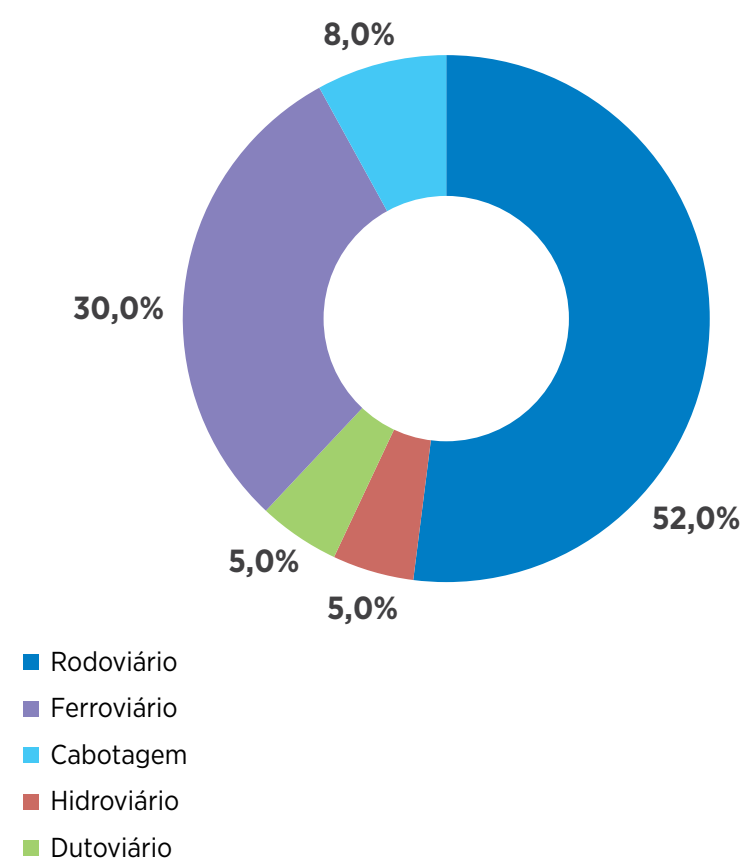
Nota-se, conforme também observado nos dados da PAS, maior disseminação das empresas de transportes terrestres pelo território nacional, em relação ao transporte aéreo e aquaviário. Essa distribuição parece estar associada a demandas locais e mais disseminadas pelo território pelas empresas de transporte terrestre em relação às outras modalidades de transporte.

Outros mapas apresentados neste capítulo revelam em pormenores a espacialidade da rede logística brasileira, com base em publicações recentes (IBGE, 2013f) e (IBGE,

2011). Além da rede de transportes, armazéns e portos e carga transportada nos portos, foram destacados os fluxos relacionados às ligações aéreas de carga e de passageiros. Para contribuir com as informações sobre os serviços logísticos, são avaliados aspectos essenciais da evolução e estrutura da rede de transportes e dos fluxos verificados na economia brasileira.

A logística brasileira de carga mostra forte concentração no transporte terrestre. Plano Nacional de Logística e Transporte, foi registrada a distribuição do transporte de cargas por modal em 2011, conforme a figura 1 a seguir.

Gráfico 1: Distribuição modal da matriz brasileira de transportes regionais de cargas em 2011.



Fonte: Plano Nacional de Logística e Transporte, 2012.

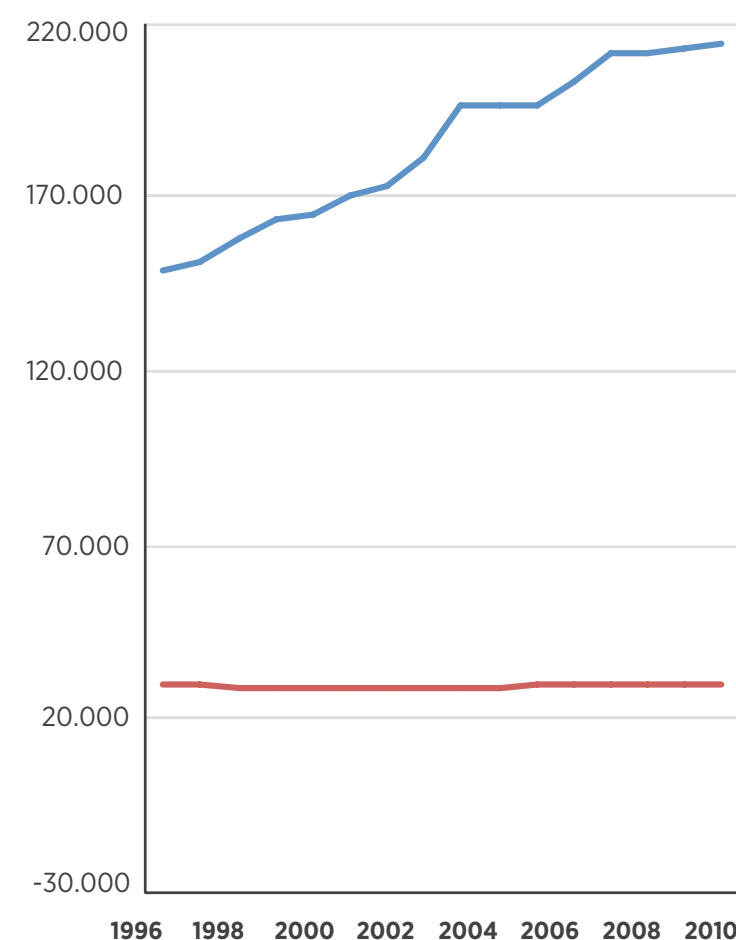
O transporte terrestre participa com mais de 80% do transporte de carga do país, apesar de o Brasil ter uma das maiores costas marítimas do mundo para a navegação de cabotagem e as maiores bacias hidrográficas para a navegação hidroviária, mostrando o potencial para explorar outros modais.

Outro aspecto referente aos serviços logísticos são os armazéns para estocagem de produtos, especialmente de origem agrícola. Tanto no mapa de número de estabelecimentos quanto nos mapas de redes é possível observar grande concentração dos armazéns no Sul e no Sudeste do País.

Malha Rodoviária e Ferroviária

Com efeito, a evolução da malha rodoviária e ferroviária entre 1996 e 2011 mostra a relevância do segmento rodoviário, de acordo com dados observados no Plano Nacional de Logística e Transporte (Brasil, 2012). Em particular, as rodovias pavimentadas passaram de 181.763 Km em 2003 para 213.722 Km em 2011, ao passo que as ferrovias, nesse período, passaram de 28.879 Km para 30.111 Km.

Gráfico 2: Evolução da extensão (km) das malhas rodoviária e ferroviária entre 1996 e 2011.



— Rodovias Pavimentadas
— Ferrovias

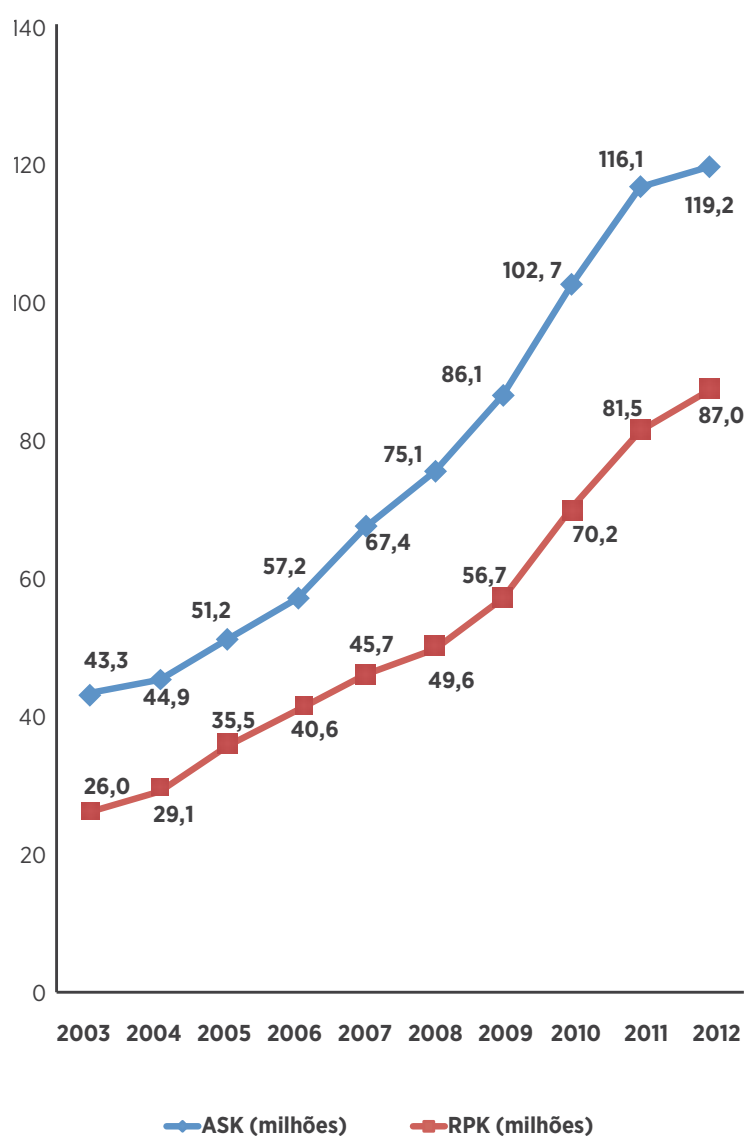
Fonte: Plano Nacional de Logística e Transporte, 2012.

O crescimento acelerado da frota de veículos automotores na última década ratifica a importância do setor rodoviário no Brasil. A frota total de veículos produzidos neste período mais que dobrou (1.109.509 em 1999 para 2.519.389 em 2011), com destaque para o crescimento da frota de caminhões (55.277 em 1999 para 223.388 em 2011), que praticamente triplicou.

Malha Aeroviária

Em relação ao transporte aéreo, o gráfico abaixo mostra o crescimento acentuado de passageiros por Km (RPK) e assentos por Km (ASK), desde 2003 até 2012. Os assentos passaram de 43,3 milhões em 2003 para 119,2 milhões em 2012, enquanto os passageiros cresceram de 26,0 milhões para 87,0 milhões em 2012.

Gráfico 3 - Evolução de Passageiros e Assentos por Km (em milhões)



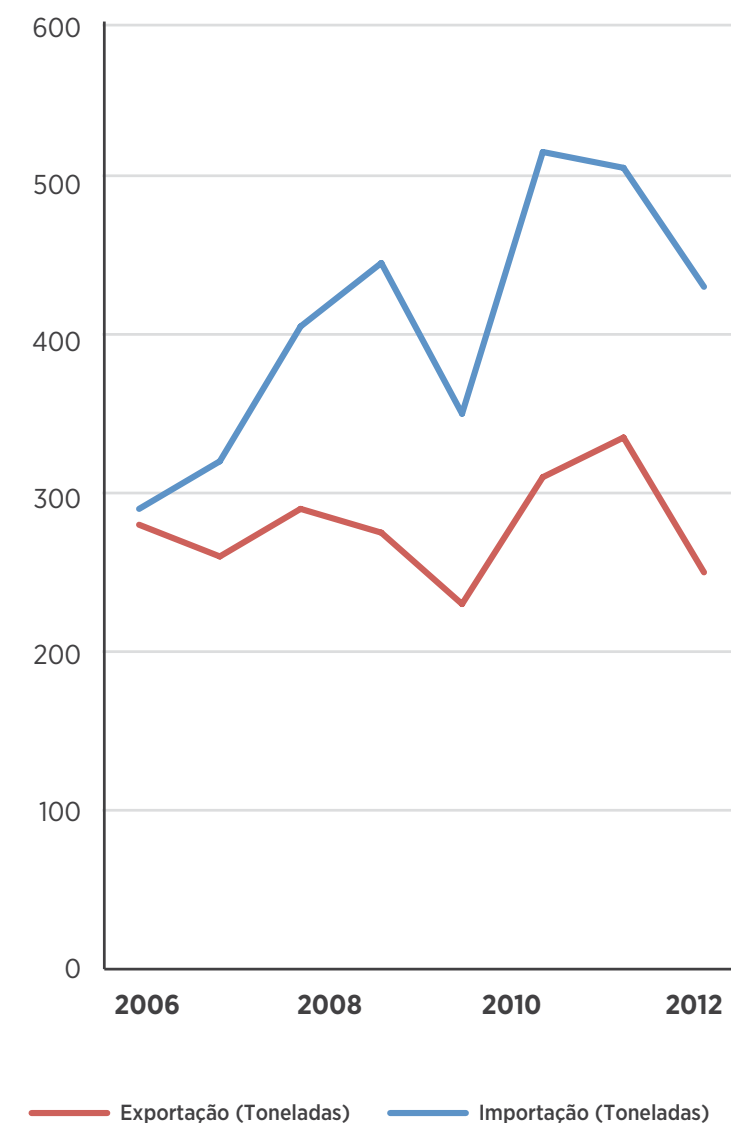
Fonte: Anuário estatístico aéreo. ANAC, 2012.

Segundo o mapa de empresas de transporte aéreo, observa-se que as capitais dos estados concentram o maior número de unidades locais, mas outros municípios, por sua relevância regional, apresentam também número significativo dessas empresas.

Para o segmento de cargas, a movimentação tem-se expandido nos últimos anos, mesmo com oscilações. Segundo o Boletim Logístico da Infraero, de 2012, a movimentação na importação passou de 289.823 toneladas em 2005 para 432.480 toneladas em 2012. Já a exportação cresceu

de 279.192 toneladas em 2005 para 251.503 toneladas em 2012.

Gráfico 4 - Movimentação de Cargas Aéreas (milhares de toneladas)



Fonte: INFRAERO Cargo - Boletim Logístico, 2012

O mapeamento das ligações aéreas, tanto de passageiros quanto de carga, mostra uma alta conectividade das cidades brasileiras entre si, segundo o IBGE (2013f). De qualquer cidade com aeroporto, é possível acessar a outra diretamente, pois são poucos os centros que necessitam de mais de um passo para possuir ligações com as demais cidades da rede. Esses centros pouco conectados são aqueles com baixa movimentação de passageiros e estão concentrados principalmente na Região Norte.

Apesar da alta interconectividade, a prática da atividade da aviação visando à racionalidade econômica cria vias preferenciais, localizando seus equipamentos e centros operacionais em hubs em escala nacional. Nesse sentido, Brasília e São Paulo se destacam pelo alto número de ligações com o conjunto da rede. São Paulo é o gran-

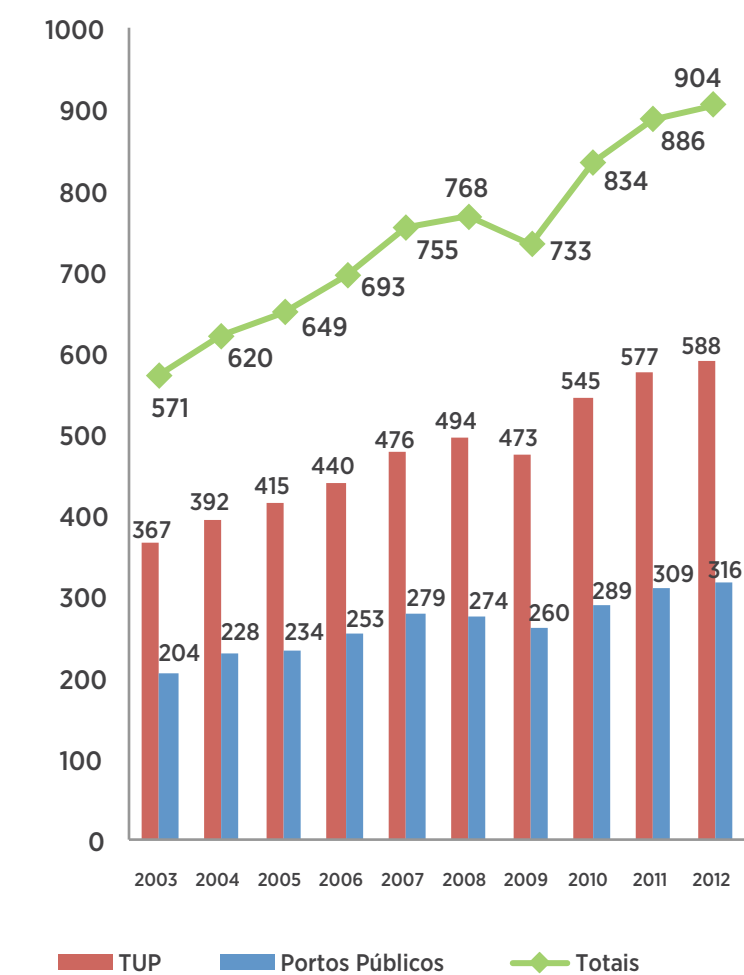
de concentrador dos fluxos em escala nacional, tendo ligações diretas com praticamente todas as cidades da rede.

Malha Aquaviária

Em relação ao mapa de transporte aquaviário, observa-se a concentração dessas empresas em duas regiões: no Sul e Sudeste, por possuírem os principais portos do País, mas também se nota uma boa quantidade de unidades ao longo da Bacia Amazônica até a cidade de São Luiz, no Maranhão, bem como na cidade de Porto Velho e na fronteira de Mato Grosso do Sul com a Bolívia.

Em relação ao transporte aquaviário, cabe destacar que, assim como ocorreu com o transporte aéreo, esse setor teve um grande crescimento entre 2003 e 2012, conforme demonstrado no gráfico seguinte, considerando tanto Terminais de Uso Privativo (TUP) quanto Portos Públicos.

Gráfico 5 - Movimentação de Cargas nas Instalações Portuárias



Fonte: Anuário Estatístico Aquaviário 2012.

A mão-de-obra que atua dentro e próxima dos terminais portuários mostra evolução recente variada de acordo com a atividade realizada, conforme estudo Perfil dos

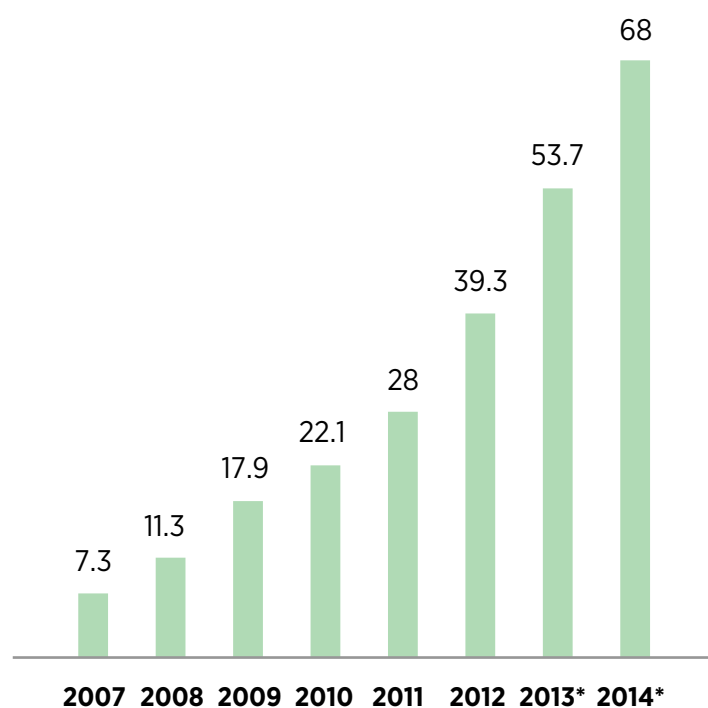
Trabalhadores nos Portos do Brasil 2011. O número de trabalhadores na administração da infraestrutura passou de 3.647 em 2006 para 6.116 em 2011. Os trabalhadores dos Órgãos de Gestão de Mão-de-Obra passaram de 21.620 em 2006 para 18.327 em 2011. Já os trabalhadores na operação de terminais subiram de 8.624 em 2006 para 19.996 em 2011.

Investimentos

Devido ao rápido crescimento ocorrido na última década, o Governo Federal vem realizando vários investimentos para reduzir os gargalos na infraestrutura, bem como manter a malha logística nacional atualizada frente à demanda crescente.

Recentemente, o Governo Federal lançou o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), em 2007, e PAC2, em 2011, iniciativas que abrangem os principais investimentos públicos em diversas áreas. No 7º Balanço do PAC2 (BRASIL, 2013), são apresentados os resultados já alcançados e em andamento sobre os investimentos em infraestrutura. Os desembolsos do PAC cresceram de R\$ 7,3 bilhões em 2007 para R\$ 39,3 bilhões em 2012, com a perspectiva de atingir R\$ 68,0 bilhões em 2014.

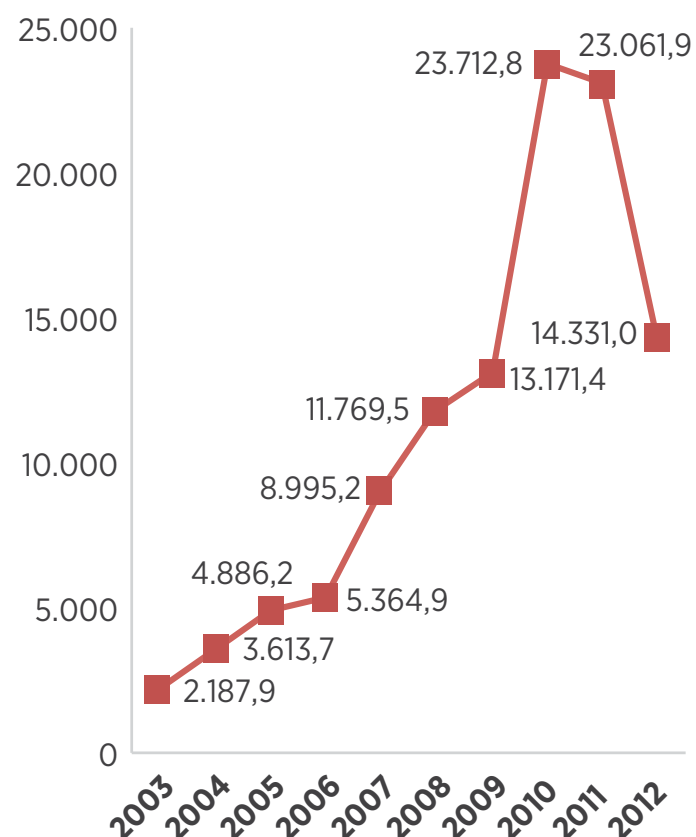
Gráfico 6 – Desembolsos do PAC (R\$ bilhões)



Fonte: Brasil (2013).

Somando-se ao investimento do PAC destaca-se a evolução dos financiamentos do BNDES para o setor de serviços logísticos, conforme pode ser visto no gráfico abaixo:

Gráfico 7 – Desembolsos do BNDES para Serviços Logísticos (R\$ milhões)



Fonte: BNDES (2013).

Além dos investimentos públicos merece destaque o Catálogo de Oportunidades para Investimentos no Brasil, que constitui instrumento de divulgação de informações para a atração de recursos voltados aos projetos de desenvolvimento do País. Igualmente, destaca-se a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), que promove estudos sobre investimentos e fomenta diversas iniciativas, como o Programa de Investimentos em Logística (PIL).

Empresas de Transporte

Transporte Aéreo



Fonte: IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2011.

Nota: O transporte aéreo inclui empresas de transporte aéreo de passageiros, transporte aéreo de carga e o transporte espacial.

Empresas de Transporte

Transporte Terrestre



Fonte: IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2011.

Nota: O transporte terrestre inclui empresas de transporte ferroviário e metrôviário; transporte rodoviário de passageiros; transporte rodoviário de carga; transporte dutoviário; e trens turísticos, teleféricos e similares.

Empresas de Transporte

Transporte Aquaviário



Fonte: IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2011.

Nota: O transporte aquaviário inclui empresas de transporte marítimo de cabotagem e longo curso; transporte por navegação interior; navegação de apoio; e outros transportes aquaviários.

Empresas de Transporte

Armazenamento e Atividades Auxiliares dos Transportes



Fonte: IBGE, Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2011.

Nota: Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes incluem empresas de armazenamento, carga e descarga; atividades auxiliares dos transportes terrestres; atividades auxiliares dos transportes aquaviários; atividades auxiliares dos transportes aéreos; atividades relacionadas à organização do transporte de carga; atividade de correio; e atividades de malote e de entrega.

Rede Logística

Rede de Transportes



Fonte: IBGE, Atlas do Espaço Rural Brasileiro.

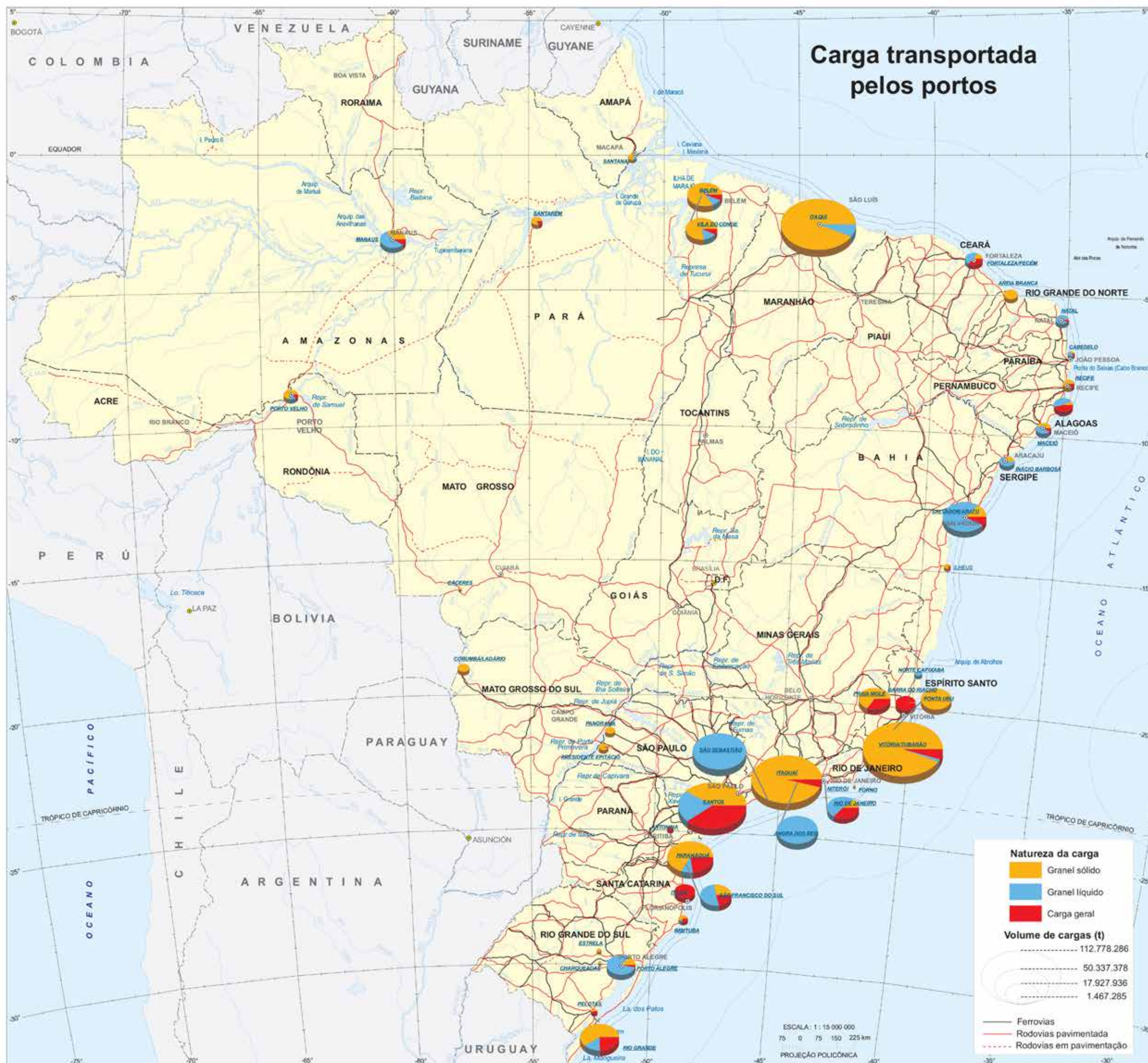
Rede logística

Rede de Armazéns e Portos



Rede logística

Carga Transportada pelos Portos

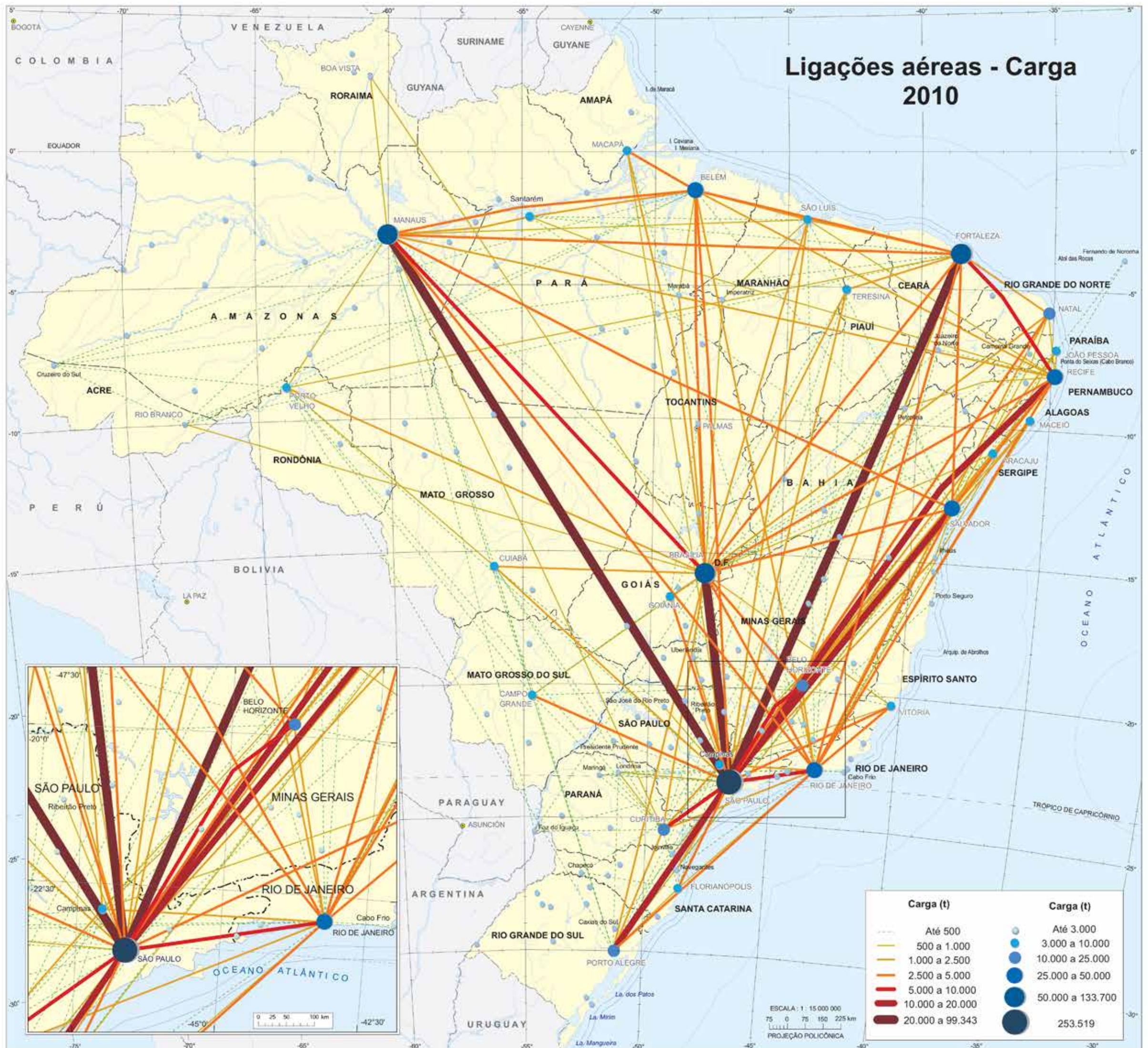


Fonte: IBGE, Atlas do Espaço Rural Brasileiro.

Nota: Os volumes das cargas transportadas por mais de um porto no mesmo município foram somados ao porto principal, como no caso de Vitória-Tubarão, Salvador-Araru e Fortaleza-Pecém.

Rede logística

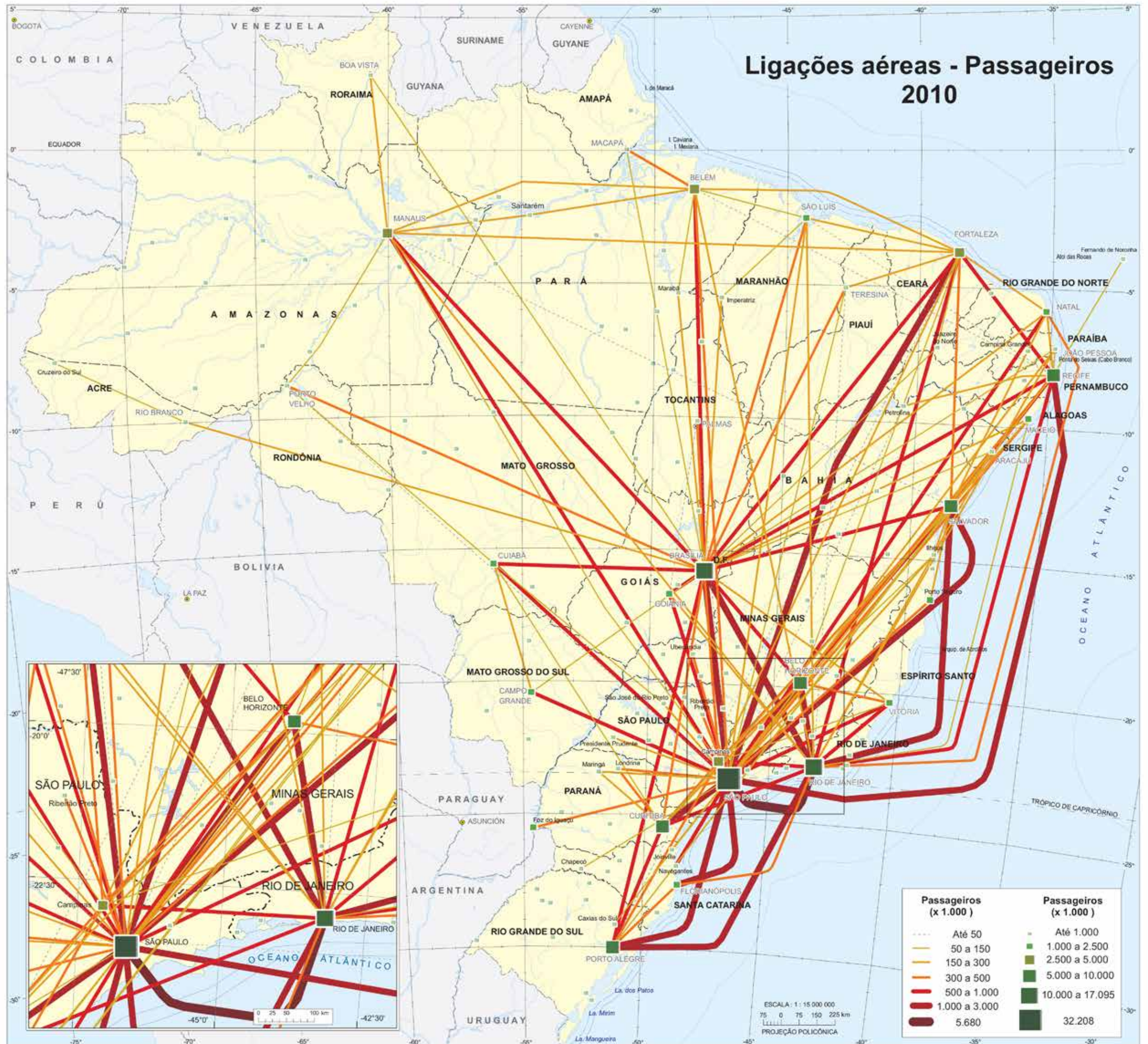
Fluxos Aéreos de Carga



Fonte: IBGE, Ligações Aéreas 2010

Rede logística

Fluxos Aéreos de Passageiros



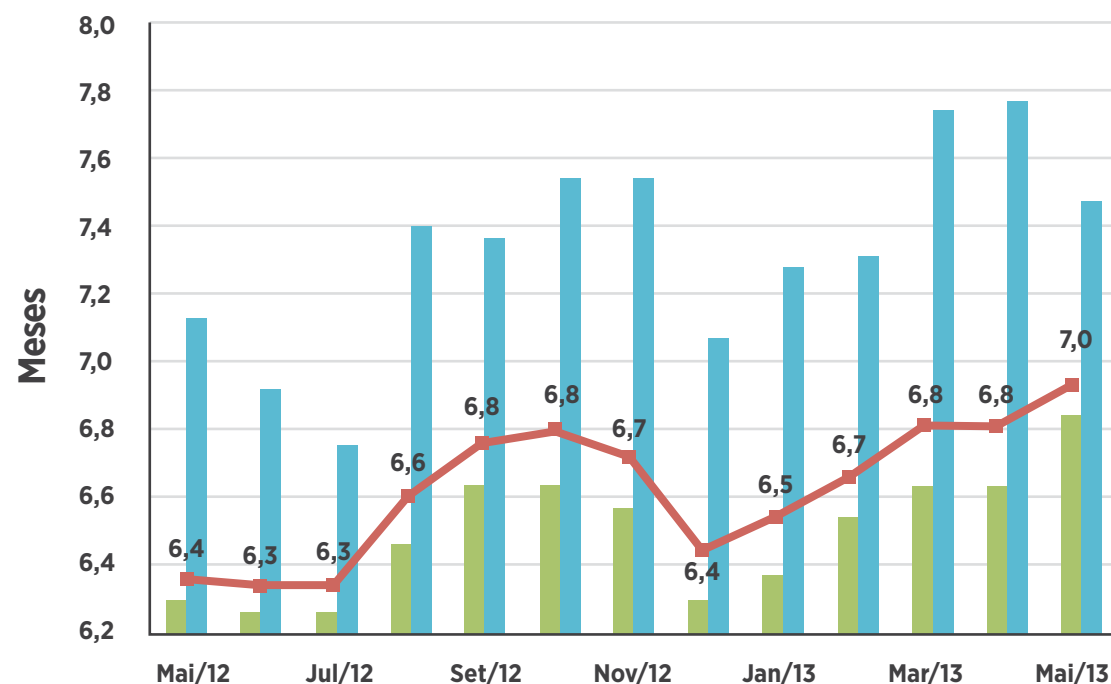


Suplemento Setorial

A incorporação de dados de entidades representativas dos setores de comércio, serviços e serviços logísticos no horizonte de formulação de políticas públicas no Brasil é fundamental para melhorar a eficácia e a efetividade dos programas governamentais. Nesse sentido, o presente suplemento setorial do Atlas Nacional de Comércio e Serviços incorpora informações de algumas das entidades que fazem parte dos Conselhos de Competitividade de Comércio, Serviços e Serviços Logísticos do Plano Brasil Maior.

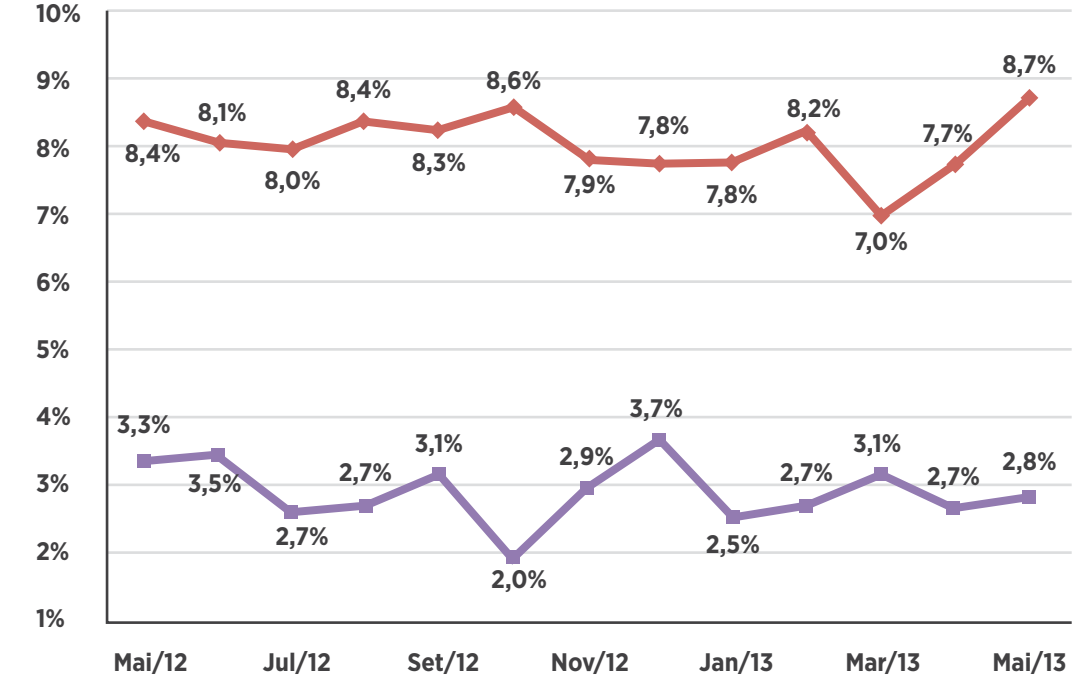
As informações apresentadas neste suplemento são fornecidas e elaboradas pelas próprias entidades representativas e servem de exemplo das possibilidades de uso e pesquisa de estatísticas setoriais. Para cada conjunto de dados são mostradas as fontes de consulta na página eletrônica oficial da entidade, sendo que a responsabilidade das informações vem da respectiva entidade.

Tempo de Comprometimento - Faixa de Renda



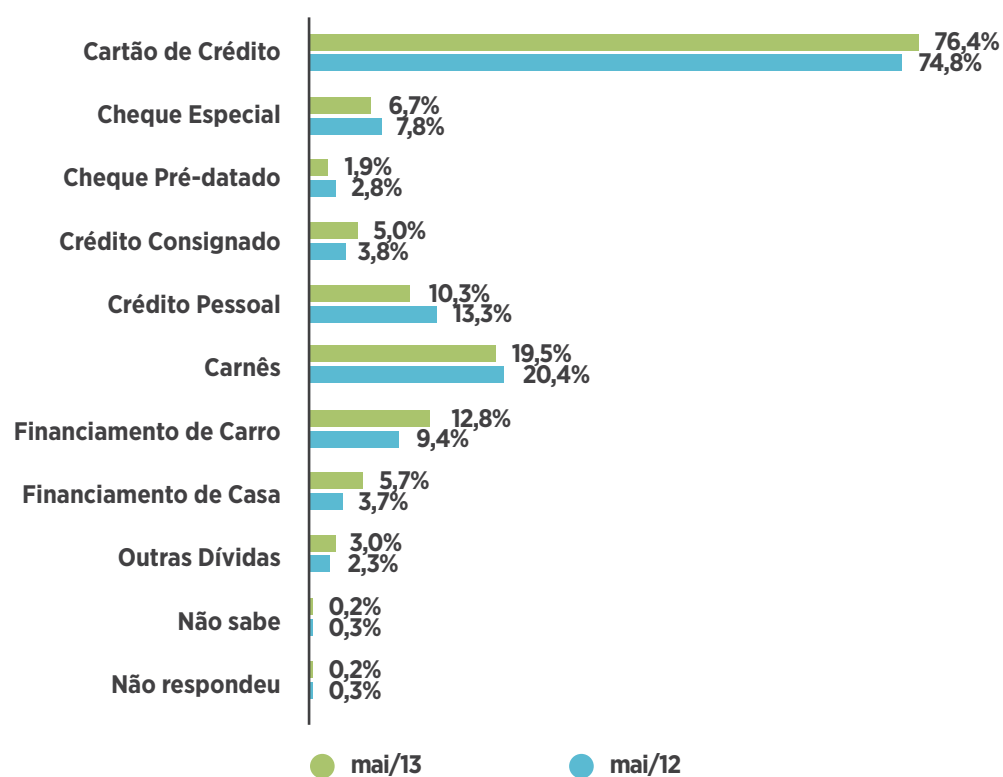
■ Tempo Médio de Comprometimento com Dívidas (-10Sm)
■ Tempo Médio de Comprometimento com Dívidas (+10Sm)
— Tempo Médio de Comprometimento com Dívidas (Total)

Não Terão Condições de Pagar - Faixa de Renda



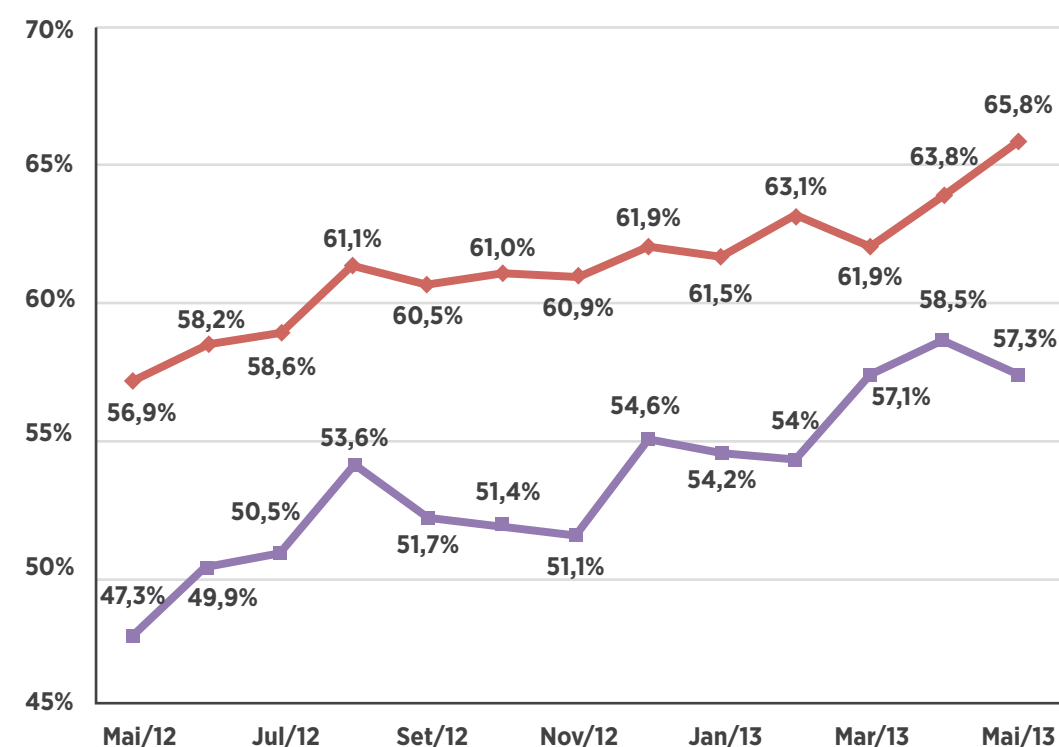
— Não terão condições de pagar (-10SM) — Não terão condições de pagar (+10SM)

Principais Tipos de Dívida



● mai/13 ● mai/12

Endividamento - Faixa de Renda

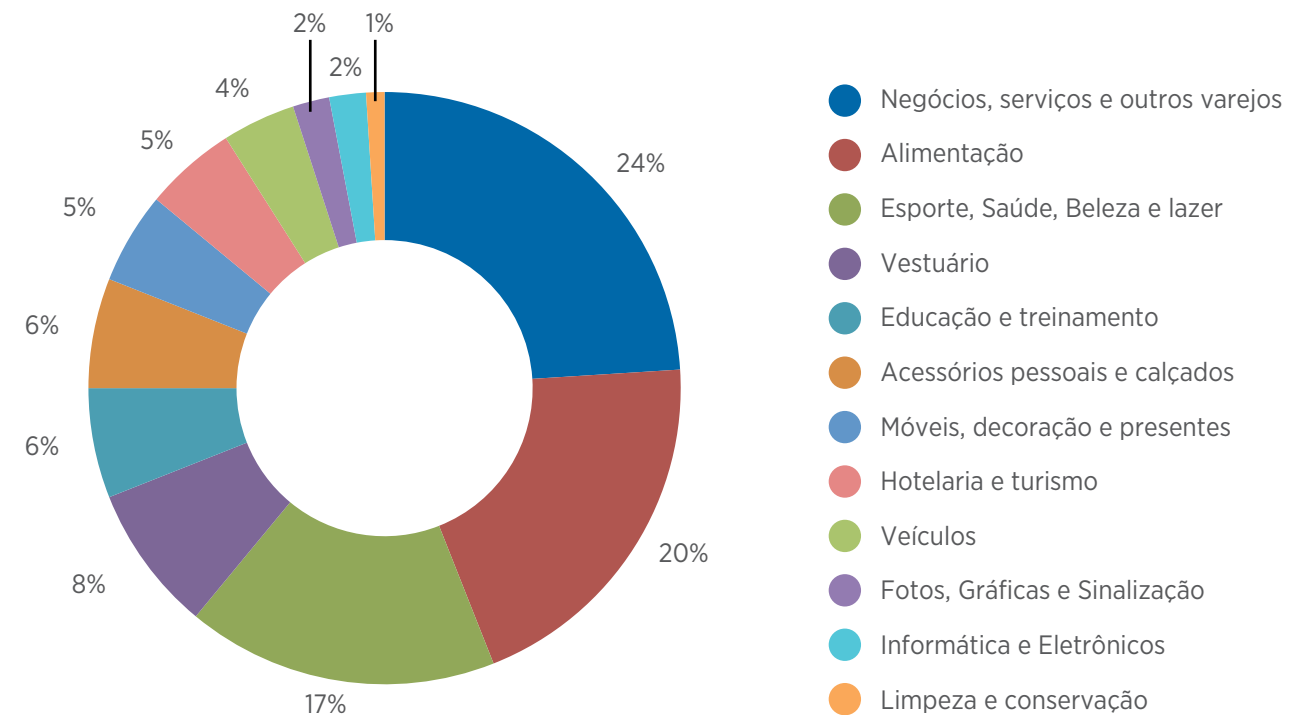


— Famílias Endividadas (-10SM) — Famílias Endividadas (+10SM)

Faturamento do Setor de Franchising valor em R\$ bilhões

Segmentos	2011	2012	Variação
Acessórios Pessoais e Calçados	5,477	6,286	14,80%
Alimentação	17,499	20,576	17,60%
Educação e Treinamento	5,902	6,509	10,30%
Esporte, Saúde, Beleza e Lazer	14,715	17,866	21,40%
Fotos, Gráficas e Sinalização	1,58	1,605	1,60%
Hotelaria e Turismo	2,774	5,487	97,80%
Informática e Eletrônicos	1,198	1,588	32,50%
Limpeza e Conservação	0,73	1,055	44,50%
Móveis, Decoração e Presentes	4,743	5,523	16,40%
Negócios, Serviços e Outros Varejos	24,087	24,718	2,60%
Veículos	3,076	3,699	20,20%
Vestuário	7,066	8,375	18,50%
Total	88,854	103,291	16,20%

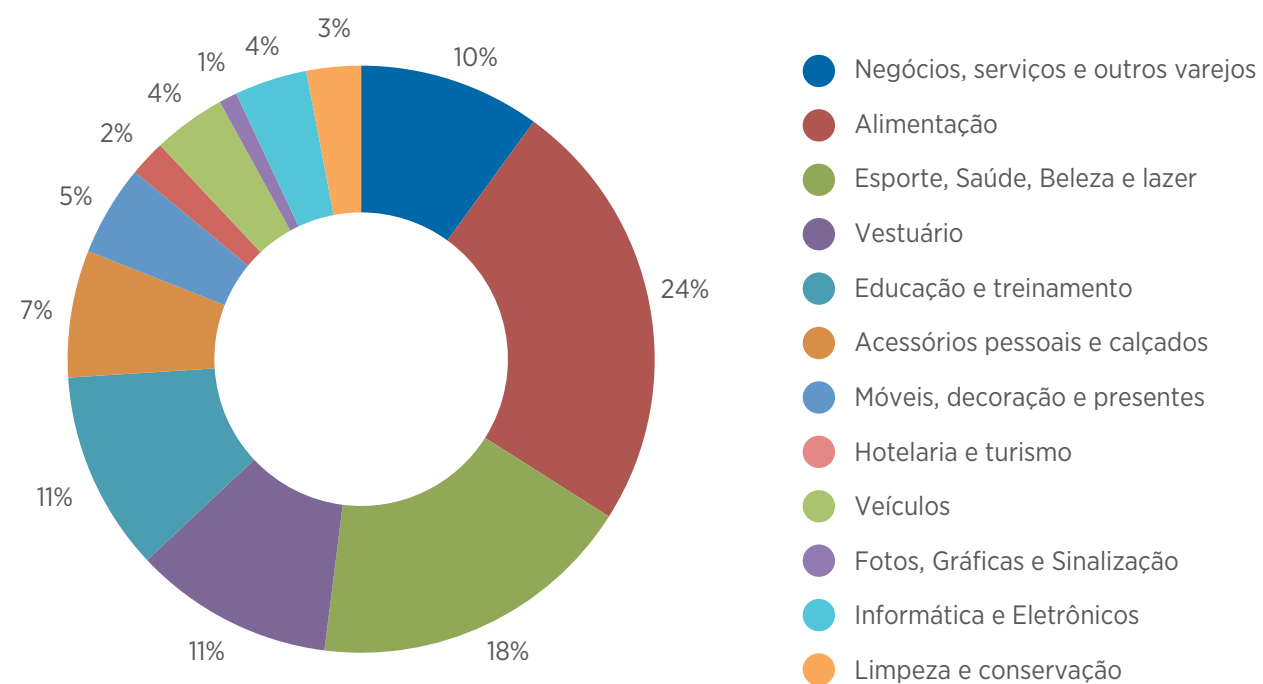
Distribuição do faturamento do setor de franchising por segmentos de atuação em 2012



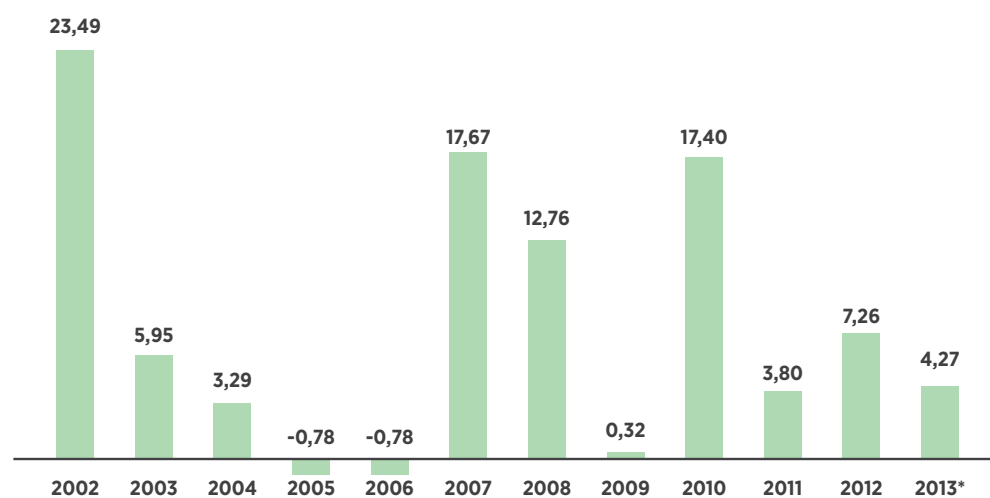
Evolução do Número de Redes Franqueadas

Segmentos	2011	2012	Variação
Acessórios Pessoais e Calçados	138	166	20,3%
Alimentação	481	573	19,1%
Educação e Treinamento	234	270	15,4%
Esporte, Saúde, Beleza e Lazer	371	435	17,3%
Fotos, Gráficas e Sinalização	22	23	4,5%
Hotelaria e Turismo	27	36	33,3%
Informática e Eletrônicos	83	102	22,9%
Limpeza e Conservação	58	75	29,3%
Móveis, Decoração e Presentes	100	125	25%
Negócios, Serviços e Outros Varejos	200	249	24,5%
Veículos	82	99	20,7%
Vestuário	235	273	16,2%
Total	2.031	2.426	19,4%

Distribuição do Número de Redes Franqueadas 2012

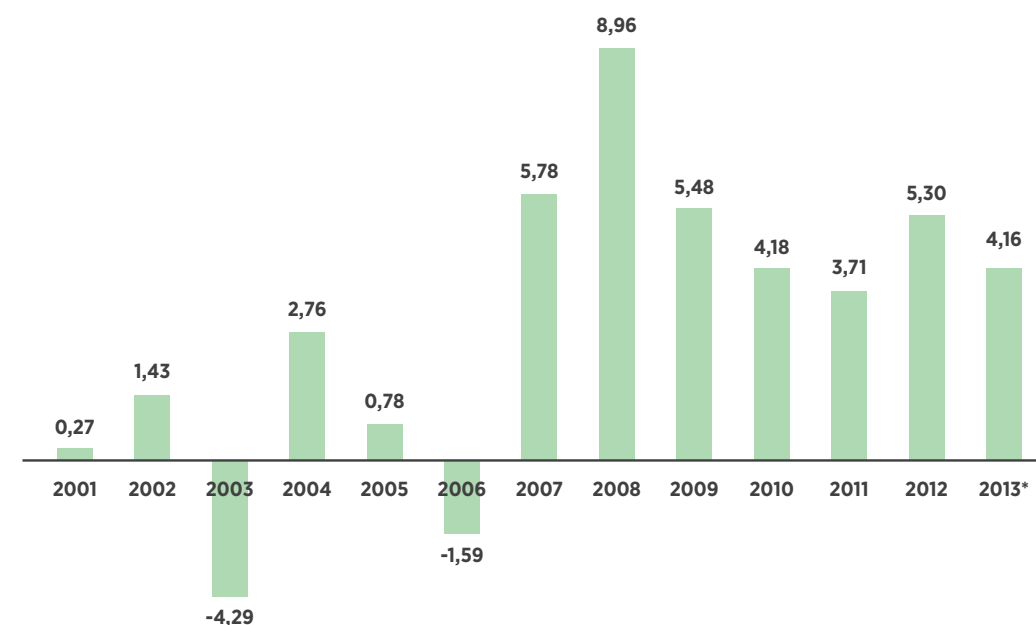


Cesta Abrasmercado (% a.a.)



Fonte GfK/ABRAS.
*Dados referente até o mês de julho.

Índice Nacional de Vendas Abras (% a.a.)



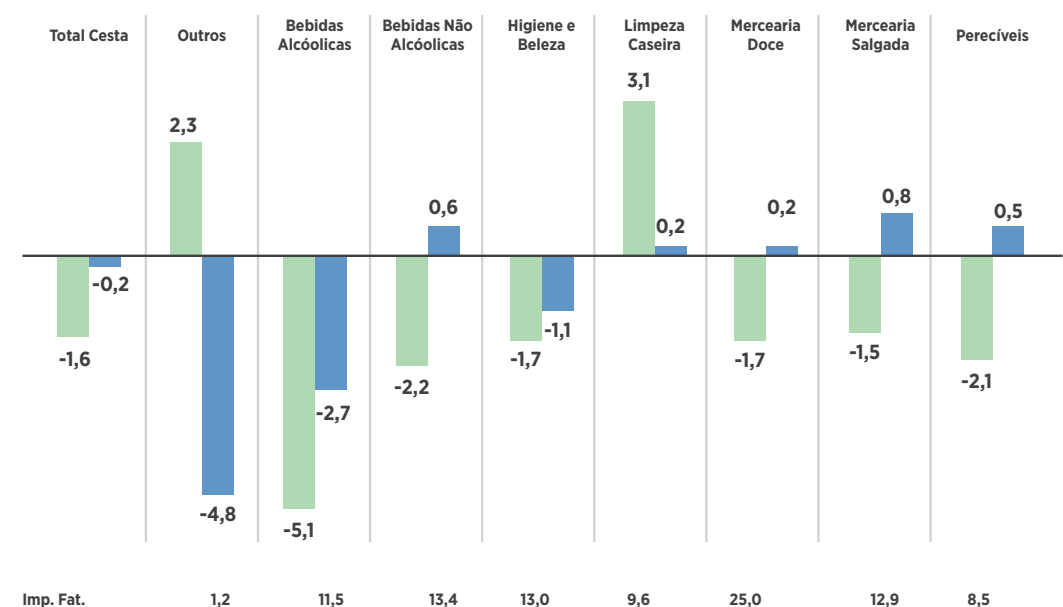
Fonte: Abras
* Acumulado até julho.

Cestas regionais (em R\$)

Região	Jun/13 R\$	Variação Mai/Jun	Jul/13 R\$	Variação Jun/Jul
Norte	426,46	-3,79%	421,03	-1,28%
Sul	389,41	2,74%	382,05	-1,89%
Sudeste	335,65	-0,38%	336,44	0,24%
Centro-Oeste	329,82	-1,53%	327,94	-0,57%
Nordeste	313,92	0,79%	306,96	-2,22%
Nacional	360,57	-0,56%	356,43	-1,15%

Fonte GfK/ABRAS.

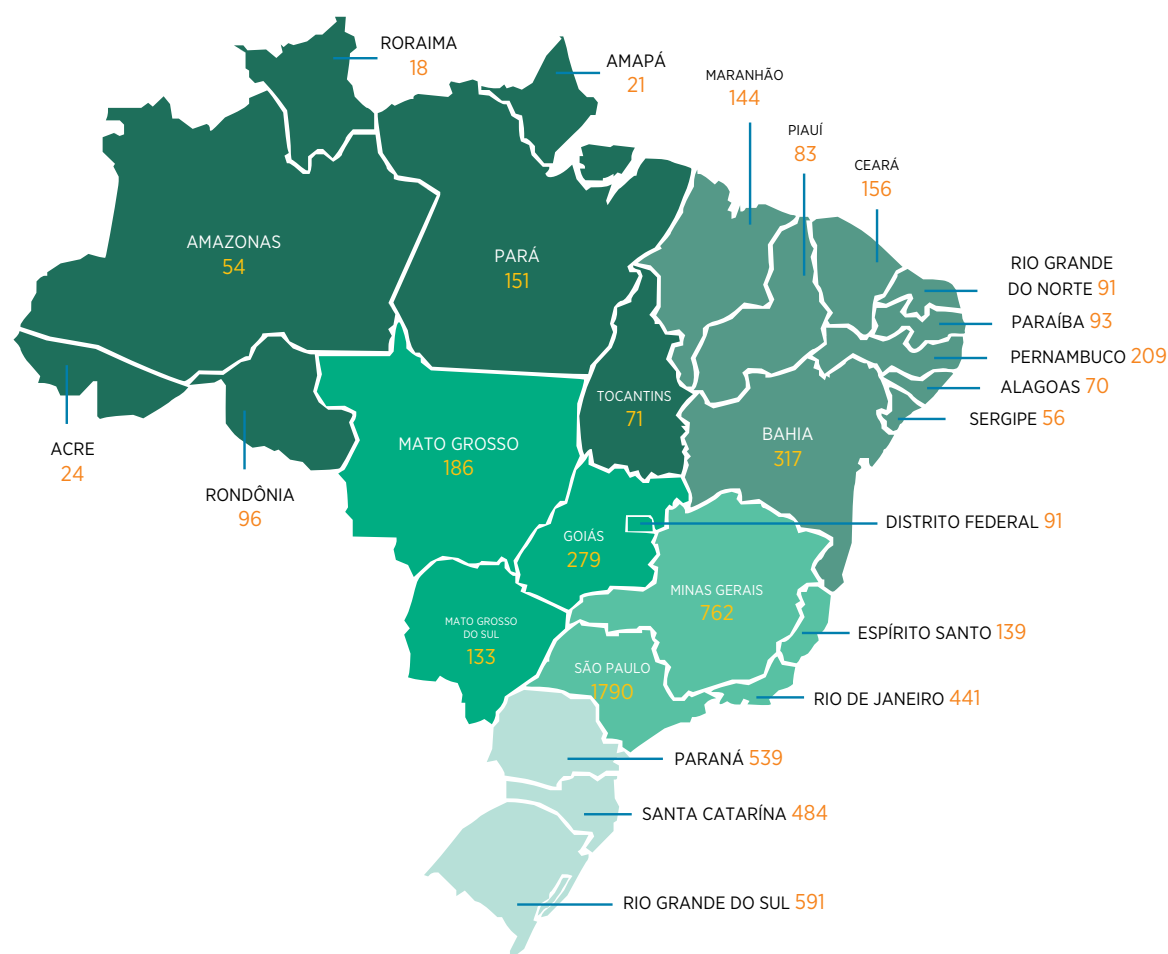
Índice Nacional de Volume (%YTD)
(Acumulado até junho/2013)



Variação de volume, Valor e Preço - YTD13X YTD12 (AMJ)
Base 131 categorias de Produtos - Autosserviços Brasil - Fonte Nielsen/Abras

● YTD 13 X YTD 12
● YTD 12 X YTD 11
Deflacionado IPCA = 6,46%

Perfil da distribuição das concessionárias associadas à Fenabrave no Território Brasileiro



Perfil de Concessionárias

- Empresas de pequeno e médio porte
- Capital 100% nacional
- Atividade altamente pulverizada pelos municípios
- 7.089 Concessionárias Associadas

Ranking países Automóveis + Comerciais Leves

País	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005
1º China	16.366.255	1º 15.237.749	1º 14.834.259	2º 9.848.074	2º 6.492.553	2º 6.072.000	3º 4.263.864	4º 3.131.456
2º EUA	14.492.600	2º 12.778.868	2º 11.589.672	1º 10.418.730	1º 13.221.559	1º 16.122.438	1º 16.525.750	1º 16.963.166
3º Japão	5.320.391	3º 4.170.277	3º 4.919.718	3º 4.577.288	3º 5.032.330	3º 5.297.956	2º 5.634.275	2º 5.696.301
4º Brasil	3.634.639	4º 3.425.495	4º 3.328.254	5º 3.011.285	6º 2.670.852	9º 2.338.621	9º 1.883.773	9º 1.620.173
5º Alemanha	3.298.413	5º 3.403.514	5º 3.109.659	4º 3.982.467	4º 3.318.311	4º 3.374.740	4º 3.669.837	3º 3.523.330
6º Índia	3.093.646	6º 2.802.485	7º 2.640.018	9º 1.967.472	10º 1.675.021	12º 1.652.604	12º 1.427.815	14º 1.108.237
7º Rússia	2.935.266	7º 2.653.676	10º 1.910.765	10º 1.465.925	5º 2.925.401	7º 2.561.100	10º 1.871.043	11º 1.298.342
8º Grã-Bretanha	2.284.250	9º 2.201.406	8º 2.253.761	8º 2.181.387	8º 2.421.256	5º 2.741.743	5º 2.672.026	5º 2.762.639
9º França	2.282.816	8º 2.633.487	6º 2.669.285	6º 2.642.657	7º 2.510.555	8º 2.526.005	7º 2.440.581	6º 2.487.854
10º Canadá	1.677.972	11º 1.587.512	11º 1.558.572	11º 1.459.735	11º 1.637.839	11º 1.653.364	11º 1.614.763	10º 1.583.395
11º Itália	1.517.539	10º 1.919.751	9º 2.143.131	7º 2.337.227	9º 2.385.630	6º 2.737.558	6º 2.565.203	7º 2.456.671
12º Coreia do Sul	1.492.621	12º 1.525.630	12º 1.503.994	12º 1.408.575	13º 1.170.640	13º 1.212.373	14º 1.152.970	12º 1.125.950
13º Tailândia	1.398.073	18º 771.812	16º 776.116	17º 531.685	17º 597.084	17º 608.477	17º 659.543	17º 677.132
14º Austrália	1.079.616	13º 979.171	14º 1.005.579	14º 908.047	15º 974.831	15º 1.011.157	15º 928.821	15º 953.013
15º México	1.007.823	15º 903.098	15º 832.685	15º 722.463	14º 1.015.298	14º 1.074.117	13º 1.157.509	13º 1.125.711
16º Argentina	804.875	17º 808.327	18º 634.695	20º 492.797	19º 572.448	21º 529.367	22º 416.160	22º 354.032
17º Espanha	778.039	14º 912.345	13º 1.099.965	13º 1.060.329	12º 1.324.639	10º 1.884.433	8º 1.895.736	8º 1.896.210
18º Turquia	772.713	16º 857.246	17º 756.454	16º 555.057	22º 492.259	18º 594.379	18º 622.102	16º 717.491
19º Malásia	608.631	21º 582.250	20º 587.644	19º 521.210	20º 529.252	22º 470.542	21º 471.914	21º 533.431
20º África do Sul	603.806	22º 550.428	22º 471.273	22º 376.409	21º 498.507	16º 639.114	16º 669.269	18º 575.640
21º Holanda	559.073	20º 614.463	21º 532.146	21º 436.878	18º 582.362	20º 583.940	20º 547.773	20º 533.863
22º Bélgica	541.399	19º 633.718	19º 599.917	18º 527.512	16º 600.691	19º 590.268	19º 584.350	19º 540.068

Evolução de Volume e Percentual por Segmento

Ano	Total		Automóveis e Comerciais Leves		Caminhões		Ônibus		Motocicletas		Implementos	
2005	2.771.208	10,3%	1.619.818	9,5%	78.800	-3,1%	15.370	-13,5%	1.026.944	14,6%	30.276	-20,6%
2006	3.244.646	17,1%	1.832.463	13,1%	75.323	-4,4%	19.524	27,0%	1.287.843	25,4%	29.493	-2,6%
2007	4.213.299	29,9%	2.341.855	27,8%	97.575	29,5%	22.972	17,7%	1.708.714	32,7%	42.183	43,0%
2008	4.799.575	13,9%	2.671.436	14,1%	121.107	24,1%	27.351	19,1%	1.925.367	12,7%	54.314	28,8%
2009	4.790.176	-0,2%	3.009.074	12,6%	108.981	-10,0%	22.709	-17,0%	1.609.148	-16,4%	40.264	-25,9%
2010	5.377.543	12,3%	3.328.839	10,6%	157.383	44,4%	28.526	25,6%	1.803.769	12,1%	59.026	46,6%
2011	5.632.245	4,7%	3.425.303	2,9%	172.656	9,7%	34.775	21,9%	1.940.533	7,6%	58.978	-0,1%
2012	5.491.334	-2,5%	3.634.448	6,1%	137.752	-20,2%	29.523	-15,1%	1.637.503	-15,6%	52.108	-11,6%
2013*	2.578.837	-0,3%	1.707.781	4,6%	74.370	6,9%	16.797	13,5%	748.231	-11,8%	31.658	25,5%

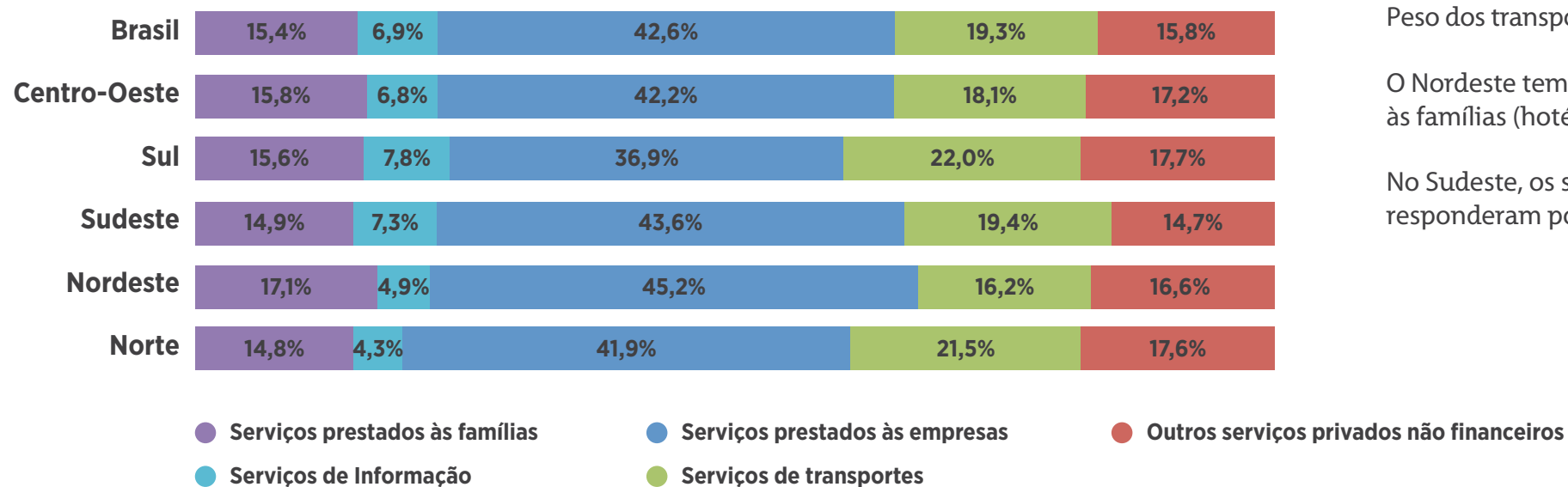
* 1º semestre de 2013 realizado comparado ao 1º semestre de 2012

Fonte: Denatran / Elaboração Departamento de Inteligência de Mercado Fenabrave

Serviços

Confederação Nacional de Serviços – CNS

Estoque de trabalhadores por segmento dos serviços privados não financeiros, junho de 2013.



Peso dos transportes é importante no Norte do país.

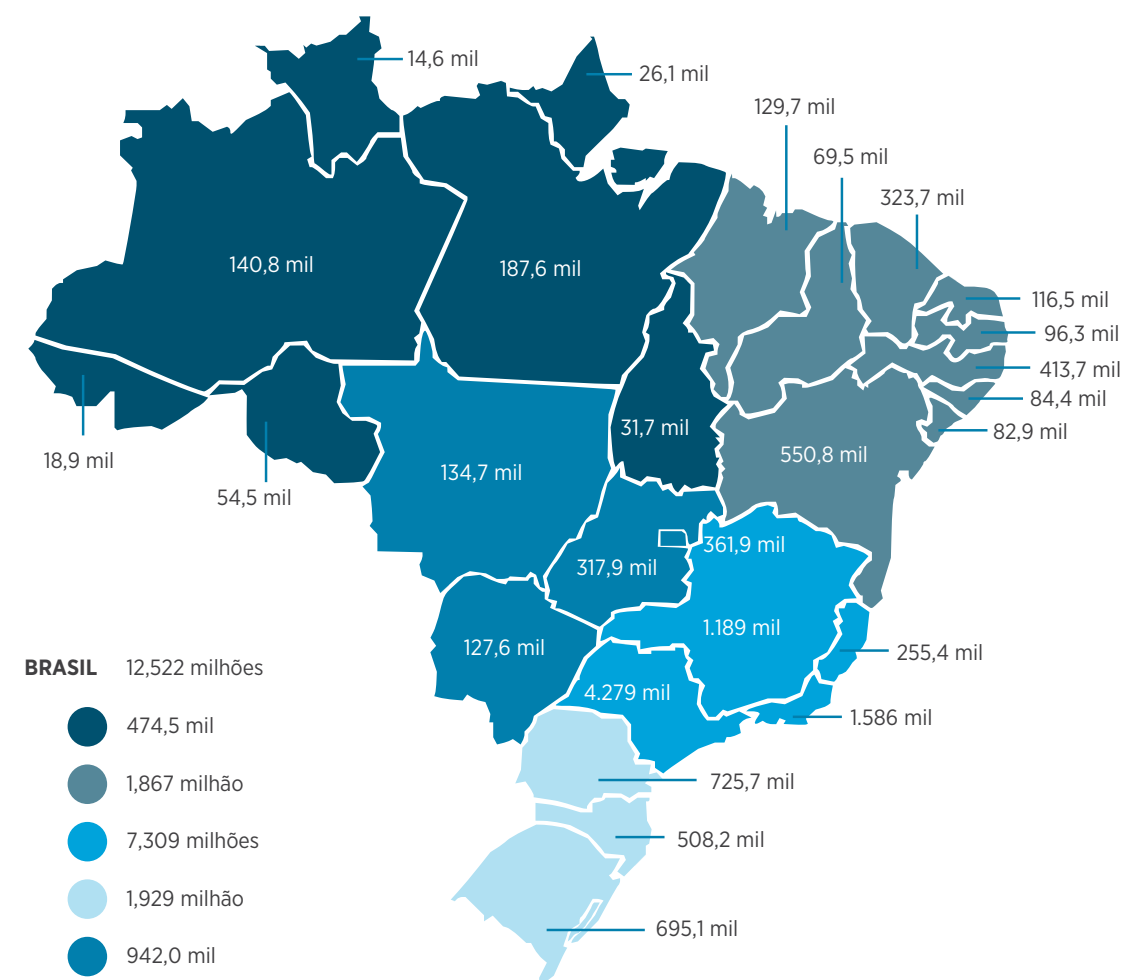
O Nordeste tem maior peso dos serviços prestados às famílias (hotéis e restaurantes).

No Sudeste, os serviços prestados às empresas responderam por 45,0% dos postos de trabalho.

Estoque de trabalhadores por segmento dos serviços privados não financeiros

	Serviços prestados às famílias	Serviços de Informação	Serviços prestados às empresas	Serviços de transportes	Outros serviços privados não financeiros	Serviços privados não financeiros
Dez/06	1.374.532	585.872	3.485.971	1.645.242	1.497.708	8.589.325
Dez/07	1.456.385	597.052	3.736.078	1.726.831	1.555.167	9.071.513
Dez/08	1.546.813	645.728	4.058.243	1.860.055	1.629.165	9.740.004
Dez/09	1.621.761	674.540	4.305.373	1.942.753	1.701.427	10.245.854
Dez/10	1.745.025	754.650	4.692.734	2.105.726	1.796.494	11.094.629
Dez/11	1.849.489	810.912	5.038.641	2.261.326	1.866.963	11.827.331
Jun/12	1.874.761	831.744	5.193.739	2.334.346	1.926.739	12.161.329
Jul/12	1.879.249	836.795	5.214.031	2.341.531	1.936.032	12.207.638
Ago/12	1.883.266	845.904	5.226.651	2.345.429	1.946.545	12.247.795
Set/12	1.891.335	856.286	5.243.980	2.353.161	1.955.191	12.299.953
Out/12	1.899.514	843.758	5.257.969	2.362.461	1.957.139	12.320.841
Nov/12	1.914.173	845.849	5.276.722	2.367.778	1.955.757	12.360.279
Dez/12	1.914.328	843.046	5.263.506	2.347.460	1.934.708	12.303.048
Jan/13	1.914.671	846.178	5.276.774	2.347.307	1.943.627	12.328.557
Fev/13	1.915.812	849.042	5.294.710	2.357.222	1.950.993	12.367.779
Mar/13	1.917.998	851.145	5.314.777	2.372.875	1.958.880	12.415.675
Abr/13	1.925.051	854.655	5.329.367	2.397.035	1.969.419	12.475.527
Mai/13	1.924.438	858.841	5.330.900	2.405.587	1.969.307	12.489.073
Jun/13	1.929.905	862.116	5.339.911	2.415.078	1.975.298	12.522.308

Estoque de trabalhadores no seguimento de serviços privados não financeiros, junho de 2013



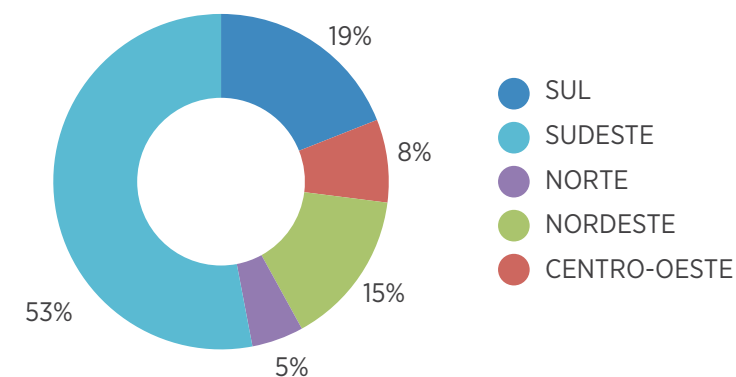
Serviços

Federação Nacional das Empresas de Serviços e Limpeza Ambiental - FEBRAC

FEBRAC – Federação Nacional das Empresas de Serviços e Limpeza Ambiental – Dados de 2011

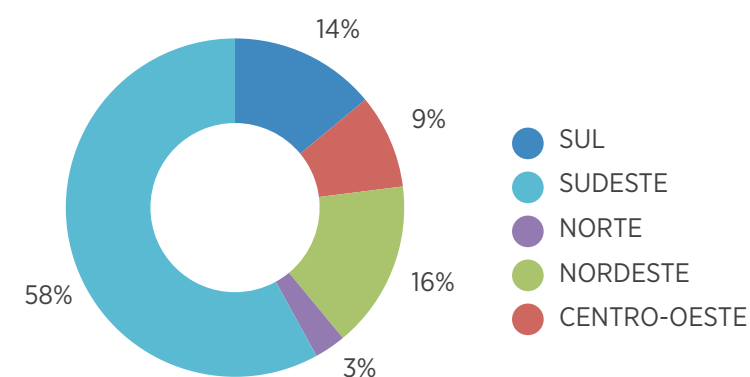
Estimativa da Distribuição das Empresas por Região

Regiões	Porcentagem sobre o Total	Empresas
Centro-Oeste	8%	1.050 a 1.060
Nordeste	15%	1.950 a 1.980
Norte	5%	650 a 660
Sudeste	53%	6.900 a 7.000
Sul	19%	2.450 a 2.500



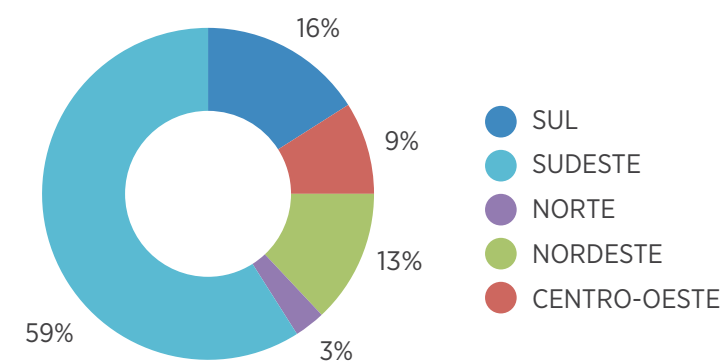
Estimativa de Distribuição de Trabalhadores por Região

Regiões	Porcentagem sobre o Total	Empresas
Centro-Oeste	9%	135.000 a 140.000
Nordeste	16%	240.000 a 260.000
Norte	3%	45.000 a 50.000
Sudeste	58%	870.000 a 930.000
Sul	14%	210.000 a 220.000



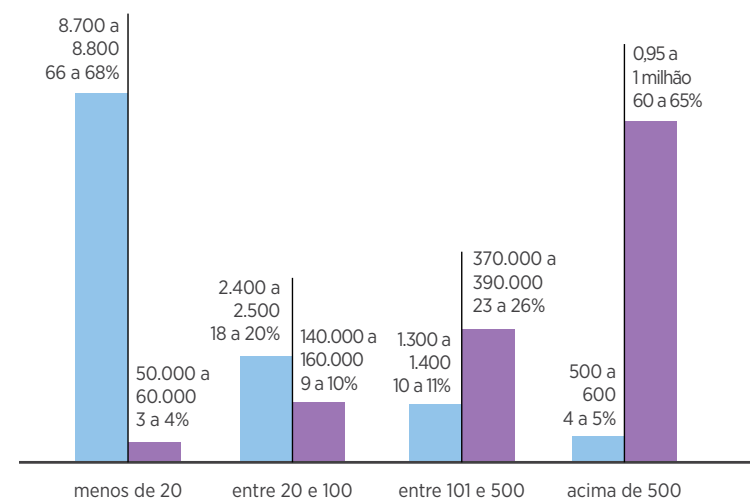
Faturamento por Região

Regiões	Porcentagem sobre o Total	Empresas
Centro-Oeste	9%	R\$2,8 a 2,9 bilhões
Nordeste	13%	R\$4,0 a 4,1 bilhões
Norte	3%	R\$0,9 a 1,0 bilhões
Sudeste	59%	R\$18,3 a 18,9 bilhões
Sul	16%	R\$5,0 a 5,1 bilhões



Distribuição das Empresas por Número de Trabalhadores

Tipo de Empresa por Número de Trabalhadores	Número de Empresas	% sobre o Total de Empresas	Quantidade de Trabalhadores	% sobre o Total de Trabalhadores
Menos de 20	8.700 a 8.800	66 a 68%	50.000 a 60.000	3 a 4%
Entre 20 e 100	2.400 a 2.500	18 a 20%	140.000 a 160.000	9 a 10%
Entre 101 a 500	1.300 a 1.400	10 a 11%	370.000 a 390.000	23 a 26%
Acima de 500	500 a 600	4 a 5%	950.000 a 1.000.000	60 a 65%
Totais	13.000 a 13.200		1,5 a 1,6 milhão	



Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL. **Anuário Estatístico Aéreo 2012**. Brasília: ANAC, 2013.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. **Dados**. [Brasília]: ANATEL, 2012. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalPaginaEspecial.do?org.apache.struts.taglib.html.TOKEN=c72728f887acbda1d6669e87e-b40b072&acao=carregaPasta&codItemCanal=1634&pastaSelecionada=3050>. Acesso em ago/2013.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS. **Anuário Estatístico Aquaviário 2012**. Brasília, DF: ANTAQ, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema Gerenciador de Séries Temporais**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2013. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/?SERIES-TEMP>. Acesso em: ago/2013.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Desembolsos por CNAE**. Rio de Janeiro: BNDES, 2013.

BRASIL. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, 2006.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Vozes da classe média**, n. 1. Brasília, SAE/PR, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Catálogo de oportunidades de investimento no Brasil**. Brasília: MDIC, 2013. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=4&menu=3941>. Acesso em: ago/2013.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Programa de Aceleração do Crescimento – PAC: 7º Balanço**. Brasília: 2013. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/infograficos/>. Acesso em: ago/2013.

BRASIL. Ministério dos Transportes. **Programa de investimentos em logística – PIL**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.logisticabrasil.gov.br/investimentos-em-infraestrutura>. Acesso em ago/2013.

BRASIL. Ministério dos Transportes. **Projeto de Reavaliação de Estimativas e Metas do Plano Nacional de Logística e Transportes – PNL**. Brasília: MT, 2012. Disponível em: <http://www.transportes.gov.br/public/arquivo/arq1352743917.pdf>. Acesso em: ago/2013.

EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA. **Boletim Logístico. Brasília: INFRAERO, 2012**. Disponível em: http://www.infraero.gov.br/images/stories/Infraero/cargo/Boletins_Logisticos/boletim%20logistico%2012_2012_rev.pdf. Acesso em: ago/2013.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PORTUÁRIOS; DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Perfil dos Trabalhadores nos Portos do Brasil**. Brasília: FNP, DIEESE: 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013a.

_____. **Pesquisa anual de comércio 2011**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013b. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=28. Acesso em ago/2013.

_____. **Pesquisa anual de serviços 2011**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013c. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=29. Acesso em ago/2013.

_____. **Pesquisa anual da indústria da construção 2011**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013d. Disponível em: <http://www.cbicdados.com.br/media/anexos/PAIC2011.pdf>

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013e. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoe-rendimento/pnad2011/default.shtm>. Acesso em: ago/2013.

_____. **Redes e fluxos no território: fluxos aéreos 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013f.

_____. **Produto interno bruto dos municípios 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2010/default.shtm>. Acesso em: ago/2013.

_____. **Atlas do espaço rural brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

_____. **Atlas nacional do Brasil Milton Santos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Um retrato de duas décadas do mercado de trabalho brasileiro utilizando a PNAD. **Comunicado do IPEA**, n. 160. Brasília: IPEA, 2013.

KUBOTA, L. C.; OLIVEIRA, J. M. O setor de serviços e o emprego na crise. **Radar**, n. 4. Brasília: IPEA, 2009.

OLIVEIRA, J. M.; NOGUEIRA, M. O. Uma Análise da Heterogeneidade Intrassetorial no Brasil na Última Década. **Texto para Discussão**. Brasília: IPEA/CEPAL, no prelo.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Sobrevivência das empresas no Brasil**. Brasília, SEBRAE, 2013.

_____. **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa**. Brasília: SEBRAE, 2012.

_____. **Dados do Simples Nacional**. Dados relativos a dezembro de 2011. Brasília: SEBRAE, 2011.

SQUEFF, G. C.; DE NEGRI, F. Produtividade do Trabalho e Rigidez Estrutural no Brasil nos Anos 2000. **Radar**, n. 28, 2013.

bens duráveis Bens existentes no domicílio particular permanente: rádio; geladeira; televisão; automóvel (de passageiros ou utilitário, exclusive caminhões ou camionetas de carga) usado para locomoção dos membros do domicílio, mesmo quando destinados principalmente ao trabalho; microcomputador; freezer; máquina de lavar roupa; aspirador de pó; e telefone.

Bolsa Família Programa social destinado às famílias em situação de pobreza com rendimento familiar per capita até um determinado valor mensal, que associa à transferência do benefício financeiro o acesso aos direitos sociais básicos - saúde, alimentação, educação e assistência social. O bolsa família unificou todos os benefícios sociais (bolsa escola, bolsa alimentação, cartão alimentação e o auxílio gás) do governo federal em um único programa.

Cadastro Central de Empresas - Cempre Constitui um importante acervo de dados sobre as empresas e outras organizações formais e suas respectivas unidades locais existentes no Brasil, reunindo informações cadastrais e econômicas oriundas de pesquisas anuais do IBGE, nas áreas de Indústria, Construção Civil, Comércio e Serviços, e da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE A CNAE é a classificação oficialmente adotada pelo Sistema Estatístico Nacional na produção de estatísticas por tipo de atividade econômica, e pela Administração Pública, na identificação da atividade econômica em cadastros e registros de pessoa jurídica. A CNAE Versão 2.0 é a classificação mais recente. A CNAE é um instrumento fundamental na produção de informações socioeconômicas no País.

crescimento demográfico Incremento médio anual da população residente devido ao crescimento vegetativo ou à migração líquida, em determinado espaço geográfico, no período considerado.

densidade demográfica Medida do grau de concentração de uma população no território, dada pela quociente entre o volume total de população da área e sua extensão territorial (hab/km²).

desembolsos do BNDES Liberação dos recursos do Sistema BNDES.

deslocamento para compras Definido por pesquisa do IBGE na publicação Regiões de influência das cidades 2007. Na coleta de dados sobre deslocamento para compras, foi perguntado para que municípios em geral os moradores do local se dirigiam, em ordem de frequência, para adquirir artigos como roupas, calçados, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, móveis, etc. Nas instruções para resposta desse item, foi solicitado o registro dos destinos em outros municípios.

divisão político-administrativa do Brasil Compreende a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, todos autônomos nos termos da Constituição Federal do Brasil.

domicílio Local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que está sendo utilizado como tal.

fecundidade Número médio de filhos que uma mulher teria até o final de sua idade reprodutiva (15 a 49 anos de idade).

Grandes Regiões Divisão regional oficial do Brasil, estabelecida pelo IBGE em 1969, constituída por cinco macrorregiões: Região Norte, Região Nordeste, Região Sudeste, Região Sul e Região Centro-Oeste.

grau de informalidade Definido pelo IPEA (2013) como a soma dos trabalhadores por conta própria que não contribuem para a previdência e daqueles sem carteira de trabalho assinada, dividida pela soma dos trabalhadores por conta própria, sem carteira, com carteira, estatutários e militares.

imigração Movimento de entrada de pessoas em um determinado país ou região. Contrariamente, emigração é o movimento de saída de pessoas de um determinado país ou região. Ver também saldo migratório.

índice de Gini Medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de 0 (zero), a perfeita igualdade, até 1 (um), a desigualdade máxima). Nesse caso, valores mais próximos de zero indicam que os municípios de determinada região possuem populações semelhantes, enquanto valores próximos de 1 se referem a regiões onde as populações estão mais concentradas em alguns municípios.

Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE Foi instituída pelo Decreto Nº 6.666 de 27/11/2008, com o propósito de catalogar, integrar e harmonizar dados geoespaciais existentes nas instituições do governo brasileiro, produtoras e mantenedoras desse tipo de dado, de maneira que possam ser facilmente localizados, explorados e acessados para os mais diversos usos, por qualquer cliente que tenha acesso à Internet. Os dados geoespaciais serão catalogados através dos seus respectivos metadados, publicados pelos produtores/mantenedores desses dados.

mês de referência Mês fixado para a investigação das características de trabalho e rendimento. Corresponde ao mês de julho de 2010 no Censo Demográfico 2010.

Microempreendedor Individual - MEI Microempreendedor Individual (MEI) é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Para ser um microempreendedor individual, é necessário faturar no máximo até R\$ 60.000,00 por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular. O MEI também pode ter um empregado contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria. Microempreendedor Individual (MEI) é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Para ser um microempreendedor individual, é necessário faturar no máximo até R\$ 60.000,00 por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular. O MEI também pode ter um empregado contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria. A Lei Complementar 128/2008 criou Microempreendedor Individual (MEI). Seu objetivo foi permitir a formalização, tirando da informalidade, empreendedores por conta própria. Depois de formalizado, o MEI paga uma taxa fixa mensal, equivalente a 5% do salário mínimo vigente, que inclui o pagamento da Previdência, do ISS e do ICMS e fica isento de outros tributos, como IRPJ, PIS, Cofins e IPI.

município Unidade autônoma de menor hierarquia dentro da organização político-administrativa do Brasil. Sua criação, incorporação, fusão ou desmembramento depende de leis estaduais, que devem observar o período determinado por lei complementar federal e a necessidade de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações envolvidas, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei. Os municípios são regidos por leis orgânicas, observados os princípios estabelecidos na Constituição Federal do Brasil, e na constituição do estado onde se situam, e podem criar, organizar e suprimir distritos. A localidade onde está sediada a prefeitura municipal tem a categoria de cidade.

nível de ocupação Percentual de pessoas ocupadas em relação ao total de pessoas com 10 anos ou mais de idade.

Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio – NBS Essa nomenclatura viabiliza a adequada elaboração, fiscalização e avaliação de políticas públicas de forma integrada. Visando a aumentar a competitividade do setor, a NBS propicia a harmonização de ações voltadas ao fomento empreendedor, à tributação, às compras públicas, ao comércio exterior, entre outras. Foi autorizada pela Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011 e publicada pelo Decreto nº 7.708, de 02 de abril de 2012, junto com as Notas Explicativas (NEBS), elemento subsidiário para a interpretação da Nomenclatura.

peçoal ocupado assalariado Pessoas efetivamente ocupadas em 31.12 do ano de referência do Cadastro Central de Empresas - Cempre, incluindo pessoas com vínculo empregatício formal, assim como aquelas sem vínculo formal, como membros da família e cooperativados com atividade na unidade.

peçoal ocupado total Pessoas efetivamente ocupadas em 31.12 do ano de referência do Cadastro Central de Empresas - Cempre, incluindo pessoas assalariadas com e sem vínculo empregatício, bem como proprietários e sócios com atividade na unidade.

Pesquisa Anual de Comércio Obtém informações sobre a situação econômico-financeira, como pessoal ocupado, gastos com pessoal e despesas diversas, cus-

tos, receitas, aquisições e baixas, vendas líquidas e estoques, e as atividades das empresas comerciais, que constituem a unidade de coleta da pesquisa, segundo os itens da classificação de atividades.

Pesquisa Anual da Indústria da Construção Civil – PAIC A pesquisa constitui uma importante fonte de informações estatísticas sobre o segmento empresarial da construção, fornecendo aos órgãos governamentais subsídios para o planejamento e aos usuários, em geral, informações para estudos setoriais mais aprofundados.

Pesquisa Anual de Serviços – PAS Obtém informações sobre a situação econômico-financeira, como pessoal ocupado, salários, receitas, despesas, custos, entre outras, que permitem estimar o valor adicionado, emprego e salários de empresas que compõem os diversos segmentos da atividade de prestação de serviços empresariais não-financeiros, e que constituem a unidade de coleta da pesquisa.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD investiga anualmente, de forma permanente, características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação e outras, com periodicidade variável, de acordo com as necessidades de informação para o País, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar, entre outros temas.

Plano Brasil Maior – PBM (2011-2014) É a Política de Desenvolvimento Industrial, Tecnológico, de Serviços e de Comércio Exterior do governo federal para o período de 2011 a 2014, em articulação com outras políticas de desenvolvimento econômico. Entre as orientações estratégicas do Plano estão: criar e fortalecer competências críticas da economia nacional; aumentar o adensamento produtivo e tecnológico das cadeias de valor; ampliar mercados interno e externo das empresas brasileiras; e garantir um crescimento socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável. O PBM apresenta uma dimensão estruturante, que visa à melhoria da eficiência produtiva, à modernização tecnológica e ao aumento da produtividade, bem como conta com uma dimensão sistêmica, de natureza horizontal e transversal, voltada para o aumento da

eficiência econômica agregada da economia e para a evolução de conhecimentos estratégicos em direção à matriz tecnológica mundial. O Plano está organizado setorialmente em cinco blocos produtivos, entre os quais está o Bloco 5, que engloba os Conselhos Setoriais de Comércio, de Serviços e de Serviços Logísticos.

Plano Plurianual – PPA Constitui instrumento de planejamento da ação de governo previsto no Art. 165 da Constituição Federal de 1988. A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Destina-se a organizar e viabilizar a ação pública, com vistas a cumprir os fundamentos e os objetivos da República, declarando o conjunto das políticas públicas do governo para um período de 4 anos, bem como os caminhos para viabilizar as metas previstas.

população economicamente ativa Pessoas em idade ativa (10 anos ou mais de idade) que estão trabalhando ou em busca de trabalho. Compreende o potencial de mão de obra com que pode contar o setor produtivo.

população em idade ativa Pessoas com 10 anos ou mais de idade.

população ocupada Pessoas com trabalho durante toda ou parte da semana de referência, ainda que afastadas por motivo de férias, licença, falta, greve etc.

Produto Interno Bruto – PIB Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes destinados ao consumo final sendo, portanto, equivalente à soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. O produto interno bruto também é equivalente à soma dos consumos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado sendo, também, equivalente à soma das rendas primárias. Pode, portanto, ser expresso por três óticas: a) da produção - o produto interno bruto é igual ao valor bruto da produção, a preços básicos, menos o consumo intermediário, a preços de consumidor, mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos; b) da despesa- o produto interno bruto

é igual à despesa de consumo das famílias, mais o consumo do governo, mais o consumo das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias (consumo final), mais a formação bruta de capital fixo, mais a variação de estoques, mais as exportações de bens e serviços, menos as importações de bens e serviços; c) da renda - o produto interno bruto é igual à remuneração dos empregados, mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação, mais o rendimento misto bruto, mais o excedente operacional bruto.

PIB per capita O PIB per capita de cada município, na foi estimado pelo quociente entre o valor do PIB do município e a sua população residente, expressa nos primeiros resultados do Censo Demográfico 2010, divulgados e enviados ao Tribunal de Contas da União - TCU em 29 de novembro de 2010.

região metropolitana Conjunto de municípios com a finalidade de executar funções públicas que, por sua natureza, exige cooperação entre os mesmos para a solução de problemas comuns, como os serviços de saneamento básico e de transporte coletivo, o que legitima, em termos político-institucionais, sua existência, além de permitir uma atuação mais integrada do poder público no atendimento às necessidades da população ali residente, identificada com o recorte territorial institucionalizado. No caso das regiões metropolitanas, cabe ressaltar que o próprio limite político-administrativo dos municípios que a compõem baliza seu espaço institucional.

rendimento mensal habitual Soma do rendimento mensal de trabalho com o proveniente de outras fontes.

rendimento mediano mensal Valor do rendimento mensal que ocupa o ponto central na série ordenada dos valores de rendimento.

rendimento nominal mensal Ver rendimento mensal habitual.

salário médio mensal Razão entre o total de salários e outras remunerações praticados no ano de referência e o número médio de pessoas assalariadas em atividade no ano, dividida por 12 meses.

Simples Nacional É um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

situação do domicílio Classificação da localização do domicílio em urbana ou rural, definida por lei municipal vigente na data de referência. A situação urbana abrange as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites. Este critério é, também, utilizado na classificação da população urbana e rural.

taxa de crescimento demográfico Incremento médio anual da população residente devido ao crescimento vegetativo ou à migração líquida, em determinado espaço geográfico, no período considerado. Representa a velocidade de crescimento da população entre dois momentos de tempo. As estimativas de crescimento da população são realizadas pelo método geométrico.

taxa de desocupação Razão entre as pessoas desocupadas e a população economicamente ativa. São pessoas desocupadas, segundo a PNAD, as pessoas sem trabalho que tomaram alguma providência efetiva de procura de trabalho nesse período.

taxa média geométrica de crescimento da população Incremento médio da população em determinado período de tempo.

Equipe Técnica

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR – MDIC

Secretaria de Comércio e Serviços - SCS

Gislaine Mendes de Souza Fragassi

Pedro Garrido da Costa Lima

Adriano Monteiro da Silva

Murilo Machado Chaiben

Paulo Shizuo Fukuya

Euler Rodrigues de Souza

Mariana Santos (estagiária)

Patrícia Paiva (estagiária)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE

Coordenação de Serviços e Comércio

Pedro Luiz de Sousa Quintal

Roberto da Cruz Saldanha

Coordenação de Geografia

Adma Hamam de Figueiredo

Cleber de Azevedo Fernandes

Ivete Oliveira Rodrigues

Jorge Kleber Teixeira Silva

José Carlos Louzada Morelli

Marco Antônio Teixeira de Brito

Rogério Botelho de Mattos

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA

João Maria de Oliveira

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE

Ana Clevia Guerreiro Lima

Andrezza Torres

Léa Maria Lagares

Paulo Jorge de Paiva Fonseca

Dênis Nunes

Hao Min Huai



BRASIL MAIOR

Inovar para competir. Competir para crescer.

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

IBGE

SEBRAE

ABDI
Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

Secretaria de
Comércio e Serviços

Ministério do
Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA